

Ana Cristina dos Santos Pinto

# **PENSAR** OS TERRITÓRIOS RURAIS



**PAISAGEM, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
EM SEVER DO VOUGA**

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
2011

Ana Cristina dos Santos Pinto

# **PENSAR OS TERRITÓRIOS RURAIS**

**PAISAGEM, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
EM SEVER DO VOUGA**

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, área de especialização em Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
2011

## NOTA DE AGRADECIMENTO

Thomas Edison afirmava que “o génio consiste em um por cento de inspiração e noventa e nove por cento de transpiração”. Concretizar uma dissertação de Mestrado requer, mais do que a ideia, disponibilidade, esforço e dedicação. Contudo, a sua elaboração não poderia suceder sem os vários contributos de pessoas e entidades e apoio daqueles que nos são mais próximos.

Desde o primeiro vislumbre da ideia até ao esboço do último parágrafo, foram várias as colaborações que me auxiliaram:

O Professor Doutor Norberto Santos, por acolher esta ideia, pelo incentivo, acompanhamento e partilha de conhecimentos.

O Município de Sever do Vouga, pela cedência da informação sem a qual não seria possível efectuar o trabalho apresentado, assim como alguns dos seus colaboradores, cujo conhecimento da realidade territorial permitiu-me compreender melhor as dinâmicas concelhias.

A ADRIMAG e a MIRTILUSA, pela disponibilidade demonstrada na cedência de dados essenciais à elaboração de análises.

A minha família: os meus pais, pelo apoio e compreensão sempre presentes e o João Miguel, pelo companheirismo, incentivo e prontidão em acompanhar-me pelas paisagens severenses.

Não posso ainda deixar de mencionar a relevância dos vários professores, que ao longo do meu percurso académico, contribuíram com o seu conhecimento para formar e aguçar o meu espírito geográfico.

A todos o meu sincero agradecimento.

## RESUMO

Os espaços rurais sofreram fortes transformações na estrutura socioeconómica e territorial, que conduziram à necessidade de (re) pensar os processos de desenvolvimento. Apesar da paisagem rural se caracterizar pela baixa densidade, actualmente distingue-se também pela diversidade funcional. O surgimento da multifuncionalidade rural lançou novas oportunidades de reabilitação de um mundo deixado à margem, lembradas nas potencialidades e recursos endógenos que estes territórios podem oferecer às suas populações e aos agentes externos. Por outro lado, a complexidade territorial de espaços que são heterogéneos, torna ainda mais relevante a necessidade da existência de um ordenamento e planeamento que seja sensível a esta característica, que responda às necessidades do território e das populações e que possa prever desafios futuros.

O território de Sever do Vouga, sendo um espaço com características marcadamente rurais, tem a particularidade de se localizar numa faixa de transição litoral/interior e a vantagem de se inserir na dinâmica Sub-Região do Baixo Vouga. Este facto confere-lhe uma acrescida diversidade paisagística, manifesta em oportunidades de maior potencial socioeconómico e territorial, que tornam relevante o interesse no seu estudo.

O trabalho a apresentar segue uma abordagem metodológica que se apoia no estudo de três dimensões territoriais. A paisagem, cuja análise de parâmetros permitirá adquirir um conhecimento territorial contributivo na identificação das potencialidades e das fragilidades que, por sua vez, podem favorecer ou comprometer o desenvolvimento. O planeamento, em que através da confrontação entre as medidas planeadas e executadas se poderá avaliar o alcance do seu nível de adequação ao território. O desenvolvimento, que servirá para analisar as opções seguidas na implementação das políticas de desenvolvimento rural.

Pretende-se que o resultado comprove que, o profundo conhecimento do território, obtido do estudo da paisagem, e a reflexão sobre o impacto de acções de planeamento e desenvolvimento passadas, são fundamentais no processo de melhoria contínua da escolha das opções futuras e do caminho a seguir na definição de estratégias que melhorem a qualidade de vida do mundo rural.

## **ABSTRACT**

Rural areas experienced major changes in the socio-economic and territorial structure, which led to the need to (re) think processes of development. Although the rural landscape is characterized by its low density, nowadays is also distinguished by its functional diversity. The emergence of multifunctional rural launched new opportunities for the rehabilitation of a world left aside, remembered in the local resources and capabilities offered by this territories to their populations and external agents. On the other hand, the territorial complexity of spaces that are heterogeneous makes even more relevant the existence of a planning sensitive to this reality, able to meet the needs of the territory and its population, and capable of anticipate future challenges.

The territory of Sever do Vouga, markedly a rural space, has the particularity to be located in a transition zone coast/interior and the advantage to be part of the dynamic sub-region of Baixo Vouga. This justifies its landscape diversity, manifested in increased opportunities for socio-economic and territorial potential, which make relevant interest in its study.

The present work follows a methodological approach that relies on the study of three territorial dimensions. The landscape, whose analysis of parameters will allow to acquire territorial knowledge, contributive in identifying strengths and weaknesses of which, in turn, can promote or hinder the development. The planning, in which through the confrontation between the measures planned and executed, one can assess the extent of their adequacy to the territory. The development, which will serve to analyze the options taken in the implementation of rural development policies.

It is intended that the final result proves that the deep knowledge of the territory, obtained from the study of the landscape, and from the impact of past actions in planning and development, are the key in the process of continuous improvement, in the choice of future options, and the way to follow in defining strategies to improve the quality of life in the rural world.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>PARTE I. OS TERRITÓRIOS RURAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DA NOÇÃO DE RURAL .....</b>	<b>13</b>
1. Espaço, território, lugar .....	13
1.1. Organização do espaço geográfico .....	16
2. O Mundo rural .....	19
2.1. Dos novos usos à territorialização do mundo rural .....	25
<b>CAPÍTULO II. OLHAR A PAISAGEM: CONTRIBUTO PARA O ORDENAMENTO E PLANEAMENTO RURAL .....</b>	<b>30</b>
1. Noções de paisagem.....	30
1.1. A Paisagem rural.....	32
2. Ordenamento e Planeamento: dos conceitos à prática .....	35
2.1. Conceitos de Ordenamento e Planeamento do Território .....	35
2.2. Políticas do Ordenamento do território.....	38
2.3. Ordenamento rural .....	42
<b>CAPÍTULO III. DESENVOLVIMENTO... NO CAMINHO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA.....</b>	<b>46</b>
1. A qualidade de vida .....	46
2. Emergência do conceito de Desenvolvimento .....	49
2.1. Políticas de desenvolvimento rural.....	53
2.1.1 Do LEADER ao PRODER: um caminho de sucesso? .....	57
<b>PARTE II. ESTUDO DE UM TERRITÓRIO RURAL: O CASO DE SEVER DO VOUGA .....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO .....</b>	<b>63</b>
1. A metodologia .....	65
1.1. Os indicadores .....	70
2. Enquadramento Geográfico .....	73
2.1. Contextualização na Sub-Região do Baixo Vouga .....	75
<b>CAPÍTULO II. A PAISAGEM .....</b>	<b>80</b>
1. A Paisagem Património (tendencialmente imutável) .....	80
1.1. O património natural.....	80
1.2. O património cultural (material e imaterial).....	85
2. A Paisagem Activa (tendencialmente mutável) .....	89
2.1. O perfil sociodemográfico .....	89
2.2. As actividades económicas.....	95
2.3. O Povoamento.....	100
2.4. Ocupação e usos do solo .....	104
3. A Paisagem Observada .....	107
<b>CAPÍTULO III. O PLANEAMENTO .....</b>	<b>109</b>
1. Contextualização das políticas de planeamento nacional e regional .....	110
2. A gestão territorial em Sever do Vouga: do planeado ao executado .....	113
<b>CAPÍTULO IV. O DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>121</b>
1. Desenvolvimento rural em Sever do Vouga: as políticas LEADER e PRODER .....	122

2. Estratégias para Sever do Vouga: planear o desenvolvimento rural .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>142</b>
ANEXO I – Património Classificado em Sever do Vouga .....	149
ANEXO II – Mapa síntese da paisagem de Sever do Vouga.....	152
ANEXO III – Número total de projectos aprovados, investimento total e valor financiado, por medidas e sub-medidas, no território abrangido pela ADRIMAG .....	153
ANEXO IV – Número de projectos aprovados, por medidas e sub-medidas, nos concelhos da ADRIMAG .....	155

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – As três componentes da organização regional.....	16
Figura 2 – Os tipos de centros e periferias.....	18
Figura 3 – Evolução das relações entre urbano e rural.....	19
Figura 4 – Tipologia dos espaços rurais.....	23
Figura 5 – As duas vertentes da análise da paisagem.....	32
Figura 6 – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 48/98, de 11 de Agosto).....	41
Figura 7 – Ciclo representativo da condição rural.....	43
Figura 8 – Conceitos e elementos da qualidade de vida.....	48
Figura 9 – Pilares da ENDS.....	50
Figura 10 – Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.....	51
Figura 11 – A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal – Entidades Locais LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06).....	57
Figura 12 – As três macro-geografias de Portugal Continental.....	64
Figura 13 – Imagens regionais.....	68
Figura 14 – Unidades e grupos de unidades de paisagem em Portugal Continental.....	68
Figura 15 – Esquema da metodologia de trabalho.....	69
Figura 16 – Indicadores de análise da paisagem de Sever do Vouga.....	71
Figura 17 – Enquadramento geográfico de Sever do Vouga.....	73
Figura 18 – Unidades e grupos de unidades de paisagem na Sub-Região do Baixo Vouga.....	74
Figura 19 – Relevo e rede hidrográfica da Sub-Região do Baixo Vouga.....	75
Figura 20 – Enquadramento de Sever do Vouga nas redes de transportes.....	76
Figura 21 – População residente e estrutura etária da população na Sub-Região do Baixo Vouga.....	79
Figura 22 – Taxa de actividade e população por sectores de actividade na Sub-Região do Baixo Vouga.....	79
Figura 23 – Taxa de analfabetismo e população por nível de instrução na Sub-Região do Baixo Vouga.....	79
Figura 24 – Hipsometria e rios principais de Sever do Vouga.....	80
Figura 25 – RAN e REN de Sever do Vouga (1997), versão vectorizada.....	82
Figura 26 – Localização do património natural do concelho de Sever do Vouga.....	84
Figura 27 – Localização do património histórico do concelho de Sever do Vouga.....	88
Figura 28 – Variação da população entre 1960 e 2001 nos lugares de Sever do Vouga.....	93
Figura 29 – População residente e estrutura etária da população nas freguesias de Sever do Vouga.....	94

Figura 30 – Taxa de actividade e população por sectores de actividade nas freguesias de Sever do Vouga.....	94
Figura 31 – Taxa de analfabetismo e população por nível de instrução nas freguesias de Sever do Vouga.....	94
Figura 32 – Localização das actividades económicas em Sever do Vouga.....	96
Figura 33 – Estrutura urbana de Sever do Vouga.....	101
Figura 34 – Rede principal de transportes de Sever do Vouga. ....	103
Figura 35 – Evolução da ocupação e uso do solo em Sever do Vouga.....	106
Figura 36 – Sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental. ....	110
Figura 37 – Síntese do sistema urbano. ....	112
Figura 38 – Planta de Ordenamento do PDM de Sever do Vouga (1997), versão vectorizada. ....	116
Figura 39 – Área geográfica de intervenção da ADRIMAG.....	122
Figura 40 – Total de projectos apresentados no âmbito dos programas LEADER e PRODER, na área geográfica de intervenção da ADRIMAG. ....	124
Figura 41 – Análise SWOT do território de Sever do Vouga.....	128
Figura 42 – Paisagem natural em mudança (Rio Vouga, lugar do Rôdo em Couto de Esteves).....	129
Figura 43 – Posto de desnatação (Rocas do Vouga). ....	130
Figura 44 – Identificação do posto de desnatação.....	130
Figura 45 – Condicionante morfológica nas áreas industriais (Zona Industrial de Cedrim) .....	131
Figura 46 – Casa da Aldeia (Sever do Vouga), antes das obras de recuperação.....	133
Figura 47 – Casa da Aldeia, após as obras de recuperação.....	133

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas sediadas em Sever do Vouga e na Sub-Região do Baixo Vouga, segundo a CAE-Rev. 3, 2008.....	98
Quadro 2 – Área de cultivo de mirtilos e percentagem de espaço agrícola com cultivo de mirtilos, nas freguesias do concelho de Sever do Vouga.....	99
Quadro 3 – Acções planeadas e executadas do PDM de Sever do Vouga e respectiva avaliação.....	117

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população residente entre 1864 e 2011, em Sever do Vouga. ....	89
Gráfico 2 – Evolução da população por sectores de actividade entre 1864 e 2001, em Sever do Vouga.....	90
Gráfico 3 – Evolução da população residente entre 1864 e 2001, nas freguesias de Sever do Vouga.....	91
Gráfico 4 – Evolução da estrutura etária da população entre 1864 e 2001, em Sever do Vouga.....	91
Gráfico 5 – Percentagem de ocupação do solo nas freguesias de Sever do Vouga, por tipo de espaço, no ordenamento do PDM em vigor e na situação actual. ....	119
Gráfico 6 – Investimento total dos projectos por medida, dos programas LEADER e PRODER, na área geográfica de intervenção da ADRIMAG. ....	125



## INTRODUÇÃO

O Mundo Rural constitui um alargado conjunto de regiões, com dinâmicas opostas ao urbano, e que se iniciam nos limites onde este acaba. Partindo deste conceito os territórios rurais representam uma elevada percentagem de espaço que, no caso português, se encontra bem presente, sobretudo no interior do país, fragilizado e marginalizado. Mas o que são hoje espaços rurais?

Os territórios rurais que existem actualmente reproduzem uma realidade territorial, resultante de sucessivas mutações organizacionais e funcionais, ocorridas à medida que a sociedade evoluiu, e que resultaram em consequências pouco favoráveis para o equilíbrio das suas estruturas socioeconómicas. Os desequilíbrios territoriais, desencadeados com maior expressão no contexto da Revolução Industrial, manifestaram-se através do favorecimento do espaço urbano e declínio do mundo rural. Esta condição, que se foi arrastando e intensificando ao longo de décadas, conduziu a um estado de consciência acerca da necessidade de reabilitar os espaços rurais e conceber novas estratégias, que contribuíssem para criar regiões socioeconomicamente mais coesas. Desde então, o conceito de desenvolvimento, aliado à noção de sustentabilidade, tornou-se o objectivo maior a atingir em todos os territórios, com especial incidência no rural desfavorecido.

Na realidade, a concepção do que hoje é rural é bem mais complexa e assume contornos cada vez mais subjectivos, à medida que a sociedade evolui, os espaços geográficos se alteram e as percepções humanas se ampliam. O que antes se caracterizava com a função principal de produção alimentar e com o predomínio da prática da agricultura, é actualmente um rural com novas funções, que abrange vários sectores de actividade e com modos de vida cada vez mais próximos ao urbano. Caracterizar estes espaços é, portanto, um processo difícil. Não só pela diversidade de tipos existentes, com diferentes dinâmicas territoriais, mas também pela própria heterogeneidade de percepções em relação a um mesmo espaço, tendo em conta os diferentes utilizadores e as várias pretensões.

A dissertação apresentada surgiu da vontade de relançar uma reflexão em torno destas questões colocando, como tal, uma questão primordial: Que estratégias de desenvolvimento para os territórios rurais de hoje? Debruçando-se sobre, as dinâmicas, as problemáticas e as oportunidades territoriais que o mundo rural encara, pretende-se que este trabalho possa constituir um contributo no (re) pensar dos processos de desenvolvimento. Na tentativa de alcançar respostas, e tendo noção que o desenvolvimento rural é uma problemática bastante debatida, interessa adoptar uma metodologia que lance uma perspectiva diferente sobre esta matéria. Como tal, optou-se pelo estudo do território vertido sobre uma análise que engloba: a paisagem, o planeamento e o desenvolvimento.

A finalidade desta metodologia sintetiza-se em quatro objectivos principais:

- Entender a complexidade estrutural da paisagem rural, recorrendo à análise de indicadores;
- Analisar o território planeado, determinando o impacto da aplicação dos planos e políticas de ordenamento territorial na paisagem;
- Reconhecer o caminho seguido na implementação das políticas de desenvolvimento rural;
- Identificar estratégias futuras a considerar no planeamento e desenvolvimento rural.

O âmbito da análise aplicou-se ao estudo de caso do concelho de Sever do Vouga. Situado na Região Centro do país, numa posição transitória entre a dicotomia litoral/interior, reúne um conjunto de aspectos que determinam a existência de uma paisagem diversa que, por sua vez, se reflecte em potencialidades que podem contrariar as adversidades da marcada condição rural.

O trabalho encontra-se estruturado em duas grandes partes. A primeira refere-se à abordagem teórica, que contextualiza as temáticas utilizadas recorrendo à revisão bibliográfica de alguns autores. A segunda parte do trabalho dedica-se concretamente ao estudo de caso.

O estudo inicia-se com o enquadramento conceptual do mundo rural, expondo-o sobre três aspectos: o espaço como cenário e produto social, o espaço como território apropriado e valor identitário e o espaço como lugar gerador de afectos. Para estudar os territórios rurais, as formas de organização e a evolução das estruturas socioeconómicas é essencial entender as relações espaciais que estabelecem com o meio urbano. De forma que a noção de rural só poderá ser compreendida por meio da abordagem da evolução das relações centro-periferia e urbano-rural. Neste capítulo interessa ainda descrever a diversidade de funções que atribuem o carácter multifuncional, característico dos territórios rurais da actualidade, e onde se depositam as oportunidades de desenvolvimento.

O segundo e terceiro capítulo da contextualização teórica inclinam-se sobre os conceitos de paisagem, planeamento e ordenamento do território e desenvolvimento, relevando a sua aplicação ao mundo rural. A paisagem, por abranger todos os elementos físicos e humanos que compõem o território, constitui a forma primária de diagnóstico territorial. Este facto torna a sua análise fundamental, tanto no contexto da objectividade, como no campo da subjectividade das percepções individuais. Considerando que a paisagem rural de hoje não tem as mesmas características que tinha há décadas atrás, pretende-se demonstrar que o conhecimento profundo do território, que advém do seu estudo, é imperativo na identificação de problemas estruturais e no reconhecimento das potencialidades. Sendo, por isso, fundamental na definição de objectivos de ordenamento territorial que sejam concordantes com as necessidades dos intervenientes e dos beneficiários do desenvolvimento.

Ordenar permite definir um conjunto de políticas interdisciplinares que afectam todas as actuações com impacto nos territórios, tendo como objectivo melhorar a qualidade de vida através da gestão equilibrada e integrada dos recursos e do espaço. O planeamento é uma etapa fundamental neste processo, permitindo definir objectivos, traçar medidas de acção e regulamentar as intervenções no espaço, de forma a salvaguardar o desenvolvimento e a sustentabilidade. Nesta temática, contextualiza-se o caminho percorrido na implementação das políticas de ordenamento territorial, através da evolução do quadro legislativo, e enumeram-se os principais desafios a considerar na definição de estratégias de ordenamento rural.

A derradeira, mas central, temática incide precisamente sobre o desenvolvimento como caminho para a melhoria da qualidade de vida das populações. Neste âmbito, é necessário efectuar uma breve abordagem a estes conceitos, referindo as grandes alterações sociais que despoletaram maior consciencialização para estas questões e a complexidade da sua avaliação. Procura-se focar a atenção na adopção do desenvolvimento sustentável como necessidade global de alterar comportamentos e atitudes que não colocassem em causa a preservação dos recursos. Nesta matéria, interessa evidenciar o trajecto que se segue no campo da sustentabilidade territorial, nomeadamente com a adopção da Estratégia Nacional e a sua operacionalização por meio do desenvolvimento local e rural na lógica do *pensar global, agir local*. Considerando que o desenvolvimento rural e a coesão territorial têm constituído objectivos comuns ao nível dos Estados-membros da União Europeia, não seria possível falar em políticas de desenvolvimento rural sem referir as várias iniciativas e programas comunitários. Contudo, neste estudo optou-se por centrar a atenção na análise de dois programas específicos: Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). No caso do LEADER, o seu destaque deve-se ao facto de ter sido precursor de uma metodologia inovadora que privilegiou as políticas locais, dando continuação aos princípios provenientes do desenvolvimento sustentável. A atenção dada ao FEADER relaciona-se com o seu surgimento como política culminadora de um conjunto de programas anteriormente adoptados, e a importância do seu papel de instrumento único de desenvolvimento rural.

A segunda parte da dissertação pretende analisar estas três temáticas centrais, aplicando-as ao estudo do caso do território rural de Sever do Vouga. Composto por quatro capítulos, o estudo inicia-se com o enquadramento, onde se expõe com maior detalhe a metodologia prática, referenciando a escolha dos indicadores usados na análise da paisagem. Efectua-se ainda o enquadramento geográfico do território, dando particular relevância à sua inserção no contexto da Sub-Região do Baixo Vouga, como forma de melhor entender a sua realidade.

O segundo capítulo centra-se na análise da paisagem concelhia, seguindo o conjunto de indicadores previamente referenciados. O objectivo é obter um modelo

territorial que sintetize todos estes elementos analisados e permita identificar as potencialidades e os entraves territoriais.

Este modelo será fundamental para a concretização do terceiro capítulo, dedicado à análise do planeamento. Neste ponto, pretende-se alcançar um dos objectivos primordiais do trabalho, que consiste em confrontar as medidas planeadas no passado com o cenário territorial existente na actualidade, de forma a avaliar o nível de adequação do planeamento às realidades específicas do território.

O último capítulo finaliza o estudo prático com a análise do caminho que se tem seguido na implementação de medidas de desenvolvimento rural e no caminho que se deverá seguir no futuro. Como tal, serão analisadas as políticas LEADER e PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural, no âmbito do FEADER), na área geográfica de intervenção da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (ADRMAG), por permitir efectuar uma análise comparativa entre territórios que agrupam as mesmas problemáticas e requerem soluções semelhantes. No ponto dois deste capítulo efectua-se uma síntese da condição territorial de Sever do Vouga, recorrendo, para isso ao método de análise SWOT. Pretende-se que a exposição das potencialidades/fraquezas e das oportunidades/ameaças, permita revelar mais nitidamente o trajecto a seguir no planeamento para o desenvolvimento.

As considerações finais são o ponto conclusivo do trabalho. Aqui expõem-se as conclusões retiradas das várias análises efectuadas ao longo do estudo.

Na elaboração do trabalho apresentado é fundamental referenciar a recorrência às ferramentas de informação geográfica (software ArcGIS) como uma importante mais-valia. A representação cartográfica e as várias análises territoriais, particularmente dos elementos paisagísticos, só foi possível graças à capacidade de armazenamento e sobreposição do vasto conjunto de dados utilizado na composição do estudo prático.

## PARTE I. OS TERRITÓRIOS RURAIS

### CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DA NOÇÃO DE RURAL

#### 1. Espaço, território, lugar

Para estudar um território, perceber a sua organização e dinâmica, é essencial entender como se desenvolveu a ocupação humana e como se distribuíram os diferentes tipos de usos no espaço. O espaço geográfico é, assim, o cenário da compreensão de qualquer análise que se prenda com as dinâmicas territoriais.

DOLLFUS (1976) refere o duplo carácter do espaço geográfico, considerando-o localizável e diferenciado. Localizável, porque se situa num local específico da superfície terrestre e diferenciado porque, no contexto da sua localização e evolução, é um fenómeno único que não se repete em outro lugar ou momento. Segundo o autor, não será tanto a sua localização que importa, mas sim a sua situação num conjunto mais vasto e a relação que mantém com outros espaços desse mesmo conjunto.

Numa outra acepção, LEFÉBVRE (1974) aborda o espaço como um produto social, resultante dos movimentos laborais. Na sua interpretação de influência marxista, o autor identifica duas formas de produção do espaço: por um lado, por meio da produção de “coisas”, referindo-se aos bens materiais, por outro lado, através da produção imaterial, manifesta na reprodução das relações surgidas nos processos produtivos e a partir das quais se constrói a própria sociedade. ISNARD (1982) explora esta mesma perspectiva, encarando o espaço geográfico como um produto social, que resultou da transformação e organização do meio natural. Da afirmação que “o espaço geográfico nasce da iniciativa humana e exprime o projecto próprio de cada sociedade” (p. 47), subentende-se que é a acção humana que condiciona o percurso das mutações espaciais. Neste âmbito, “todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção” (M. SANTOS, 1988, p. 21). M. SANTOS (2000) refere ainda que o espaço geográfico pode ser definido através de duas categorias: a sua configuração territorial e as relações sociais. Considera a configuração territorial como sendo o sistema natural existente em determinado local e as alterações introduzidas pelo homem sobre esse sistema. O autor não crê, no entanto, que a configuração territorial tenha propriamente a ver com o espaço, é antes, a expressão das relações sociais que se materializam no local e o configuram. Afirma, inclusive, que a configuração territorial é um produto da história, isto é, desde o espaço natural original até à perda das características primárias, resultantes da humanização.

Quando se refere o espaço geográfico no sentido de pertença, de apropriação social de um local com fronteiras, faz mais sentido referir a noção de território, diferente de espaço. Num sentido mais amplo, os territórios referem-se a espaços delimitados por fronteiras e que estão sob a jurisdição de alguma entidade individual ou colectiva, pública ou privada, “implica uma apropriação, um ordenamento, uma identificação por parte de um grupo social” (GASPAR, 2004, p. 182). A noção de território não é, assim, tão ampla como a noção de espaço (geográfico). O território implica a existência de uma identidade, uma ligação a um determinado local que é partilhada pelos indivíduos que pertencem a esse mesmo local, num sentimento de propriedade ou de posse.

Todos os territórios evoluíram (historicamente) a partir de espaços que foram dominados e assumiram dimensões mais objectivas, no que respeita à estruturação. Cada um destes locais distingue-se dos restantes devido à forma como se desenvolveu, na sua relação com outros territórios, e no estabelecimento de uma identidade única. As dimensões da territorialidade variam e assumem conotações diferentes à medida que a escala espacial aumenta.

O desenvolvimento da sociedade reproduz novas formas territoriais ou territórios transformados, que surgem a partir da evolução das relações entre sociedade e espaço. Estas relações materializam-se na criação de lugares, ou seja, espaços apropriados e vividos, a partir do qual se “constitui uma identidade habitante-lugar” (CARLOS, 2007, p. 41). Desta forma, o lugar poderá ser considerado uma forma territorial dentro de um território mais vasto, porque implica apropriação emocional de um espaço com significado para um só indivíduo ou para um grupo social. Como refere SANTOS (2002), o espaço reflecte a importância de lugares como recursos, os quais, por sua vez, atribuem importância e significado a determinado local. O autor refere ainda que é no mesmo espaço que criamos outros espaços, dos quais somos parte integrante e nos revemos através de sentimentos de pertença. CRESSWELL (2004) realça este mesmo aspecto, diferenciando lugar, dos conceitos de território, de espaço e de paisagem, considerando que o lugar está em qualquer parte, desde que lhe tenha sido atribuído significado.

TUAN (1996) refere-se ao sentido de lugar, entendendo-o como a capacidade das pessoas discernirem sobre determinados locais. Percebe-se que os lugares atraem a atenção pelo impacto visual, precisamente pelo simbolismo que podem conter ou representar. Contudo, a ligação emocional não se associa somente ao que a visão capta, mas antes a ligações mais profundas, olfactivas, sensoriais, tácteis e psicológicas, com o meio, em que “sentir é conhecer” (TUAN, 1996, tradução nossa, p. 446). Daqui resulta a diferenciação de lugar em: símbolo público e campo afectivo ou de pertença. O primeiro diz respeito aos locais que chamam de imediato a atenção por serem reconhecidos enquanto símbolos pela visão, o segundo é mais difícil de identificar porque não se projecta na imagem, depende sim das emoções que desperta em cada indivíduo e da valorização sensorial para além da visão.

O espaço geográfico que existe hoje é, portanto, a reprodução da realidade territorial resultante de sucessivas mutações organizacionais e funcionais, que ocorreram à medida que a sociedade evoluiu. “palco de acções e influenciador dos protagonistas da acção” (SANTOS, 2002, p. 3), representa, o testemunho das vontades de diferentes épocas e contextos políticos, económicos e sociais (Figura 1). Este espaço pode ser um território com limites definidos e encontrar-se inserido num conjunto mais vasto, distinguindo-se pelo seu relacionamento com outros territórios. Pode tratar-se ainda de um lugar, que por ser um cenário de relacionamentos emocionais, desperta sentimentos de pertença nos indivíduos, é simbólico e fruto de uma herança, ou seja, representa “uma componente essencial do que nós somos, individual e colectivamente, da nossa identidade” (CAVACO, 2003, p. 192).

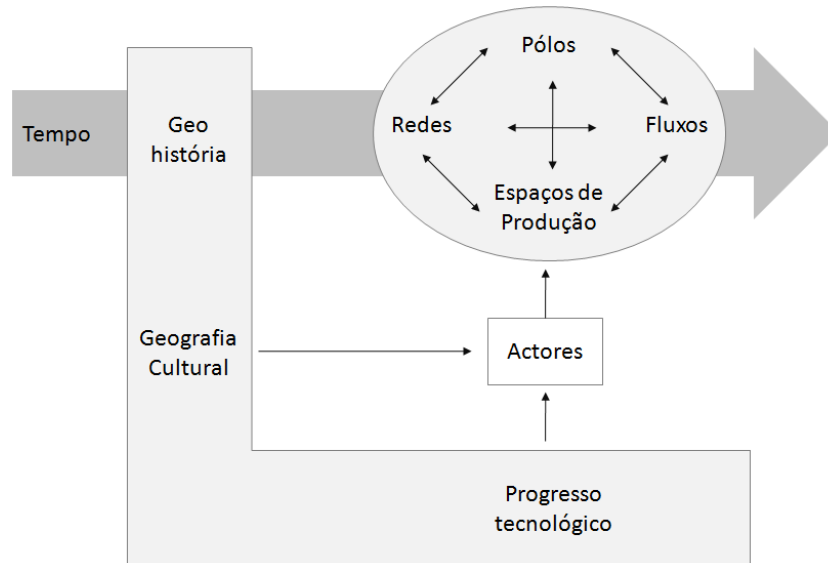
As sociedades são as responsáveis por dotar os territórios com características próprias e simbólicas. Se a sociedade molda o local que ocupa de acordo com os seus modos de vida e pretensões, este projecta um determinado ambiente social que o torna um local de pertença para os indivíduos que aí habitam ou habitaram. “Qualquer sociedade humana vive num espaço que considera como necessário para a sua existência, quer seja em virtude de uma herança biológica, quer de uma tradição cultural” (ISNARD, 1982, p. 30).

Entender o espaço geográfico é, por isso, algo que não se limita à análise da sua forma, dos seus componentes estruturais. É fundamentalmente entender o modo como é percebido pelos diferentes indivíduos e como responde às necessidades específicas de cada grupo social (população, visitantes, gestores, investidores, etc.). Como é referido por M. SANTOS (2000), para analisar um espaço geográfico é necessário ir mais além das suas funcionalidades e procurar perceber as motivações que estão na origem das acções.

O espaço que é geográfico é também um espaço percebido. Percebido em função de cada indivíduo e do seu papel na sociedade e segundo as necessidades e os desígnios das diferentes épocas. A percepção de cada indivíduo ou grupo social permite que um mesmo local tenha significados diferentes e possa ser mais ou menos valorizado. Desta forma, o espaço é mais do que a realidade física, dele fazem parte uma série de elementos que despertam estímulos sensoriais relacionados com aspectos imateriais de ordem cultural, religiosa, mítica. “Cada grupo humano tem uma percepção própria do espaço que ocupa, e que de uma forma ou outra lhe pertence” (DOLLFUS, 1976, p. 53), e é objecto de representação.

Ao ser entendido como um produto histórico e social, subentende-se que as actividades sociais se materializam espacialmente, ao longo do tempo (CARLOS, 2007), determinando a dinâmica do espaço e a sua organização. Contudo, se este se forma pela acumulação das actividades humanas ao longo dos tempos, também o momento presente é importante porque lhe confere a funcionalidade e o dinamismo que lhe dão vida (M. SANTOS, 2000). A conjugação das dinâmicas espaciais passadas e presentes,

juntamente com as percepções e desejos emanados dos vários grupos sociais, é o caminho para antever a estruturação dos territórios no futuro (Figura 1).



Fonte: MARCHAND, 2001

Figura 1 – As três componentes da organização regional.

### 1.1. Organização do espaço geográfico

Como se organiza o espaço geográfico? Que factores influenciam a disposição e dimensão dos diferentes lugares? Quais são os condicionantes espaciais da distribuição da população e das actividades? Estas são algumas das questões que são passíveis de se colocar quando se pretende compreender a estrutura de um determinado local.

Todos os territórios são constituídos por áreas abertas (naturais ou artificiais), pelas estruturas físicas (edificações) e pela população, que aí se movimenta e desenvolve as suas actividades, criando um emaranhado de fluxos que resultam das funções que lhe estão associadas. A presença do homem contribui para a diversificação do espaço natural, que aumenta à medida que as intervenções se multiplicam e o espaço se socializa, (M. SANTOS, 2000). O mesmo autor entende que o espaço é uno mas diversificado e a produção é o grande factor impulsionador desta diversificação, contribuindo para atribuir funções aos lugares e para criar identidades e unidades. De facto, o aumento e a distribuição das várias actividades humanas contribui para segmentar o espaço geográfico, de acordo com a funcionalidade predominante, e torná-lo mais complexo. No mesmo território, coexistem várias categorias espaciais, cada uma especializada em determinada função, mas que conjugadas fazem parte de um todo. No dia-a-dia é, assim, possível distinguirem-se, espaços residenciais, espaços de trabalho, espaços de consumo, espaços culturais, espaços de lazer e espaços naturais. As várias funcionalidades provêm dos diferentes usos que são atribuídos ao espaço e que se relacionam com a rotina social. O espaço geográfico é, assim, formado por um conjunto de funções que se interrelacionam e constituem um todo organizado



pela sociedade. São estas funções as forças transformadoras e renovadoras dos espaços geográficos e que têm, hoje, nos territórios de consumo uma expressão superlativa.

A dinâmica da organização espacial depende da forma como a população e as suas actividades foram sendo geograficamente distribuídas. No entanto, da observação dos espaços geográficos, independentemente da sua dimensão, evidencia-se uma característica que é comum a todos e que se trata do lugar central. Este ponto, sendo habitualmente o local de ocupação mais antiga a partir do qual se disseminou a ocupação humana, é agregador das funções que servem as necessidades de outros locais de menor dimensão, que se encontram sobre o seu domínio. A estruturação do espaço geográfico é, assim, definida pela localização de funções num centro que, por sua vez, são desempenhadas para áreas tributárias, como refere LOPES (1980).

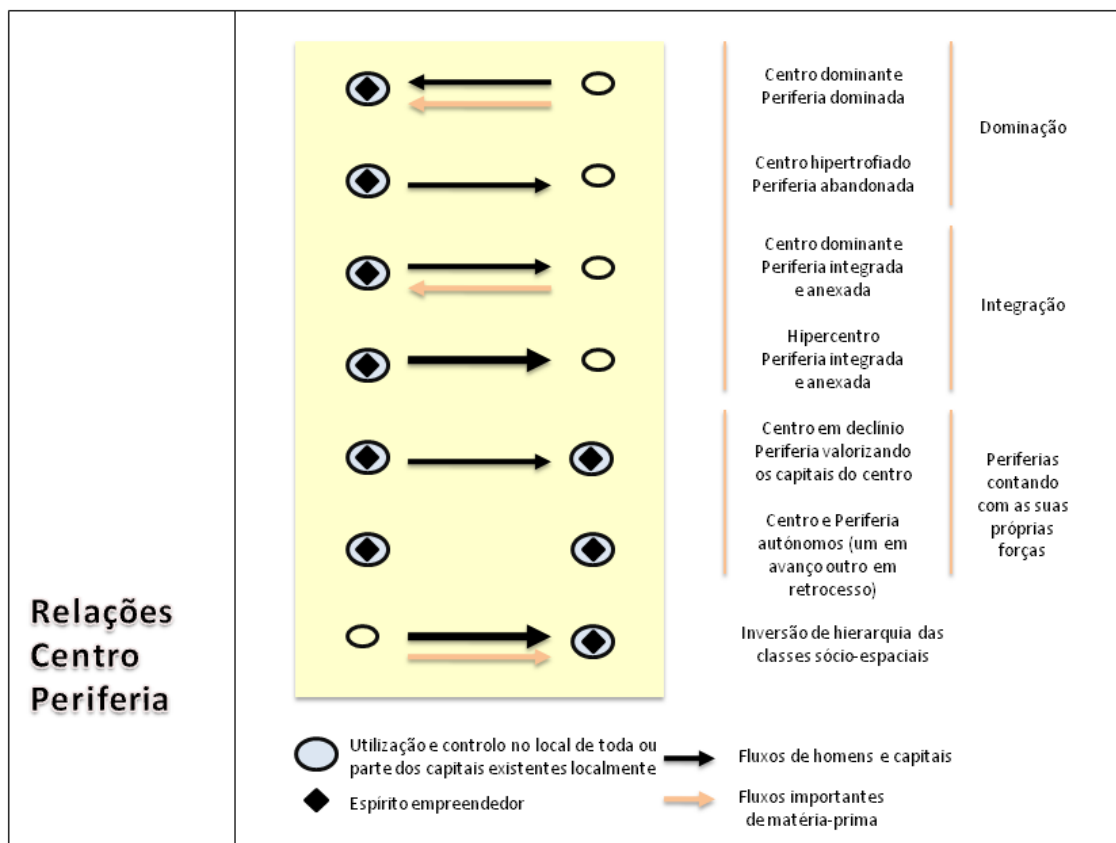
A noção de centralidade é abordada, pela primeira vez, na teoria dos lugares centrais de CHRISTALLER<sup>1</sup>. O geógrafo alemão procurou teorizar uma explicação que justificasse a quantidade, a dimensão e a localização de lugares num sistema urbano, tendo em conta as relações funcionais entre esses espaços. Ser central surge assim como a característica mais importante de um espaço, porque significa agregar um conjunto de funções que lhe permitem ser distribuidor de bens e serviços. A dimensão e diversificação funcional é que conferem maior ou menor centralidade ao espaço, sendo mais central quanto mais e diversas funções possuir. Por sua vez, quanto mais central for um espaço, maior capacidade polarizadora terá.

REYNAUD (1981) procura definir o conceito de centro contrapondo-o à noção de periferia. Numa acepção relativa, o autor identifica centro como: local onde se reúne uma elevada massa populacional, local com nível de vida mais elevado e local com nível de desenvolvimento mais antigo. O centro é caracterizado pelas suas várias capacidades: produtor, agregador de actividades, capitais, tecnologia e mão-de-obra qualificada, concentrador de recursos, de poder e ideias e capaz de se auto-desenvolver. Pelo contrário, a periferia identifica-se pela baixa produtividade, baixo nível de vida, população mais dispersa, fraco poder de decisão e dependência do centro. Não obstante a distinção dos dois conceitos, os dois tipos de espaços complementam-se em relações hierárquicas, que o autor identifica em vários tipos (Figura 2), estabelecidas pela troca de fluxos: de pessoas, de capitais, de bens e de informação.

O centro destaca-se, assim, por padrões de elevada densidade em relação à sua envolvente. Esta densidade evidencia-se: ao nível da centralização de actividades, da concentração populacional, ligada ao exercício das diversas funções, da elevada mancha de espaço edificado e na disseminação da informação.

---

<sup>1</sup> “Die zentralen Orte in Süddeutschland” (1933).



Fonte: REYNAUD, 1981

Figura 2 – Os tipos de centros e periferias.

A sociedade, sendo organizadora e indutora de modificações, contribui para a formação de estruturas políticas, socioeconómicas, culturais e ambientais com diferentes características. Estas características permitem distinguir e comparar realidades espaciais diferentes, cujas diferenças manifestam-se em termos de desenvolvimento e de relacionamentos entre espaços (Figura 2). Ou seja, as desigualdades nos níveis de desenvolvimento geram hierarquias espaciais, estabelecidas a partir de relações de dependências. Estas diferenças no desenvolvimento territorial notam-se entre o centro, acumulador de funções e polarizador, e as áreas periféricas envolventes, sob a sua influência.

A definição de hierarquias espaciais encontra-se bastante dependente do sistema de redes existente entre lugares e da capacidade de mobilidade. O nível de alcance do centro depende, não propriamente da distância física, mas da existência de infra-estruturas de ligação deste às áreas envolventes. Ou seja, o centro é tanto mais polarizador quanto maior for a sua influência que, por sua vez, depende das ligações de redes e da sua fluidez.

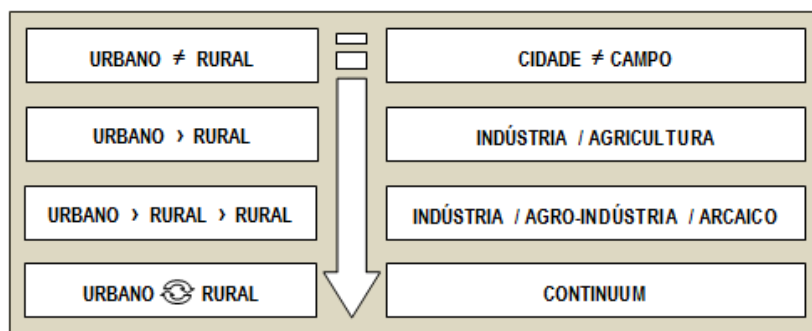
Ao fazer-se referência às ligações de redes, não se trata somente de atribuir importância às infra-estruturas e deslocamentos de transportes de pessoas, bens e mercadorias e às redes de comunicações, trata-se também de valorizar a circulação de informação, de tecnologia e de inovação. Como nos recorda M. SANTOS, (2000) as

redes são também sociais e políticas, pela difusão de ideias e valores e, por isso, devem ser consideradas, não apenas na sua realidade material, mas também imaterialmente pelo seu feito social. Por outro lado, a fluidez das redes é decisiva nas velocidades de circulação e de transmissão, sobretudo numa sociedade onde a relação entre tempo-espaço é cada vez mais curta, devido à rapidez com que ocorrem mudanças, incluindo na própria percepção das distâncias.

## 2. O Mundo rural

O espaço geográfico, que pode ser território ou lugar, distingue-se, amplamente, sob duas formas: urbano ou rural. Neste sentido, a concepção primária de rural baseia-se em tudo o que não é urbano. Esta antítese urbano/rural ou cidade/campo foi fundamental na definição de ambas as noções e na análise da evolução espacial dos territórios. Na verdade, o entendimento das dinâmicas do mundo rural só estará completo se tiver em conta o desenvolvimento das relações com o mundo urbano, de modo que é necessário encarar esta relação como um *continuum*.

A oposição histórica entre rural e urbano é evidenciada através de uma série de características relacionadas com a organização espacial, decorrente da distribuição da população, das actividades económicas dominantes e das dinâmicas sociais e territoriais. Na realidade, esta distinção tem sofrido alterações tornando-se cada vez mais complexa, à medida que a sociedade evolui e os espaços geográficos se alteram. Ao longo dos tempos, é possível distinguir períodos históricos que marcaram diferenças substanciais nas relações entre urbano e rural e, logo, no caminho evolutivo destes espaços. FERRÃO (2000) refere a existência de quatro fases marcantes: A “velha oposição”, de linhas bem definidas, entre urbano e rural, a supremacia do “mundo urbano-industrial” sobre o “mundo rural arcaico”, a “nova dicotomia” entre um rural modernizado e o urbano e, mais recentemente, as novas relações entre urbanos e um “mundo rural não agrícola” (Figura 3).



Fonte: elaboração própria a partir de  
FERRÃO, 2000

Figura 3 – Evolução das relações entre urbano e rural.

No período clássico, que antecedeu a Revolução Industrial, os espaços urbanos e rurais coexistiam com fronteiras bem definidas, sendo reconhecidos pela dicotomia cidade-campo. FERRÃO (2000) afirma que o mundo rural se organizava em torno de uma *tetralogia* de aspectos que constituíam o oposto à realidade urbana: a função predominante de produtor de alimentos, a agricultura como principal actividade económica, o campesinato como grupo social de referência e uma paisagem demonstrativa do equilíbrio entre natural e humano. O carácter funcional encontrava-se bem determinado: de um lado o campo produtor de bens alimentares, do outro lado a cidade, consumidora. O desenvolvimento socioeconómico dos territórios processava-se a ritmos semelhantes e, por isso mesmo, o relacionamento situava-se num ponto simbiótico de complementaridade, mas sempre entre dominância e dominado, devido às características das suas funções (Figura 2).

A Revolução Industrial lançou o grande ponto de viragem nas dinâmicas espaciais, traduzido no crescimento de assimetrias territoriais: a ascensão desenfreada das cidades e o gradual declínio dos campos. A um mundo rural de características seculares veio opor-se a sociedade urbano-industrial (NAVE, 2003). O que se reproduziu espacialmente foi uma concentração das atenções nos espaços urbanos, fruto da modernização industrial e do aumento das actividades económicas. Enquanto, que o mundo rural, ao perder protagonismo económico e social, viu-se passado a segundo plano, tendo pela frente a posição de duplo abastecedor das cidades, alimentos por um lado, e mão-de-obra a baixo custo, por outro. Posteriormente viria a aparecer uma condição de triplo abastecimento: o de fornecedor de solos, face ao crescimento desenfreado das cidades que voltou as atenções para os valores competitivos dos solos periféricos.

Toda esta capacidade de atracção das novas urbes gerou efeitos no mundo rural. Os rendimentos familiares provenientes da agricultura deixaram de satisfazer as necessidades dos trabalhadores, que viram no sector industrial uma oportunidade de melhorar a capacidade financeira familiar. Iniciou-se, assim, o desenvolvimento das correntes migratórias no sentido campo-cidade, traduzido no fenómeno de êxodo rural. O aceleração dos movimentos desencadeou o envelhecimento da pirâmide etária e o aumento das tendências de despovoamento rural, reforçando a “incrustação do rural no urbano” (BAPTISTA, 1993), ou seja, a convivência, em espaços urbanos, de pessoas provenientes do meio rural.

A sociedade e os modos de vida também sofreram as consequências do “processo de desagregação do mundo rural” (NAVE, 2003, p. 131). As comunidades camponesas, encontrando-se numa situação de crescente marginalidade, viram-se cada vez mais isoladas. As redes de infraestruturas e o acesso a equipamentos concentraram-se nas cidades deixando os rurais mais limitados, pela própria restrição demográfica ou pelo crescente isolamento. O afastamento, que condicionou igualmente a difusão da informação e a participação mais activa na sociedade, proporcionou uma maior

relação de proximidade com a natureza e modos de vida mais tradicionalistas. As relações mantêm-se complementares mas com a superioridade do urbano sobre o rural. Como refere ISNARD (1982), “é a indústria que confere o poder aos estados e estrutura as sociedades e os seus espaços” (p. 182), porque a sua capacidade multiplicadora, em termos económicos, é avassaladora.

Novas mudanças são verificadas quando a industrialização se difunde e atinge os meios rurais. Com a mecanização e a implementação do modo de produção agro-industrial, a agricultura sofre alterações que lhe conferem capacidade competitiva nos mercados. Esta mudança transformou irreversivelmente o campo, os modos de vida e a estrutura social e económica, sobretudo ao nível da subsistência familiar.

A automatização da produção atribuiu uma nova dimensão à actividade agrícola. O desenvolvimento de fertilizantes e pesticidas e a especialização produtiva, através da introdução de monoculturas, favoreceram a actividade e permitiram a obtenção de rendimentos mais elevados. Com estas modificações o número de trabalhadores afectos à actividade diminuiu drasticamente e, enquanto os proprietários fundiários viram os seus rendimentos aumentarem substancialmente, para a maioria das famílias, o sector primário deixou de ser a fonte predominante de rendimento.

A explosão industrial fez disparar, a rápida velocidade, a urbanização dos espaços e a população. As cidades densificaram-se a um ritmo acelerado e depressa extravasaram os seus antigos limites e os seus habitantes para o exterior. Os campos, atravessados no caminho desta propagação urbana, foram invadidos e agregados aos pólos de influência citadina, num processo de rurbanização. Face à elevada pressão imobiliária nos centros das urbes e à consecutiva falta de espaço, as indústrias, sobretudo de maior dimensão, passaram a localizar-se em espaços rurais periféricos. O rural, que antes se dedicava quase exclusivamente às actividades agro-florestais, vê-se agora detentor de um novo mercado de trabalho com rendimentos familiares bastante superiores aos da agricultura. Como refere LOURENÇO (1993), o modo de vida rural tradicional alterou-se visivelmente com a ocupação urbana dos espaços agrícolas e com a descentralização das indústrias. Aumentou a pluriactividade e a prática da agricultura a tempo parcial, em grande parte apenas como forma de subsistência.

A invasão do espaço rural pelas dinâmicas urbanas despoletou uma “redistribuição populacional” (FIELDING, 1994), embora muito mitigada, caracterizada pela saída de pessoas dos grandes aglomerados urbanos para as pequenas cidades e vilas em seu redor. Este fenómeno, designado de *contra-urbanização*, manifestou-se por vários motivos, referidos por FIELDING (1994). Uma das razões que desencadeou este movimento surgiu na sequência de um sentimento “anti-urbanístico”, gerado pela diminuição da qualidade de vida nas cidades. As áreas rurais tornaram-se mais atractivas por oferecerem o espaço, a tranquilidade e a segurança que já não existia nos meios urbanos. A implementação de políticas descentralizadoras influenciou igualmente a *contra-urbanização*, sobretudo ao nível da criação de meios para as

peças, bens e serviços se deslocarem para as periferias. O que se verificou, nomeadamente, na melhoria das acessibilidades, nos preços competitivos dos terrenos periféricos e no aumento do custo de vida nos centros urbanos. Verifica-se ainda outro tipo de movimentação que abrange uma determinada faixa etária, referente ao período pós idade da reforma. Trata-se, neste caso, do retorno à terra natal ou apenas de indivíduos que procuram alguma tranquilidade numa fase mais avançada das suas vidas.

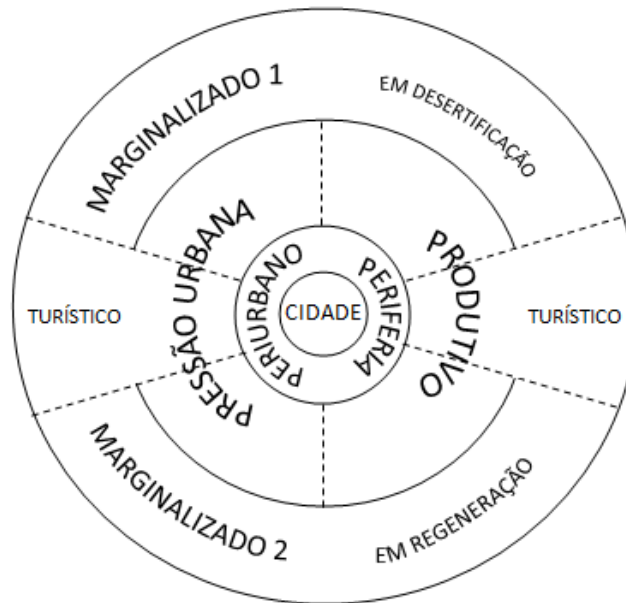
De um modo geral, a *contra-urbanização* contribui para alterar as estruturas das economias rurais de forma positiva, no sentido em que gerou maior diversidade funcional, aumentou a empregabilidade, proporcionou maiores rendimentos familiares, reduziu as migrações, facilitou a aquisição de habitações unifamiliares e contribuiu para a reabilitação do património edificado. Contudo, o reverso da medalha é também visível no surgimento de alguns dos problemas, semelhantes aos que provocaram inicialmente a *contra-urbanização*. Tratam-se do aumento do nível de vida para os habitantes rurais economicamente mais desfavorecidos, o incremento da concorrência gerada pelo aumento das actividades económicas e o mercado de trabalho mais instável. Para além disso, a deslocação de elevado número de trabalhadores que, optando pela vida em meio rural, mantêm o emprego na cidade, obriga a deslocações diárias que sobrecarregam as vias de comunicação.

Estas transformações não se expandiram nem chegaram a todos os territórios rurais. Dependentes das acessibilidades e infraestruturas que possam favorecer a deslocação e a circulação de pessoas, bens e serviços, nem todos os locais usufruíram das condições propícias para o desenvolvimento tecnológico, sobretudo os mais isolados e de difícil acesso. De modo que as dicotomias passaram a assumir novas formas, que não se cingem ao urbano/rural, mas passam a englobar o rural/rural, sendo habitualmente referido o rural profundo por se assumir como um espaço duplamente marginal.

KAYSER (1990) identifica quatro tipos de espaços rurais que se organizam espacialmente numa lógica hierárquica, em torno de um pólo urbano central (Figura 4). O primeiro tipo de espaço localiza-se nas periferias dos centros urbanos, no local de encontro entre a urbanização e a sociedade rural. O segundo tipo caracteriza-se pela estrutura fundiária produtiva, mas que, no entanto, sofre pressões decorrentes da expansão periurbana. À medida que o centro urbano se distancia surge um terceiro tipo de espaço designado de rural “profundo”, por se encontrar numa situação de marginalização e por estar mais próximo ao ambiente natural. O autor identifica ainda um quarto tipo presente em todas as tipologias e caracterizado pela existência de actividades urbanas, nomeadamente, o turismo.

Seguindo o caminho que se impunha da diferenciação rural/rural, CAVACO (1996) agrupa os territórios rurais em três grandes grupos: os espaços rurbanos, os campos intermédios e os campos profundos. Os primeiros situam-se no seguimento dos

espaços periurbanos e são fortemente influenciados pela cidade, o que se materializa nos movimentos diários pendulares e nas constantes mudanças de ocupação do solo causada pela expansão urbana. Os campos intermédios são espaços de charneira que se localizam entre os rurbanos e o rural profundo. Aqui subsiste a presença da agricultura que, em conjunto com outras actividades económicas, potencializa as capacidades de desenvolvimento. Os campos profundos situam-se num patamar ultraperiférico, porque se encontram completamente à margem das dinâmicas territoriais sob influência dos pólos urbanos.



Fonte: KAYSER, 1990

Figura 4 – Tipologia dos espaços rurais.

REIS (2003), tal como KAYSER (1990), diferencia quatro realidades rurais da seguinte forma: o rural urbano, espaço urbanizado com forte presença do sector secundário e terciário e elevada densidade demográfica; o rural assente na indústria e nos serviços, resultante do processo de urbanização difusa; o rural de baixa densidade, com forte presença da agricultura e rarefacção territorial e o rural agrícola, com a hegemonia da agricultura bem visível no território.

Esta nova dicotomia rural-rural resulta da diferenciação entre territórios que foram capazes de se modernizar ou assim obrigados, por proximidade ao dinamismo urbano, e territórios que por estarem mais afastado dos pólos de influência se mantiveram com níveis de desenvolvimento e modos de vida bem diferenciados dos cidadãos. A fragmentação do mundo rural originou novos graus de assimetrias territoriais, cada vez mais complexas e difíceis de inverter. Por um lado, revela-se vitimizado pela contínua propagação do urbano, subdividido em diferentes tipos de espaços (urbanos, suburbanos, periurbanos), que ganham território ao campo e esbatem as fronteiras entre o início de um e o fim de outro. As consequências manifestam-se, positivamente

quando existe continuidade e articulação equilibrada do ambiente urbanizado para o ambiente ruralizado, e negativamente nos casos em que se verificam conflitos nas ocupações dos solos. Por outro lado, existe o mundo rural, que começa nos presumíveis limites das áreas urbanas, e se encontra isolado destas. À medida que se caminha para o interior diminuem as relações de interdependência com os espaços mais polarizadores e o rural torna-se mais profundo, mais isolado, mais despovoado e mais fragilizado.

Mais recentemente, o mundo rural assume novos contextos. Os gestores territoriais encontram-se mais conscientes da condição de subaproveitamento destes locais e das questões do despovoamento acelerado que têm vindo a enfrentar, voltando as suas atenções para formas alternativas de rentabilizar os recursos locais. O campo recupera algum do protagonismo outrora perdido para as cidades e ganha a atenção do habitante urbano, atraído, ora pelo sentimento de nostalgia, ora pela necessidade de fuga ao quotidiano. Todo este despertar para o mundo rural fomenta outro tipo de alterações, exemplo disso é a melhoria nas acessibilidades e infra-estruturação e a construção de equipamentos, acções estas que vieram a tornar-se determinantes na diversificação económica.

Na actualidade, quando nos referimos à era da globalização, sustentada pela evolução tecnológica, referimo-nos à intensificação das relações de proximidade entre territórios e modos de vida. O Mundo Rural do século XXI encontra-se menos isolado e as diferenças entre a sociedade rural e a sociedade urbana atenuam-se. Os espaços rurais são cada vez menos espaços de presumível estabilidade (GASPAR, 2004), porque as suas dinâmicas territoriais intensificaram-se.

Não obstante, todas as modificações que se verificaram ao longo dos tempos, que contribuíram para a construção do mundo rural, e dentro deste de diferentes realidades, continuam a existir alguns aspectos comuns que permitem identificar de imediato os territórios marcadamente rurais. KAYSER (1990) sintetiza-os da seguinte forma: a baixa densidade populacional e edificada, a predominância do coberto vegetal, a preponderância para as actividades económicas agro-silvo-pastoris, o modo de vida caracterizado pela pertença a pequenas comunidades, relacionadas particularmente com o espaço, e uma identidade relacionada com a cultura camponesa. A esta noção de KAYSER (1990) acrescenta-se ainda que o rural existe numa relação de dependência, mais ou menos marcada, em relação a um pólo exterior que o controla, não sendo, por isso, totalmente autocéfalo (RÉMY e VOYÉ, 1994). MORENO (2007) desenvolve afirmando que, "o rural está em parte receptivo ao domínio e ao 'encanto' das ofertas urbanas, em parte reactivo, de forma mais ou menos subtil, às manifestações de intenção exploradoras da cidade" (p. 123).

DINIZ e GERRY (2002) encontraram uma definição convencional que descrevia o mundo rural, na sua complexidade e multi-dimensionalidade, como sendo um conjunto de territórios compostos por aldeias, vilas e sedes de concelho e também por



espaços naturais e áreas cultivadas. Estas comunidades interrelacionam-se e caracterizam-se pela diversidade de actividades económicas.

Esta afigura-se uma concepção típica que é comum a todos os espaços rurais, de uma forma mais ou menos fidedigna, consoante os diferentes tipos, abordados anteriormente. Neste âmbito, como o conceito não é estático nem se reporta a um só estado, a percepção da ruralidade, por parte de cada indivíduo ou grupos sociais, revela-se essencial na atribuição de diversos significados consoante as diversas perspectivas. Na óptica dos habitantes são áreas deficitárias ao nível estrutural, com poucas oportunidades para os indivíduos na idade activa. Do ponto de vista dos urbanos, o rural proporciona um ambiente mais tranquilo e próximo à natureza, diferente da confusão e “stress” da vida urbana, o que torna estes espaços atractivos como meio de escape. Para os investidores, emerge como uma fonte de recursos com fortes potencialidades para explorar, mas onde existe alguma dificuldade de implementação de medidas dinamizadoras, causada pela falta de iniciativa das populações e pela predominância de atitudes comportamentais conservadoras e tradicionais. Para os gestores territoriais significa um constante desafio na busca de meios dinamizadores que captem a atenção do investimento e que forneçam condições de fixação da população e de melhoria de qualidade de vida.

Na realidade, constata-se que a concepção de rural é bem mais subjectiva e, por isso, mais complexa do que transparecem as definições mais genéricas. Caracterizar os territórios rurais de hoje é, por isso, um processo difícil. Entende-se igualmente, e como bem recorda BAPTISTA (2003), que a diferenciação entre urbano e rural assenta, nos dias que correm, mais em critérios respeitantes à distribuição da população e das actividades no espaço, do que em diferenças sociológicas. De modo que, actualmente, é cada vez mais perceptível que a dicotomia urbano/rural deve antes ser entendida no sentido da existência de espaços com características diferentes mas cujas relações hierárquicas não permitem que sejam vistos dissociadamente.

### **2.1. Dos novos usos à territorialização do mundo rural**

O mundo rural quebrou a relação com dois dos aspectos que o caracterizavam: a produção alimentar como função principal e a agricultura como actividade dominante. A sociedade rural deixou de se confundir com a actividade agrícola e esta já não unifica a sociedade rural (BAPTISTA, 2003). Assistimos, assim, nestas últimas décadas à ressurgência dos territórios rurais com uma nova faceta de *não agrícola*, que transformou, de algum modo, as estruturas destes meios e a relação antagónica que desde sempre mantiveram com o urbano. Mas qual é a dinâmica deste meio rural *não agrícola*, considerando a desde sempre associação ao campo e à agricultura?

Designar o rural de *não agrícola* poderá não ser a expressão mais representativa da realidade constatada actualmente nestes territórios. Esta designação pretende antes vir ao encontro da situação de perda de importância que outrora a actividade agrícola

detinha e não da ausência da sua prática. É, assim, preferível falar em novos usos do espaço, pluriactividade ou multifuncionalidade, porque são estes os fenómenos que melhor retratam a dinâmica actual dos territórios rurais.

BAILLY (2006) identifica três tipos de usos que contribuem para reforçar o carácter multifuncional dos meios rurais. O uso produtivo, não somente agrícola mas de outras actividades que constituem uma mais-valia económica, tais como, a floresta, a produção energética, a extracção mineral e a instalação de grandes infra-estruturas. Os usos industriais e de serviços, cuja implantação é mais passível de se efectuar na proximidade às áreas urbanas ou junto de locais que usufruem de boas acessibilidades. Os usos de conservação da natureza, relacionados com a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais vitais à vida humana. Os usos residenciais e de lazer, que compreendem a função de consumo dos espaços/paisagens com fins recreativos.

A multifuncionalidade rural encontra-se bem representada na ocupação e distribuição de diferentes actividades económicas no espaço. A agricultura, mesmo já não sendo dominante, é indissociável do rural e, por isso, o seu papel na sustentabilidade dos territórios é fundamental. A sua prática ocorre em duas situações distintas, tratando-se maioritariamente de pequenas explorações de subsistência, que servem de rendimento complementar às famílias rurais, mas encontrando-se também como principal fonte de rendimento familiar, em explorações de dimensão empresarial. Esta última situação abriu lugar ao estabelecimento do sector agro-industrial em meio rural. Com os progressos tecnológicos a favorecerem a especialização produtiva e a produção em massa, foram surgindo pequenas e médias empresas agro-industriais, com capacidade competitiva nos mercados, que acabaram por substituir o modo de produção artesanal. Contudo, face ao surgimento de novos segmentos de mercado voltados para produtos de alta qualidade, os métodos tradicionais adquiriram novo valor e foram reabilitados. Em territórios económica e socialmente mais desfavorecidos a “recuperação e revalorização dum património cultural camponês, anterior à aceleração da mecanização, motorização, homogeneização de raças, variedades e sistemas de cultivo e massificação das ofertas” (CAVACO, 1992, p. 38), foi uma medida bastante inovadora que, ao contribuir para reavivar o saber-fazer tradicional, trouxe um pouco mais de dinamismo a locais que pareciam caídos no esquecimento.

A concretização de medidas de valorização dos produtos tradicionais em meio rural não se afigura propriamente fácil de alcançar. Neste âmbito, é necessário destacar o importante papel do cooperativismo e do associativismo no apoio prestado aos produtores locais. A constituição de organizações cooperativas e de associações de produtores é um marco fundamental no processo de desenvolvimento local. As grandes mais-valias centram-se no apoio à diversificação de produtos e actividades, tendo como estratégia a conservação da riqueza cultural dos territórios e a diminuição

do despovoamento e da dependência externa (CAVACO, 1992). O associativismo tem, assim, contribuído para melhorar as condições de trabalho, valorizar a produção e aumentar os rendimentos.

Para além da indissociação da actividade agrícola do meio rural, a ocupação florestal está em igual patamar de relacionamento com estes territórios. Em espaços onde o natural supera o urbano, a floresta destaca-se pela elevada percentagem de área que ocupa e pela diversidade de actividades que alberga. BAPTISTA (2003) identifica vários tipos de explorações, diferenciadas de acordo com a gestão levada a cabo pelos seus proprietários, e que se resumem em duas situações distintas de aproveitamento dos recursos florestais. Por um lado, a existência de propriedades que não exigem despender muito trabalho ou investimento mas que, eventualmente, podem fornecer algum rendimento excepcional ao proprietário. Por outro lado, as propriedades de maior dimensão, onde a expressividade de trabalho e de investimento assumem um cariz de nível empresarial. Contudo, as potencialidades das áreas florestais vão além da produção de matéria-prima. A exploração dos recursos florestais, numa dupla perspectiva de espaços de lazer e de ecossistemas a preservar é cada vez mais valorizada. Neste âmbito, surgiram uma série de actividades que souberam tirar partido das múltiplas opções que estes ecossistemas proporcionam, nomeadamente o mercado de lazer e turismo.

O sector industrial, para além das já referidas empresas agro-industriais, integra o leque multifuncional possível de identificar nos espaços rurais. As indústrias, inicialmente a laborar em áreas urbanas, iniciaram um processo de realocação para as periferias, despoletado pelo desenvolvimento das redes de acessos e de transportes. Os territórios rurais mais próximos das urbes passaram a albergar unidades fabris, que aqui encontraram características que as cidades já não podiam oferecer: terrenos de maior dimensão e de menor custo, mão-de-obra mais barata e matérias-primas. As sedes empresariais, empregadoras de recursos humanos mais qualificados, mantiveram-se nas cidades enquanto, que o processo produtivo, menos exigente em termos de qualificação profissional dos seus trabalhadores, realocou-se para o rural. A presença da indústria em meio rural não é, no entanto, comum a todos os territórios, sendo dificultada pelo isolamento e a falta de infra-estruturas. Nestes locais mais remotos, essencialmente em áreas de montanha, desenvolveu-se, mais recentemente um novo tipo de função produtiva, relacionada com o aproveitamento de energia eólica. É uma nova actividade que se associa ao rural e que contribui de forma positiva para o seu desenvolvimento.

Os gestores territoriais, procurando inverter a situação de despovoamento e isolamento, apostaram na introdução de *urbanismos* no rural de baixa densidade. A infra-estruturação e a instalação de equipamentos sociais, escolares, desportivos e culturais surgiram como uma estratégia que veio preencher lacunas, anteriormente colmatadas pelos pólos urbanos mais próximos, no apoio e serviço às necessidades das

populações. O aparecimento deste tipo de estruturas contribuiu bastante para alterar a organização económica rural, ao introduzir um aumento da população ligada às actividades terciárias, que rapidamente ultrapassou a percentagem de trabalhadores no sector primário, aumentando em termos gerais a qualidade de vida da população. Nas décadas mais recentes, com o aumento do leque multifuncional, relacionado directa e indirectamente com o crescimento do turismo e do lazer, as actividades de comércio e serviços acentuaram ainda mais a sua presença nos espaços rurais. A actividade turística surgiu em meio rural como opção à massificação do turismo de sol e praia. A maior presença do estado natural, a sensação de tranquilidade e a curiosidade pelo tradicionalismo desencadearam a fuga ao stress do meio urbano e a vontade de retornar às origens. As actividades de turismo em espaço rural (TER) rapidamente se desenvolveram sobre várias formas e novas designações, que surgem estrategicamente, tirando o máximo proveito dos recursos que o mundo rural pode oferecer e do seu rótulo de “reserva ambiental” (FIGUEIREDO, 2001). São exemplo disso, o turismo de habitação, o turismo de aldeia, o ecoturismo, o agro-turismo, algum turismo de aventura, etc. Associado a este recuperaram-se tradições, costumes e romarias de outros tempos, anteriores aos movimentos migratórios que deixaram os aglomerados rurais vazios das suas gentes, e criaram-se novos ícones e imagens de marca, passíveis de projectar os territórios no espaço.

Como refere CARVALHO (2005), o destaque dado ao património surge num contexto de necessária afirmação das diferenças, marcado pela forte presença da competição territorial. Estas acções de patrimonialização, em que se procura atribuir, “do ponto de vista simbólico-ideológico, a revalorização social da dimensão não agrícola do mundo rural” (p. 218), são cada vez mais utilizadas na promoção territorial e é neste contexto que se fomenta a territorialização do mundo rural. Porque se desenvolve uma forte aposta nos recursos locais, que tem sido uma contribuição largamente positiva no desenvolvimento socioeconómico de estruturas debilitadas.

Este recente carácter multifuncional não seria bem sucedido se não fosse o contributo da densificação da rede viária, através da melhoria das infra-estruturas, que serviu para encurtar as distâncias campo-cidade e facilitou a mobilidade das populações, dos bens, dos serviços e da informação. Os espaços rurais, que antes se caracterizavam como sendo comunidades fechadas, deixaram de ser exclusivamente relevantes para os indivíduos que neles habitam ou habitaram, e tornam-se locais de interesse e curiosidade urbana. Se em épocas passadas o mundo rural pertencia aos agricultores, actualmente pertence a múltiplos actores e actividades que ocupam e co-gem o território (BAILLY, 2006). O mesmo autor atribuiu a existência de actores com quatro tipos de perfis: os *nostálgicos*, representam as pessoas que retornam à terra de origem; os *pragmáticos*, interessados nos benefícios económicos que podem obter dos espaços rurais; os *novos enraizados*, com uma forte percepção do território, procuram

formas de se envolver localmente; os *sem-território*, indiferentes à agricultura e que procuram no rural uma atmosfera específica.

Mas qual a razão deste retorno ao rural? De facto esta busca pelo natural tem vindo a acentuar-se nas décadas mais recentes. A crescente massificação das cidades, resultante de um processo de crescimento muito rápido e desenfreado, conduziu ao congestionamento dos espaços urbanos e à degradação da qualidade de vida. As populações, que antes se concentravam nas cidades para viver e trabalhar, optam cada vez mais por habitar nos espaços mais tranquilos e seguros dos subúrbios e periferias urbanas. Para as classes média alta e alta, esta fuga é mais facilitada, ocorrendo essencialmente sob a forma de aquisição de segundas residências.

As novas procuras dos espaços rurais baseiam-se “num quadro de representações dos urbanos” (CRISTÓVÃO, 2002) sobre as paisagens rurais. Emerge uma busca pelas origens e um sentimento de pertença, movida pela necessidade de calma e escape ao stress urbano. Há um ambiente que é sentimental em relação aos espaços vividos ou imaginados, que valorizam territórios e lugares (CAVACO, 2003). O rural assume, assim, um valor simbólico, enquanto santuário ou refúgio, ou mesmo de repositório de modos sustentáveis da relação entre homem e natureza, diferente da função alimentar e produtiva que tinha no passado. Pode ainda afirmar-se que este “retorno à terra” surge nas últimas décadas como uma resposta à globalização económica e cultural e aos hábitos massificados, que suscitaram a busca pela simplicidade. O que resulta é a predominância de uma ideologia claramente urbana, que identifica as necessidades da população rural com as suas próprias necessidades. “Ser urbano é o modo de vida mais adequado ao homem” (CAVACO, 2003, p. 193). Não sendo necessariamente o mais adequado, é sim o mais adoptado ou melhor será dizer globalizado.

Se ainda há poucas décadas atrás as populações rurais se encontravam numa situação de marginalidade pelo afastamento aos centros urbanos, quer em distância, quer em tempo de deslocação, e logo, distanciadas de recursos de apoio social, de serviços, equipamentos e dos centros de informação, nos tempos que correm o cenário evoluiu bastante. A era da globalização esbateu as distâncias, aproximou os territórios e facilitou a mobilidade. Numa primeira fase, através do progresso nos meios de transporte e vias de comunicação, mais recentemente com os espaços virtuais e à distância de um clique. Esta proximidade, que atraiu o interesse da população urbana pelo mundo rural, atraiu também os investidores que viram nestes espaços e nas suas potencialidades nichos de negócio.

A multifuncionalidade rural é maioritariamente devida às acções de agentes exteriores ao mundo rural. Este facto evidencia que, apesar de emergirem novas ópticas acerca das relações entre urbano-rural, a subordinação do último aos interesses do primeiro persiste e dificilmente se alterará este cenário.

## CAPÍTULO II. OLHAR A PAISAGEM: CONTRIBUTO PARA O ORDENAMENTO E PLANEAMENTO RURAL

### 1. Noções de paisagem

A análise espacial/territorial é feita, em primeira medida, através da observação da paisagem e o seu estudo é, por isso, fundamental na Geografia e no entendimento da complexidade das relações entre o homem e o meio natural. O conceito de paisagem difere, portanto, da noção de espaço, abordada anteriormente, e a sua discussão, sendo já antiga, engloba uma série de diferentes perspectivas.

LA BLACHE<sup>2</sup> introduziu o grande debate em torno da noção de região/*pays*<sup>3</sup>, com as teorias possibilistas da Escola Francesa de Geografia. O autor constatava que as sociedades humanas adaptam-se ao ambiente onde habitam e moldam-no ao longo do tempo, estando sujeitas à influência dos elementos naturais. Neste âmbito, há no possibilismo, uma clara distinção entre a paisagem natural sem presença da acção do homem e a paisagem humanizada, resultante da forma como a população expressava o seu nível civilizacional no espaço de vida. O panorama inicial de paisagem referia-se a relações causais que não compreendiam a acção do homem sobre a natureza mas, apenas a influência do natural sobre o cultural. Estas relações surgem com RATZEL<sup>4</sup>, mentor do determinismo geográfico. RATZEL defendeu que o ambiente interfere nas sociedades humanas sobre duas ópticas, como estímulo ou como obstáculo, no entanto esta relação é dinâmica e sofre modificações ao longo do tempo. A grande revolução no conceito surge com SAUER (1996), com a sua concepção de morfologia da paisagem cultural. O Geógrafo norte-americano encara a paisagem como “uma área feita de distintas associações de formas, ambas físicas e culturais” (p. 300). O autor refere pela primeira vez a importância da identidade paisagística, baseada na sua constituição reconhecível, ou seja, nos seus limites e na relação com outras paisagens, que constituem um sistema geral. “A geografia é baseada na realidade da união dos elementos físicos e culturais da paisagem” (tradução nossa, p. 303).

Num contexto mais recente, as noções de paisagem multiplicaram-se, influenciadas pela rápida transformação e crescente complexidade com que se deparam os territórios. M. SANTOS (2000) refere que é o conjunto de formas que, num dado momento, expressa as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (p. 86). O autor expõe três características fundamentais nesta definição: a paisagem integradora, a paisagem herdada e a paisagem mutável. Pretende-se com isto dizer que a paisagem existente em determinado momento

---

<sup>2</sup> “Principes de géographie humaine” (1922).

<sup>3</sup> Noção que pode, neste caso, equivaler à noção de paisagem, embora sem o carácter geossistémico.

<sup>4</sup> “Anthropogeographie” (1909).

agrega um conjunto de elementos que estabelecem a união entre o passado e o presente. Esse conjunto resulta de uma herança histórica construída a partir da interacção entre o homem e o meio.

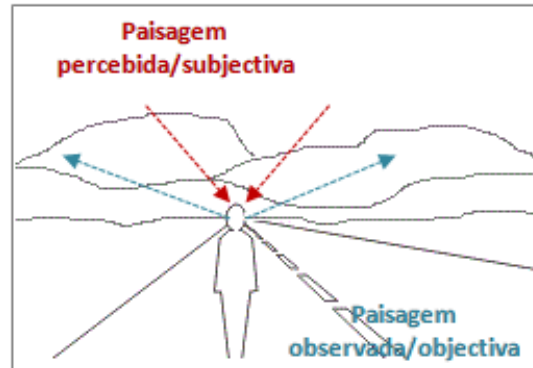
CORREIA (2007) sintetiza a mesma noção referindo, não só a sua capacidade integradora e herdada mas evidenciando igualmente que se trata de algo que é observável por alguém. “A paisagem é o resultado, observado pelo Homem, de um sistema complexo e dinâmico de muitos factores naturais e culturais que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo” (p. 3). A paisagem é, portanto, a imagem da evolução territorial observável num determinado momento. Este espaço mutável, que abarca uma série de elementos físicos e humanos que “formam um todo coerente” (ALMEIDA, 2006, p. 31), distribuem-se e ligam-se entre si, diferenciando-se de espaço para espaço. As paisagens são, ainda, o reflexo de escolhas sociais, das decisões políticas e administrativas, das pressões económicas, das possibilidades técnicas e das iniciativas individuais (NEURAY, 1982).

Na noção de paisagem existem duas perspectivas fundamentais que reflectem dois pontos de vista diferentes por parte dos analisadores. Uma óptica estético-naturalista, proveniente da *landscape* anglo-saxónica e uma acepção histórico-cultural originária da noção francesa de *paysage* (MELA, BELLONI e DAVICO, 2001). A primeira conotação refere-se a uma paisagem objectiva centrada na observação estática dos elementos que a constituem, na segunda acepção o estudo recai sobre os aspectos mais subjectivos, onde se evidencia a relação entre o homem e o meio, através das marcas histórico-culturais que atribuem à paisagem um carácter singular (Figura 5).

Falar em singularidade paisagística é referir a capacidade de distinguir os territórios através do reconhecimento de aspectos que os tornam únicos. Podem ser a morfologia do terreno, a hidrografia, o coberto florestal, o património arquitectónico ou quaisquer outras características capazes de transmitir uma imagem única ao observador, que lhe permita representar mentalmente um determinado território. Os mapas mentais constroem-se através das percepções que os indivíduos ou grupos sociais criam em relação a determinado lugar, utilizando para isso um processo de filtragem cultural a que corresponde uma “memória dos lugares e dos espaços de vida” (MELA, BELLONI e DAVICO, 2001, p. 137).

Esta imagem captada do que existe no território não chega de igual modo a todos os observadores, individuais ou colectivos. BAILLY (1980) menciona que “a noção de paisagem resulta, em simultâneo, da percepção de elementos principais e da construção activa do espírito” (p. 20). Como evidencia o autor, o conceito assume significâncias bastante diferentes de acordo com a percepção de cada indivíduo ou grupo social e do papel que ele desempenha na sociedade. Existem, ainda, detalhes que suscitam maiores estímulos visuais, dependendo de algumas características dos observadores, como o nível cultural, a formação, o escalão etário e, eventualmente, o próprio género e o grupo em que se insere. Efectivamente, apesar da imagem global

da paisagem ser comum a todos os observadores, as representações mentais diferem. Esta situação não se encontra abrangida na noção convencional e é por isso que se menciona um conceito mais específico de “paisagem interior”, ou seja, o modo como o espaço físico é subjectivamente percebido (MELA, BELLONI e DAVICO, 2001).



Fonte: Elaboração própria a partir de MELA, BELLONI e DAVICO, 2001

Figura 5 – As duas vertentes da análise da paisagem.

Face a esta multiplicidade de características que compõem a paisagem, entende-se que o seu estudo constitui a base de compreensão das dinâmicas territoriais nos seus mais variados aspectos. Pelo facto de abarcar uma grande diversidade de disciplinas, que se concentram em diferentes parâmetros de análise, dificilmente existe margem para considerar o seu todo. A situação a que se assiste, com alguma frequência, é a existência de paisagens que exprimem esta falta de cruzamento de diferentes visões, numa estruturação do território conflituosa. Desta forma, a interpretação da paisagem integrada, que considere a contextualização da sua evolução, é um passo fundamental no processo de planeamento territorial e no desenvolvimento dos territórios. Neste campo interessa integrar as duas faces do conceito. A *paisagem objecto*, porque se concentra em análises que partem de observações objectivas referentes a todos os aspectos físicos da área de estudo. A *paisagem percebida* porque, estando focada na interpretação do observador, considera os interesses e aspirações dos indivíduos que, por sua vez, são fundamentais na construção simbólica dos espaços e, por conseguinte, das identidades locais.

### 1.1. A Paisagem rural

RÉMY e VOYÉ (1994) retratam sinteticamente a imagem da paisagem característica do meio rural. Esta é constituída essencialmente por povoados compostos por um conjunto de edifícios, distribuídos espacialmente de forma dispersa. A actividade agrícola é relevante e as terras cultivadas localizam-se na proximidade das habitações. A própria dimensão do povoado relaciona-se com a agricultura. “Quanto menos população agrupada houver, e portanto, edifícios a abrigá-la, mais o lugar de trabalho estará próximo e acessível” (RÉMY e VOYÉ, 1994, p. 27). Na generalidade, a



descontinuidade espacial das aldeias dita uma paisagem caracterizada pela baixa densidade da população e do edificado, em que a área construída surge disseminada sobre o natural que, por sua vez, ocupa maior parte do espaço e domina o campo visual.

Pelos aspectos que foram referidos em capítulos anteriores, é perceptível que, de um modo geral, o mundo rural de hoje não tem as mesmas características que tinha há décadas atrás e, por esse motivo, a paisagem sofreu transformações na sua estrutura. Efectivamente, a maior proximidade ao espaço natural continua a dominar o panorama dos territórios não urbanos, contudo a perda da forma tradicional, relacionada com a presença dominante da agricultura, evoluiu para um estado caracterizado pela presença de maior diversidade de actividades.

CAVACO (2005) refere o papel fundamental da agricultura na génese de grande parte das paisagens rurais, mencionando dois elementos relevantes. Por um lado, a morfologia, que se refere à dimensão das explorações e à dimensão, forma e organização das parcelas de cultivo. Por outro lado, o povoamento e a sua estruturação, ou seja, as localizações, dimensões e formas das aldeias, os materiais utilizados nas construções, as redes de caminhos de serventias aos campos e estradas de acessos ao exterior. Estes dois aspectos, conjugados com o meio natural, reflectem a tendência para a diversidade, ou seja, várias formas de exploração da agricultura e vários tipos de povoamentos.

Há medida que as práticas agrícolas se modernizaram, a actividade expandiu-se para um tipo de produção industrial, que acarretou impactos bem notórios nas condições ambientais. A pressão agrícola sobre os solos levou à sua exaustão e à aceleração do processo de erosão, o aumento da poluição prejudicou a qualidade dos solos e das águas, a expansão dos terrenos cultivados provocou a desarboreização, a redução de habitats e a perda de biodiversidade. A alteração das paisagens tradicionais caminhou no sentido da “destruição das paisagens agrícolas herdadas do passado e destruição dos habitats naturais, levantando problemas de salvaguarda dos recursos naturais” (CAVACO, 2005, p. 81).

A consciencialização, face aos problemas ambientais provocados pela intensificação da actividade agrícola, resultou numa série de medidas de contenção das práticas e de preservação dos espaços ambientais mais fragilizados. A agricultura entra numa fase de abandono e perde o seu papel dominante na paisagem. Nas últimas décadas, é bem notável a diminuição da superfície agrícola e o aumento do coberto florestal, por meio das políticas de florestação ou pelo crescimento natural arbóreo. A florestação ocorreu em duas fases, sendo na primeira utilizado o pinheiro bravo e na segunda fase com espécies de rápido crescimento (eucalipto). Esta alteração da fisionomia rural, com o aumento de grandes áreas ininterruptas de coberto arbóreo, resulta no fenómeno designado de “enclausuramento da paisagem” – diminuição do campo de visão causado pelas barreiras visuais formadas pelo crescimento florestal (ALMEIDA, 2006).

Ambientalmente surgem outros tipos de riscos: o agravamento do risco de incêndio, devido ao aumento do combustível disponível, e a diminuição da qualidade paisagística, incluindo o seu valor como recurso.

As paisagens rurais estão ainda submetidas a outro tipo de pressões. Tratam-se da expansão das cidades, da construção de infra-estruturas dos transportes e da emergência de novas actividades, nomeadamente as de lazer e turismo. Estas pressões, resultantes da expansão do urbano sobre o rural, sem a devida avaliação e planeamento, não poupam os espaços agrícolas nem as florestas, acarretando riscos para a conservação e equilíbrio das paisagens naturais.

Face a todos estes aspectos, que contribuem para fragilizar o ambiente paisagístico rural, houve necessidade de criar formas de preservação e salvaguarda dos recursos locais. À paisagem associa-se um novo conceito, o de património. Para GUTIÉRREZ (2006) património territorial é considerado “um conceito geográfico mais integrador e propriamente espacial, indicativo da forma de entender e interpretar conjuntamente o valor de toda uma mesma realidade territorial” (tradução nossa, p. 63). Nesta perspectiva, os territórios agregam identidades sociais, culturais e geográficas, que foram construídas e moldadas pelas sociedades e comunidades ao longo da história.

A *paisagem património* refere-se, portanto, às qualidades de um determinado local, que podem ser ou não únicas, e que se identificam de duas formas: pela valorização do que é tangível ou pelos aspectos intangíveis, que construíram a identidade do local. Nas paisagens rurais o tangível materializa-se no património natural e edificado enquanto, que o intangível existe sobre a forma de manifestações de vivências tradicionais, como sejam, o artesanato, a gastronomia, as romarias, as feiras, etc.

No entanto, a percepção do que é património varia consoante o observador e muitas vezes há a desvalorização dos autóctones face ao que se habituaram desde sempre a ver. Nesta perspectiva, a paisagem é valorizada sobretudo pelos externos. Por outro lado, pode suceder a existência de uma paisagem carregada de simbolismo que só é visível pelos que vivem ou viveram nela. Trata-se de um elo criado entre as pessoas e o local de vivência que atribui outro tipo de valorização à paisagem, por vezes quase que nostálgico (a ligação à terra). É ainda possível identificar outro tipo de paisagem, aquela que é valorizada por todos, de âmbito nacional, identidade de um povo, que goza de particularidades que a tornam distinguível de imediato. Nestes casos a paisagem passa a constituir um recurso turístico porque a sua distinção atrai maior número de visitantes.

Actualmente, constata-se que as paisagens rurais exercem uma atracção crescente na população urbana, onde o conceito de *paisagem património* tem enorme influência, quer se trate de património natural ou de património cultural. Trata-se de uma espécie de regresso às origens, de busca por um escape ao stress do quotidiano e de curiosidade pelas tradições e costumes tradicionais.

A relação entre estas particularidades paisagísticas e a influência que exercem nos mapas mentais atribui-lhes maior valorização e preocupação na preservação das características e das identidades. Quanto maior for o risco de perda das singularidades maior é a necessidade de preservação. Neste âmbito, a preservação da paisagem na dupla vertente multifuncional e patrimonial tornou-se fundamental no processo de desenvolvimento e na consolidação das estruturas socioeconómicas rurais.

Olhar a paisagem rural e perceber como é vista, nas suas variadas interpretações, constitui o ponto de partida para conceber os modos e os meios de intervir equilibradamente no território. Da mesma forma que desencadeia a necessidade de planear no sentido de criar medidas estratégicas que integrem a potencialização da multifuncionalidade e simultaneamente de preservação dos patrimónios paisagísticos.

## **2. Ordenamento e Planeamento: dos conceitos à prática**

### **2.1. Conceitos de Ordenamento e Planeamento do Território**

Os territórios, resultantes das modificações humanas, organizam-se em função das necessidades expressas pela sociedade. A disposição da ocupação espacial e das diferentes funcionalidades existentes projecta-se no ordenamento do território (OT). O ordenamento, que surge com a fixação humana, deve entender-se como “a preparação adequada do espaço ao projecto escolhido pela sociedade” (ISNARD, 1982, p. 12) e a “identificação e solução, ou pelo menos a tentativa de solução, de *problemas territoriais*” (PUJADAS e FONT, 1998, p. 23). Neste âmbito, ordenar significa possuir um conhecimento profundo do território, que possibilite distinguir quais as melhores opções de organização espacial, que beneficiem as necessidades humanas e promovam o desenvolvimento e a qualidade de vida. As dinâmicas de organização espacial e de evolução dos territórios estão, assim, dependentes dos processos de ordenamento aplicados.

A importância do processo de ordenamento na construção dos territórios e das sociedades conduziu à elaboração da Carta Europeia do Ordenamento do Território (Direcção Geral de Ordenamento do Território, 1988)<sup>5</sup>. Aqui, o conceito que lhe deu origem é definido como “uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política (...) interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto” (p. 9). Entende-se, assim, que a aplicação do OT é uma estratégia política que envolve todas as disciplinas que poderão ser susceptíveis de intervir no espaço, agindo sob a melhor forma de estruturação espacial e englobando todos os seus componentes físicos e humanos. Entende-se, igualmente, como um meio para atingir o desenvolvimento,

---

<sup>5</sup> Aprovada em 1984 pelo Conselho da Europa e reeditada em versão portuguesa em 1988.

afectando todas as actuações espaciais, com o objectivo maior de melhorar a qualidade de vida, através da gestão equilibrada dos recursos e do território.

PUJADAS e FONT (1998) definem três etapas básicas no OT: legislar, planear e executar. Legislar significa criar normas que regulamentem juridicamente as intervenções a efectuar no território. Havendo consciência de que os recursos territoriais apresentam fragilidades e limitações, torna-se fundamental determinar regras que salvaguardem a organização espacial, preconizando a delimitação dos objectivos a alcançar e os principais instrumentos a utilizar no processo de ordenamento. Planear refere-se à projecção de objectivos através da elaboração e aprovação de planos. Significa a necessidade de um conhecimento muito profundo da realidade territorial em todas as suas vertentes, sendo por isso um processo interdisciplinar. A execução corresponde à etapa final. Trata-se da conjugação dos processos anteriores: a colocação dos planos em prática com base nas normas regulamentadas. Estas três etapas do ordenamento constituem o caminho para atingir um fim, que é o desenvolvimento equilibrado do território e a melhoria da qualidade de vida das suas populações.

O OT, englobando um grande número de aspectos a considerar, é um processo bastante exaustivo e complexo. Neste âmbito, como refere PARDAL (1997) “tende a ser uma abordagem objectiva e necessária para esclarecer e fundamentar os planos” (p. 1). O planeamento é, por isso, uma noção indissociável de ordenamento porque sem planear o território não é possível ordená-lo. De forma que, o planeamento surge como um conjunto de decisões políticas de intervenção que acompanham e regulam a transformação dos territórios e os planos como os instrumentos que o concretizam espacialmente.

M. SANTOS (2000), citando ELLUL (1964, p. 173), refere a importância do plano como integrador das normas. Normas que são necessárias na gestão dos espaços e do território. Construindo os objectivos a alcançar e as linhas de acção a seguir, os planos diagnosticam a realidade territorial, identificam as fragilidades e potencialidades e traçam possíveis cenários futuros. Contudo, considerando que o território não se reporta ao mesmo estado indefinidamente, o plano tem um prazo de validade que se encontra dependente da dinâmica da transformação territorial. Este facto implica a determinação de um período durante o qual o instrumento produz efeito e, findo o qual, haja necessidade de reformular o planeamento. Estabelecer a durabilidade de um plano territorial depende da conjugação de diversos factores, dos quais não basta o profundo conhecimento do território no momento da sua elaboração. Antever o período de vigência de um plano significa antever a aplicabilidade das medidas delineadas e as possíveis consequências que daí poderão advir e significa, sobretudo, antever a velocidade a que se processarão as transformações a ocorrer no território. É neste contexto que se fala em planear a curto, médio e longo prazo, porque as mudanças não sucedem todas à mesma escala temporal. Neste processo, a capacidade

de visão dos gestores e dos planeadores é o trunfo fundamental para que o planeamento e o ordenamento do território sejam bem sucedidos.

Para além da dimensão temporal, a dimensão espacial de actuação dos planos é outro critério a considerar no planeamento e no ordenamento territorial. Tal como as transformações territoriais não se processam simultaneamente ao longo do tempo, as áreas de intervenção dos seus impactos são também variáveis, podendo ocorrer ao nível local ou transpor vários limites até atingir a escala nacional. A projecção dos planos deve, por isso, considerar estas várias dimensões de actuação e, ainda mais importante e difícil, integrá-las no seu conjunto. PUJADAS e FONT (1998) Referem-se, assim, à importância da hierarquização dos planos e a um processo de “planeamento em cascata”, ou seja, que se inicia a um nível de actuação mais abrangente e que vai fornecendo as directrizes para níveis de planeamento mais específicos.

Elaborar um instrumento de planeamento territorial, independentemente da escala ou do tempo de actuação, implica sempre uma análise territorial em todas as suas vertentes. Aqui entram, na totalidade, as disciplinas científicas com implicações no território que proporcionam as bases teóricas para construção de um diagnóstico actual. Conhecer a situação actual permite identificar os problemas e as potencialidades e, com base nesse conhecimento, propor modelos territoriais futuros. No entanto, conhecer as consequências das acções passadas é ainda mais importante, pois permite compreender erros cometidos e corrigir actuações futuras.

Considerando a abrangência disciplinar do planeamento, são vários os intervenientes que fazem parte do processo. Os técnicos e profissionais das diversas áreas de intervenção têm o papel fundamental de facultar as bases científicas que sirvam de apoio e fundamentação à delimitação de normas reguladoras e à definição das linhas orientadoras dos planos. Estes dois aspectos são fundamentais no apoio à tomada de decisões na fase de execução. O planeamento e o ordenamento do território são processos de exclusiva decisão política e são estes os gestores do território a quem cabe o papel de tomar as decisões. As decisões tomadas vão, por sua vez, influenciar as acções dos intervenientes territoriais: aos agentes económicos, investidores e impulsionadores do desenvolvimento, os planos podem favorecer ou criar obstáculos à implementação das suas actividades, aos cidadãos, protagonistas dos territórios e beneficiários do desenvolvimento, as decisões no processo de ordenamento do território são fundamentais para melhorar a qualidade de vida.

A necessidade de antever cenários futuros, que sejam concordantes com as vontades expressas da população, deu origem a uma forma mais recente de praticar o planeamento, assente na metodologia estratégica e participativa.

O planeamento estratégico introduziu novas possibilidades de intervenção futura no território, por constituir um meio complementar na proposta de acções alternativas (PUJADAS e FONT, 1998). Pelo facto de assentar na formulação de propostas integradoras e dinâmicas de planeamento orientadas para objectivos específicos,

atribuiu maior eficácia à concretização das políticas de ordenamento territorial. Neste âmbito, difere do modo de planeamento convencional, porque se centra na criação de dinâmicas de desenvolvimento direccionadas para as grandes potencialidades territoriais.

A metodologia estratégica complementa as formas convencionais de planear porque introduz “um processo aberto de diálogo entre as entidades públicas e os agentes económicos, sociais e culturais” (FERNANDES e CHAMUSCA, 2009, p. 32), obrigando a uma maior envolvimento por parte dos agentes territoriais. Os autores consideram ainda que esta abertura de diálogo é determinante na geração de uma maior confiança nos resultados finais e no percurso de construção colectiva.

ARAÚJO (2006) revela a importância da participação no processo de planeamento, devendo abranger os interesses de um amplo conjunto de actores na formulação das políticas territoriais. As populações devem ser, portanto, habilitadas a fazer parte da construção dos modelos de planeamento, expressando os seus interesses e aspirações. Contudo, o planeamento participativo sofre de alguns entraves que colocam a sua concretização aquém do que seria teoricamente expectável. Nesta medida, o mesmo autor aponta o nível de consideração prestado aos interesses públicos e a efectividade dos mesmos, ou seja, a fase do processo em que a participação deverá produzir efeitos no planeamento territorial, como problemas ainda a ultrapassar. A estas problemáticas acresce a selectividade do processo participativo, denotando-se pela tendência de maior influência, dos actores territoriais mais poderosos, no processo de decisão.

A participação pública deve ser um processo colectivo que não pode reagir a expectativas individuais ou ser restrita a determinado grupo social. Deve sim, ser um processo de inclusão que integra o interesse colectivo, abrangendo os grupos que mais sentem a exclusão social, como é o caso, dos grupos minoritários, idosos, pessoas com baixo nível de escolaridade, etc.

O planeamento estratégico aliado ao planeamento participativo enquadram os princípios emanados do desenvolvimento sustentável, priorizando os interesses dos cidadãos e a sua participação na tomada de decisão por um bem comum e duradouro. Se o objectivo do planeamento e do ordenamento é promover o desenvolvimento do território e melhorar a qualidade de vida das populações, então o processo não poderá estar concluído sem a participação de todos os agentes e actores envolvidos no território.

## **2.2. Políticas do Ordenamento do território**

Em Portugal, as políticas de ordenamento do território (POT) surgiram com maior ênfase no final da década de 1990, até então vários diplomas haviam sido criados no sentido de regulamentar a elaboração de planos, mas apenas relacionados com os processos de edificação e urbanização. A primeira preocupação com o planeamento

territorial surge com a Lei dos Solos, (Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro). Este diploma tinha como pretensão definir os princípios e normas fundamentais sobre a política dos solos e concentrar e sistematizar dispositivos dispersos por leis avulsas. No entanto, nunca foi regulamentado.

A Carta Europeia do Ordenamento do Território (DGOT, 1988) marca um novo ponto nas políticas territoriais dos países membros. Surge num momento em que a União Europeia procura fortalecer a sua identidade e reforçar a cooperação entre Estados-membros. As desigualdades territoriais, ao nível das estruturas socioeconómicas, as questões ambientais e as políticas de desenvolvimento a curto prazo, desencadeiam sérias dúvidas acerca dos princípios das acções prosseguidas até então. Um novo conceito de OT torna-se imprescindível no contributo para a melhoria da organização espacial das actividades e para a qualidade de vida dos cidadãos europeus, sem descuidar a importância da preservação e protecção dos recursos ambientais. A adaptação da referida Carta ao caso português, revê estes mesmos princípios em quatro pontos que sintetizam o conceito: democrático, integrado, funcional e prospectivo. Democrático porque deverá assegurar a participação de todos os envolvidos no processo, integrado no asseguramento da conjugação das diferentes áreas de actuação, funcional no sentido de considerar particularidades territoriais que ultrapassam fronteiras administrativas e prospectivo porque deverá ser concebido com objectivos a longo prazo. O documento supramencionado encontra, ainda, anexo objectivos específicos que servem de linhas orientadoras na determinação de políticas para locais com características que obrigam a intervenções próprias, como é o caso das regiões rurais. É feita referência à relevância da actividade agrícola como estruturadora do espaço rural e mencionada a imprescindibilidade de distinguir os espaços rurais de acordo com a maior ou menor proximidade aos centros urbanos, face às diferentes dinâmicas de desenvolvimento a que estão sujeitos. O mesmo documento relembra, contudo, que estes espaços têm características e funções específicas que não devem ser descuidadas nas políticas de OT e de desenvolvimento, das quais se releva a conservação e gestão da paisagem, no sentido de preservar e fomentar o equilíbrio entre o natural e o humano.

Em 1990 é publicado o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, que estabelece o primeiro regime jurídico dos Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT). O objectivo era a definição de critérios comuns na elaboração dos PMOT, algo que até então não existia. Este diploma introduz ainda um aspecto importante na figura dos planos. Deixam de ser considerados como elementos estáticos e passam a ser vistos como instrumentos dinâmicos, que carecem de revisões com alguma periodicidade.

A POT ganha maior consolidação com a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Figura 6). Procura-se, assim, assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural sustentável. A definição dos instrumentos de gestão territorial é agora mais

clara, aparecendo consagrados os programas estratégicos de desenvolvimento e os planos territoriais de natureza regulamentar, nas diferentes escalas de intervenção, do nacional ao local. Definem-se ainda planos específicos para as políticas sectoriais e consagram-se instrumentos de natureza especial e de interesse nacional, como é o caso das áreas de albufeiras, da orla costeira e das áreas protegidas.

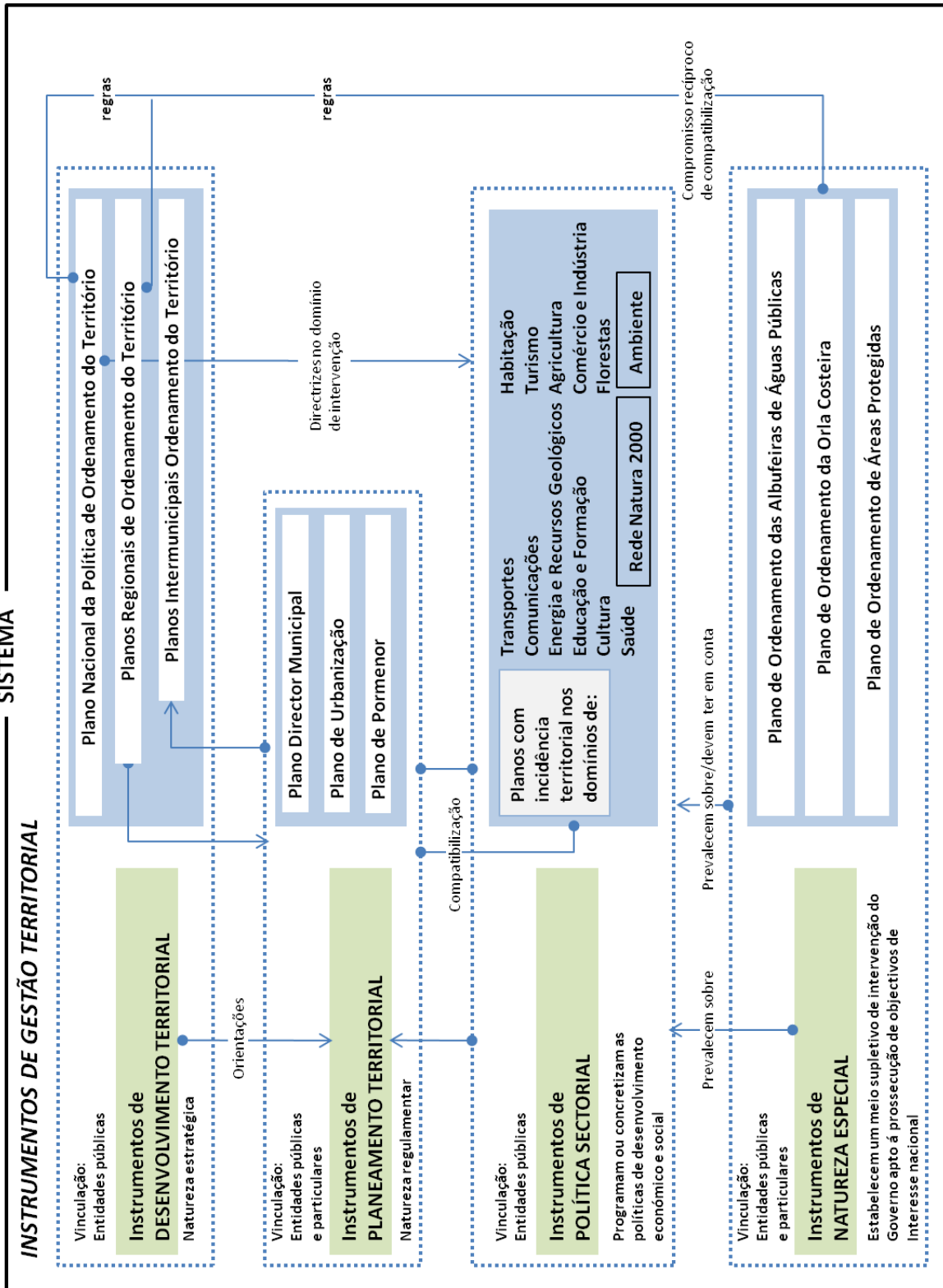
Na sequência desta Lei é definido um regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), com o intuito de desenvolver formas de coordenação nacional, regional e municipal de gestão territorial, o regime geral de usos do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Neste diploma consagra-se um princípio importante que se refere à participação pública na elaboração dos instrumentos de gestão territorial e à obrigatoriedade de divulgação de todo o procedimento.

O Decreto-Lei supramencionado, deu origem à Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de OT (PNPOT). Este documento constitui o instrumento base para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), abordada no capítulo seguinte, no ponto referente às políticas de desenvolvimento rural.

O PNPOT (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Rural, 2007) estabelece as grandes estratégias de ordenamento do território nacional, a considerar nos demais instrumentos de gestão territorial, e constitui o instrumento de cooperação na organização territorial à escala da União Europeia. As políticas orientadoras do PNPOT reforçam cinco aspectos fundamentais do desenvolvimento territorial: a sustentabilidade, a coesão territorial, a igualdade no acesso a infra-estruturas, equipamentos e serviços, a valorização patrimonial e a compatibilidade da gestão territorial. Nesta perspectiva, as políticas demonstram preconizar importantes avanços, no sentido de incentivarem o desenvolvimento a longo prazo. Concretiza ainda a importância da sustentabilidade no ordenamento dos espaços rurais.

O PNPOT, além de identificar as grandes questões nacionais do OT e de elaborar as estratégias a considerar no desenvolvimento do país, determina igualmente as orientações a seguir, ao nível das regiões e respectivas sub-regiões, a serem consideradas na elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). Enquanto documento orientador dos critérios de planeamento territorial à escala regional, os objectivos de um PROT (Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro) devem consignar os seguintes aspectos: aplicar, no âmbito regional, as directrizes do PNPOT e dos planos sectoriais; implementar os grandes objectivos de desenvolvimento definidos no Plano de Desenvolvimento Regional; criar medidas de atenuação das assimetrias intra-regionais e ser um quadro de referência à elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de OT. Os instrumentos de planeamento regional surgem, assim, como ferramentas definidoras de estratégias de





Fonte: DGOT, 1998

Figura 6 – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo  
 Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.

desenvolvimento territorial ao nível da região, através da agregação das opções de desenvolvimento local.

No campo das políticas de OT, interessa ainda evidenciar os Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), definidos em Decreto Regulamentar n.º 8/2005, de 17 de Agosto. A sua importância para o OT decorre do facto de constituírem importantes meios de concretização de projectos, de grande investimento, capazes de gerar impactes territorialmente e ambientalmente sustentáveis. O Decreto supramencionado refere que os PIN devem apresentar impactes positivos nos seguintes domínios: constituam projectos inovadores em mercados com potencial crescimento; produzam efeitos de arrastamento, sobretudo em PME's; cooperem com instituições no campo científico-tecnológico; criem emprego qualificado; contribuam para a dinamização económica de regiões desfavorecidas; apresentem balanço económico externo e promovam as energias renováveis e eficiência energética. O objectivo consiste, assim, em apoiar intervenções territoriais que contribuam para o aumento e dinamização da economia nacional, através da diversificação da base económica e da criação de emprego qualificado.

Não obstante, a existência de uma clara evolução no quadro legislativo, referente ao OT e ao planeamento territorial a diferentes escalas, subsistem algumas lacunas, face aos objectivos primordiais e aos princípios do OT, que ainda não foram ultrapassadas, nomeadamente a capacidade integradora e a prospectividade.

No que respeita à capacidade do OT de integrar as políticas dos diferentes sectores de actividade num todo, o que sucede é que, apesar de existirem estratégias de ordenamento sectoriais bem definidas, não existem directrizes que consigam mediar os diferentes interesses territoriais. O resultado retorna em ocupações espaciais conflituosas, onde o equilíbrio socioeconómico nem sempre caminha a par com os interesses ambientais. O carácter prospectivo é também um objectivo que se vislumbra difícil de alcançar, em grande parte devido às imposições dos calendários políticos. Persiste a opção pelas políticas a curto prazo, com execução visivelmente mais rápida, ao invés das estratégias a longo prazo, mais ponderadas e voltadas para resultados duradouros. Se existe algo que deveria ser apreendido com acções passadas é que inflingir rapidez no processo de desenvolvimento nem sempre culmina em resultados positivos para a sustentabilidade dos territórios.

### **2.3. Ordenamento rural**

Como já foi referido anteriormente, os espaços rurais deparam-se com problemas ao nível da estrutura socioeconómica, que tornam ainda mais necessária a aplicação de políticas de ordenamento do território que favoreçam o desenvolvimento.

É possível definir quatro grandes linhas de actuação no ordenamento dos espaços rurais: o desenvolvimento económico, a melhoria da qualidade de vida, a preservação

dos valores naturais e ambientais e a melhoria na gestão administrativa (PUJADAS e FONT, 1998).



Fonte: adaptado de PUJADAS e FONT, 1998  
cit. J. P. CLOKE, 1987

Figura 7 – Ciclo representativo da condição rural.

A estagnação no desenvolvimento das actividades económicas surge como o principal problema estrutural, no mundo rural. A não existência de um mercado de trabalho que responda às aspirações dos activos dificulta a fixação da população, que se vê obrigada a sair em busca de opções nos meios urbanos. O despovoamento dos territórios não justifica a criação de equipamentos e infra-estruturas de apoio às necessidades da população. A ausência destes meios dificulta a capacidade de atractividade do rural face ao urbano. Os espaços rurais enfrentam este círculo de dificuldades, que tornam o processo de desenvolvimento uma tarefa ainda mais árdua para os gestores do território (Figura 7). Não deixa, no entanto, de ser um constante desafio na procura de novas soluções políticas de ordenamento do território.

A multifuncionalidade das paisagens rurais surgiu, nas últimas décadas, como uma possível resposta ao constante desafio de reabilitação do mundo rural. A maior aposta na potencialização dos recursos endógenos suscitou a construção de bases económicas diversas que trouxeram alguma visibilidade a locais quase esquecidos. Sendo a multifuncionalidade a grande estratégia do ordenamento dos espaços rurais, há, no entanto, que considerar os riscos provenientes da expansão de outras ocupações do solo, ao nível ambiental e paisagístico, de forma a evitar utilizações do espaço conflituosas. As pressões nas ocupações do solo, em meios rurais, apesar de terem menos notoriedade, têm também um risco acrescido, sobretudo no que respeita à preservação da paisagem. Existem, assim, alguns problemas territoriais que devem ser considerados durante a elaboração dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, dos quais se destacam:

- O **despovoamento e envelhecimento** dos espaços rurais, é talvez o principal obstáculo que estas áreas enfrentam, sobretudo no caso dos meios rurais mais marginais, porque acaba por desencadear muitos dos restantes problemas existentes nas estruturas socioeconómicas. A criação de condições de fixação da população é, por isso, um dos maiores desafios no processo de OT rural.
- O **abandono dos campos de cultivo** constitui uma séria ameaça à preservação da paisagem rural e ao equilíbrio estrutural do espaço. O êxodo agrícola, associado maioritariamente ao êxodo rural que se iniciou com a Revolução Industrial, traduz-se no consecutivo aumento do mato e de áreas florestais degradadas, onde antes existiam campos agrícolas.
- A **expansão da floresta não autóctone**, por espécies de rápido crescimento, tem sido responsável pela degradação da qualidade florestal. As alterações do coberto vegetal, provocadas por queimadas e cortes, têm sido consecutivas ao longo dos tempos e desde que o homem foi substituindo a floresta por campos agrícolas e pastagens. As espécies pirófitas, mais competitivas alastraram e foram substituindo a floresta original por outras de coberto mais homogéneo. A maior rentabilidade económica retirada deste tipo de espécies, onde se destaca o eucalipto, é também o maior atentado à preservação da paisagem. Por serem espécies pirófitas, as consequências mais dramáticas manifestam-se no aumento do risco de incêndio florestal.
- A **ocupação urbana dispersa** frequente em espaços periurbanos, resulta na alienação do rural pelo urbano através da edificação, que se prolonga descontinuadamente pelo espaço, com maior incidência ao longo das vias estruturantes. A dispersão da ocupação urbana consiste numa problemática em termos do OT rural porque, como refere ANTUNES (2008), consome os recursos naturais, desarticula irreversivelmente o território, degenera a paisagem, acarreta desequilíbrios geomorfológicos e é economicamente problemático. Sendo que um dos custos económicos está na obrigação do prolongamento das infra-estruturas de necessidades básicas a espaços extra-aglomerados.
- A **fraca dinâmica económica** manifesta-se ao nível da baixa capacidade de iniciativa na exploração das potencialidades endógenas. Na sua grande maioria, o investimento parte de interesses externos provenientes de urbanos, que apostam, sobretudo, nas actividades de lazer e de turismo. Contudo, apesar deste sector constituir um importante impulsionador de desenvolvimento rural, não pode ser visto como único na capacidade de dinamização socioeconómica, correndo-se o risco de menosprezar outras actividades igualmente importantes. De forma que o OT e o planeamento dos espaços rurais devem prever que a aposta nas actividades de lazer, por si só, não é suficiente para inverter a tendência de despovoamento nem para criar autonomia económica.

Face aos entraves supramencionados, o OT e os instrumentos de planeamento devem privilegiar soluções que possam contribuir para a inversão destas tendências. Como será abordado mais à frente, na temática dedicada ao desenvolvimento rural, a criação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural resultou precisamente da necessidade de criar um instrumento com orientações específicas para as problemáticas existentes nos meios rurais. Os PMOT de segunda geração apresentam, também, alterações no carácter normativo que introduzem novas indicações no sentido de salvaguardar os usos dos solos e a qualidade das paisagens.

O ordenamento dos espaços rurais, procurando criar medidas que facilitem a fixação da população sem comprometer os recursos naturais, deve privilegiar os núcleos populacionais através da sua reabilitação, equipando-os e dotando-os de infra-estruturas. Com isto pretende-se conter a ocupação dispersa do espaço, que tem constituído um dos principais problemas a enfrentar no processo de ordenamento do território. O Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, prevê esta situação ao referir que as pretensões de reclassificação de solos rurais para urbanos encontram-se condicionadas, face às dinâmicas demográficas e ao desenvolvimento socioeconómico.

O mesmo Decreto Regulamentar, que estabelece os critérios de classificação e de reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como de categorias relativas ao solo rural e urbano, ressalva a importância da diversidade funcional dos espaços rurais como estratégia de desenvolvimento, desde que não coloque em causa a preservação ambiental e paisagística.

A criação destas políticas e estratégias só poderá ser levada a cabo por uma administração pública local que esteja consciente destes factos e que entenda que o OT é um processo em contínua evolução em que nem sempre o alcance dos resultados se processa a curto prazo. Cabe também aos gestores do território criar os incentivos ao investimento público e privado, fomentando iniciativas de desenvolvimento que sejam adaptáveis à realidade específica de cada espaço. Neste campo, é fundamental a participação activa das populações no OT e no processo de planeamento, pois só conhecendo as suas aspirações se pode caminhar no sentido de melhorar a qualidade de vida.

## **CAPÍTULO III. DESENVOLVIMENTO... NO CAMINHO PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA**

### **1. A qualidade de vida**

A primeira metade do século XX foi marcada pelos impactos causados pelas guerras mundiais. No pós Segunda Guerra Mundial, a Europa, devastada pelos efeitos dos confrontos, teve de fazer frente a uma forte paralisação da sua economia. Perante este contexto de destruição surgiu uma acrescida necessidade de iniciar um processo de reconstrução que assentasse no crescimento económico, focado no aumento da capacidade produtiva. Após os anos 50, as sociedades industrializadas aceleraram fortemente o crescimento de bens e capitais, baseado na imposição do pensamento economicista. O processo de industrialização, iniciado com a Revolução Industrial, disparou. Os centros urbanos expandiram, em termos de população e de dimensão, fenómeno despoletado pela melhoria das infra-estruturas e dos sistemas de transportes, nomeadamente o privado. Nos meios rurais, a mecanização dos processos na agricultura e o desenvolvimento tecnológico, que introduziu a utilização de fertilizantes e pesticidas, dotaram-nos de uma nova dimensão em termos produtivos. Num curto espaço de tempo, o mundo assistiu a transformações radicais que alteraram os territórios a velocidades maiores do que inicialmente poderiam esperar.

Contudo, face ao rápido crescimento, assente num modelo essencialmente economicista, outros valores territoriais foram sendo descurados e deixados à mercê da pressão humana e tecnológica. O ambiente e os recursos naturais foram as principais vítimas de todas estas transformações, ocorridas de forma massiva e em curto espaço de tempo. Começaram a surgir uma série de questões acerca das consequências negativas que o crescimento desenfreado acarretou, principalmente na qualidade do ambiente. A poluição, o aumento do efeito de estufa, a desflorestação, a perda de diversidade ecológica e de habitats, o risco de esgotamento de recursos, o aumento da produção de resíduos, tornaram-se realidades difíceis de encarar, considerando que até então a capacidade ambiental nunca tinha sido colocada em causa.

No caso particular dos meios rurais, as práticas agrícolas intensivas e a generalização da utilização de químicos contribuíram, em grande medida, para a degradação da qualidade do ambiente, prejudicando a subsistência dos recursos naturais, sobretudo dos solos e das águas. A adopção da monocultura e a sua prática intensiva, sem a existência de períodos de descanso das terras, acabaram por ser demasiado agressivas e colocaram em causa a qualidade das terras. Por outro lado, o uso de químicos nas culturas, com o objectivo de rentabilizar as produções e combater pragas, contaminou as águas subterrâneas e infiltrou-se, assim, no ciclo natural da água. A aceleração do crescimento urbano também se repercutiu nos espaços rurais

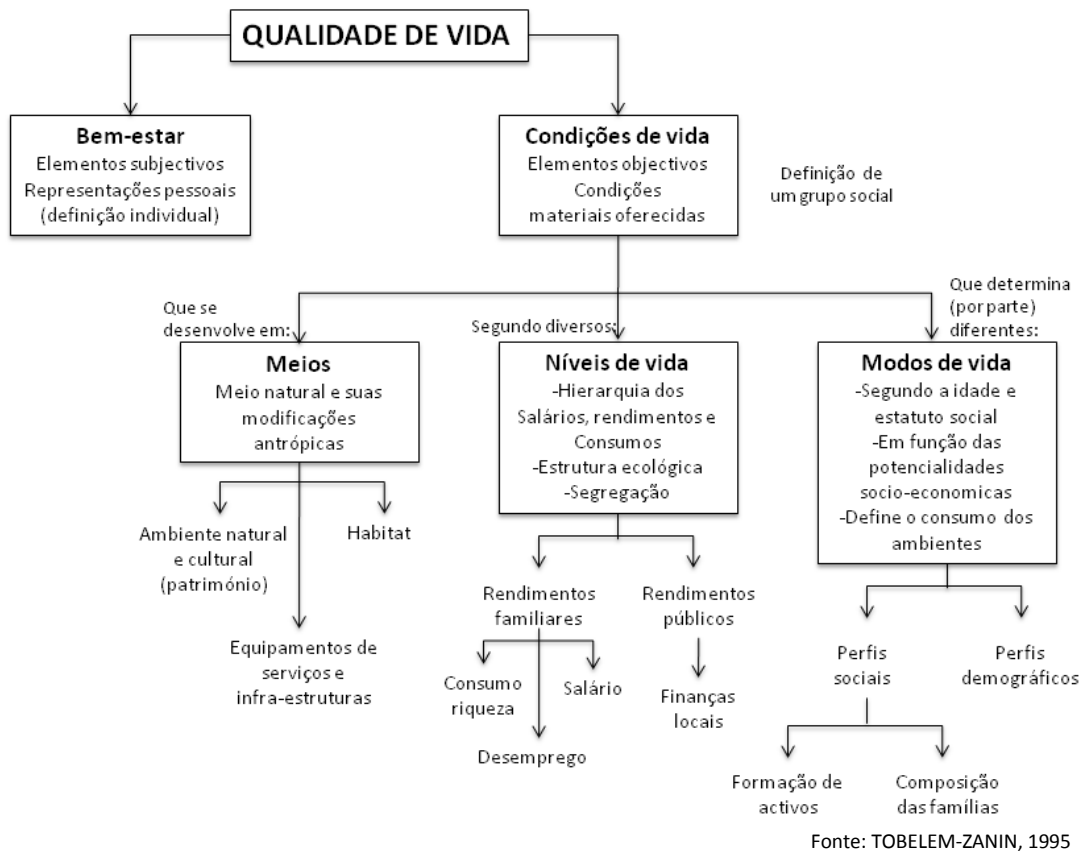
periféricos, a partir do momento em que começou a ganhar terreno ao meio natural e aos locais anteriormente dedicado às práticas agrícolas. Estas novas dinâmicas espaciais abalaram a estrutura tradicional rural e deixaram-na susceptível à especulação urbana.

O ambiente, sendo fornecedor de alimentos, de matérias-primas e de fontes de energia é a base da sustentabilidade humana e, por esse motivo, a sua degradação gerou implicações negativas que se repercutiram no bem-estar das populações.

Se o rápido crescimento económico, que se verificou com maior intensidade a partir de meados do século XX, elevou o nível de vida das sociedades em geral, as consequências negativas que causou no ambiente e no bem-estar das populações contribuíram para se repensar o conceito de qualidade de vida. Tal noção, utilizada para avaliar as condições de vida humana, é actualmente definida, segundo a Organização Mundial da Saúde, por seis domínios relacionados com as condições ambientais que rodeiam o indivíduo: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e aspectos religiosos. Esta definição sugere uma enorme complexidade do conceito, uma vez que abrange um exaustivo número de critérios a considerar na sua avaliação. Contudo, se a qualidade de vida se reporta às aspirações individuais, em que medida se poderá objectivar uma noção que é também ela subjectiva?

O elevado ritmo de crescimento socioeconómico acelerou a transformação das sociedades ao nível espacial e temporal. Face às consecutivas mudanças de panorama ambiental, as alterações nas prioridades dos indivíduos também se alteraram. Neste sentido, ao mesmo tempo que a sociedade se densificava o conceito de qualidade de vida complexificava-se. Como refere TOBELEM-ZANIN (1995), a noção evoluiu de necessidades meramente materiais para necessidades que vão além da posse física e do conceito de riqueza material. “Já não nos contentamos em aceder aos bens, exigimos que sejam de qualidade” (tradução nossa, p. 37). Neste sentido, a dificuldade de avaliação da qualidade de vida aumenta perante o dinamismo que lhe é intrínseco. Esta noção que não é estática, deve adaptar-se à realidade social e ao patamar da sua evolução, já que as necessidades das populações se alteram à medida que a sociedade evolui.

TOBELEM-ZANIN (1995), no seu estudo intitulado “La qualite de la vie dans les villes françaises”, procura definir critérios que permitam avaliar a qualidade de vida em unidades urbanas francesas com mais de 50 mil habitantes. Tendo noção das várias abordagens do conceito e considerando o duplo carácter objectivo e subjectivo, a autora procura sintetizar a sua complexidade em três domínios subjacentes: meio físico, elementos económicos e elementos socioculturais. Por sua vez, estes três domínios interligam-se em quatro elementos de avaliação: o meio, os níveis de vida, os modos de vida e as condições de vida, conforme representa a Figura 8.



Fonte: TOBELEM-ZANIN, 1995

Figura 8 – Conceitos e elementos da qualidade de vida.

O meio refere-se à relação da sociedade com o seu entorno, ou seja, à interrelação entre ambiente natural e humanizado. O nível de vida expressa os recursos económicos dos indivíduos, reflectidos na sua capacidade financeira, e os recursos económicos dos territórios, medidos a partir das valências que proporcionam aos seus habitantes, nomeadamente em termos de infra-estruturas e equipamentos. Os modos de vida estão relacionados com as práticas e aspirações dos diferentes perfis sociodemográficos, embora, como é sabido hoje os estilos de vida ganham cada vez mais significado, assente na valorização do individualismo e da identidade. As condições de vida são a suma da conjugação dos outros elementos. Este elemento relaciona as condições físicas, naturais e humanas em função das valências, das actividades e das possibilidades de cada grupo social.

Tratando-se de analisar espaços geográficos e sociedades e não necessidades individuais, estes critérios seguem caminhos que permitem constatar resultados objectivos, na prossecução de interesses que são comuns a toda a sociedade. É precisamente nesta construção comum que o ordenamento do território e o desenvolvimento concentram os seus esforços.



## 2. Emergência do conceito de Desenvolvimento

O contexto de desequilíbrio do espaço geográfico, referido no ponto anterior, invocou a urgência de um novo paradigma que se iniciou com a consciencialização ambiental. Se anteriormente, à tomada de consciência dos danos provocados no ambiente, o homem exercia domínio sobre a natureza deixando-a à mercê da sua acção transformadora, nas últimas décadas esta relação alterou-se. O despertar para a questão ambiental só foi possível porque o ser humano tomou consciência de que o ambiente é um recurso que não é de todo inesgotável. Se a natureza proporciona os meios para a sociedade desenvolver as suas actividades então o consumo dos recursos naturais deve ser ponderado, de forma a garantir a sua preservação futura e assim garantir também a qualidade de vida humana. “O ambiente é tudo aquilo que está em torno da espécie humana e que possibilita a sua continuação sendo entendido em função da sobrevivência desta e das actividades que nela são expressas.” (MELO, BELLONI e DAVICO, 2001, p. 101).

Esta nova linha de pensamento conduziu à ruptura com os modelos de crescimento economicistas esgotados. O conceito de crescimento económico, utilizado até então, foi substituído pelo de desenvolvimento. Por ser uma noção mais abrangente, o desenvolvimento demonstrava preocupação em fomentar um processo dinâmico de melhoria da estrutura socioeconómica, que resultasse em evolução e progresso baseado, não apenas em critérios quantitativos, mas envolvendo indicadores qualitativos que atendam às necessidades da população e à melhoria da qualidade de vida.

Em 1987, a apresentação do Relatório de Brundtland, o “Nosso Futuro Comum”, foi o culminar de uma série de análises às questões ambientais, face aos modelos de desenvolvimento adoptados pelos vários países, ao nível mundial. Elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Organização das Nações Unidas), o relatório alerta precisamente para o problema do consumo desenfreado dos recursos e propõe, como solução, o desenvolvimento sustentável (DS). O DS respeita a um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades. Este conceito assente em três pilares – desenvolvimento económico, desenvolvimento social e protecção ambiental, introduziu uma nova perspectiva sobre a necessidade de adoptar estratégias de conservação dos recursos e integração do ambiente na tomada de decisões políticas. Decisões estas, que deverão resultar da manifestação dos interesses dos beneficiários, através de um processo de participação pública. Adoptado pelas Nações Unidas, o conceito de DS atinge a sua apoteose na Conferência do Rio, em 1992, com a aprovação da Agenda 21. Este documento consolida as linhas orientadoras, a seguir pelos governos, organizações internacionais e sociedade em geral, na prossecução das políticas de DS. A Agenda 21 constituiu um marco decisivo de mudança, ao introduzir um paradigma na forma de encarar o

desenvolvimento. A decisão de que todos os estados deveriam formular Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) constitui, assim, o primeiro passo dado de compromisso na responsabilização, global e local, face aos problemas socioeconómicos e ambientais com que as sociedades se deparam.

No caso português a ENDS (Agência Portuguesa do Ambiente, 2008) foi elaborada na sequência da afirmação da estratégia europeia. O propósito do documento consiste adoptar formas de crescimento sustentado que tornem Portugal “num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.” (p. 12). Para atingir este desígnio a ENDS delineou objectivos assentes nos três pilares que sustentam o conceito de DS (Figura 9). A prossecução destes objectivos implica um envolvimento participativo de todos os parceiros sociais com papel activo no processo de desenvolvimento, nomeadamente, gestores territoriais, empresas, organizações e populações.



Fonte: APA, 2008

Figura 9 – Pilares da ENDS.

A Agenda 21 Local (A21L) surge como um dos instrumentos de operacionalização da ENDS. Decorrente da necessidade de aplicar localmente os pressupostos definidos na Agenda 21, a A21L instituiu uma nova forma de pensar o desenvolvimento sustentada pela expressão “pensar global, agir local”, quer com isto dizer-se que é através das acções locais que se impulsiona o desenvolvimento global.

A A21L consiste assim, na implementação de Sistemas de Sustentabilidade Locais, por meio de planos de acção que sejam coerentes com os demais instrumentos de gestão territorial e que reúnam os interesses das autoridades e das comunidades locais, fomentando o planeamento participativo. “No desafio da ‘sustentabilidade’ é fundamental que as Empresas, os Governos e a Sociedade Civil partilhem responsabilidades” (TTerra, 2007, p. 11).

O DS não é apenas uma reflexão ou tomada de consciência. Trata-se sim de reflectir antes de agir e de optar por acções medidas em vez de impulsivas. MATHIEU (2006, p. 41 citando JOLLIVET, 2001) refere que “A ideia de desenvolvimento sustentável é um poderoso convite para um exercício de auto-reflexividade que a humanidade dirige a si própria com base na experiência do passado”. De forma que, só é possível atingir os objectivos da sustentabilidade revendo e corrigindo as incongruências cometidas no passado.



Fonte: SANTOS, CRAVIDÃO e CUNHA, 2010

Figura 10 – Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.

SANTOS, CRAVIDÃO e CUNHA (2010) apresentam a conjugação de quatro grupos de parâmetros (socioeconómicos, ambientais, políticos e simbólicos), que reúnem todas as dimensões que devem ser consideradas na avaliação do nível de sustentabilidade dos territórios (Figura 10). A estes parâmetros, os autores acrescentam, a valorização da leitura do espaço geográfico que tenha em conta: o urbano/rural, numa lógica de continuidade; as acessibilidades, como intensificadoras da ligação/cooperação entre territórios; o centro/periferia, no estabelecimento de relações hierárquicas de interdependências; o planeamento/gestão, na definição de instrumentos e políticas que, por sua vez, fomentem o ordenamento territorial sustentável.

Sendo uma política fomentadora da articulação entre a dimensão socioeconómica e a dimensão natural, o DS, por meio de acções locais, emergiu como a possível

estratégia para contornar os problemas de declínio da qualidade de vida e degradação dos recursos e ambiente rural. A recorrência a iniciativas de reestruturação dos sistemas produtivos, com vista a criar maior autonomia económica, tornou-se na mais recente ideologia de um rural em transformação. Os meios rurais entram, assim, numa nova fase de evolução impulsionada pelo desenvolvimento local (DL).

VÁZQUEZ BARQUERO (1999) destaca três estratégias locais promotoras de desenvolvimento: infra-estruturas, recursos humanos e organização territorial. A infra-estruturação, centrada na melhoria das redes de transportes e comunicações, na criação de nichos empresariais e na criação de equipamentos sociais, é a base do funcionamento do sistema territorial. Os factores imateriais e qualitativos incidem sobre a qualificação dos recursos humanos, ou seja, o *know-how*, o empreendedorismo, a informação e inovação e a cultura da população. A capacidade organizadora do território refere-se à importância da decisão dos agentes públicos e privados na aplicação de políticas que fomentem o desenvolvimento, onde se destaca o papel do associativismo e das redes empresariais como mediadores do DL.

No caso específico dos territórios não urbanos, o DL trouxe novos mundos ao mundo rural. A melhoria das infra-estruturas quebrou o isolamento, diminuiu as distâncias e facilitou o acesso a equipamentos e serviços que antes se centravam nas cidades. A aposta na formação e informação dos recursos humanos movimentou a iniciativa empresarial local, baseada num aproveitamento dos recursos endógenos e na capacidade multifuncional. Neste âmbito, foi fundamental o apoio prestado pelo cooperativismo e pelo associativismo, tal como o foi na gestão territorial e na orientação de decisões políticas fomentadoras do ordenamento do território e desenvolvimento.

Falar no desenvolvimento local em meios rurais é, portanto, referir “um processo continuado de melhoramento das condições dos territórios rurais, sempre que tal seja reconhecido pelos actores sociais, incluindo os do meio urbano.” (MORENO, 2007, p. 124). Baseia-se, por isso, num conceito multifacetado que envolve vários critérios de natureza económica, política, social e ambiental e que envolve vários actores intervenientes dentro e fora do meio rural. No desenvolvimento rural (DR) todas as questões são pertinentes para a promoção da sustentabilidade territorial, nomeadamente a educação, o ambiente, a saúde, a habitação, os serviços e infra-estruturas sociais, a governação local, o património cultural e as questões económicas de interesse para os diferentes grupos sociais (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 1990). A metodologia deste processo assenta em medidas de (re) valorização das potencialidades endógenas, tendo em consideração as características particulares dos territórios. Isto pressupõe uma inovação no conceito de desenvolvimento, já que não pode resultar de políticas homogéneas mas sim de medidas adaptadas a cada realidade. “O desenvolvimento rural deve ter como ponto de partida a realidade socioeconómica existente, e deste ponto de vista, apoiar uma

lógica gradualista na sua transformação” (CARNEIRO, 2005, p. 3). É neste contexto que se reafirma a importância do DL, porque a sua estratégia centra-se nos territórios locais e trata de promover iniciativas baseadas na participação dos agentes e comunidades, também ao nível local.

### **2.1. Políticas de desenvolvimento rural**

A questão dos desequilíbrios económicos e sociais é um problema que tem estado desde sempre no cerne das preocupações da União Europeia (UE)<sup>6</sup>. As profundas alterações sentidas na estrutura económico-social dos meios rurais impuseram a necessidade de definição de políticas estratégicas comunitárias com o objectivo de criar um espaço europeu mais coeso.

Em Portugal, o processo de aceleração do crescimento económico associado à industrialização ocorreu mais tarde e de forma mais lenta, em relação ao que se verificou na generalidade da Europa. Até meados do século XX, o país continuava a caracterizar-se essencialmente como agrícola e rural. A partir dos anos 50 a situação começa a inverter-se e assistem-se a mudanças que são sucessivas e em curto espaço de tempo. Em termos económicos, o incremento da industrialização conduziu à necessidade da densificação de rede de transportes de distribuição e das acessibilidades. A melhoria da mobilidade fomentou a redução das distâncias e tornou os espaços urbanos mais próximos dos habitantes rurais. A proximidade fez disparar o fenómeno de êxodo rural e o rápido crescimento das cidades, principalmente das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Demograficamente, a saída da população jovem activa para as cidades e para o estrangeiro contribuiu fortemente para o envelhecimento da população e consecutivo despovoamento das áreas rurais. A “litoralização do desenvolvimento económico e da presença humana” (CAVACO, 1992, p. 16) contribuiu para o acentuar das desigualdades entre rural e urbano que, apesar de ser um fenómeno manifestado em toda a Europa, no caso português ele assumiu e continua a assumir uma maior relevância.

Até 1974, Portugal tinha a sua entrada na então Comunidade Económica Europeia (CEE) condicionada, devido a factores de ordem política. Após a queda do regime ditatorial, foi possível iniciar o processo de integração que ficou concluído em 1986. Antes da entrada na CEE, manifestavam-se já algumas iniciativas de desenvolvimento regional, direccionadas para a questão rural. No entanto, só após a integração é que se inicia uma nova fase em matéria de DR.

Com a adesão à CEE, o país passa a beneficiar das primeiras medidas estruturais de intervenção nas zonas rurais, resultantes da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC). A PAC constituiu o primeiro instrumento europeu direccionado para a

---

<sup>6</sup> O Tratado de Roma (1957) traça objectivos para a existência de um espaço europeu mais coeso em termos económicos e sociais, o que passa por introduzir uma clara referência à necessidade de equilíbrio no desenvolvimento espacial.

intervenção em meios rurais, surgido em 1967. As suas orientações íam no sentido da estruturação económica dos espaços rurais assente na criação de uma actividade agrícola europeia competitiva face aos restantes mercados mundiais. Para atingir esses resultados foi criado o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) que se dividia em dois instrumentos de intervenção: o FEOGA – Garantia e o FEOGA – Orientação. O primeiro instrumento tinha como objectivo garantir os preços de produção, de armazenamento dos produtos excedentes e de exportação. O FEOGA – Orientação pretendia apoiar a melhoria das estruturas de produção e de comercialização.

Até aos anos 80 as políticas de intervenção nos espaços rurais cingiam-se aos problemas específicos da agricultura e à aplicação de um modelo produtivista baseado apenas em critérios económicos. Em 1975 a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) demonstrava já alguma preocupação, no contexto das medidas estruturais, face ao crescente aumento das assimetrias regionais. Porém, é no final dos anos 80, no seguimento do aparecimento de diversas publicações e princípios orientadores, que o desenvolvimento sustentável do mundo rural se afirma com maior relevância nas políticas europeias. Em 1988, com o lançamento da comunicação “O Futuro do Mundo Rural” (Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento), é lançado também o debate sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que assente em outras funções para além da agricultura. O esgotamento do pensamento economicista e a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, traçaram novos caminhos no sentido da aplicação de um modelo pós-produtivista. A agricultura entra, assim, no compromisso com a sustentabilidade.

Também em finais da década de 80 concretiza-se a primeira reforma dos fundos estruturais. Os investimentos públicos passam a estar mais concentrados em zonas carenciadas, enquadrando não só medidas no domínio da diversificação económica e desenvolvimento, mas também a preservação dos recursos naturais. A Comissão Europeia impunha, assim, uma mudança de estratégia política no futuro dos espaços rurais, procurando resolver problemas específicos através da criação de uma política estrutural. Neste contexto, os objectivos de desenvolvimento rural concentraram-se em formas de converter as zonas rurais em locais atractivos para viver e trabalhar, procurando inverter o despovoamento e dotar estes espaços de meios para gerar o seu próprio desenvolvimento (RODRÍGUEZ, RAMIRÉZ e HERNANDÉZ, 2005). Para que a aplicação destas políticas pudesse ser eficiente, foi ainda dada importância à repartição das responsabilidades, o que significou uma maior envolvimento dos agentes locais e da população beneficiária.

Em 1991 a Comissão das Comunidades Europeias lançava a iniciativa Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), uma acção-piloto que mereceu destaque por se considerar o mais audacioso e bem sucedido programa de

apoio às comunidades rurais. A grande inovação do LEADER, face a outros programas, residia na filosofia assente, não em políticas centrais geridas pelos governos, ao contrário do que havia sucedido até então, mas sim privilegiando as iniciativas das redes de grupos locais. O sucesso do programa, na reabilitação das regiões rurais desfavorecidas e na aplicação efectiva das políticas de DL, fez com que se desenvolvem-se mais duas fases – LEADER II (1994-1999) e LEADER+ (2001-2006), e que fosse considerada a sua abordagem como eixo de desenvolvimento no Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) 2007-2013.

A Conferência de Cork (Irlanda 1996), intitulada “A Europa Rural: Perspectivas para o Futuro”, constituiu um importante acontecimento no afinamento das principais orientações das políticas europeias de desenvolvimento rural, em concordância com os resultados positivos obtidos na primeira versão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER. Das conclusões obtidas na conferência resulta uma Declaração com dez princípios<sup>7</sup> que passam a constituir as linhas orientadoras fundamentais na defesa do Mundo Rural.

A Agenda 2000, aprovada pelo Conselho Europeu em Berlim (1999), e a reforma da PAC, sistematizam a política de desenvolvimento rural e a prática dos princípios orientadores do novo modelo de desenvolvimento. O designado “segundo pilar” da PAC estabelece uma política agrícola mais sustentável e territorialista, que é reforçada com a reforma aprovada em Junho de 2003. Em termos de financiamento da política de desenvolvimento rural introduz-se uma inovação, o facto do FEOGA – Garantia passar a suportar a quase totalidade do apoio financeiro às áreas rurais.

A criação do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) em 2005, consagrou as políticas adoptadas até então, face a um historial de resultados insuficientes para ultrapassar as disparidades regionais. Passou, assim, a existir um único instrumento de apoio financeiro exclusivamente dedicado ao desenvolvimento rural. Esta nova política resultou de um já longo processo de reformas da PAC, que culminou na necessidade dos Estados-membros delinearem estratégias mais consolidadas e adaptadas aos problemas específicos de cada área de intervenção. Pretende-se, assim, colmatar desigualdades e tornar os espaços rurais mais independentes, competitivos e atractivos.

A prossecução da coesão territorial, numa lógica de desenvolvimento sustentável, tem-se manifestado essencial nas políticas territoriais, europeias e nacionais, orientadas para o DR. A cooperação, demonstrada através da transversalidade de soluções aplicadas em territórios com problemas semelhantes, e a aplicação de fundos estruturais têm sido factores de grande importância na promoção da coesão territorial, destacando-se o contributo dos programas de desenvolvimento rural na

---

<sup>7</sup> Dez Princípios da Declaração de Cork: 1 – Preferência rural, 2 – Abordagem integrada, 3 – Diversificação, 4 – Sustentabilidade, 5 – Subsidiariedade, 6 – Simplificação, 7 – Programação, 8 – Financiamento, 9 – Gestão e 10 – Avaliação e investigação (COVAS, 1997).

prosseção deste mesmo objectivo. O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia (Comissão das Comunidades Europeias, 2008) relançou o debate em torno desta questão constituindo, por isso, uma importante reflexão sobre as acções passadas na construção de metas futuras. No que concerne ao mundo rural, o documento demonstra uma clara (re) valorização destes espaço como parte fundamental da UE, por ser onde se concentram os recursos, os espaços naturais, a qualidade ambiental e a segurança. Refere ainda a importância do planeamento participativo no alcance destes objectivos, “cada vez mais a competitividade e a prosperidade dependem das pessoas e das empresas presentes num dado território e da sua capacidade para retirar o máximo partido de todos os recursos aí existentes.” (p. 3).

No âmbito das políticas de desenvolvimento rural interesse ainda referir o Quadro de Referência Estratégico Nacional<sup>8</sup> (QREN 2007-2013), por assumir-se como o instrumento de valorização do desenvolvimento económico, social e territorial. A concretização do QREN é assegurada pelos Programas Operacionais (PO) e apoiado financeiramente pelos Fundos Estruturais e Fundo de Coesão. Dentro da política do QREN interessa referenciar as Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), por constituírem um conjunto de iniciativas de apoio à dinamização económica, que preconizam a implementação de medidas sob uma lógica de *aglomerações económicas*, ou seja, favorecendo a cooperação e o funcionamento em rede na promoção do desenvolvimento. Entre as diferentes tipologias previstas nas EEC, evidenciam-se os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), por serem particularmente direccionados para territórios de baixa densidade<sup>9</sup>, com características de rural profundo. O objectivo do PROVERE é de promover o desenvolvimento territorial local com base na valorização de recursos endógenos capazes de impulsionar o desenvolvimento da multifuncionalidade e que usufruam, preferencialmente, de características singulares (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2008).

Face ao histórico descrito de políticas indutoras do desenvolvimento do mundo rural é possível constatar uma clara evolução que se iniciou na potencialização do rural agrícola, com a PAC, e caminhou em direcção a formas mais sustentáveis de promover o desenvolvimento. Foi ainda possível constatar a crescente importância atribuída às acções locais e ao envolvimento de todos os agentes territoriais, responsabilizando toda a sociedade civil na construção do desenvolvimento. Apesar dos vários tipos de políticas e programas adoptados em diferentes momentos temporais, a finalidade manteve-se coerente: esbater assimetrias e promover a coesão territorial sustentável.

---

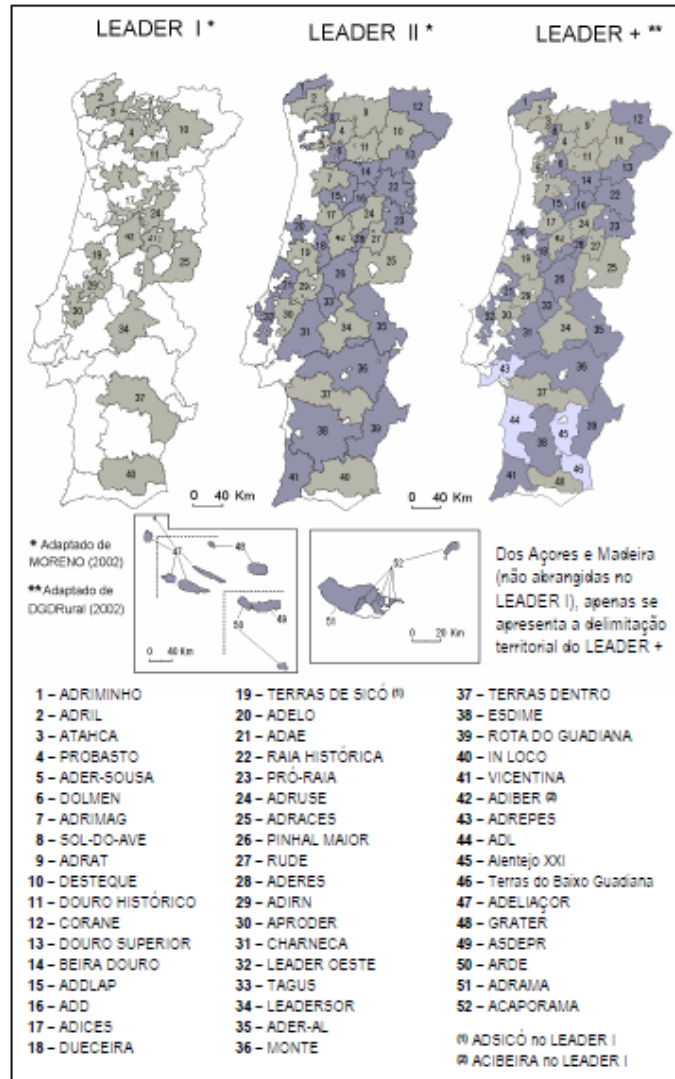
<sup>8</sup> <http://www.qren.pt>

<sup>9</sup> No âmbito do PROVERE, são considerados territórios de baixa densidade os locais fora das áreas metropolitanas e dos centros urbanos com mais de 20 mil habitantes (MAOTDR, 2008).



### 2.1.1 Do LEADER ao PRODER: um caminho de sucesso?

Em Portugal, o LEADER entrou em execução logo na sua primeira fase (1991-1994). Como é diagnosticado no Relatório Final do LEADER II e no Programa Nacional LEADER+<sup>10</sup> foram vários os aspectos positivos que destacaram a capacidade inovadora induzida pelas acções do PIC LEADER, que passam a sintetizar-se nos vários pontos abordados em seguida.



Fonte: MORENO, 2007 cit. MORENO et al., 2003

Figura 11 – A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal – Entidades Locais LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06).

Na sua primeira fase, contribuiu para a criação de 20 grupos de acção local (GAL), distribuídos por várias regiões rurais do território nacional, aos quais se juntaram mais 29 na segunda fase. Na terceira fase do programa totalizaram-se 52 Associações de

<sup>10</sup> <http://www.leader.pt>

Desenvolvimento Local (ADL), conforme se visualiza na Figura 11. O incremento do associativismo foi imprescindível na projecção e coordenação das medidas implementadas pelos diversos agentes locais. Sem as ADL a gestão do LEADER dificilmente poderia ter ocorrido ao nível local e sem este contacto de maior proximidade com as realidades específicas de cada território, o programa não teria alcançado os mesmos resultados.

Como foi referido anteriormente, cada território rural tem a sua própria dinâmica, logo a aplicação de estratégias centralizadoras invalida a sua adaptabilidade e êxito total. O tipo de intervenções, baseadas no conceito de “bottom up” ou “de baixo para cima”, radicalizaram as políticas convencionais, permitindo o lançamento de iniciativas adaptadas às realidades específicas e concretizando o conceito do desenvolvimento local.

A abordagem local do PIC LEADER abriu possibilidades a uma grande diversidade de projectos inovadores, que englobaram vários sectores de actividade, dos quais se destaca a promoção do turismo. Permitiu ainda a possibilidade de se efectuarem intervenções territoriais integradas, sem imposição de sectorização ou de desenvolvimento parcial. O surgimento do interesse no investimento local reforçou o carácter multifuncional do espaço rural, que começa a ganhar dimensão e a traçar novos cenários na frágil realidade socioeconómica rural. É de relevar que, o efeito catalizador da iniciativa foi crucial no aparecimento de outras acções de financiamento privado. Este objectivo foi precisamente uma das principais orientações e pretensões do LEADER.

O aumento das actividades valorizou a necessidade de apostar em recursos humanos com formação específica. A importância do LEADER neste campo de actuação foi também notória porque incentivou a formação e qualificação do mercado de trabalho de forma a responder às novas exigências funcionais geradas directa ou indirectamente com as acções no âmbito do Programa.

A criação de uma rede de competências locais, mais sensível em relação aos problemas territoriais e ao desenvolvimento, agilizou procedimentos e eliminou alguns fantasmas burocráticos, dando lugar ao conceito de governância. A governância resultou da necessidade de resolver desafios de forma mais “eficaz, eficiente e democraticamente responsável” face à fraca resposta dada pela administração central (FERNANDES e CHAMUSCA, 2009, p. 29). Este efeito foi visível na adaptação de normas e legislação, no sentido de desbloquear entraves que existiam no processo de desenvolvimento.

Outra inovação introduzida pela iniciativa LEADER foi a criação de uma Célula de Animação. O objectivo consistiu em colocar os territórios em rede, unidos em parceria e assumindo um compromisso de cooperação, nomeadamente transnacional. Este trabalho em rede estimulou a troca de experiências no contexto de encontrar soluções comuns para problemas semelhantes.

Enfatiza-se, ainda, o papel da participação cívica e da mobilização das populações num esforço comum. O PIC LEADER criou os meios para que se desenvolvesse mais a participação activa dos habitantes rurais na sociedade e nas decisões de gestão territorial. Os interesses dos beneficiários do desenvolvimento foram considerados e dadas as oportunidades para os colocar em prática. No final, o resultado manifestou-se na revitalização de tradicionalismos e no reforço da identidade territorial.

Não obstante todos os aspectos positivos enumerados, existem algumas obstruções que o PIC LEADER não foi capaz de ultrapassar e que interessou reter na delineação de políticas de DR mais recentes.

A não continuidade dos projectos por falta de implementações a longo prazo constitui um forte entrave ao desenvolvimento rural, não alcançando assim a criação da autonomia preconizada nos objectivos do programa. Esta incapacidade teve como grande causa os entraves causados pelas mentalidades pouco abertas às iniciativas com resultados a longo prazo.

COVAS (2006) refere algumas necessidades de melhoria do processo de inovação territorial, baseado na metodologia LEADER. De acordo com a perspectiva do autor as melhorias deviam passar: pelo aperfeiçoamento do funcionamento dos GAL, ao nível da composição e das estratégias de comunicação com o exterior; pela elaboração de diagnósticos territoriais mais detalhados, com vista a desenvolver planos de acção mais específicos, e pela implementação de processos de acompanhamento e monitorização das acções.

O desenvolvimento da multifuncionalidade do espaço nem sempre foi um processo bem sucedido. BAPTISTA (2003) citando MOLINERO (1999) refere que “não parece que tenha havido um enriquecimento de funções no espaço rural, mas sim uma contracção, com uma incipiente diversificação, baseada no lazer, no turismo rural, na hotelaria e na valorização do património natural e cultural” (p. 58). O mesmo autor alerta ainda para o facto de não se poder generalizar as mesmas consequências a todos os espaços rurais. Efectivamente, se existem locais onde a diversificação das actividades apenas se cingiu às actividades relacionadas directa ou indirectamente com o turismo e o lazer, na realidade também existem muitos espaços rurais em que a multifuncionalidade já está consolidada, sobretudo nos rurais periurbanos.

O lazer e turismo e a produção tradicional são as actividades que merecem maior atenção por parte dos promotores locais. Seguindo-se o caminho da patrimonialização, o rural passou a ser encarado como uma reserva cultural com particularidades únicas que as cidades não podem oferecer. NAVE (2003) encara esta visão do mundo rural como uma estratégia inventada no final do século XX para as áreas em declínio. Ou como PORTELA (2003) retrata, “o dito mundo rural é cada vez mais percebido como uma grande arca popular repleta de festas e música” (p. 6). A recriação de tradições extintas, quase perdidas ou perfilhadas, a promoção de feiras, festas e romarias, a adopção de marcas, certificações e denominações de origem e as riquezas paisagístico-

ambientais e culturais são comuns a praticamente todos os meios rurais que procuram o seu lugar no mapa físico e mental. Esta potencialização de valores territoriais encontra-se em constante mudança, naquilo que SANTOS (2002) afirma ser uma “guerra de lugares”. Esta competição é feita por intermédio da (re) criação de simbolismos, capazes de fornecer aos lugares a sua própria imagem de marca e atribuir-lhes protagonismo. A questão que se coloca é até quando pode durar este protagonismo? Como refere MORENO (2007), o DR será durável se esse compromisso for assumido politicamente. É precisamente aqui que se reforça a importância do ordenamento territorial, como instrumento político, regulador do sistema e promotor de continuidade e autonomia nas estratégias fomentadoras de desenvolvimento.

As dinâmicas demográficas também levantam algumas questões. Apesar da referenciada capacidade das políticas de ordenamento territorial valorizarem a fixação da população, as estatísticas têm revelado, que na generalidade dos meios rurais, não existe inversão da situação de envelhecimento e de despovoamento. Se o envelhecimento populacional é já uma realidade no panorama nacional<sup>11</sup>, no mundo rural esta problemática intensifica-se, não somente pela prevalência da população envelhecida mas, ainda mais, pelo retorno dos emigrantes em idade de reforma. Se esta condição tem sido sempre olhada como um entrave ao desenvolvimento rural, deveria ser também considerada pelo seu lado positivo. Não se pode descurar que o aumento da esperança média de vida modificou bastante a natureza das pirâmides etárias. Se noutros tempos a idade da reforma significava passividade e alienação face ao mundo activo, actualmente a faixa mais idosa detém um papel cada vez mais presente na sociedade, sobretudo quando se trata da manutenção da paisagem rural. Este facto encontra-se bem evidenciado no estudo de NOBRE, PORTELA E BAPTISTA (2001) que constatava que na região de Trás-os-Montes a percentagem de produtores com mais de 55 anos representava 64,3% do total, em 1999, mais 5,3% que em 1989.

A aposta do rural em estratégias urbanas tem sido um dos caminhos seguidos nas políticas de desenvolvimento, como refere BAPTISTA (2003). Contudo, será que este investimento se justifica quando há um caminho traçado no sentido do despovoamento? Entende-se que todos os esforços e políticas criadas no sentido de atenuar os desequilíbrios existentes no espaço europeu não têm sido suficientes para garantir a equidade territorial, nem mesmo a existência de iniciativas bem sucedidas, como no caso do LEADER. De forma que a União Europeia continua a traçar novas estratégias de intervenção para ultrapassar a problemática do desenvolvimento nas áreas rurais. É também notório que o DR não pode ser totalmente alcançado com o esforço isolado de cada Estado-Membro, já que implica a necessidade de um

---

<sup>11</sup> No ano de 2007, assiste-se, pela primeira vez desde 1900, a uma taxa estimada de crescimento natural negativa, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística. (Jornal de Notícias, 30 de Maio de 2008).

financiamento mais alargado, face às grandes disparidades existentes nas diferentes zonas rurais.

O FEADER, vigente para o período de 2007-2013, foi criado como instrumento financeiro exclusivo de apoio ao DR, coerente com as políticas da reforma da PAC e com os objectivos gerais da política de coesão económica e social. Os objectivos, definidos no Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER, têm como finalidade garantir o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais, tendo em linha de conta a diversidade de estruturas económico-sociais e os vários problemas com que se confrontam estas zonas.

Para garantir os objectivos foram traçados quatro eixos de intervenção do FEADER. O Eixo 1 refere-se à necessidade de tornar a agricultura e a silvicultura mais competitivas. Este propósito não se refere apenas à melhoria da qualidade dos produtos e das formas de produção e de comercialização, mas também à valorização da formação profissional dos produtores, da informação e da promoção dos produtos. O Eixo 2 relaciona-se com a gestão dos espaços rurais na perspectiva da preservação do ambiente e da paisagem. Valorizam-se as actividades económicas sustentáveis que tenham em consideração a protecção dos recursos renováveis e não renováveis e a fragilidade de habitats e biodiversidade. O Eixo 3 respeita à promoção da qualidade de vida das populações rurais e à diversificação das actividades económicas, pois só através destas medidas se torna possível a fixação de população, a longo prazo. O Eixo 4 consiste na adopção de medidas que utilizem a metodologia LEADER, ou seja, intervenções à escala local que envolvam parcerias de agentes locais. Face ao sucesso verificado pela anterior aplicação da abordagem LEADER, pelo menos, 5% das dotações do FEADER são obrigadas à aplicação neste eixo de intervenção.

A introdução do FEADER previa que cada Estado-Membro preparasse um Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN) que constituísse o quadro referência para a elaboração dos Programas de Desenvolvimento Rural. O PEN 2007-2013 (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2007a), elaborado com base na análise de experiências passadas (nomeadamente o LEADER) e na conjuntura existente actualmente, reforça a necessidade de delinear abordagens, integradas e sustentáveis, de intervenção nos territórios rurais, que contribuam para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, para o objectivo de coesão territorial. Considera ainda que o desenvolvimento só poderá ser alcançado por meio do aumento da competitividade dos meios rurais, através do incremento da multifuncionalidade assente no aproveitamento dos recursos endógenos e com a participação, qualificação e organização de todos os intervenientes e beneficiários do território.

O PRODER, tendo como finalidade executar a estratégia nacional de DR, apresenta eixos estratégicos de intervenção<sup>12</sup> enquadrando-os com os objectivos constantes do PEN e em coerência com o FEADER. Definido para o período de 2007-2013, para a área de Portugal Continental, tem como finalidade “Aumentar a competitividade do sector agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, revitalizar económica e socialmente as zonas rurais e melhorar a governação nas zonas rurais” (MADRP, 2007b, p. 59).

Destaca-se a importância dada à questão da cooperação interterritorial e transnacional que foi anteriormente subvalorizada na aplicação do LEADER+ e que se pretende agora que seja mais relevante na nova política de DR definida no PRODER. O fomento da cooperação entre os GAL e os agentes locais constitui uma importante forma de desenvolvimento ao estabelecer projectos comuns e incorporar inovações técnicas e científicas que reforcem as economias rurais.

Prevê-se que nos próximos anos a situação económica europeia seja marcada por quadros financeiros mais restritivos. Não só devido ao alargamento do espaço comunitário, mas também considerando o cenário europeu de recessão económica. O FEADER constitui assim a derradeira oportunidade dos Estados-membros consolidarem políticas internas que promovam o DR e a diminuição das disparidades entre regiões.

Em suma, da implementação do PIC LEADER ao PRODER, verificou-se que existe, efectivamente, um caminho percorrido de merecedor sucesso. Estas políticas geraram novas expectativas, novos interesses e voltaram o olhar para o mundo rural. Apesar de nem sempre se apostar estrategicamente na durabilidade do desenvolvimento que as iniciativas de DR proporcionaram, é pelo menos certo que demonstrou na prática que o futuro do mundo rural não depende exclusivamente das representações urbanas, é possível planear acções a partir do esforço comum dos actores locais, sejam eles os intervenientes ou os espectadores do espaço geográfico. Deve, contudo, ter-se “a noção da grande diversidade do meio rural, que encerra realidades bem diferentes, a exigirem soluções específicas diferentes e, sobretudo, adequadas” (LOPES, 2003, p. 291), que respondam às necessidades das populações que habitam e utilizam o espaço. Nota-se ainda que, como afirma GASPAR (2004), na construção de um território comum é necessário promover parcerias que sejam concordantes com as realidades dos mundos urbano e rural.

---

<sup>12</sup> Eixo I: Competitividade; Eixo II: Sustentabilidade do espaço rural; Eixo III: Dinamização das zonas rurais, onde se inclui a abordagem LEADER em coerência com o eixo 4 do FEADER; Eixo IV: Conhecimento e competências (MADRP, 2007b).

## PARTE II. ESTUDO DE UM TERRITÓRIO RURAL: O CASO DE SEVER DO VOUGA

### CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

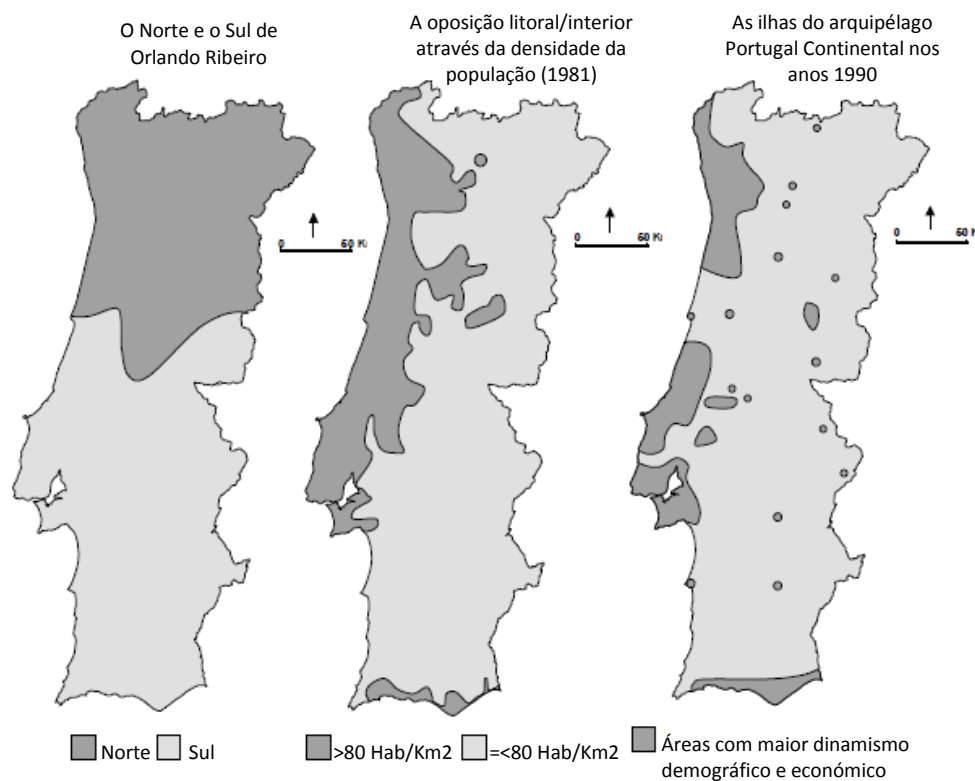
O território nacional (continental) é feito de contrastes que espelham as influências dos elementos que o rodeiam, procedentes do Atlântico, do Continente e do Mediterrâneo (MEDEIROS, 1996) e que contribuem para a existência de paisagens naturais e culturais muito diversificadas.

No Norte Atlântico, as condições de clima mais húmido favoreceram o domínio do verde na paisagem morfológicamente irregular. A ocupação humana é quase sempre uma constante, presente de forma dispersa pelos territórios ou em aglomerados isolados nas zonas montanhosas mais inacessíveis. Existe uma tendência ainda fortemente rural que se materializa na prática da agricultura em regime de pequenas propriedades. No Norte interior, os Verões muito quentes e os Invernos muito frios revelam elevadas amplitudes térmicas anuais típicas do clima continental. Nesta zona do país, a paisagem oscila entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrâneo. A densidade populacional não é tão elevada como no primeiro nem tão baixa como no segundo, acentuam-se as características marcadamente rurais e dominam, como no caso anterior, as pequenas explorações agrícolas de subsistência. O Sul é claramente influenciado pelo mediterrâneo, que se denota no clima mais seco com Verões mais prolongados e na vegetação, onde dominam os campos de sobreiros e azinheiras. O relevo menos acidentado propicia a existência de grandes propriedades com explorações aproximadas aos latifúndios. Os povoamentos organizam-se em aglomerados bastante distanciados entre si, justificando assim a baixa densidade populacional nesta área do país. Como refere MEDEIROS (1996) “Estamos, portanto, em presença de três grandes conjuntos territoriais de Portugal Continental, fundamentados em factos naturais e da ocupação humana tradicional: *Norte atlântico, Norte interior e Sul*” (p. 21).

FERRÃO (2002) explora a dimensão geográfica do território nacional sob um panorama evolutivo que resultou na “*combinação* de três espacialidades macroregionais” (p. 151): a tradicional oposição Norte/Sul, a oposição litoral/interior produto do Portugal moderno e o “*território-arquipélago*” presente no Portugal pós-moderno (Figura 12).

A oposição Norte/Sul, retratada por Orlando Ribeiro como resultado das influências Atlântico/Mediterrâneo, é interpretada de forma mais complexa revelando-a como “um produto geo-histórico” (FERRÃO, 2002), que é também resultado das diferentes origens civilizacionais. A oposição litoral/interior, dualidade em constante presença neste trabalho, resulta dos efeitos territoriais da modernização, já referidos

anteriormente, em duas situações socioeconómicas opostas. O “território-arquipélago” manifesta-se na evidência de ilhas urbanas, litorais e interiores, organizadas em rede e que se destacam da predominância rural. O autor identifica-as como produtos da sociedade terciária, do desenvolvimento das redes de transportes, da informação e comunicação. FERRÃO (2002) identifica estas macro-regiões pelos aspectos de base territorial que as distinguem, não descurando, no entanto, a sua interligação.



Fonte: FERRÃO, 2002 *cit.* FERRÃO, "As Geografias do País" (1999, pp. 184-187)

Figura 12 – As três macro-geografias de Portugal Continental.

Estas perspectivas territoriais revelam uma característica paisagística comum, dominante no total do território nacional, que se trata da predominância das áreas rurais. Como é recordado por CAVACO (1992), até ao início do séc. XX, Portugal era um país marcadamente agrícola e rural, em que metade da população activa se dedicava ao sector de actividade primário. Esta característica é mais acentuada à medida que se caminha para o interior e evidencia-se pela diminuição da ocupação urbana e pelo aumento das áreas naturais, de manchas florestais e das explorações agrícolas de pequena dimensão no Norte e de grande dimensão mais a Sul. Esta constante apenas se quebra com o aparecimento de aglomerados urbanos de maior destaque, correspondentes a cidades interiores de média dimensão. O litoral segue dinâmicas muito diferentes. O sistema de povoamento distribui-se dispersamente pelo território de tal forma que os limites administrativos se encontram esbatidos e os lugares quase



se encadeiam uns nos outros num *continuum* urbano. As áreas com características rurais continuam a existir mas são interrompidas mais frequentemente pela ocupação humana. Além de ser um território de pequena dimensão e de grandes contrastes, Portugal é também um território de assimetrias bem notórias entre o urbano e o rural.

A área, referente ao território de Sever do Vouga, apesar de ser reconhecidamente rural, usufrui de uma localização geográfica que a coloca numa posição intermédia entre o litoral polarizador e o interior profundo. A paisagem severense revela, por isso, a aparente coexistência de uma diversidade de aspectos que reflectem dinâmicas espaciais distintas dentro do mesmo limite administrativo, realidades estas que sendo opostas se complementam. Neste âmbito, recordando as afirmações de DOLLFUS (1976), a localização do espaço geográfico em estudo é fundamental na definição das dinâmicas territoriais que o diferenciam e que se materializam nos aspectos paisagísticos. Na tentativa de comprovar esta mesma afirmação, pretende-se, através do estudo geográfico do território de Sever do Vouga, caracterizar os principais aspectos que contribuem para a definição das dinâmicas territoriais, expostos detalhadamente no ponto seguinte.

## **1. A metodologia**

A Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro), realizada em Florença (2000), consagrou a importância das funções da paisagem nos seus variados níveis, designadamente, cultural, ecológico, ambiental e social, determinando-a como valor fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. O documento mencionado define que “paisagem’ designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (alínea a, art. 1.º).

A consciencialização comum face ao aceleramento das transformações, que rapidamente modificam o espaço e os valores paisagísticos no território europeu, preconizou o interesse público pela necessidade de criar instrumentos com finalidade de promover meios de protecção, gestão e ordenamento que salvaguardem a preservação da paisagem e, por conseguinte, o bem-estar das populações e a identidade territorial. A mencionada Convenção surge neste contexto, lançando medidas gerais que devem ser cumpridas por cada parte participante. De modo resumido, as medidas relevam: o reconhecimento da paisagem como “componente essencial do ambiente humano” (alínea, art. 5.º do Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro), a aplicação de políticas de salvaguarda, a participação dos intervenientes e beneficiários na definição das políticas e a integração da paisagem no processo de ordenamento do território e urbanismo e nas restantes políticas com impacte directo ou indirecto na paisagem. As medidas específicas delineadas no mesmo diploma consagram, portanto, cinco etapas de intervenção: a sensibilização da população, a educação e formação de especialistas nos domínios da paisagem, a adopção de

medidas de identificação e avaliação das paisagens, a definição de objectivos de qualidade paisagística e a aplicação das políticas definidas.

Antecipando a necessidade de cumprir os propósitos definidos, posteriormente, na Convenção Europeia, a Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) lançou a iniciativa do estudo da paisagem, que culminou na publicação do trabalho “Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, elaborado pelo Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora (2004). Este estudo apresenta a divisão do território nacional em 128 unidades paisagísticas, conforme representa a Figura 14, em que cada unidade e subunidade foram definidas tendo em conta a partilha de características relativamente homogéneas, sobre uma abordagem holística. Foram assim analisadas, de forma integradora, as várias dimensões da paisagem: ecológica, cultural, socioeconómica e ainda sensorial. Após esta identificação, foram avaliadas as dinâmicas, potencialidades e ameaças de cada tipo de paisagem existente, com o objectivo de delinear estratégias de gestão e criar “um ponto de partida para trabalhos que aprofundem o conhecimento e compreensão da complexidade da paisagem portuguesa” (DGOTDU, 2004, p. 18). A Figura 13, referente ao mapa das imagens regionais de Amorim Girão (1958, *apud* SANTOS *et al*, 2010), permite evidenciar a sua importância, como base de formulação da divisão regional e paisagística reconhecida actualmente. As ilustrações retratam a imagem mental (tradicionalista) que o observador tem de cada região, imagem essa que perdura ao longo dos tempos e que ainda se encontra reflectida na delimitação actual das unidades de paisagem.

Considerando o carácter integrado e a flexibilidade de adaptação do estudo da DGOTDU (2004) a outros níveis de análise, optou-se por utilizar uma abordagem semelhante na análise da paisagem de Sever do Vouga. Procura-se, com este método, dar resposta à questão primordial do presente trabalho, ou seja, em que medida a análise da paisagem constitui uma estratégia de futuro desenvolvimento para os territórios rurais de hoje. Desta forma, pretende-se que o resultado final seja obter uma sistematização de informação territorial que sirva de apoio à delimitação de estratégias no âmbito do planeamento e ordenamento do território, no sentido de promover o desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida das populações.

A Figura 15 representa a síntese da metodologia elegida para a apresentação do estudo de caso, nas suas três vertentes: paisagem, planeamento e desenvolvimento. A caracterização da paisagem constitui um método de apurar mais especificamente a realidade funcional dos espaços. Neste sentido, é possível categorizar áreas, segundo parâmetros pré-definidos, de forma a determinar e a localizar as *vocações* funcionais do território a serem consideradas na elaboração de instrumentos de ordenamento, que se adequem às especificidades territoriais. Este método consiste em identificar, no território em estudo, os diferentes elementos constituintes da paisagem, partindo da unidade territorial definida no estudo da DGOTDU (2004). Considerando que o

processo de planeamento e ordenamento do território extravasa os limites administrativos, esta análise só estará completa se for considerado, para além da posição geográfica, o posicionamento hierárquico da área em estudo, relativamente aos territórios com os quais mantêm relações de interdependência. Como referia DOLLFUS (1976), para fundamentar a evolução do espaço geográfico é importante contextualizar a sua integração num conjunto territorial mais vasto e as relações de interdependência que se materializam entre si. Desta forma, a recorrência ao enquadramento regional e sub-regional, permitirá obter uma melhor interpretação da estrutura territorial de Sever do Vouga e determinar em que tipo de espaço rural se enquadra.

Tendo o concelho como unidade territorial de estudo, pretende-se utilizar um método de análise com maior grau de detalhe. Como tal, serão contemplados indicadores com significância ao nível da gestão local do território, divididos em dois tipos: tendencialmente imutáveis, considerados os elementos que perduram ao longo dos tempos, e tendencialmente mutáveis, tratando-se dos elementos mais expostos à mudança. Esta divisão, que pretende demonstrar a duplicidade da paisagem, será abordada mais detalhadamente no ponto seguinte.

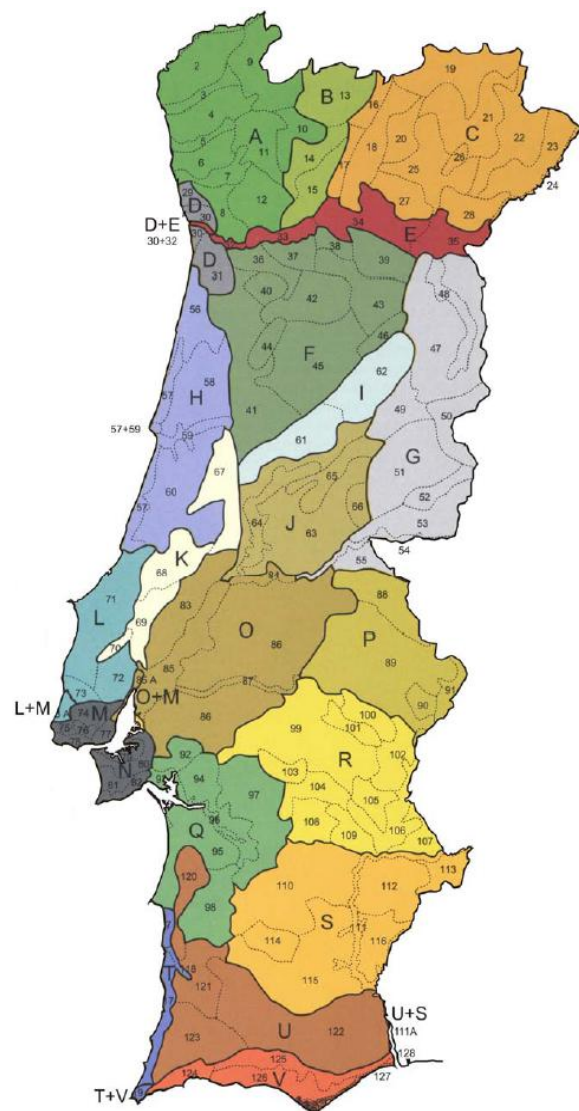
Após a identificação e caracterização da paisagem concelhia, pretende-se cruzar a informação geográfica obtida com a classificação de ordenamento do território existente nos actuais instrumentos de gestão territorial ao nível local, não descurando a contextualização nos planos de âmbito regional e nacional. Este procedimento será efectuado com base na confrontação entre a cartografia síntese da paisagem concelhia e a carta de ordenamento do território do Plano Director Municipal (PDM) de Sever do Vouga (1997). O objectivo será analisar o nível de execução das medidas que foram planeadas no passado, de forma a melhorar as estratégias a adoptar actualmente, para promover o desenvolvimento futuro (Figura 15).

A análise das políticas de desenvolvimento rural e a apresentação de estratégias para o território de Sever do Vouga, constituirá a última etapa deste estudo. Como tal, considerou-se a avaliação das medidas aprovadas/implementadas no âmbito de dois programas, seleccionados pela já referida importância no desenvolvimento do mundo rural: o PIC LEADER, nas suas três fases concluídas, e o PRODER, no âmbito do FEADER, actualmente vigente (Figura 15). Utilizou-se como base geográfica a área de intervenção da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG), pela importância de agregar um conjunto de territórios com características comuns e que partilham, por isso, de soluções comuns na implementação dos programas de desenvolvimento. Desta forma, será possível efectuar uma análise comparada entre a aplicação de medidas em Sever do Vouga e nos restantes territórios da ADRIMAG.



Fonte: SANTOS *et al*, 2010 cit. GIRÃO, 1958

Figura 13 – Imagens regionais.



- A Entre Douro e Minho
- B Montes entre Larouco e Marão
- C Trás-os-Montes
- D Área Metropolitana do Porto
- E Douro
- F Beira Alta
- G Beira Interior
- H Beira Litoral
- I Maciço Central
- J Pinhal do Centro
- K Maciços Calcários da Estremadura
- L Estremadura – Oeste
- M Área Metropolitana de Lisboa – Norte
- N Área Metropolitana de Lisboa – Sul
- O Ribatejo
- P Alto Alentejo
- Q Terras do Sado
- R Alentejo Central
- S Baixo Alentejo
- T Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino
- U Serras do Algarve e do Litoral Alentejano
- V Algarve

- Grupos de Unidades de Paisagem
- ..... Unidades de Paisagem

Fonte: DGOTDU, 2004

Figura 14 – Unidades e grupos de unidades de paisagem em Portugal Continental.



Fonte: Elaboração própria

Figura 15 – Esquema da metodologia de trabalho.

Com o objectivo de representar cartograficamente e de apoiar as análises espaciais, serão utilizados os sistemas de informação geográfica (SIG). Como é argumentado por JULIÃO (1995), os SIG são “uma plataforma instrumental capaz de responder na íntegra aos mais complexos problemas de análise espacial, bem como efectuar todas as tarefas de recolha, organização, armazenagem, etc.” (p. 2).

Face a estas características, a utilização dos SIG no estudo de caso será uma importante mais-valia. A elevada quantidade de informação a tratar, obriga a armazenar bastantes dados geográficos provenientes de diversas fontes. Por sua vez, cada um destes elementos é distinguido e caracterizado pela informação alfanumérica associada, por fim, a possibilidade de sobrepor várias camadas de informação irá permitir realizar as análises espaciais que servirão de apoio à interpretação geográfica.

Não obstante, a fidedignidade e qualidade deste estudo depende essencialmente da disponibilização de dados geográficos adequados. A escolha das fontes de informação é um procedimento com elevado grau de importância, já que o resultado final está completamente dependente da fidelidade dos dados que vão ser usados na análise. Neste campo, a definição de indicadores é fundamental, porque permitirá seleccionar a informação com relevância no território passível de fornecer fontes para a caracterização da paisagem, segundo os parâmetros elegidos.

### 1.1. Os indicadores

A análise da paisagem, sendo um processo bastante complexo, envolve um elevado número de parâmetros referentes às diversas componentes estruturais do território (ambiental, social, económica, histórico-cultural). A definição de indicadores é, por isso, uma condição essencial neste processo, permitindo direccionar o estudo, de encontro às questões específicas às quais se pretende dar resposta.

A OCDE (2002), define indicador como um parâmetro que fornece “indicações sobre ou descrevendo o estado de um fenómeno, do meio ambiente ou de uma zona geográfica, de uma amplitude superior às informações directamente ligadas ao valor de um parâmetro” (p. 191), considerando parâmetro como uma “propriedade medida ou observada” (p. 191). A importância na selecção de indicadores manifesta-se, portanto, na capacidade de representação de informação, concisa e simplificada, acerca da realidade que se pretende avaliar e de forma mais fidedigna possível.

No processo de análise, a escolha dos indicadores é uma tarefa que deve ser reflectida e ter como base de definição os resultados finais que se pretendem obter. Neste âmbito, a selecção deverá incidir sobre os indicadores que sejam integradores dos diversos aspectos que constituem a realidade e adaptados às especificidades do território em estudo.

No estudo do território de Sever do Vouga, pretende-se que os indicadores de análise da paisagem tenham como objectivo os seguintes aspectos:

- Construir uma imagem integrada e sintetizada representativa da paisagem rural existente;
- Fornecer uma análise interpretativa das dinâmicas territoriais que contribuem para a modelação paisagística multifuncional;
- Serem referências da unidade territorial, na lógica identitária;
- Avaliar as potencialidades e as fragilidades territoriais e paisagísticas;
- Identificar valores estratégicos a considerar no planeamento e desenvolvimento.

A definição de indicadores, sendo um processo complexo, comporta algumas dificuldades. No caso de estudo apresentado, foram identificadas as seguintes: a selecção dos parâmetros a analisar, considerando o elevado número de elementos relevantes, a capacidade de mensurabilidade dos indicadores a utilizar, a escolha das fontes de informação e a obtenção de dados actualizados.

Tomando em consideração estes possíveis entraves procedeu-se à divisão do processo de análise da paisagem de Sever do Vouga, em dois grandes grupos de indicadores: tendencialmente imutáveis e tendencialmente mutáveis. A partir destes grupos definiram-se os parâmetros de análise, conforme se encontra representado na Figura 16.

Antes de mais importa referir que a divisão no processo de análise da paisagem em tendencialmente imutável e tendencialmente mutável é bastante discutível, porque,

partindo do princípio que nada no espaço geográfico é permanente, não aparenta ser, de todo, consensual atribuir um suposto carácter de inalterabilidade aos aspectos paisagísticos. Não obstante, esta opção prende-se com a necessidade de relevar duas faces distintas da paisagem que na sua junção lhe atribuem um carácter único.

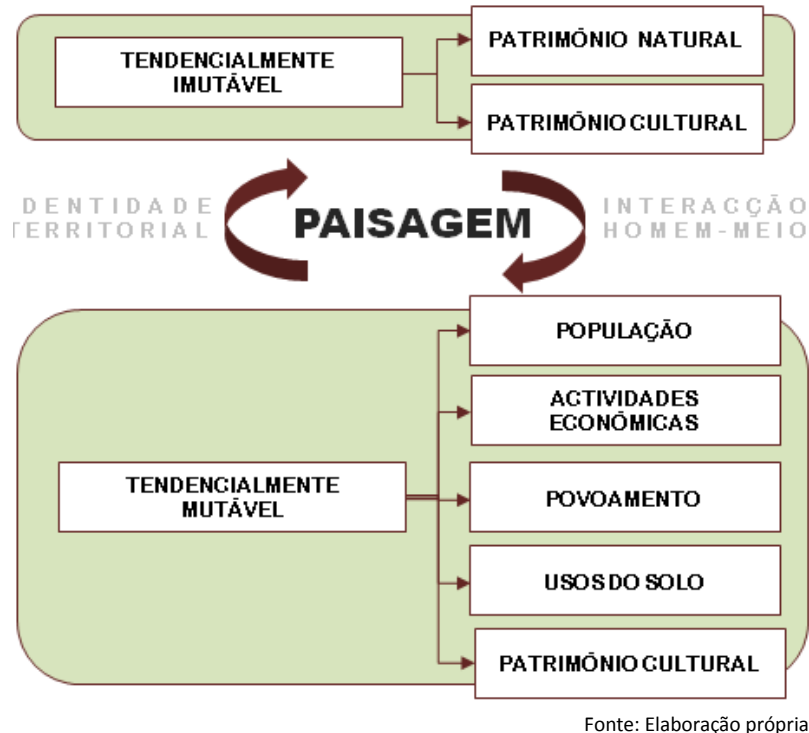


Figura 16 – Indicadores de análise da paisagem de Sever do Vouga.

Pretende-se, assim, que a paisagem tendencialmente imutável se refira aos elementos que constituem o cenário de fundo, suporte sobre o qual se desenvolvem as actividades humanas. Neste campo de observação, os indicadores constituem os elementos que dão forma e identidade à paisagem e que despertam o sentido de pertença ao território, ou seja, a ligação sentimental entre o espaço e os seus habitantes (NEURAY, 1982). Dentro deste grupo consideram-se os valores patrimoniais sobre duas vertentes:

- O património natural: engloba o relevo, a hidrografia, os espaços classificados como sítios de interesse para a conservação da natureza e biodiversidade e todas as particularidades proporcionadas por estes aspectos naturais;
- O património cultural: manifesta-se na preservação de aglomerados tradicionais e na presença do património monumental histórico-arquitectónico e arqueológico, encontrando-se também abrangidos os valores imateriais.

Os indicadores tendencialmente mutáveis, dizem respeito aos elementos territoriais que estão em constante alteração. Referem-se, assim, a uma paisagem mais dinâmica e multifuncional porque incluem as sucessivas interações entre o homem e o meio,

através das actividades que se vão desenvolvendo. Os indicadores mutáveis foram divididos em cinco subgrupos que, além do já referido património cultural, abrangem os seguintes aspectos:

- A população: cujo estudo permite obter o cenário demográfico existente revelando a forma como a evolução e a distribuição da população são decisivos na modelação da paisagem;
- Actividades económicas: abrange todos os sectores de actividade com expressão no desenvolvimento do território – agro-silvo-pastoril, industrial, comércio e serviços e actividades de turismo e lazer;
- Povoamento: identifica os tipos de povoamentos que existem, que retratam a forma como evoluiu a ocupação humana no espaço e as relações de complementaridade entre núcleos;
- Usos do solo: refere-se às ocupações do espaço por meio de intervenções humanas, nomeadamente, o espaço florestal, espaço agro-pastoril, espaço industrial e espaço urbano;
- O património cultural: este indicador é igualmente abordado como integrante da paisagem tendencialmente mutável, isto porque, o património também representa valores que se criam, significando que as tradições podem ser adoptadas e passar a integrar a paisagem identitária.

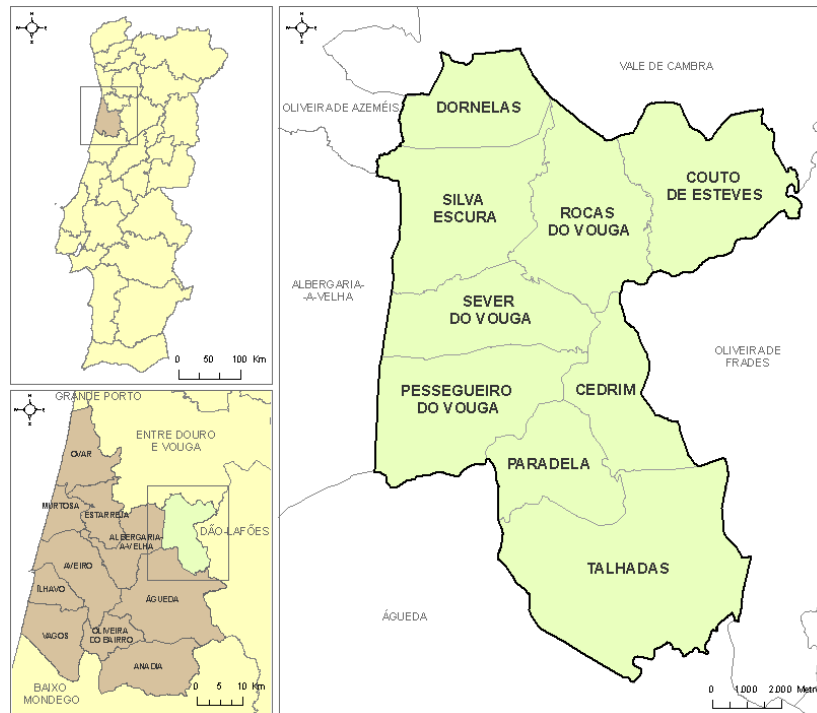
A análise paisagística não poderá estar validada sem antes se considerar o ponto de vista do observador. A paisagem observada é, por isso, um importante contributo para a interpretação da realidade territorial *in loco*. Este procedimento constitui uma forma de reconhecer os diferentes modos como a paisagem se apresenta e as alterações que sofre, à medida que o observador se desloca pelo território.

A abordagem delineada para a análise da paisagem de Sever do Vouga pretende ser interpretada de forma integrada, em que cada elemento só pode ser visto considerando o seu papel num conjunto mais vasto.

A percepção da interacção homem-meio deve ser vista em duplo contexto. Deverá ser demonstrativa da relação nascida de heranças passadas (Figura 1), que contribuíram para atribuir a identidade territorial que vigora através dos tempos e das gerações e se materializa na paisagem património. Esta mesma interacção deverá ainda atribuir dinamismo ao território, através das actividades que nele vão tomando lugar e moldando novas marcas patrimoniais e identitárias, que sejam significativas para as gerações vindouras. Neste contexto, será possível demonstrar que conhecer a *paisagem património* e a *paisagem activa* é fundamental para delinear orientações de planeamento que promovam o desenvolvimento sustentável. Isto porque, considerando que a paisagem implica também usufruto, precisa, deve e tem de ser usada pelas populações no presente, acautelando a sua preservação para utilização no futuro.



## 2. Enquadramento Geográfico



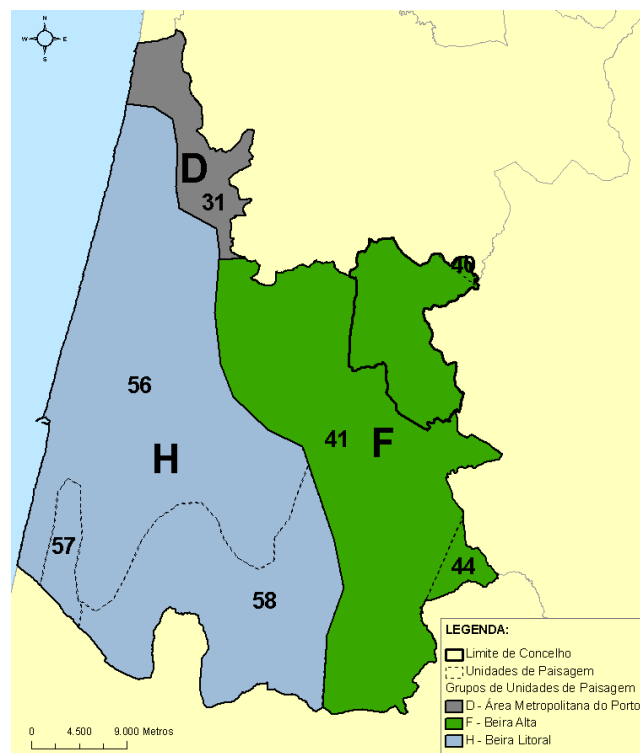
Fonte: Instituto Geográfico Português, 2010

Figura 17 – Enquadramento geográfico de Sever do Vouga.

Considerando os grandes conjuntos territoriais mencionados anteriormente, Sever do Vouga posiciona-se no Norte Atlântico e enquadra-se geograficamente nos limites administrativos observáveis na Figura 17. Localiza-se no limite oriental do distrito de Aveiro e tem como concelhos limítrofes Vale de Cambra a Norte, Águeda a Sul, Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha a Oeste, todos pertencentes ao mesmo distrito e Oliveira de Frades a Este, pertencente ao distrito de Viseu. Na NUT III, situa-se na Sub-Região do Baixo Vouga, da qual fazem parte Aveiro, Ílhavo, Vagos, Águeda, Oliveira do Bairro, Estarreja, Ovar, Murtosa, Albergaria-a-Velha e Anadia. Na delimitação da NUT II, a Sub-Região do Baixo Vouga integra-se no conjunto dos Municípios que fazem parte da Região Centro. É limitada a Norte pelas sub-regiões do Grande Porto e Entre Douro e Vouga, a Leste pela Sub-Região de Dão-Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Para além do já referido posicionamento de transição entre as realidades litoral e interior, Sever do Vouga situa-se ainda na delimitação que separa a Região Norte da Região Centro do país.

A área do concelho, com cerca de 130 Km<sup>2</sup>, é constituída por nove freguesias (Sever do Vouga, Silva Escura, Rocas do Vouga, Dornelas, Couto de Esteves, Pessegueiro do Vouga, Paradela, Cedrim e Talhadas). Talhadas, a Sul, é a freguesia com maior dimensão (28,6 Km<sup>2</sup>) e Paradela e Dornelas são as que ocupam menor área (cerca de 9 Km<sup>2</sup> cada uma), sendo a última, resultado da fragmentação de Silva Escura em 1989.

De acordo com o estudo “Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” (DGOTDU, 2004), a paisagem severense insere-se na unidade 41 do grupo F, referente aos “Montes ocidentais da Beira Alta” (Figura 18). Esta unidade engloba os territórios da Região Centro, que marcam a transição das áreas aplanadas do litoral para a morfologia acidentada do interior. Em termos paisagísticos, caracteriza-se pelo relevo de baixas colinas, que raramente ultrapassam os 600 metros de altitude, onde predominam os eucaliptais e matas de pinheiro bravo. Subsistem ainda áreas agrícolas policulturais nos vales mais abertos e envolvendo os aglomerados populacionais com alguma relevância, como é o caso da área em estudo, que se distribuem dispersamente pelo território.



Fonte: Elaboração própria a partir de DGOTDU, 2004

Figura 18 – Unidades e grupos de unidades de paisagem na Sub-Região do Baixo Vouga.

Partindo deste enquadramento genérico, e aumentando a escala de análise centrada no território de Sever do Vouga, constata-se, numa observação mais global, que sobressaem um conjunto de aspectos que sintetizam a paisagem deste espaço. São eles, o relevo acidentado, a densidade hidrográfica, a cobertura florestal, os espaços cultivados e a ocupação humana, dispersa pelo espaço ou concentrada em aglomerados de pequena dimensão.

## 2.1. Contextualização na Sub-Região do Baixo Vouga



Fonte: APA

Figura 19 – Relevo e rede hidrográfica da Sub-Região do Baixo Vouga.

Com o intuito de melhor entender a contextualização das características paisagísticas dominantes em Sever do Vouga, antes de se proceder à análise dos indicadores seleccionados para este estudo, efectuou-se um breve enquadramento da realidade geográfica mais relevante da Sub-Região do Baixo Vouga.

O Baixo Vouga enquadra-se na realidade de uma Região mais vasta que se destaca pelos grandes contrastes paisagísticos entre o litoral Atlântico e o interior continental. No primeiro, sobressaem o Baixo Vouga, o Baixo Mondego e o Pinhal Litoral. Estes territórios do litoral encontram o seu limite no alinhamento das Serras de Montemuro, Arada, Caramulo e Buçaco e, mais a Sul, as Serras de Sicó, Aire e Candeeiros. No interior destaca-se a Cordilheira Central e o Planalto Beirão. As diferentes morfologias de terreno associadas aos contrastes climáticos, atribuem uma grande variedade paisagística à Região. Não se trata apenas de diversidade natural mas também de diversidade na ocupação humana e nas actividades económicas. RIBEIRO, citado por CAVACO (1992, p. 67), recordava que é precisamente nas regiões beirãs que melhor se

notam as transições graduais ou repentinas entre o Oeste e o Leste, que, por sua vez, originou uma grande diversidade paisagística e das actividades humanas.

Na Sub-Região do Baixo Vouga, a paisagem natural é fortemente marcada pelos recursos hidrográficos. A “Ria de Aveiro”, o Rio Vouga e os seus afluentes são os elementos paisagísticos mais importantes, porque a sua presença constitui uma marca na construção da identidade territorial da Sub-Região e na formação das sociedades locais. A Figura 19 permite ainda constatar a posição transicional da área de estudo, localizada entre dois tipos de paisagens muito diferentes, a Oeste a Beira Litoral aplanada e fortemente recortada pelos elementos hidrográficos, e a Este a presença das figuras montanhosas da Beira Alta.



Fontes: Estradas de Portugal e Google Maps

Figura 20 – Enquadramento de Sever do Vouga nas redes de transportes.

Pela sua posição geográfica privilegiada, no centro litoral do país, a Sub-Região beneficia de boas acessibilidades (Figura 20). Destacam-se os eixos viários das auto-estradas A1 e A25, por serem dois corredores estruturantes com elevada relevância ao nível inter-regional, nacional e, no caso da A25, internacional, pela ligação a Espanha e ao resto da Europa. Sobressaem ainda as auto-estradas A29 e a A17, que constituem um trajecto alternativo à A1 para efectuar a ligação directa entre as áreas

metropolitanas do Porto e de Lisboa. Os itinerários complementares IC1 e IC2 complementam as ligações principais funcionando como vias distribuidoras.

A ferrovia da Linha do Norte centra a sua actividade no pólo de Aveiro, a partir do qual se evidenciam dois tipos de ligações predominantes: a Sul com Coimbra e Lisboa e a Norte com o Porto. Os movimentos para Norte funcionam com maior frequência, incrementados pela influência da área metropolitana do Porto, que se denota fortemente nos concelhos Norte do Baixo Vouga. O meio de transporte ferroviário cinge-se aos sentidos Norte e Sul deixando o interior Este desprovido de corredores não viários. Esta situação verifica-se desde a desactivação da antiga Linha do Vouga, que efectuava a ligação Aveiro – Viseu. Não obstante, ainda existe uma parte deste trajecto que se mantém activo, tratando-se de Aveiro - Águeda (Macinhata do Vouga).

A posição privilegiada da Sub-Região do Baixo Vouga permite que esta usufrua de uma boa rede de acessibilidades não só viária e ferroviária mas também marítima, fluvial e, indirectamente, aérea. A localização atlântica fomentou o desenvolvimento das trocas comerciais marítimas, impulsionadas pelo Porto Comercial de Aveiro. Apesar de absorvido pela proximidade ao Porto de Leixões, a Norte, este ponto de paragem na costa atlântica tem demonstrado bastante importância na dinamização da economia sub-regional, recentemente incrementada com a ligação à ferrovia. As particularidades naturais da laguna têm proporcionado uma importante ligação entre os núcleos que abrange. Os canais de navegação que se estendem desde Ovar a Mira, na Sub-Região do Baixo Mondego, foram bastante importantes nas deslocações entre os núcleos localizados nas suas margens e, conseqüentemente, na dinamização socioeconómica. Actualmente, a sua importância mantêm-se a um outro nível, voltado para uma vertente quase que exclusivamente turística. Os transportes aéreos assumem a sua importância na Sub-Região, pela proximidade ao Aeroporto Sá Carneiro.

As figuras 21 a 23 retratam o perfil sociodemográfico e económico, confirmando a existência de contrastes territoriais, que se manifestam em dinâmicas distintas. A organização territorial da Sub-Região desenvolve-se com base na existência de um centro polarizador principal, correspondente a Aveiro. Este, seguido de Ovar e Águeda, sobressaem no quadro sub-regional como os territórios mais dinâmicos e principais núcleos urbanos. Não só concentram quase metade da população total do Baixo Vouga, como formam o conjunto territorial com maior valor percentual de residentes na faixa etária dos 25 aos 64 anos, correspondendo, em termos profissionais à idade activa (Figura 21). A camada etária jovem é mais significativa nos principais pólos costeiros formados por Ovar, Aveiro e Ílhavo, e que, por sua vez, justifica a menor taxa de analfabetismo e o maior nível de instrução da população (Figura 23).

O indicador estatístico da distribuição da população por sectores de actividade confirma o peso da industrialização na Sub-Região do Baixo Vouga, fugindo à tendência da terciarização (Figura 22). Com a excepção de Aveiro, Ílhavo, Vagos e

Murtosa, onde a terciarização prepondera, todos os outros concelhos têm o sector secundário como principal actividade económica praticada pelos residentes activos. Esta situação é mais relevante no caso de Águeda, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha, onde a tradição industrial persiste muito vincada.

Sever do Vouga enquadra-se na situação demográfica oposta, juntamente com Murtosa, Vagos e Oliveira do Bairro, constituindo os territórios que menos peso populacional tem na Sub-Região (Figura 21). Com a excepção de Vagos, o envelhecimento da população é uma característica bem evidente nestes concelhos, assumindo, no entanto, uma notoriedade atípica no caso de Anadia. Estes cinco territórios partilham ainda as taxas de analfabetismo mais elevadas do Baixo Vouga sendo, contudo, em Murtosa e Sever do Vouga que a população residente revela níveis de habilitações literárias mais baixos (Figura 23).

Desta breve análise, constata-se que, na generalidade, a Sub-Região do Baixo Vouga é um território que usufrui dos benefícios da sua posição estratégica no quadro nacional: atlântica e central. Essa posição é acrescida pela rede de acessibilidades que ameniza a distância aos principais pólos nacionais (Lisboa, Porto e Coimbra) e que a coloca muito próxima ao resto da Europa. A industrialização tem sido o grande motor de desenvolvimento económico, apoiada pelo centro de *I&D* da Universidade de Aveiro. Contudo, apesar do dinamismo associado à Sub-Região do Baixo Vouga, as assimetrias revelam-se em diferentes dinâmicas territoriais e, por conseguinte, paisagísticas. À semelhança do que acontece no restante país, a ruralidade, está ainda muito presente, no território, na sociedade e na paisagem, acarretando as dificuldades de integração económica e a maior dependência dos pólos de influência externa, mas preservando a qualidade de vida das cidades e vilas de pequena e média dimensão.

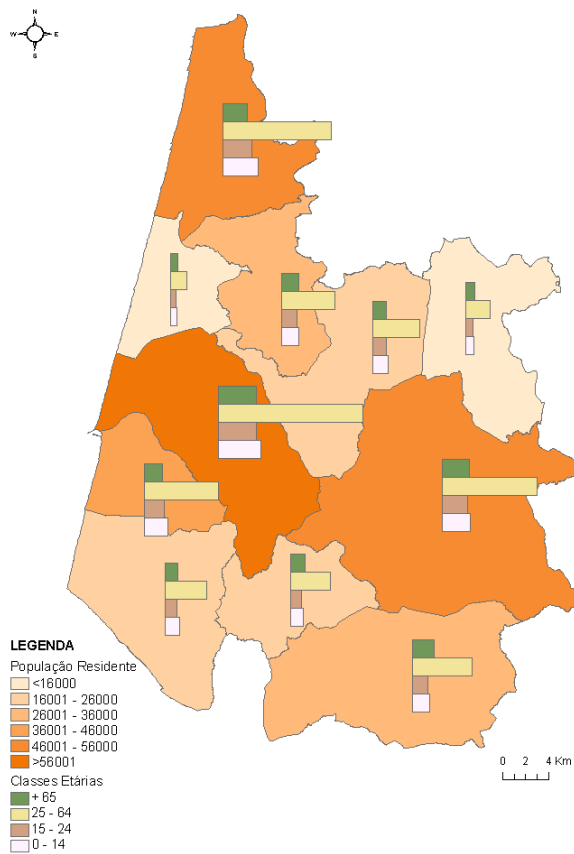


Figura 21 – População residente e estrutura etária da população na Sub-Região do Baixo Vouga.

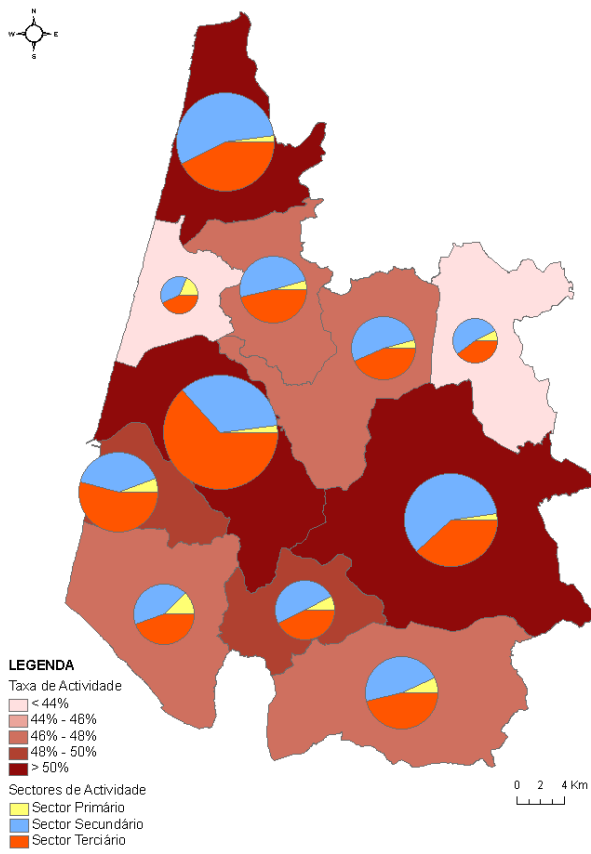


Figura 22 – Taxa de actividade e população por sectores de actividade na Sub-Região do Baixo Vouga.

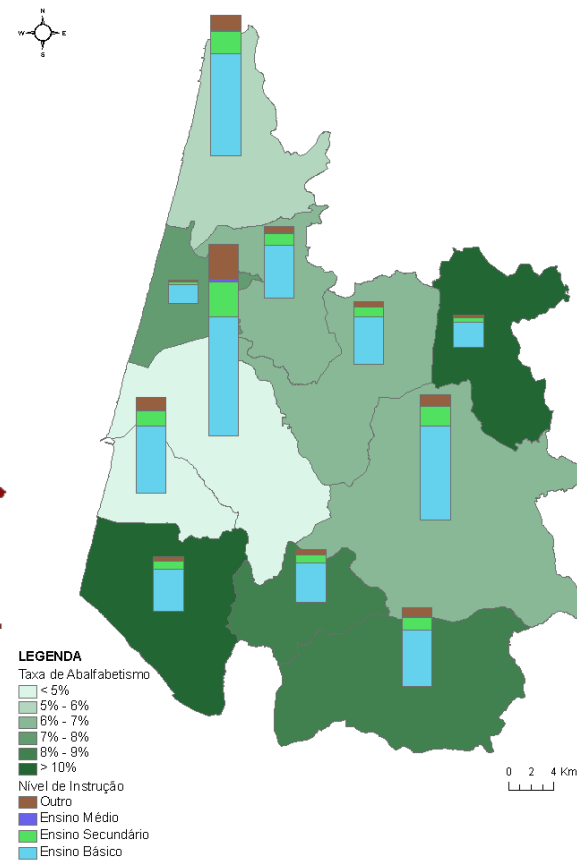


Figura 23 – Taxa de analfabetismo e população por nível de instrução na Sub-Região do Baixo Vouga.

Fonte: INE, 2001

## CAPÍTULO II. A PAISAGEM

### 1. A Paisagem Património (tendencialmente imutável)

#### 1.1. O património natural

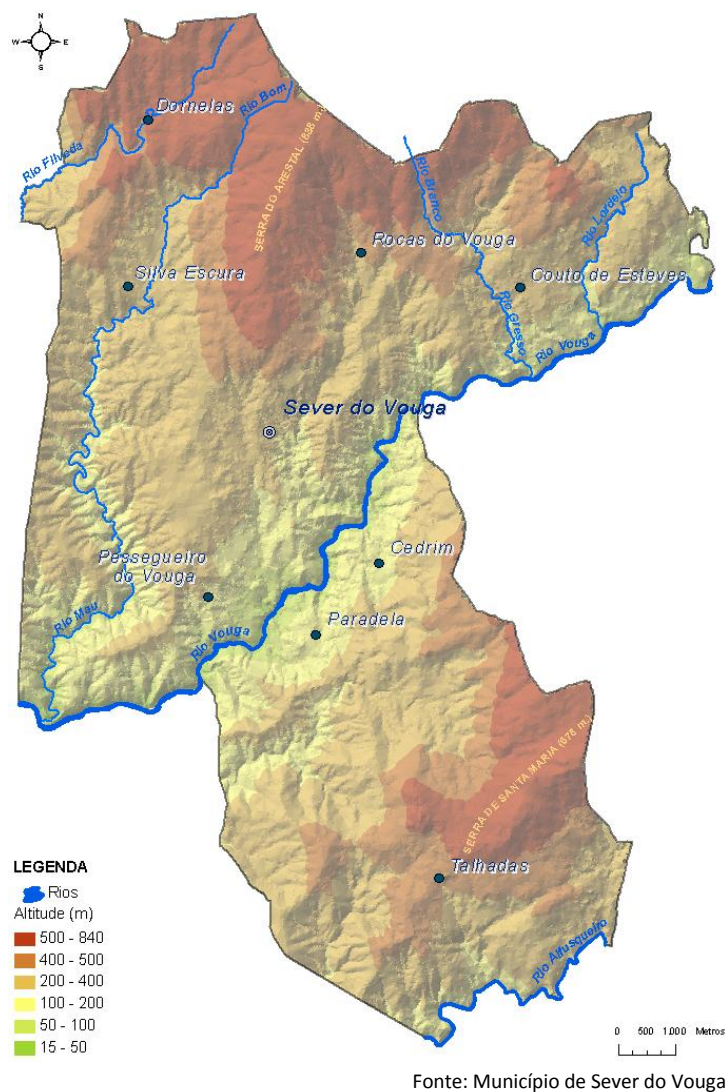


Figura 24 – Hipsometria e rios principais de Sever do Vouga.

Toda a área de estudo é marcada pela existência de uma topografia bastante acidentada, resultante da proximidade a duas formas de relevo principais, a Serra de Arada a Norte e a Serra do Caramulo a Sul, que se prolongam na área do concelho, pela Serra do Arestal (841 m) e pela Serra das Talhadas (681 m), respectivamente, e pela densidade hidrográfica existente, da qual se destaca o Vale do Rio Vouga (Figura 24).

Em território severense, o Vouga apresenta-se bastante encaixado na sua passagem pelo concelho, atravessando-o no sentido NE-SW. A presença do Rio evidencia-se



fortemente, não apenas no contexto físico e paisagístico, mas na forma como condiciona e influencia os modos de vida dos severenses. Como, aliás, se pode confirmar na própria toponímia das freguesias e nas designações adoptadas em actividades locais. É possível afirmar que o Vouga é a imagem de marca do território e o seu *Ex-libris*. Para além do Vouga o concelho apresenta uma rede hidrográfica bastante densa, em que merecem destaque outros rios, nomeadamente, o Bom e o Mau, o Teixeira, o Lordelo, o Branco e Gresso, todos afluentes do Rio Vouga na margem norte, e ainda o Filveda (limite com Oliveira de Azeméis) e o Alfusqueiro (limite com Águeda). Releva-se a importância do Rio Bom/Mau, por ser o único com a nascente e a foz dentro dos limites do concelho. Da nascente até à queda de água da Cabreia é designado de Bom e a partir daqui foi-lhe atribuída a designação de Mau, relacionado com a forma como corre num vale muito encaixado e abrupto até desaguar no Vouga.

A Figura 26 pretende sintetizar os elementos considerados constituintes da paisagem património natural da área em estudo, encontram-se cartografados os recursos explorados pela importância paisagístico-natural dos locais. A primeira observação centra-se no evidente domínio da mancha florestal, que ocupa grandes extensões contínuas de terreno. A floresta é apenas interrompida nos locais onde a presença humana é mais relevante. Os povoamentos compõem-se maioritariamente por espécies folhosas e algumas manchas contínuas de pinhal, localizadas na margem Sul do Vouga. A florestação, inicialmente de pinheiro bravo, foi perdendo terreno e dando lugar às grandes manchas de eucaliptos, contínuas ou presentes em povoamentos mistos. A proliferação desta espécie ocorreu devido à expansão natural e à plantação com fins económicos, dada a proximidade da celulose de Cacia, localizada no concelho de Aveiro. A importância das áreas florestais manifesta-se tanto em termos naturais, por constituírem habitats, como em termos económicos, pela produção de matérias-primas e prática de actividades de lazer.

O relevo acidentado proporcionou a identificação de alguns miradouros que propiciam diferentes panorâmicas intra e extra-concelhias, destacando-se pelo seu alcance os miradouros de Santa Maria da Serra, do Arestal e da Senhora da Penha. A associação da água e do relevo deu lugar aos vales fluviais e às quedas de água (Cabreia, Frágua e Agualva), sendo estas últimas objecto de grande curiosidade e interesse para as práticas de lazer.

A importância biológica e ecológica do Rio Vouga é determinante na paisagem, encontrando-se classificado na Lista Nacional de Sítios da Rede Natura 2000<sup>13</sup> (Figura 26). A Rede Natura 2000 insere-se numa rede mais vasta, de âmbito europeu, e tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação e gestão sustentável dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens. Este

---

<sup>13</sup> Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (<http://portal.icnb.pt>)

instrumento determinou *Sítios* com base em duas Directivas: a Directiva Aves n.º 79/409/CEE, referente às áreas classificadas como *Zonas de Protecção Especial* (ZPE) e a Directiva Habitats n.º 92/43/CEE que concerne às *Zonas Especiais de Conservação* (ZEC). No caso do Rio Vouga, determinou-se que este ecossistema é considerado importante por apresentar uma galeria ripícola bem conservada na sua generalidade, destacando-se a relevância de florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*. É ainda considerado um importante habitat para a conservação das espécies piscícolas (sável, savelha e lampreia), da lontra e da salamandra-lusitânica. A Rede Natura ocupa cerca de 5% do território concelhio, que correspondem a 25% do total do Sítio do Rio Vouga, estando a restante área localizada nos concelhos de Águeda e Albergaria-a-Velha.

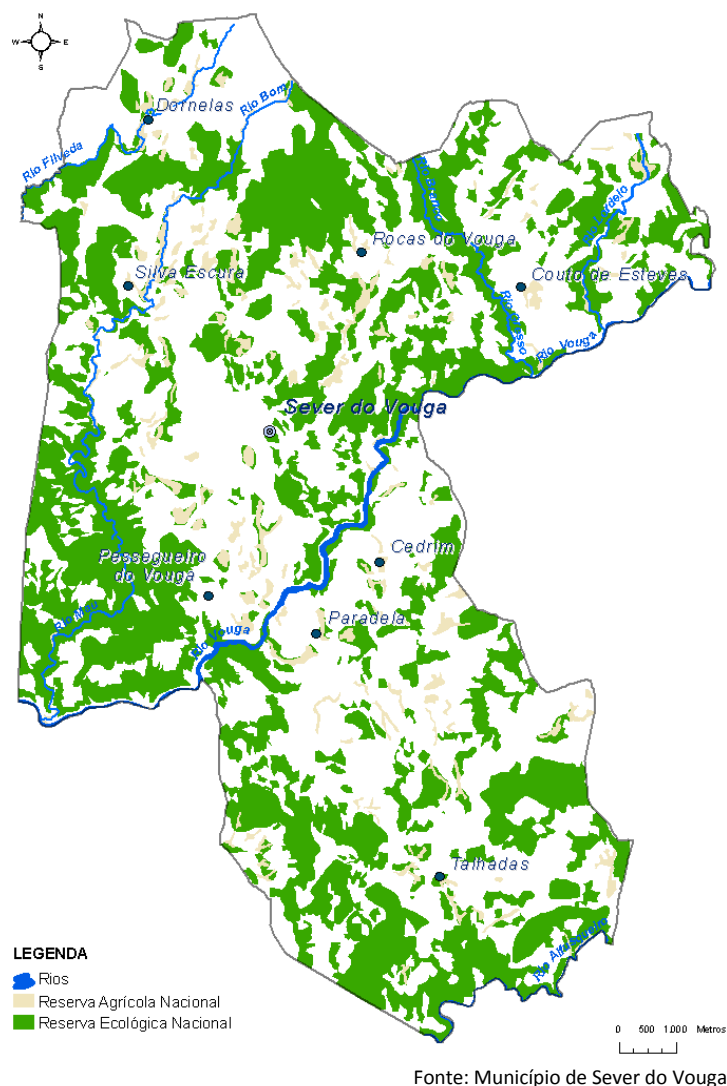


Figura 25 – RAN e REN de Sever do Vouga (1997), versão vectorizada.

Nesta análise interessa também referir as áreas classificadas no território como *Reserva Agrícola Nacional* (RAN) e *Reserva Ecológica Nacional* (REN), pelo significado

que desempenham em termos de área abrangida no concelho de Sever do Vouga e pelo papel condicionante em termos de ordenamento territorial (Figura 26). A RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março) e a REN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março) são instrumentos que têm como objectivo condicionar as intervenções em solos com o propósito de salvaguardar recursos naturais e áreas de sensibilidade ecológica e, por conseguinte, paisagística. No caso dos espaços classificados em RAN aplicam-se restrições que sejam incompatíveis com a potencialização da produção agrícola. Em Sever do Vouga estes locais totalizam cerca de 4% do total da área do concelho. A REN representa áreas cuja estrutura biofísica, com características ecológicas específicas, condiciona a utilização do solo. Pelos condicionantes morfológicos e hidrográficos referidos anteriormente não será difícil constatar a elevada área concelhia abrangida por este instrumento, que totaliza 42% do território.

A conjugação deste trio de elementos composto pelo relevo, pela hidrografia e pela floresta proporcionaram as particularidades paisagísticas, convertidas em recursos de extrema importância concelhia, de entre os quais se destaca o desenvolvimento de actividades relacionadas com os lazeres (Figura 26). Neste âmbito, são de referir:

- A ciclovia, resultante do reaproveitamento da importância cénica do antigo percurso ferroviário da Linha do Vouga;
- A Praia Fluvial da Quinta do Barco, no Rio Vouga;
- A pesca, nomeadamente em zonas com concessão de pesca desportiva no Rio Filveda e no Rio Mau;
- A canoagem no Rio Vouga;
- O pedestrianismo;
- Percursos de todo-o-terreno, destacando-se as zonas do Braçal e do Arestal;
- Percursos de BTT, em vários pontos do concelho;
- A observação de fauna e flora, particularmente na zona do Braçal;
- Os parques de lazer, dos quais se destacam: o Arestal, a Cabreia, a Senhora da Penha, a Vila, a Quinta do Barco e Santa Maria da Serra.

Algumas das actividades desportivas, nomeadamente, a canoagem, o *pedestrianismo*, os percursos BTT e todo-o-terreno, são dinamizadas por empresas locais de animação turística, existindo quatro entidades no concelho.

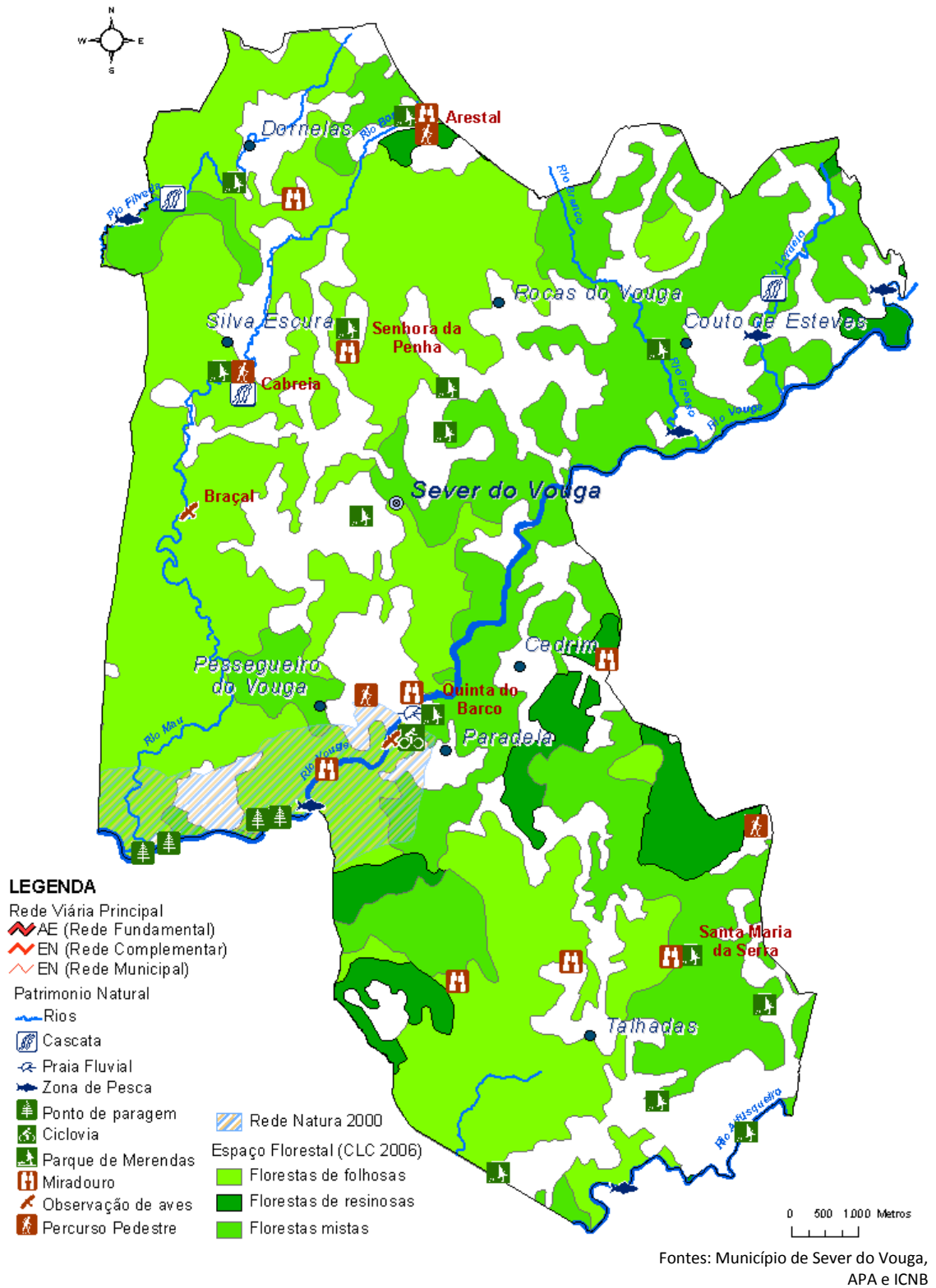


Figura 26 – Localização do património natural do concelho de Sever do Vouga.

## 1.2. O património cultural (material e imaterial)

O património edificado de Sever do Vouga apresenta vestígios e testemunhos de diferentes épocas que, para além do valor histórico-cultural, contribuem para um melhor entendimento da evolução da estrutura territorial do concelho.

As origens da ocupação humana remontam ao período neolítico, como é possível comprovar pela existência do elevado número de monumentos pré-históricos localizados em vários lugares da área em estudo. Os núcleos arqueológicos identificados são mais relevantes nas zonas de Couto de Esteves e de Talhadas, referentes aos Monumentos Megalíticos da Cerqueira e do Coval e aos Monumentos Megalíticos do Chão Redondo, respectivamente.

A estrutura do povoamento rural que existe na actualidade testemunha a evolução que ocorreu ao longo dos tempos. A localização dos aglomerados, a sua disposição, a forma como se expandiram, os materiais e arquitectura utilizados, são alguns dos aspectos que escrevem a história na paisagem, onde se encontram presentes traços da cultura castreja e da romanização. Em Sever do Vouga denota-se, em alguns aglomerados, a persistência de contornos herdados do auge da comunidade rural, “cujas origens se perdem na obscuridade dos tempos pré-históricos” (RIBEIRO, 1991, p. 29). Tratam-se essencialmente de aldeias isoladas, de pequena dimensão, com um tipo de povoamento concentrado e fechado em si mesmo. A Aldeia dos Amiais (Figura 27), classificada como “Aldeia a Preservar”, é exemplificativa da preservação dos aglomerados tradicionais e do interesse pela recuperação do património edificado, que se verifica um pouco por todo o concelho. A vivência rural de outros tempos, manifesta-se em costumes que ainda são praticados pelos poucos habitantes permanentes que ocupam estas aldeias, como é o caso da manutenção de eiras comunitárias relacionadas com a cultura do milho.

Os tradicionalismos, que resistem ao progresso ou que foram recuperados com finalidades turísticas, despertam um duplo sentimento no mundo exterior ao rural. Por um lado, o revivalismo dos autóctones que outrora partiram das aldeias à procura de uma vida melhor, por outro lado, a curiosidade urbana pelo modo de vida “original”, oposto ao stress citadino. É este interesse que torna os povoamentos rurais tradicionais emblemáticos e merecedores de inclusão na paisagem património.

As grandes transformações na paisagem ocorreram após a Revolução Industrial. A mecanização dos processos e o desenvolvimento tecnológico aceleraram as dinâmicas territoriais que rapidamente alteraram o espaço. Em Sever do Vouga, a industrialização produziu modificações no desenvolvimento territorial com a construção do caminho-de-ferro do Vale do Vouga, em funcionamento no início do século XX. A introdução deste meio de transporte não só melhorou as acessibilidades como foi determinante na exploração das Minas do Braçal e da Malhada. Actualmente, resta o percurso onde assentavam os carris, o edifício da estação de Paradela e o apeadeiro de Cedrim. Das minas desactivadas sobreviveram as ruínas do Braçal. Tanto

o percurso da linha do Vale do Vouga como as minas antigas do Braçal são elementos patrimoniais que constituem um valor identitário severense herdado do passado (Figura 27). No intuito de conservar estes valores patrimoniais foram levadas a cabo acções de reconversão destes locais em pontos de interesse turístico. No caso da linha de caminho-de-ferro, reaproveitou-se o percurso e transformou-se numa ciclovia, promotora de actividades de caminhada, ciclismo e observação de fauna e flora. As minas do Braçal converteram-se num ponto de paragem para quem visita o concelho, sendo complementada com a marcação de percursos pedestres. Para além da actividade mineira, importa referir a Fábrica de Massas Alimentícias (Paradela) em fase de transformação no empreendimento VOUGAPARK – Parque Tecnológico e de Inovação, que funcionará como um pólo de formação para jovens e activos do sector metalúrgico e metalomecânico.

Um pouco por todo o concelho evidencia-se a presença de edifícios, que pela sua componente histórica e/ou arquitectónica caracterizam a paisagem humanizada e reforçam a identidade cultural dos lugares. Segundo o inventário da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais<sup>14</sup>, Sever do Vouga reúne 82 referências patrimoniais, conforme enumeradas no ANEXO I e cartografadas na Figura 27. Da análise do inventário apresentado optou-se por agrupar os monumentos por tipos arquitectónicos para representar cartograficamente a sua localização. Observando a quantidade de elementos patrimoniais distinguidos, os espigueiros são os que mais sobressaem, sobretudo na freguesia de Talhadas onde existem em maior número. Associados à cultura do milho, recordam a importância do cereal na actividade agrícola, e relembram ainda costumes da vivência comunitária que fazem parte do património imaterial, como é exemplo a prática/ritual da desfolhada.

O património religioso engloba as igrejas matrizes e capelas mais significativas, concentradas em maior número nas freguesias de Rocas e Sever do Vouga. As festas e romarias que sucedem ao longo do ano revelam o peso do catolicismo, muito mais enfático em meios rurais, onde os hábitos tendem a ser mais tradicionalistas. A importância destes eventos religiosos revela-se no efeito atractivo que geram, sobretudo entre a população emigrante.

Na área do concelho destacam-se também algumas casas senhoriais, merecendo destaque a Casa da Aldeia, classificada como imóvel de interesse municipal, e actualmente utilizada como alojamento turístico.

Existem dois pelourinhos na área em estudo, ambos classificados. A estrutura de Couto de Esteves recorda a época em que a freguesia não fazia parte do actual concelho e era ela própria sede de concelho.

No caso das pontes, e na globalidade do património severense, evidencia-se a antiga passagem férrea do Poço de S. Tiago, actual troço da ecopista. Pela sua

---

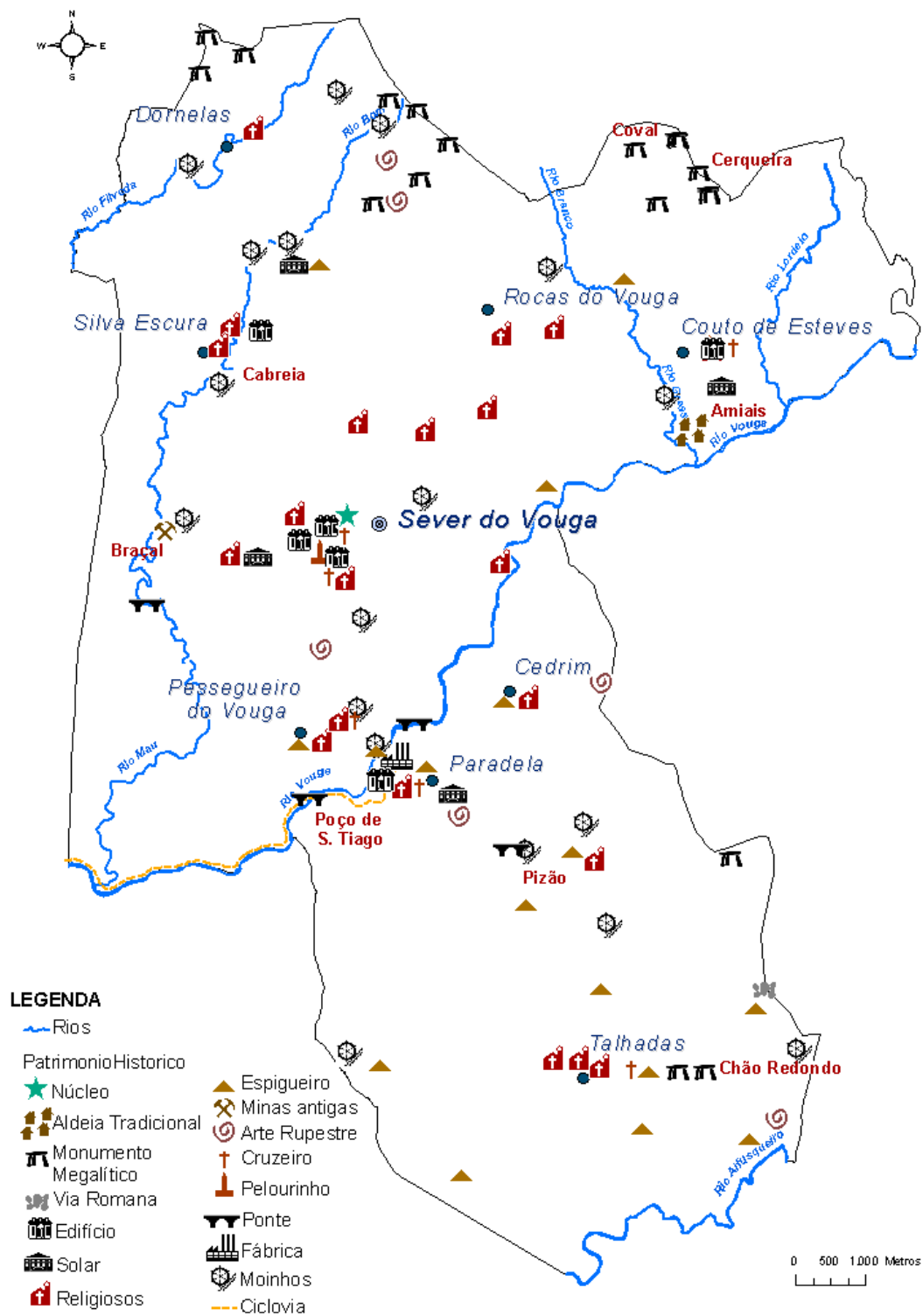
<sup>14</sup> <http://www.monumentos.pt>

dimensão<sup>15</sup> e localização sobre o Vouga, esta estrutura tornou-se na imagem de marca do concelho e a referência mental para quem o visita. Além do aproveitamento para ciclovias, a ponte serve ainda para a observação paisagística sobre o sítio classificado do Rio Vouga e para a prática de actividades desportivas radicais, nomeadamente *Rappel*.

Considerando a elevada densidade hidrográfica e a forte presença da cultura de cereais, seria de esperar a existência de um grande número de moinhos de água. O estudo “Moinhos de Água” (ARQUEHOJE, 2001), levado a cabo pelo Município de Sever do Vouga, referencia precisamente um vasto espólio de engenhos localizados em vários cursos de água, um pouco por todo o concelho. A Ribeira de Carrazedo é o curso de água que concentra maior número de engenhos, particularmente no lugar de Pizão, e os que se encontram mais bem preservados são os da Cabreia, relacionado com a importância turística deste lugar. A maior parte dos moinhos encontra-se em estado de elevada degradação, resultado do abandono da moagem tradicional com a introdução da mecanização do processo, no século XX. Não obstante, o mesmo estudo identifica os engenhos que ainda se encontram em funcionamento (Figura 27): Moinhos da Cabreia (Silva Escura), Moinho dos Albinos (Couto de Esteves), Moinhos do Pizão e de Santa Luzia (Paradela) e Moinhos do Linheiro e da Capela (Rocas do Vouga). Além do património material já referido importa ainda enumerar os valores concelhios imateriais que, apesar de não se concretizarem paisagisticamente, contribuem para a formação da identidade local e associam-se, por isso, à imagem de marca do concelho. Neste campo, a referência centra-se nos produtos locais, tais como a gastronomia e o artesanato. Numa época em que a patrimonialização passou a vigorar em meios rurais, que competem por uma posição de diferenciação nos meios da valorização territorial, Sever do Vouga encontrou o seu lugar de referência. O sucesso na introdução da produção do mirtilo num regime de quase exclusividade nacional, criou um novo leque de potencialidades em redor da valorização local deste produto, que não sendo autóctone se tornou tradicional. É possível considerar que o mirtilo se patrimonializou nas duas vertentes material e imaterial. Material porque a sua presença consolidou-se na paisagem, através do aumento das áreas de cultivo do fruto. Imaterial porque a sua importância gastronómica, relacionada com o fabrico artesanal, tem vindo a alargar-se, muito devido ao esforço imputado em acções promotoras, nomeadamente através da realização anual da “Feira do Mirtilo”. Apesar do lugar de destaque ocupado pelo mirtilo, o património gastronómico encontra lugar nos produtos tradicionalmente locais, como é o caso dos pratos típicos de vitela e de lampreia. Não obstante a sua não exclusividade territorial, como no caso do mirtilo, o território soube aproveitar este recurso uma vez mais através da promoção do evento anual da “Festa da Vitela e da Lampreia”.

---

<sup>15</sup> Referida por RAMOS (1998) como a ponte de pedra mais alta do país, com 165 metros de comprimento e 28,5 metros de altura.



Fontes: Elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga e DGEMN

Figura 27 – Localização do património histórico do concelho de Sever do Vouga.



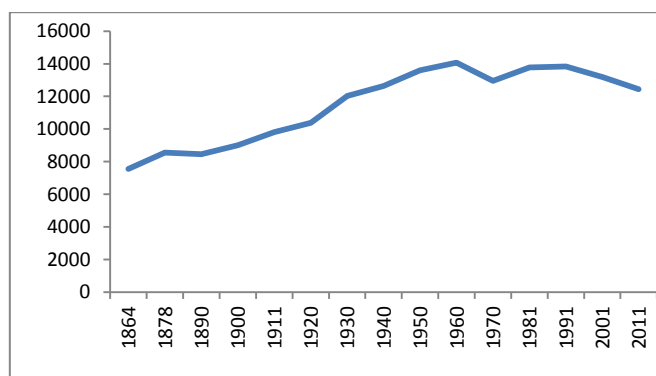
## 2. A Paisagem Activa (tendencialmente mutável)

### 2.1. O perfil sociodemográfico

A compreensão da estrutura paisagística de um determinado território é feita em grande medida com o estudo dos padrões demográficos e, designadamente, com a análise da composição e distribuição da população. Esta metodologia permite compreender os comportamentos tendenciais humanos que vão, por sua vez, influenciar o processo de transformação da paisagem. Assim sendo, o diagnóstico demográfico contribui fortemente para delinear a interacção homem-meio, e prospectar cenários de mudança.

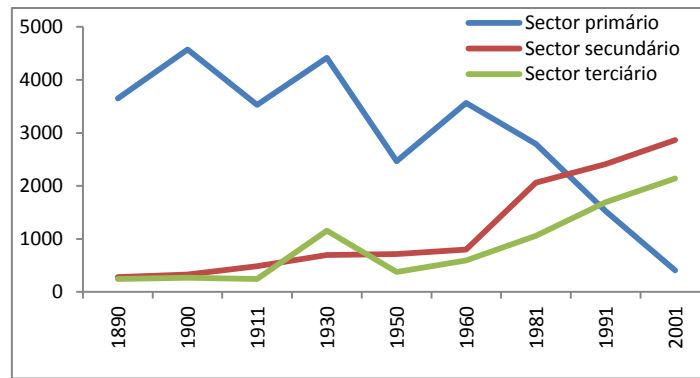
No caso em estudo, tratando-se de um território rural, interessou auferir se as tendências evolutivas do perfil demográfico demonstram ser compatíveis com a “condição” rural. Com o intuito de comprovar este cenário, efectuou-se o enquadramento sociodemográfico com recurso a um conjunto de indicadores estatísticos, nomeadamente a população residente, a estrutura etária, o nível de ensino e a repartição de activos por sectores de actividades económicas. Para contextualizar a situação actual, alargou-se a análise às tendências da evolução demográfica, com o fundamento de compreender o contributo das variações, da população, da sua estrutura etária e da repartição por sector de actividade, na transformação da paisagem rural. Nesta análise, optou-se por recorrer aos dados de recenseamentos gerais da população (INE) para o período de análise de 1864 a 2001, de modo a construir um cenário temporal o mais abrangente possível. No caso do Gráfico 1, referente à população residente, a análise estende-se a 2011, com base nos resultados preliminares dos Censos 2011.

Como foi possível confirmar pela análise sub-regional, o perfil sociodemográfico de Sever do Vouga coloca-o no conjunto de territórios com carácter tipicamente rural, contudo, aumentando a escala de análise verifica-se a existência de contrastes dentro do próprio concelho, que se manifestam em diversidades na paisagem humanizada.



Fonte: INE

Gráfico 1 – Evolução da população residente entre 1864 e 2011, em Sever do Vouga.



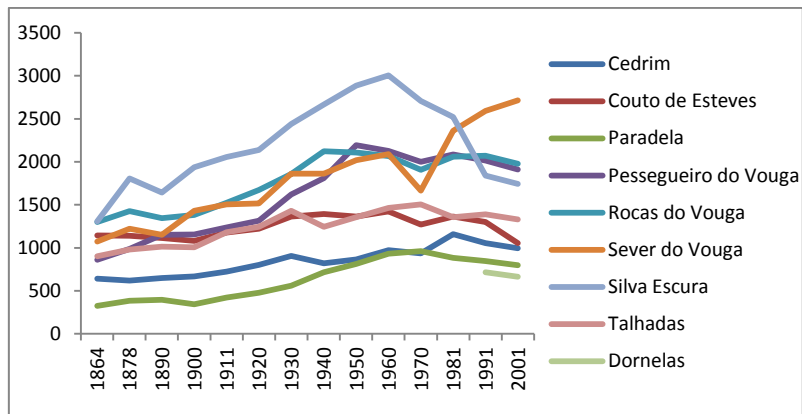
Fonte: INE

Gráfico 2 – Evolução da população por sectores de actividade entre 1864 e 2001, em Sever do Vouga.

As principais alterações demográficas, ao longo do período em análise, identificam-se em 3 fases. Até 1911 o crescimento populacional ocorria de forma gradual, a esperança média de vida era reduzida mas a progressiva melhoria nas condições de vida demonstravam-se no aumento da taxa de natalidade e na crescente diminuição da taxa de mortalidade nas camadas mais jovens (gráficos 1 e 4).

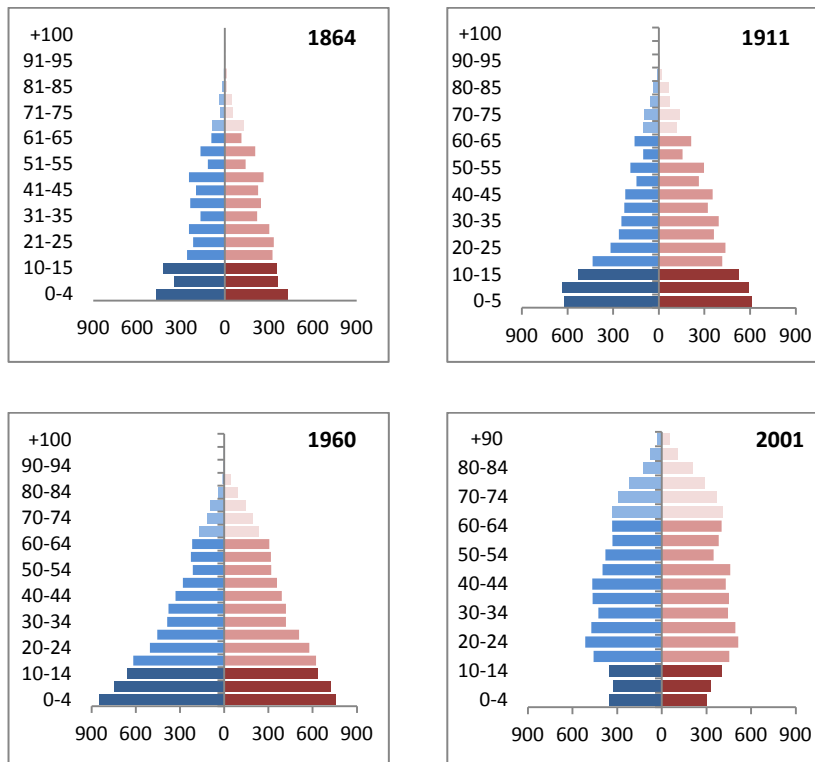
Mais de 80% da população activa dedicava-se ao sector de actividade primário, revelando o grande domínio da agricultura como fonte de rendimento familiar (Gráfico 2). A partir de 1911 até 1960, o aceleramento no aumento da população é evidente. A introdução do caminho-de-ferro no concelho, abre portas à modernização e dá-se início a uma nova fase de progresso socioeconómico, que se verifica no sucessivo crescimento do papel da indústria no território, papel esse que persiste até aos dias de hoje. A extracção de minério no Braçal e na Malhada ocorre também durante esta época e contribui fortemente para o aumento de activos e instalação dos mesmos, sobretudo na freguesia de Silva Escura. Após a década de 1960 o padrão demográfico altera-se no sentido descendente. Nos anos 1970 o recenseamento da população regista uma quebra de 8% no total de residentes, relativamente aos dados anteriores. Este facto coincide com o encerramento das Minas, em finais dos anos 1950, que contribuiu fortemente para o aumento da emigração, manifesta na saída da população para os países da Europa Central. No pós 1974, com a descolonização, ocorre uma ligeira subida demográfica, relacionada o retorno de emigrantes portugueses das ex-colónias e a partir de 1980 assiste-se também a um regresso de emigrantes provenientes da Europa, como consequência da crise económica. Este regresso contribui para o desenvolvimento do comércio, pequena indústria e outros serviços (RAMOS, 1998). Nesta época, assiste-se à progressiva diminuição da percentagem de activos no sector primário, em queda desde a década de 1960. Não obstante, este permanece como principal grupo de actividade até aos anos 1980. Com a queda abrupta da agricultura, a industrialização e terciarização do mercado de trabalho assumem cada vez mais importância. A partir dos anos 1990 a indústria sofre maior

desenvolvimento e confirma a sua importância ao tornar-se o principal sector de actividade económica do concelho.



Fonte: INE

Gráfico 3 – Evolução da população residente entre 1864 e 2001, nas freguesias de Sever do Vouga.



Fonte: INE

Gráfico 4 – Evolução da estrutura etária da população entre 1864 e 2001, em Sever do Vouga.

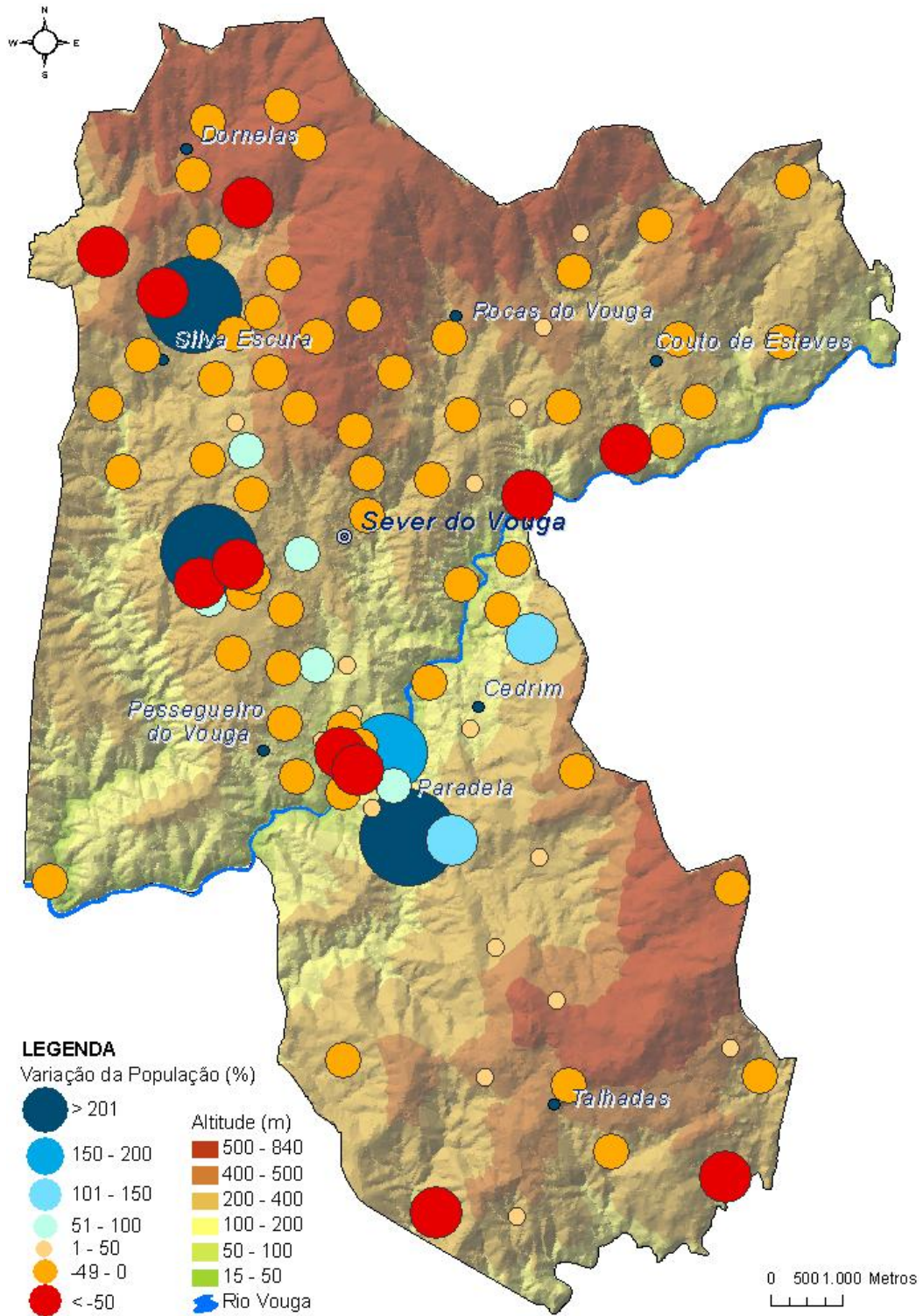
Da análise dos gráficos 3 e 4, constata-se que a realidade demográfica actual no concelho de Sever do Vouga corresponde à diminuição gradual dos seus habitantes, provocada pelo envelhecimento da população, devido ao aumento da esperança média de vida e à quebra da natalidade. Contudo, este cenário não se aplica ao núcleo

central de Sever do Vouga que, à excepção de uma quebra registada nos anos 1970, tem visto o número de residentes aumentar progressivamente. A freguesia de Couto de Esteves é a que regista risco de despovoamento mais elevado devido à tendência para uma queda da população mais brusca. A Figura 28, representativa da variação da população por lugares entre 1960 e 2001, confirma esta constatação, evidenciando a predominância de lugares com variação percentual da população negativa (aproximadamente 70%).

Paisagisticamente, estes aspectos constata-se no consecutivo despovoamento dos aglomerados mais remotos e na concentração dos habitantes no núcleo central, onde também se concentra o mercado de trabalho, os serviços e os equipamentos. É também no centro da Vila que a adopção do modo de vida urbano é mais evidente, exercendo por isso maior efeito atractivo. Existe uma aposta na criação de projectos de cariz urbano, que parece ser uma das estratégias adoptadas para a fixação de uma população com hábitos citadinos. São exemplos disso, o Centro de Artes e Espectáculos e a Biblioteca Municipal, espaços promotores de uma agenda de eventos culturais que decorrem ao longo de todo o ano, e o Parque Urbano, resultante da recuperação de um espaço que se encontrava degradado é agora local privilegiado para práticas de lazer no centro da Vila.

Interessante será ainda verificar a linha evolutiva da freguesia de Silva Escura, que até aos anos 1960 se manteve como principal núcleo populacional, progredindo com notoriedade comparativamente ao restante território. Com o encerramento das explorações mineiras do Braçal e da Malhada, iniciou uma queda bastante abrupta que culminou com a sua fragmentação, em 1989, para dar origem à freguesia de Dornelas.

Os dados estatísticos por lugares (Figura 28), permitiram ainda analisar a forma como se distribui a população no espaço e a sua relação com a morfologia do terreno. As disparidades intra-concelhias, bem projectadas na paisagem, representam-se em duas imagens distintas: maior percentagem de território ocupado e mais dispersão na margem Norte do Rio Vouga e a Sul menos território ocupado e mais concentração populacional. A margem Norte do Vouga apresenta um maior dinamismo, concentrando cerca de 76% do total de residentes no concelho, estando 20% na freguesia de Sever do Vouga. A sua influência estende-se em duplo sentido, para Norte até Rocas do Vouga e para Sul, até Pessegueiro do Vouga, formando um *continuum* urbano, raramente interrompido. Talhadas e Couto de Esteves, sendo as freguesias com maior dimensão no concelho, são também as que mais se distanciam do núcleo central e onde a ruralidade permanece mais evidente. Dos cerca de 30% de lugares cuja variação da população foi positiva são notórios os casos de Quintã (Silva Escura), Casal (Paradela) e Mamoá (Sever do Vouga). Trata-se de situações de excepção porque assistiram ao fenómeno inverso àquele que predomina no território, ou seja, passaram da situação de despovoamento ao aumento de habitantes. Estabelecendo a relação entre a distribuição da população e a morfologia do terreno, entende-se que estas



Fonte: Município de Sever do Vouga e INE

Figura 28 – Variação da população entre 1960 e 2001 nos lugares de Sever do Vouga.

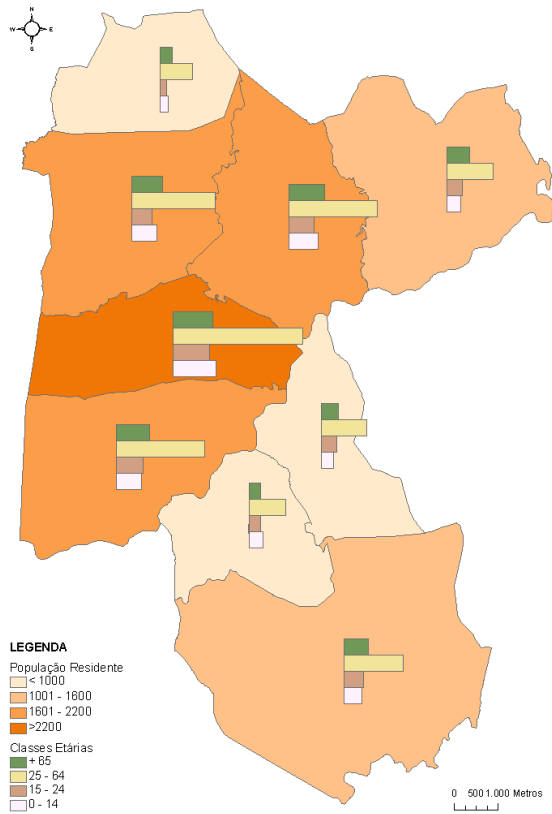


Figura 29 – População residente e estrutura etária da população nas freguesias de Sever do Vouga.

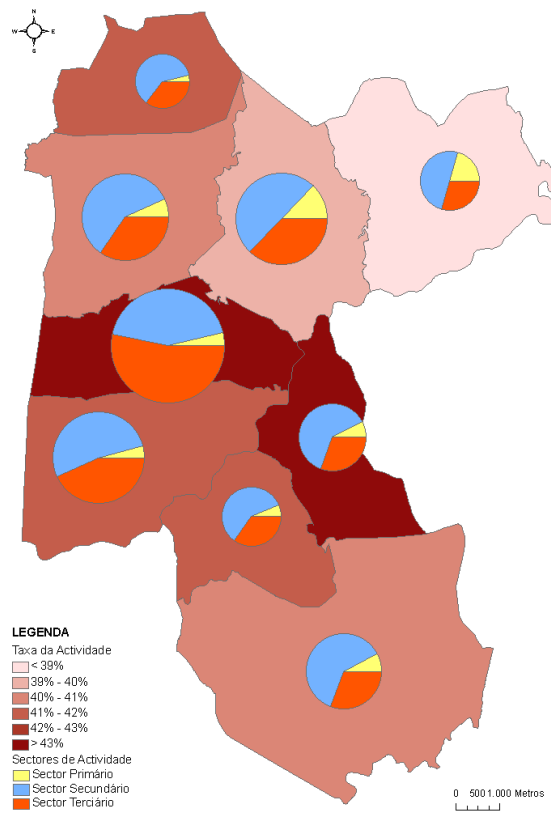
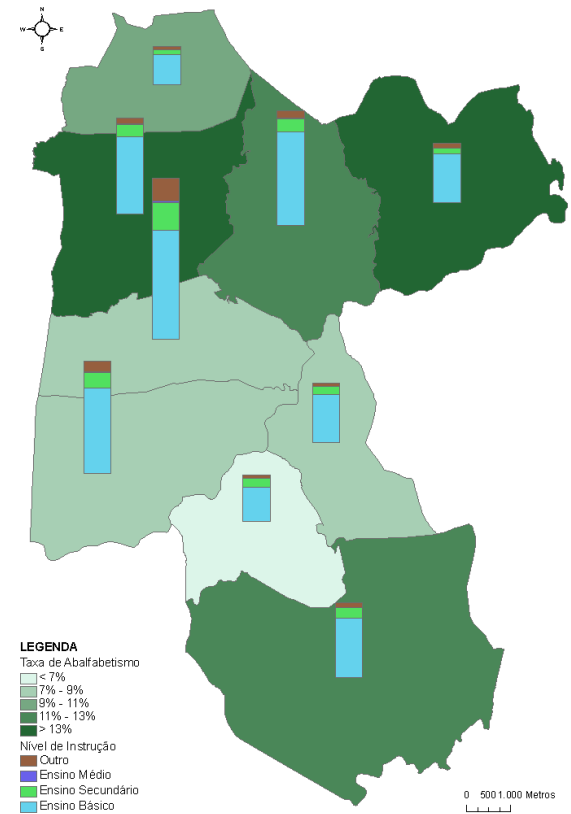


Figura 30 – Taxa de actividade e população por sectores de actividade nas freguesias de Sever do Vouga.



Fonte: INE, 2001

Figura 31 – Taxa de analfabetismo e população por nível de instrução nas freguesias de Sever do Vouga.

situações excepcionais se relacionam com a procura dos locais que reúnem condições mais favoráveis à instalação humana, nomeadamente áreas de vales mais abertos e soalheiros, com exposições preferenciais a Oeste e Sul e menores declives.

Os dados de recenseamento de população mais recentes, representados nas figuras 29 a 31, confirmam a preponderância de um perfil sociodemográfico que seguiu o percurso evolutivo típico dos meios rurais. Não obstante, várias realidades se confrontam. Por um lado, o dinamismo do núcleo central, sendo aquele que concentra maior percentagem de população activa, mais instruída e menor taxa de analfabetismo. É também a freguesia sede de concelho, a única que contraria a preponderância concelhia de activos no sector secundário, devido à concentração das actividades de comércio e de serviços. Por outro lado, na situação inversa, encontra-se Couto de Esteves com o menor número de activos e maior percentagem de analfabetos, demonstra uma tendência de declínio sociodemográfico, muito semelhante à existente no rural profundo.

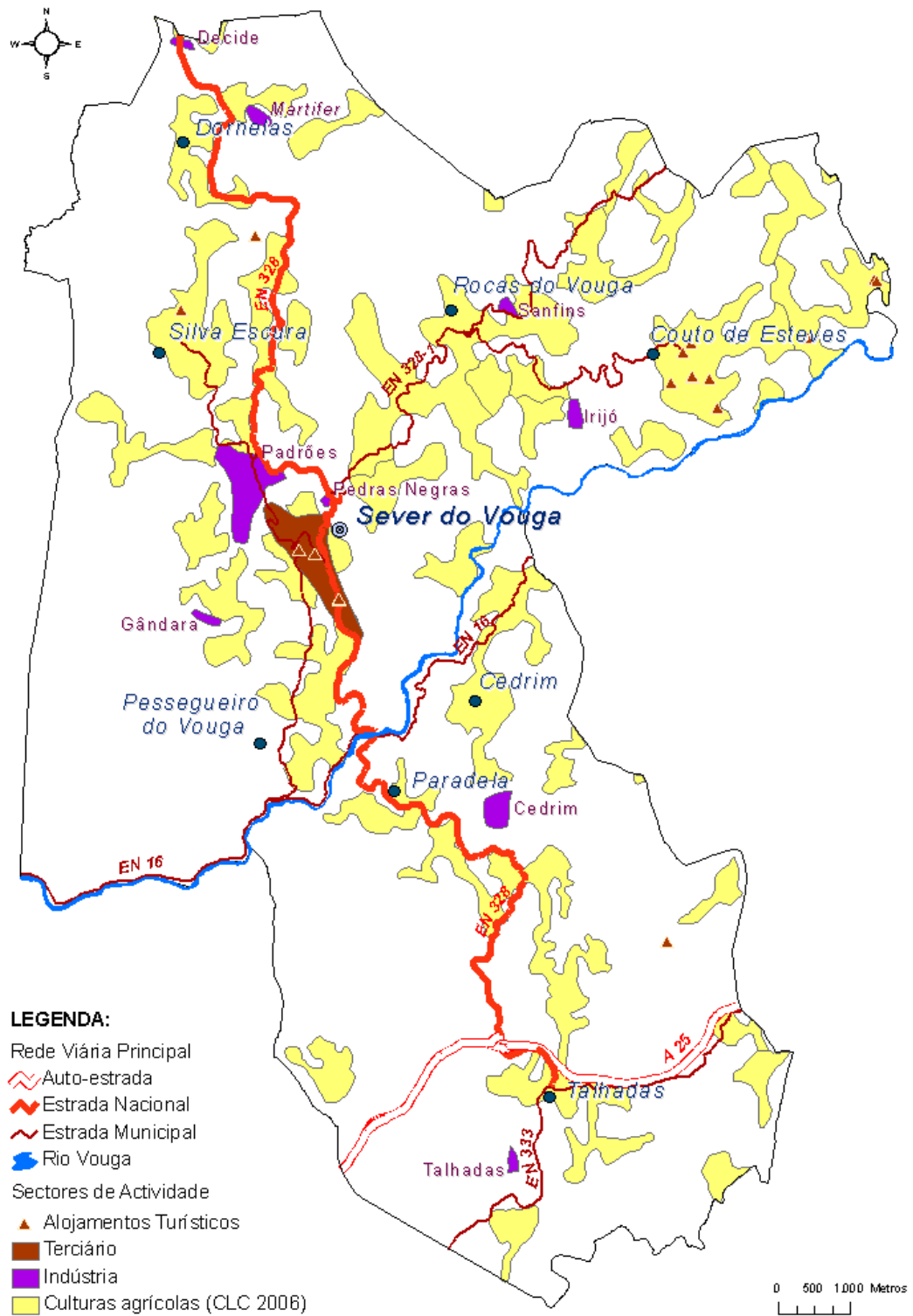
## **2.2. As actividades económicas**

O desenvolvimento do mundo rural encontra-se dependente da capacidade económica que detém e que lhe confere maior ou menor independência e autonomia em relação ao exterior. Uma das grandes dificuldades levantadas pela “condição” rural reside na falta de oportunidades de desenvolvimento económico e de alguma inércia fomentada pelo despovoamento e pela incapacidade de modernização. Actualmente, o desenvolvimento económico rural está relacionado com a diversificação das actividades, deixando no passado a visão tradicionalista do rural agrícola e do seu quase exclusivo papel de celeiro de cidades e vilas.

O rural multifuncional significa a identificação e valorização dos recursos endógenos existentes (CRISTÓVÃO, 2002). De forma que, há um amplo potencial de actividades que podem contribuir para a revitalização socioeconómica destes espaços, a qual depende da capacidade de gerar condições para a fixação e atracção da população.

No caso de Sever do Vouga, os efeitos de espaço de transição são também visíveis na duplicidade da dinâmica económica. Por um lado, a sua integração na Sub-Região do Baixo Vouga reflecte as tendências típicas de uma área rural periférica influenciada pelos pólos dinamizadores mais próximos, no âmbito das relações rural-urbano. Por outro lado, confronta-se com a evidenciação do peso do rural profundo característico da Beira Alta. Para corroborar esta afirmação recorreu-se, à representação cartográfica do espaço ocupado pelos sectores de actividade e à situação económica, por tipo de empresas sediadas no concelho. Procura-se, assim, determinar a distribuição e peso das actividades no território, com intuito de avaliar o grau multifuncional da paisagem rural concelhia.





Fontes: Elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga e APA

Figura 32 – Localização das actividades económicas em Sever do Vouga.



Como foi possível constatar no ponto anterior, a tipicidade rural encontra-se bem evidente no percurso evolutivo de diminuição da importância da agricultura, em detrimento do aumento da prática de actividades relacionadas com os sectores terciário e, principalmente, secundário.

O sector secundário constitui a principal actividade económica (empregadora) no concelho de Sever do Vouga, fruto de uma herança de especialização na área da metalomecânica. Existem oito espaços industriais, localizados em sete das freguesias que compõem a área em estudo, conforme é possível verificar no mapa da Figura 32. A Zona Industrial dos Padrões, de ocupação mais antiga, destaca-se pela posição central no núcleo de Sever do Vouga e a uma altitude que a evidencia na paisagem. É também o principal espaço industrial por albergar maior número de empresas. Destacam-se ainda as Zonas Industriais de Cedrim, de Irijó (Rocas do Vouga), de Talhadas, da Gândara e Pedras Negras (ambas em Sever do Vouga), de Decide e o complexo industrial da Martifer Inox (Dornelas). Pelo facto do percurso da instalação da indústria no território deter um histórico de especialização no sector metalúrgico, justifica-se a grande predominância de empresas dedicadas a esta actividade.

O quadro de acessibilidade concelhia joga um papel determinante na implementação empresarial. A proximidade ao eixo estruturante da A25, de grande relevância em termos de movimentação nacional e transfronteiriça, é fundamental para a dinâmica económica de Sever do Vouga, permitindo o rápido acesso aos pólos urbanos mais próximos, nomeadamente Aveiro, Porto, Coimbra e Viseu. A criação de um novo eixo de ligação, previsto no Plano Rodoviário Nacional, prevê a passagem do Itinerário Complementar 35 (Penafiel-Sever do Vouga) pelo centro de Sever do Vouga e estabelecendo ligação directa à A25. A concretização deste traçado será determinante para a consolidação da actividade industrial e para o aumento da empregabilidade no sector secundário. Por outro lado, a morfologia do terreno dificulta o investimento em infra-estruturação, devido às elevadas implicações financeiras, e limita o dimensionamento das zonas industriais e futuras intenções de expansão.

Não obstante a importância do sector de actividade industrial, em termos de empregabilidade, o Quadro 1, referente ao número de empresas sediadas na área em estudo e na Sub-Região do Baixo Vouga, revela a prevalência numérica das actividades comerciais em ambos quadros económicos. Esta evolução bastante significativa do sector terciário resultou no aumento do grau de independência, em termos de comércio e de serviços, e facultou a criação de mais emprego local, concentrado na sede de Concelho e suportado pela existência de algumas actividades nos núcleos secundários. Dentro do grupo de actividades terciárias interessa destacar o turismo e as actividades de lazer. Considerando a difícil representação cartográfica da actividade turística no território, é possível constatar que o sector desdobra a sua presença sobre

diversas formas, sempre associadas à patrimonialização da paisagem natural e cultural, como referido anteriormente na análise do património.

	CÓDIGO	SEVER DO VOUGA	BAIXO VOUGA
<b>A03</b>	Pesca e aquicultura	3	493
<b>B</b>	Indústrias extractivas	5	36
<b>C</b>	Indústrias transformadoras	147	4157
<b>D</b>	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	20
<b>E</b>	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	40
<b>F</b>	Construção	213	5501
<b>G</b>	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	337	10530
<b>H</b>	Transportes e armazenagem	25	658
<b>I</b>	Alojamento, restauração e similares	89	2793
<b>J</b>	Actividades de informação e de comunicação	8	512
<b>L</b>	Actividades imobiliárias	22	784
<b>M</b>	Actividades de consultaria, científicas, técnicas e similares	78	3700
<b>N</b>	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	39	1969
<b>P</b>	Educação	47	2244
<b>Q</b>	Actividades de saúde humana e apoio social	35	1990
<b>R</b>	Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	20	781
<b>S</b>	Outras actividades de serviços	77	5170
<b>TOTAL</b>		<b>1147</b>	<b>41378</b>

Fonte: INE, 2010

Quadro 1 – Empresas sediadas em Sever do Vouga e na Sub-Região do Baixo Vouga, segundo a CAE-Rev. 3, 2008.

O desenvolvimento de actividades de turismo e de lazer impulsionou o surgimento de serviços relacionados directa e indirectamente com estas. Tratam-se do aumento de alojamentos locais, a criação de parques de lazer, a definição de percursos, as empresas de organização de actividades desportivas, restaurantes típicos, actividades artesanais e outros serviços de apoio.

Da observação da Figura 32, constata-se com bastante evidência que a actividade agrícola ainda se encontra bem presente em Sever do Vouga. Em termos de percentagem de ocupação espacial é, sem dúvida o sector mais relevante. A margem Norte do Vouga, sendo a mais populosa é também onde a agricultura sofre menos abandono, ao contrário da margem Sul, com menor espaço ocupado pelos campos de cultivo.

O espaço dedicado ao sector de actividade primário é composto, predominantemente, de explorações de minifúndio com um carácter meramente de subsistência, sujeito às vicissitudes do relevo (socialcos) e associado à utilização de técnicas agrícolas tradicionais. Mais recentemente, com o apoio do financiamento dos programas de iniciativa comunitária, tem existido uma forte aposta na valorização da produção do mirtilo, para fins comerciais. O fruto foi introduzido em Portugal na década de 1990, a título experimental, em duas zonas do país – Sever do Vouga e Trancoso, chegando-se à conclusão que o primeiro usufruía de condições óptimas para a sua produção (SERRADO *et al.*, 2008). Actualmente, esta zona detém cerca de uma centena de produtores e um crescimento médio da produção de 15% por ano<sup>16</sup>.

FREGUESIAS	ÁREA CULTIVO MIRTILOS (m <sup>2</sup> )	ESP. AGRÍCOLA COM MIRTILOS (%)
Couto de Esteves	8.800	0,2%
Dornelas	13.000	1,1%
Paradela	4.100	0,7%
Pessegueiro do Vouga	9.900	2,4%
Rocas do Vouga	19.400	0,6%
Sever do Vouga	11.900	1,1%
Silva Escura	20.350	1,3%
Talhadas	1.400	0,05%
<b>TOTAL</b>	<b>88.850</b>	<b>0,5%</b>

Fonte: MIRTILUSA, 2011

Quadro 2 – Área de cultivo de mirtilos e percentagem de espaço agrícola com cultivo de mirtilos, nas freguesias do concelho de Sever do Vouga.

A popularidade e sucesso do fruto valeu-lhe a adopção de imagem de marca concelhia e, paisagisticamente, já se torna bastante comum a presença das áreas de cultivo um pouco por todo o concelho, particularmente nas freguesias de Silva Escura e Rocas do Vouga, conforme se pode confirmar pelos valores apresentados no Quadro 2. O mesmo quadro indica que o cultivo de mirtilos ocupa cerca de 0,5% da totalidade do espaço agrícola identificado na paisagem concelhia (Figura 32).

A produção silvícola surge com bastante frequência, induzida pela proximidade à celulose de Cacia (concelho de Aveiro). Esta actividade encontra-se bem referenciada na paisagem, onde a mancha de eucaliptal destinada à produção é bastante relevante.

Como se pode verificar na Figura 32, a freguesia de Couto de Esteves, sendo demograficamente a mais rural é também aquela onde o sector primário ocupa maior percentagem na estrutura económica e na paisagem. Denota-se uma grande preocupação em trabalhar as terras, impulsionada por uma população idosa que mantém a tradição rural de retirar do campo algum do seu sustento. No oposto,

<sup>16</sup> Correio da Manhã, 30 de Junho de 2011, suplemento Feira do Mirtilo.

encontra-se a freguesia de Sever do Vouga, onde a terciarização e o peso industrial se relevam em termos espaciais.

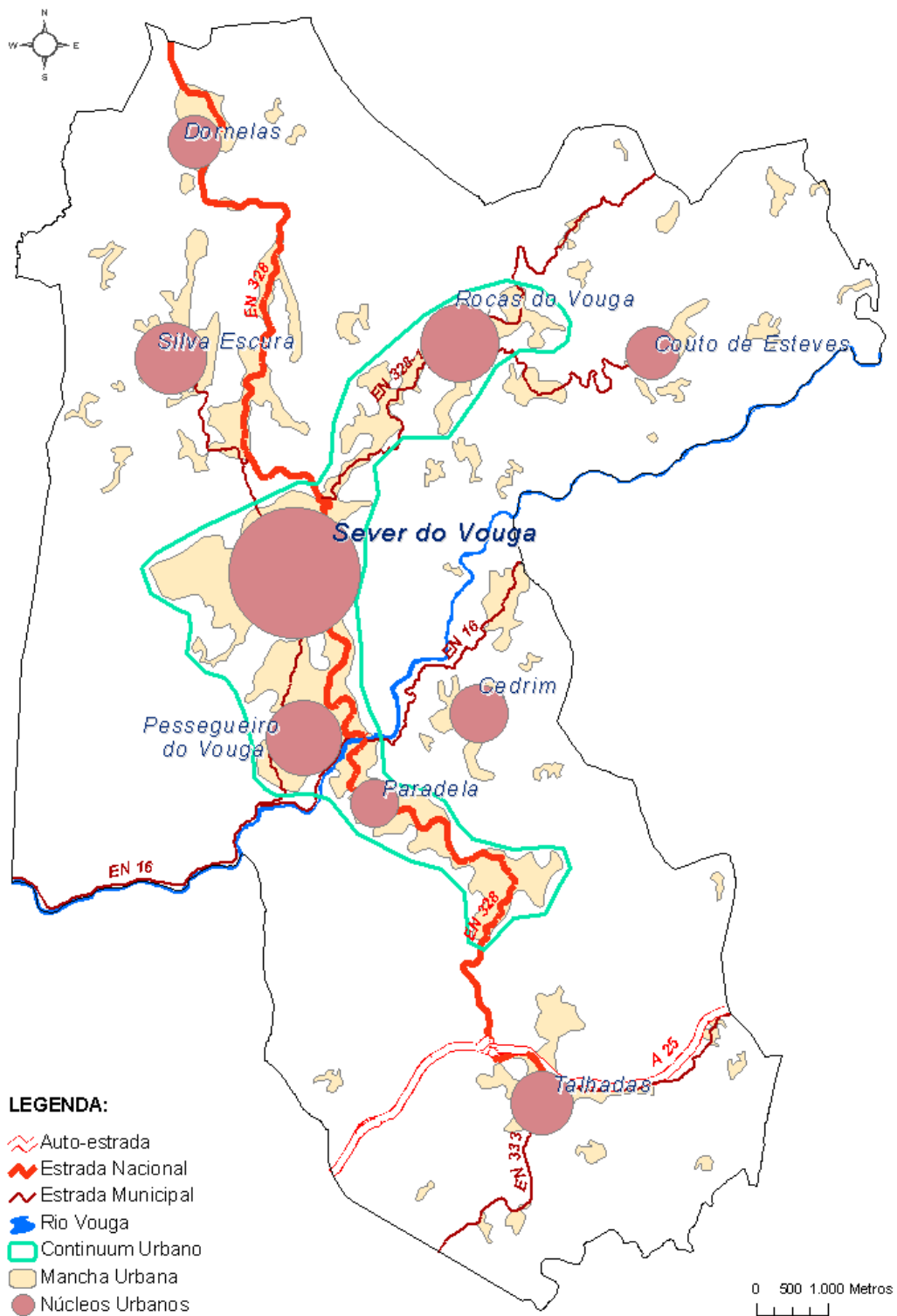
### 2.3. O Povoamento

RIBEIRO (1991) referia que se têm procurado razões para explicar a forma como se organizam os povoamentos e que, apesar das causas naturais, como o relevo, os solos e os recursos hídricos, serem fortemente condicionantes à sua distribuição, na realidade não são explicação suficiente. O homem desde os primórdios que encontrou formas de se adaptar aos condicionalismos naturais e soube como tirar proveito destes, mesmos nos locais mais inóspitos. De forma, que o autor considerou outras causas que influenciam a ocupação humana, baseadas na relação de proximidade entre os povoamentos e os regimes de exploração agrícola. Neste âmbito, ISNARD (1982) recordava-nos que “o ordenamento do espaço começa com a agricultura, que se observa nas pequenas comunidades” (p. 49).

No seu estudo do povoamento rural em Portugal, RIBEIRO (1991) agrupou vários tipos de realidades identificadas nas diferentes regiões do país. De acordo com as características distinguidas pelo autor é possível situar o território de Sever do Vouga entre os tipos de povoamento existentes na Beira Alta e na Beira Litoral. No primeiro verificam-se duas situações: as povoações compactas e as habitações dispersas separadas por locais de cultivo. No caso da Beira Litoral, o povoamento é disperso e acompanha as estradas e caminhos.

Como tem sido referido ao longo deste trabalho, a posição geográfica de Sever do Vouga é determinante em toda a estruturação territorial e, como tal, influencia a coexistência de diferentes tipos de distribuição e organização espacial. A estrutura urbana do concelho (Figura 33) demonstra a clara relação entre os condicionalismos morfológicos e a forma da mancha urbana. Seguindo a tendência natural de maior dinâmica de desenvolvimento nas margens a Norte dos principais Rios, a área em estudo não é exceção a esta regra. Os contrastes são bem evidentes, ao nível da predominância da instalação humana nas zonas de vale, aproveitando a maior aptidão agrícola das terras, e nas vertentes mais soalheiras, orientadas a Sul e a Oeste.

O espaço urbano é distinguido pelo meio social urbano, localizado nos principais núcleos populacionais, e o meio social rural, referente aos aglomerados com maior ligação à agricultura e ao espaço natural. O núcleo principal, influencia os restantes aglomerados numa relação hierárquica suportada pelo sistema viário. A expansão da área de influência do centro urbano de Sever do Vouga, originou um *continuum* urbano que se prolongou até Pessegueiro do Vouga e Paradela, para Sul e Sudeste, e mais nitidamente para Rocas do Vouga, a Nordeste, apesar de se poder verificar alguma continuidade urbana até Dornelas, incrementada pela dispersão ao longo da Estrada Nacional (EN) 328. Este fenómeno foi motivado pelo padrão de povoamento disperso ao longo das vias distribuidoras, como é típico da zona da Beira Litoral, e



Fonte: Elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga

Figura 33 – Estrutura urbana de Sever do Vouga.

bastante nítido na margem Norte do Vouga. Neste caso, os limites dos lugares são indefinidos e sucedem-se uns aos outros, com algumas descontinuidades ocupadas por campos agrícolas e manchas florestais.

Numa realidade oposta, encontram-se aglomerados com limites bem definidos, em que os edifícios se encontram juntos sem interrupção de espaços e os campos agrícolas localizam-se em círculos exteriores. Estes casos correspondem essencialmente a locais com características de espaço de montanha, devido às fortes condicionantes naturais, que circunscreveram a sua expansão, ou ainda devido às heranças dos regimes sociais de vivência em comunidades mais unidas e fechadas em si mesmas. São exemplo disso, lugares das freguesias de Couto de Esteves e de Talhadas.

Se analisarmos a organização do espaço rural severense, verificamos que existe uma tendência para os lugares se estruturarem a partir de um ponto central e daí em seu redor, conforme se pretende representar na Figura 33. Encontra-se, habitualmente, a aldeia de ocupação antiga/tradicional e em redor áreas de cultivo, que se localizam na proximidade das habitações. São espaços onde se pratica agricultura de subsistência (regadio), que por estarem junto às residências dos proprietários não implicam grandes deslocações. A ligação entre lugares é feita através de uma rede viária, onde predomina a densidade de caminhos florestais e agrícolas.

As redes de transportes e de comunicações constituem as infra-estruturas básicas e indispensáveis para estimular o sistema produtivo e, por conseguinte, o desenvolvimento endógeno (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999). Nos meios rurais, a existência de boas condições de acessibilidades joga um papel ainda mais importante, contribuindo para atenuar o isolamento, facilitar as deslocações de dentro para fora e de fora para dentro, encurtar as distâncias aos centros polarizadores e aumentar a possibilidade do incremento do desenvolvimento.

Sever do Vouga usufrui da influência directa e indirecta dos corredores de transportes estruturantes que beneficiam toda a área do Baixo Vouga e que lhe atribuem facilidades na mobilidade da população. Dentro da área concelhia a rede viária é bastante condicionada pela morfologia do terreno, não obstante, a densidade de eixos viários é relevante na paisagem. Destacam-se quatro vias estruturantes: a EN 16, que faz a ligação a Albergaria-a-Velha e ao nó da A25 no Carvoeiro; a EN 328, atravessa praticamente todo o concelho de norte a sul, ligando o nó da A25 em Talhadas ao centro da Vila e a Vale de Cambra, funciona ainda como principal ligação entre aglomerados, uma vez que este eixo se encontra bastante urbanizado ao longo do seu percurso; a EN 328-1 liga o centro urbano de Sever do Vouga às freguesias de Rocas do Vouga e de Couto de Esteves e a EN 333, que faz a ligação de Talhadas a Águeda (Figura 34). Como já foi mencionado no enquadramento regional, a A25, que atravessa o concelho a Sul, sendo uma das principais portas de entrada/saída do país, torna a sua passagem por Sever do Vouga fundamental. Não só fomenta as relações

com os centros urbanos de maior dimensão, como aumenta a capacidade de atrair interesse externo, nomeadamente ao nível do investimento, facilita ainda a mobilidade da população e atenua as distâncias, evitando a saída permanente dos residentes. Encontra-se projectado um novo eixo referente ao IC 35 que será de extrema importância na dinamização do concelho. Permitirá uma ligação directa da A25 à Vila de Sever e à mais significativa área industrial do concelho (Padrões).



Figura 34 – Rede principal de transportes de Sever do Vouga.

Do ponto de vista da rede de transportes públicos, verifica-se a sua quase inexistência. A antiga linha ferroviária do Vouga foi desactivada e convertida numa ciclovia e a frequência de autocarros públicos é reduzida, dificultando bastante o acesso ao concelho, e dentro do concelho, por outros meios de transporte que não o automóvel privado.

Não obstante a marcada “condição” rural que vigora em Sever do Vouga, existe uma percepção do emergente interesse do rural pelo rural e do urbano pelo rural, não havendo contudo fontes de informação que o possam comprovar. Favorecido pela boa rede de acessibilidades que mantêm o concelho nas imediações dos centros urbanos,

verificam-se algumas evidências do aumento dos deslocamentos diários pendulares, por parte de activos que optaram por não deixar a sua habitação permanente no concelho ou, por parte de ex-urbanos que decidiram sair das cidades para adquirir residência permanente em Sever do Vouga. As habitações secundárias de fins-de-semana e férias aparecem também em grande número, bem visível na iniciativa de recuperação do edificado, sobretudo nos aglomerados mais isolados e vincadamente mais rurais. Manifesta-se assim a procura pela tranquilidade do campo e fuga ao ambiente citadino, em busca de uma melhor qualidade de vida.

#### **2.4. Ocupação e usos do solo**

Como já foi referido anteriormente, para estudar um determinado território e compreender a sua organização espacial e dinâmica é fundamental analisar a distribuição dos diferentes usos que lhe estão afectos e que no seu todo constituem a paisagem. A análise da ocupação e uso do solo é, por isso, um método essencial no processo de estudo da paisagem. Ao permitir agrupar e sintetizar as grandes classes de ocupação espacial, fornece informação para melhor compreender a forma como o homem se relaciona com o meio, o utiliza e transforma.

Para efectuar esta observação foi utilizada a cartografia CORINE (Coordination of Information on the Environment) Land Cover (CLC) dos anos de 1990, 2000 e 2006, disponibilizada pela APA, juntamente com as actualizações das áreas que sofreram alterações na tipologia de ocupação. O CORINE constitui um programa europeu, lançado em 1985, cujo objectivo era desenvolver um sistema de informação que agregasse dados sobre o ambiente nos Estados-membros, nomeadamente através da produção de cartografia de ocupação e uso do solo, concretizada com o lançamento do projecto CLC. No caso português o CLC possibilitou, pela primeira vez, obter um cenário geográfico integral do país, em diferentes momentos, que revelaram as grandes tendências de modificação no território e na paisagem.

Por esse mesmo motivo, a utilização desta informação no presente estudo, constitui uma mais-valia. O acesso a dados correspondentes a três realidades temporais distintas, possibilitou efectuar comparações sobre a ocupação do solo e a tendência evolutiva do cenário paisagístico do caso de estudo. A contrapartida desta informação, para o presente estudo, reside no curto período de análise disponível. Seria mais enriquecedor poder efectuar uma comparação do cenário actual com uma realidade mais remota, de forma a constatar com maior evidência as transformações espaciais. Não obstante, o contributo desta análise, com os dados disponíveis, é indispensável no estudo da paisagem porque irá desvendar a forma como se distribuem as diferentes classes de uso dos solos, qual o seu peso no território e como se relacionam entre si.

Da observação e análise da cartografia CLC, representada na Figura 35, é possível constatar que a evolução da ocupação e uso do solo não sofreu modificações muito



notórias que se evidenciem em grandes alterações da tipologia existente. No entanto, denota-se o delinear de tendências que permitem avançar com algumas elações.

O aumento da mancha florestal é a característica que mais sobressai ao longo do período de 16 anos em análise. Neste espaço de tempo o coberto vegetal de Sever do Vouga aumentou cerca de 8%. A mais provável causa deste significativo acréscimo, deve-se à expansão das espécies folhosas, maioritariamente eucaliptos, nas áreas percorridas pelos frequentes incêndios florestais. A floresta severense é constituída por uma elevada percentagem de espécies folhosas, destacando-se as grandes manchas de eucaliptais, como aliás foi referido na análise do património natural, no ponto 1.1, do presente capítulo. As espécies mistas assumem também algum relevo, surgindo nos locais onde os eucaliptais se mesclam com outras espécies, tais como o pinheiro bravo ou o carvalho. Menos frequentes são as manchas de resinosas, que apenas ganham alguma expressividade no Arestal (Dornelas), em Cedrim e Talhadas (Santa Maria da Serra, Arcas e Macida). A tipologia de espaços florestais degradados, cortes e novas plantações incluem “floresta não adulta ou que foi recentemente varrida por um incêndio florestal” (CAETANO, CARRÃO, PAINHO, 2005, p. 9). No caso de Sever do Vouga, a elevada densidade florestal propicia a ocorrência de incêndios florestais, fenómeno este que detém um elevado histórico de incidências no concelho. De forma que, a diminuição que se verifica na floresta degradada poderá estar relacionada com o amadurecimento das espécies após recuperação dos efeitos dos incêndios.

A superfície com utilização agrícola tem demonstrado, na generalidade, uma tendência gradual para a diminuição. Esta redução não se repercute ainda em termos paisagísticos, sobretudo, devido ao esforço de uma população envelhecida em manter as áreas de cultivo com finalidade de auto-subsistência, e também devido ao retorno à actividade por meio da substituição de culturas tradicionais, nomeadamente o milho, pelo mirtilo. Os espaços ocupados pela agricultura dedicam maior peso às culturas anuais associados às culturas permanentes, destacando-se a sua maior importância na faixa Nordeste do Concelho (Couto de Esteves e Rocas do Vouga). Os locais onde se misturam as culturas agrícolas com os espaços naturais assumem expressividade na margem Norte do Rio Vouga. Os sistemas culturais e parcelares complexos localizam-se na freguesia de Cedrim. A agricultura de regadio e sequeiro ocupa pouco mais que 2% do território concelhio. Estas observações demonstram a predominância da agricultura de subsistência e a pouca relevância da sua prática como fonte de rendimento económica.

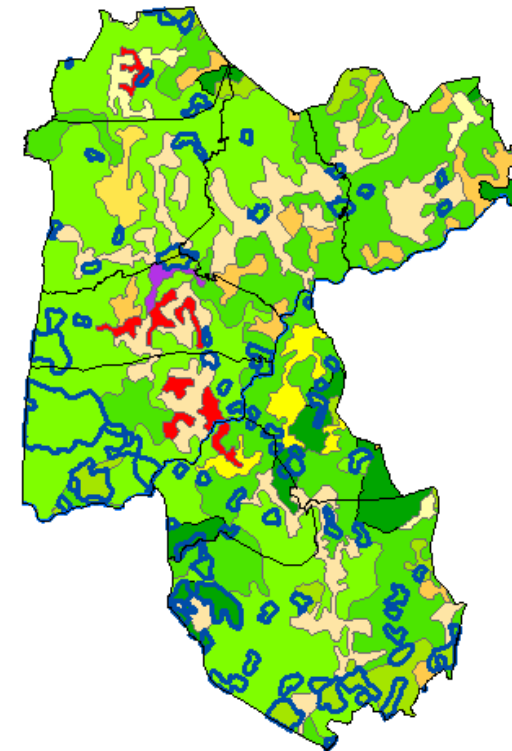
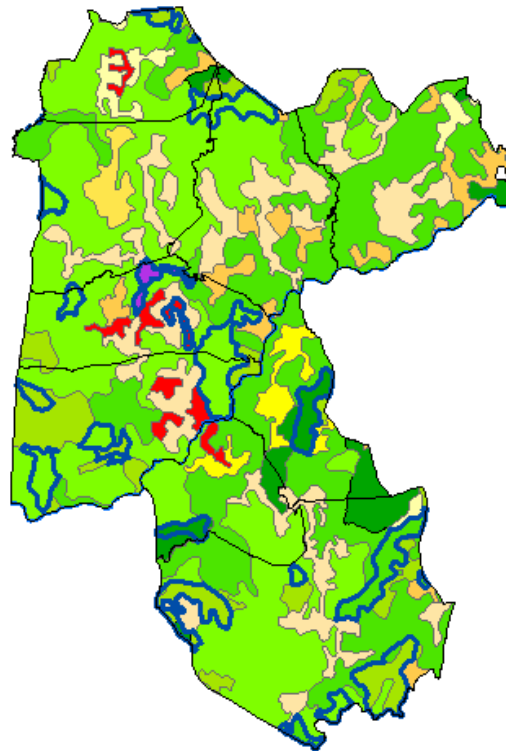
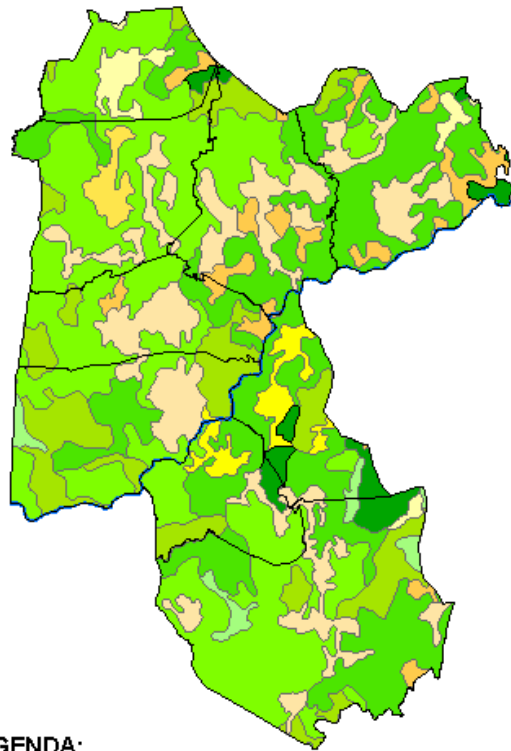
Os espaços artificializados correspondentes ao tecido urbano e à localização de actividades de indústria, comércio e equipamentos gerais são demonstrados de forma pouco representativa, estando mesmo omissos na cartografia de 1990. Na análise do povoamento constatou-se a existência de uma elevada percentagem de dispersão territorial, mais relevante na margem Norte do Vouga. Esta dispersão aliada à



1990

2000

2006



**LEGENDA:**

- |  |  |  |
|--|--|--|
| Limites de Freguesias                              | Agricultura com espaços naturais                         | Principais alterações nas classificação de uso do solo |
| Tecido urbano descontínuo                          | Florestas de folhosas                                    | Limites de Freguesias                                  |
| Indústria, comércio e equipamentos gerais          | Florestas de resinosas                                   | Rio Vouga  |
| Culturas anuais de sequeiro                        | Florestas mistas   |  |
| Culturas anuais de regadio                         | Matos  |  |
| Culturas anuais associadas às culturas permanentes | Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações |  |
| Sistemas culturais e parcelares complexos          |  |  |

0 1,25 2,5 Km

Fonte: APA

Figura 35 – Evolução da ocupação e uso do solo em Sever do Vouga.

morfologia do terreno e à grande predominância da mancha florestal acaba por atenuar paisagisticamente a presença humana, quando observada a uma escala de menor detalhe, como aquela a que se refere o CLC. Não obstante, a cartografia, evidencia, em 2000 e 2006, o espaço industrial de comércio e equipamentos localizado no núcleo principal. Relativamente ao tecido urbano descontínuo, localiza a mancha urbana que se prolonga de Sever do Vouga a Pessegueiro do Vouga e Dornelas.

### **3. A Paisagem Observada**

Nos pontos anteriores procurou-se analisar a multiplicidade de aspectos que compõem a paisagem de forma objectiva, encarando o território na sua globalidade com observações precisas, baseadas em fontes de informação que permitiram construir um modelo da realidade. Não obstante, do ponto de vista do observador que se desloca pelo território, as interpretações da paisagem assumem variadas dimensões. Não se pretende aqui entrar no domínio da paisagem subjectiva, que considera os interesses e aspirações de cada indivíduo ou grupo social, pretende-se antes interpretar os diferentes níveis de observação da paisagem, relacionados com o posicionamento dos pontos de visualização.

A figura do ANEXO II, pretende sintetizar a paisagem de Sever do Vouga, através da representação, na mesma base cartográfica, dos indicadores utilizados na análise, e da apresentação de imagens dos principais elementos identificativos da paisagem severense.

Na globalidade, o concelho é visivelmente dominado pelos elementos naturais. O espaço florestal é o que mais sobressai por ocupar grandes extensões contínuas de terreno, que chegam a induzir alguma monotonia no observador. Esta uniformidade é apenas interrompida pelas características morfológicas do terreno, que proporcionam, em pontos de maior altitude, vistas panorâmicas de médio a longo raio de alcance. Os cursos de água, pela sua densidade e presença, ganham importância no território. Destaca-se o Rio Vouga, *Ex-libris* do concelho e da Sub-Região.

A fragmentação espacial é bem notória ao nível do parcelamento das explorações, relembrando a paisagem característica da região minhota (ANEXO II). Os espaços cultivados observam-se, predominantemente, na envolvente dos aglomerados urbanos, associados às práticas de agricultura de subsistência próxima aos locais de residência.

A ocupação urbana, fortemente condicionada pelos aspectos morfológicos, concentra-se em núcleos de pequena dimensão, correspondentes aos centros das freguesias, ligadas a um núcleo principal, referente à sede de concelho. Verifica-se ainda alguma ocupação dispersa ao longo dos eixos viários, com particular destaque para a EN 328, que atravessa praticamente todo o concelho, no sentido Norte-Sul.

As freguesias de Sever do Vouga, Talhadas e Couto de Esteves são as que mais se evidenciam paisagisticamente, no que refere ao património cultural. No primeiro caso

é relevante o núcleo histórico-urbano central, cuja posição superior em relação à envolvente fortalece a sua visibilidade. Talhadas reconhece-se pelo número de espigueiros, ainda bastante utilizados no armazenamento do milho. O tipo de povoamento tradicional é característico desta freguesia tal como em Couto de Esteves. Nesta última, merecem relevância os vestígios pré-históricos, não obstante, grande parte deles se encontrarem camuflados pela floresta.

Neste âmbito, face aos condicionalismos naturais existentes, encontraram-se três pontos de observação distintos que proporcionam diferentes contextos paisagísticos:

*Os pontos de maior altitude:* tratam-se essencialmente de miradouros localizados nas áreas de maior altitude, a partir dos quais se obtém uma melhor panorâmica do território concelhio e extra-concelhio. Destaca-se o cume de Santa Maria da Serra, em Talhadas, que permite visualizar toda a envolvente num raio SE-S-SW, desde a Serra do Caramulo, até à “Ria de Aveiro” e ao Atlântico (ANEXO II). No Miradouro da Sr.<sup>a</sup> da Penha, em Dornelas, o campo de visão abrange praticamente toda a faixa Oeste de Sever do Vouga e prolonga-se até ao Atlântico. No lugar de Boialvo, em Dornelas, o miradouro localizado na EN 328 está orientado para Sul e proporciona uma panorâmica sobre o vale do Rio Bom e Mau. Na faixa Este os campos de observação da paisagem diferem bastante, sendo o alcance visual dominado pelas cadeias montanhosas da Beira Alta.

*Os pontos de altitude intermédia:* referem-se a locais situados a cotas mais baixas mas que ainda assim retratam com alguma perspectiva determinadas áreas da paisagem concelhia. Exemplo disso, são os percursos de observação que se permitem obter ao longo de algumas vias, nomeadamente, a EN 328 que, atravessando o concelho de Norte a Sul numa posição privilegiada, oferece uma panorâmica global dos lugares que atravessa.

*Os pontos menor altitude:* são áreas onde o alcance visual da paisagem é muito limitado pela existência de barreiras visuais. Tratam-se essencialmente de locais onde a densidade florestal é elevada, sobretudo devido ao predomínio dos eucaliptais. A estrada EN 16 ao longo do Rio Vouga é um claro exemplo de “enclausuramento da paisagem” provocado pela proliferação das espécies florestais de rápido crescimento onde, apesar de a estrada acompanhar o leito do rio a uma cota baixa, apenas em raros pontos se consegue visualizar o curso de água.

## CAPÍTULO III. O PLANEAMENTO

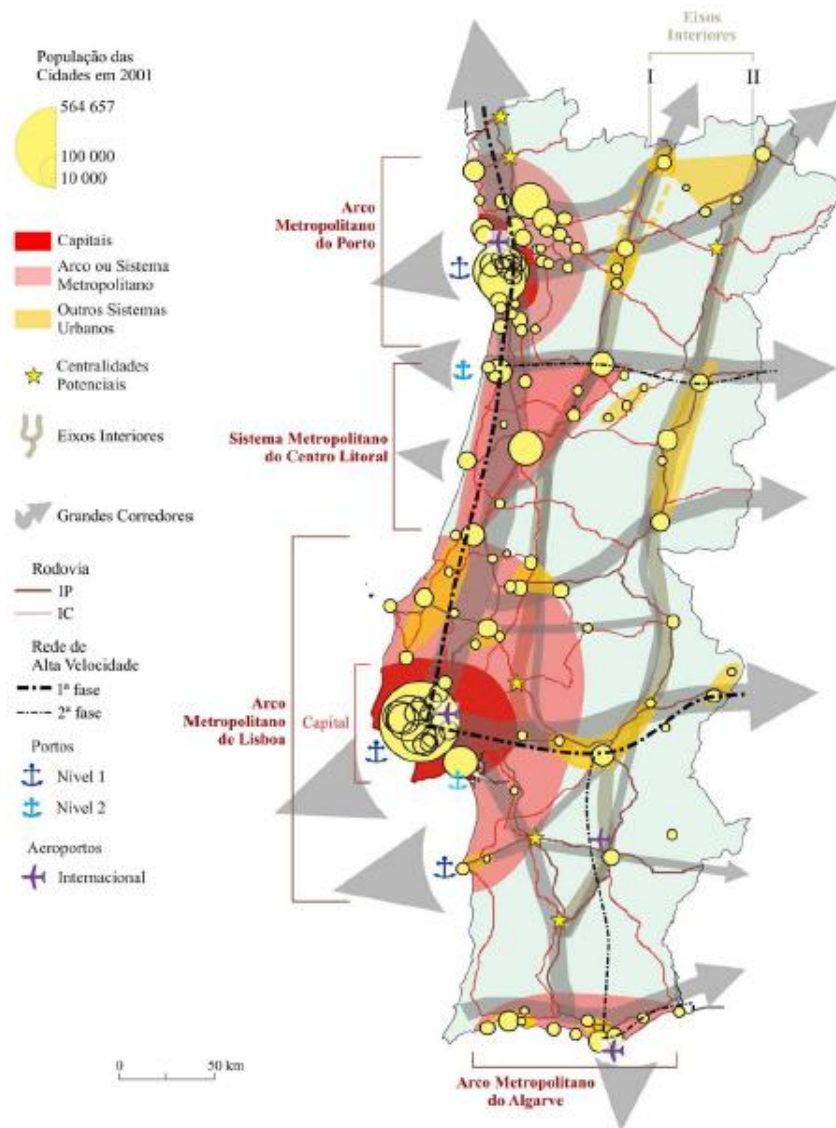
O estudo da paisagem de Sever do Vouga permitiu construir um cenário territorial da realidade existente. Partindo da caracterização centrada em cada um dos indicadores, tendo em consideração a sua integração num conjunto mais vasto, foi possível reconhecer as características territoriais que moldam a paisagem. A sua análise permitiu identificar os recursos, as potencialidades e as fragilidades que Sever do Vouga detém, reconhecendo este fundamental para atingir os objectivos propostos para este estudo. No presente capítulo, procura-se agora clarificar o caminho que o território segue na promoção do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida. Neste âmbito, a atenção incide sobre a gestão territorial e as estratégias de planeamento adoptadas, procurando obter resposta a duas interrogações principais: do planeado o que foi executado? Do que foi possível cumprir, quais foram as dificuldades de implementação?

Durante a análise dos indicadores paisagísticos, constatou-se que, na mesma unidade territorial, opõem-se situações distintas que levantam problemáticas em termos de ordenamento e planeamento territorial. À ocupação urbana dispersa opõem-se os aglomerados mais tradicionais e o despovoamento. A manutenção das práticas de actividade agrícola, nomeadamente com o crescimento da introdução de novos produtos, opõe-se o crescente risco de abandono e propagação da floresta. O crescimento da actividade industrial confronta-se com a morfologia acidentada dos terrenos, que condicionam as áreas de expansão, e a preservação dos espaços naturais autóctones são ameaçados com a proliferação de espécies infestantes e com o aumento do risco de incêndio florestal.

Na tentativa de retirar algumas conclusões, procedeu-se à caracterização global do planeamento municipal, através da análise dos planos municipais de ordenamento do território em vigor, centrando a análise no Plano Director Municipal, por ser o instrumento integrador e orientador das políticas territoriais concelhias. Esta análise, importa no sentido de compreender as opções estratégicas seguidas no processo de planeamento e desenvolvimento e o seu nível de adequação à realidade territorial existente em Sever do Vouga.

Analisar o caminho seguido pelo planeamento municipal é um processo que só estará completo com a contextualização no panorama regional e nacional. Como se referiu anteriormente, o processo de planeamento é realizado em cascata, obedecendo a uma lógica hierárquica, que começa numa escala mais abrangente até chegar à escala local (Figura 6). Antes de se centrar o estudo nos instrumentos municipais de planeamento importa, assim, compreender as políticas nacionais e regionais que os regulam.

## 1. Contextualização das políticas de planeamento nacional e regional



Fonte: PNPOT, 2007

Figura 36 – Sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental.

O PNPOT (MAOTDR, 2007) estabelece as grandes linhas orientadoras que definem toda a estratégia seguida pelos restantes instrumentos. Estas orientações foram definidas com base num conjunto de problemas identificados no ordenamento do território, à escala nacional. Para o presente estudo importa cingir a atenção sobre aqueles que mais afectam o desenvolvimento em meios rurais e aos quais o planeamento deve estar preparado para responder.

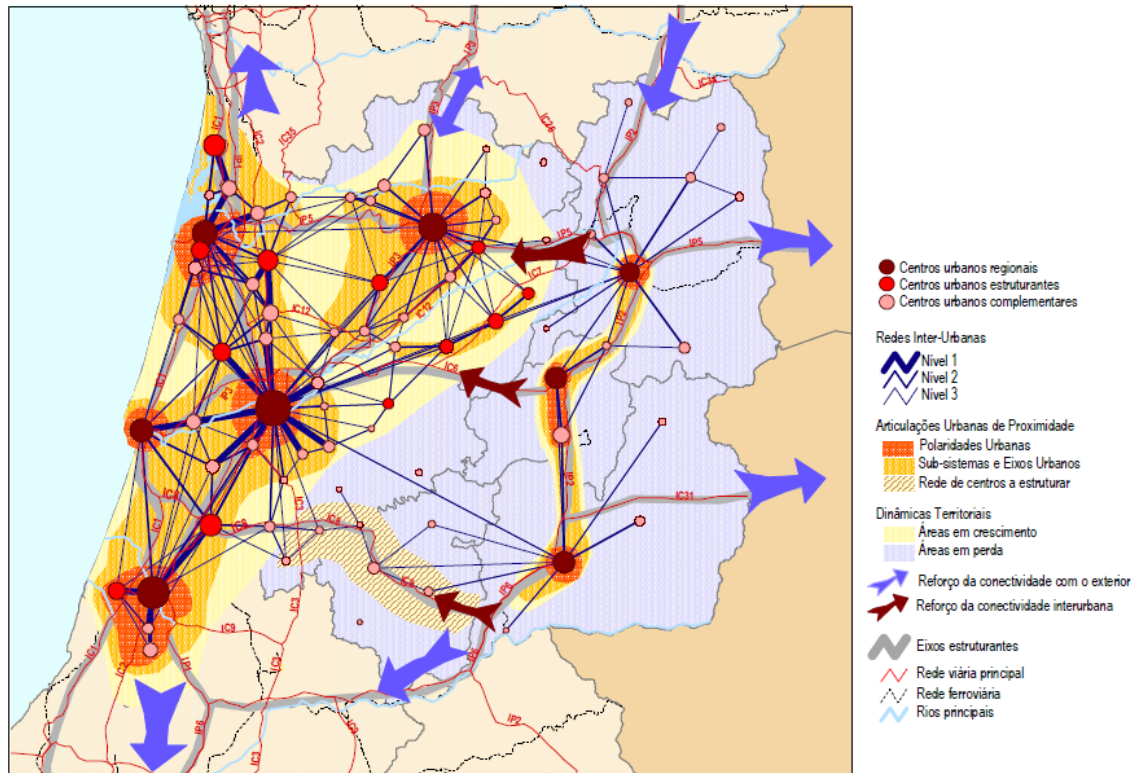
O lado conflituoso da relação urbano-rural é a problemática que assume maior destaque porque tem constituído um desafio territorial, pela procura de um ponto de equilíbrio entre as duas realidades, desafio este que se inicia na tentativa de delimitação dos próprios espaços (Figura 2). Sobre esta questão, o PNPOT identifica duas adversidades: a expansão e avanço desenfreado dos espaços urbanos sobre as

áreas rurais, que se repercute na degradação da qualidade ambiental e paisagística e obriga a um maior investimento em infra-estruturas e transportes; a existência de um fraco desenvolvimento socioeconómico, em grande parte dos núcleos urbanos, que se manifesta na falta de articulações com as áreas rurais envolventes, contribuindo assim para agravar a situação de despovoamento e fragilidade destes locais.

A importância dada à valorização dos recursos naturais tem crescido ao longo das últimas décadas, com a introdução de medidas regulamentadoras da intervenção humana no espaço. Contudo, observa-se que existe ainda um longo caminho a percorrer na consideração dos riscos das acções transformadoras do território e da aplicação de acções de planeamento sustentável em áreas não urbanas. No que respeita aos transportes, verifica-se que as políticas de ordenamento do território estão excessivamente voltadas para o uso dos automóveis privados com forte aposta na construção de infra-estruturas viárias concentradas maioritariamente no litoral (Figura 36). Só mais recentemente é que se iniciou a expansão de uma melhor rede de acessos no interior do país, que ainda assim permanece deficitária. O desenvolvimento de formas de mobilidade alternativas está, no geral, muito aquém de corresponder às necessidades dos deslocamentos diários da população, sobretudo fora dos principais centros urbanos. Os problemas na competitividade dos territórios referem-se essencialmente à insuficiente exploração das potencialidades e recursos locais, diferenciadores dos territórios. É ainda de referir a falta de concertação nas relações económicas entre territórios, a diferentes escalas. O desigual acesso a equipamentos e infraestruturas é outro dos problemas que se coloca em meios rurais. A distribuição territorial não se adequa com a procura, em muito devido às alterações na estrutura demográfica, que obrigatoriamente alteraram também as estruturas socioeconómicas territoriais. Neste âmbito, o desajuste do planeamento é bastante evidente por se concentrar demasiado no investimento a curto prazo.

O PNPOT refere, ainda, a necessidade de cultivar o civismo que valorize mais o conhecimento profundo do território e a aplicação concertada de medidas que valorizem o ordenamento. Neste campo, as debilidades concentram-se na insuficiente capacidade técnica, nomeadamente ao nível da obtenção de informação de qualidade para a criação de modelos do território fidedignos que abranjam todos os componentes, na dificuldade de articulação entre os diferentes agentes territoriais, na rigidez e complexidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e na falta de informação que incentive a participação pública no processo de decisão.

No caso da Região Centro as potencialidades estratégicas apresentadas que deram origem ao PROT-C resumem-se ao seguinte: a posição estratégica no contexto nacional e de ligação à Europa, a densidade de população e de centros urbanos, a estruturação dos sistemas urbanos sub-regionais, os pólos científicos e tecnológicos, os recursos hídricos e florestais, a paisagem e o património.



Fonte: PROT Centro, 2011

Figura 37 – Síntese do sistema urbano.

O relatório de fundamentação técnica do PROT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2011), que contextualiza o modelo territorial da Região Centro, apresenta este território como um espaço de charneira entre Norte e Sul e entre litoral e interior, onde se destacam três sistemas (Figura 37). O litoral, formado pelo eixo Aveiro-Leiria/Marinha Grande, detém uma dinâmica mais relevante por concentrar a maior mancha de povoamento e agregar maior concentração de emprego nos sectores secundário e terciário. Coimbra e Viseu formam outro sistema territorial relevante na continuidade das dinâmicas próprias do litoral mas transitando já para a realidade do interior, onde se situa o eixo de Castelo Branco-Covilhã/Fundão-Guarda. Este último sistema funciona de modo polarizador, sustentando um espaço interior socioeconomicamente deprimido. Fora destes sistemas urbanos, identifica-se uma rede de núcleos, hierarquicamente inferiores, mas que vão mantendo alguma dinâmica em territórios tendencialmente em perda.

No diagnóstico territorial da Região, o PROT evidencia alguns entraves que se apresentam como os desafios mais relevantes na delimitação de políticas de OT. Por um lado, a questão da ocupação urbana dispersa na faixa litoral, por outro lado, os territórios do interior com baixa densidade de ocupação (Figura 37). Ambas as realidades se reflectem em constrangimentos de dimensões distintas. No primeiro caso, é evidente a elevada infraestruturização do espaço que se estende ao longo das vias, extravasando os núcleos urbanos e invadindo as áreas rurais. A linha que



diferencia o urbano do rural torna-se mais ténue e supera os antagonismos, contudo, abre margens para o surgimento de outros problemas centrados no aumento dos conflitos sobre os usos do solo e as pressões sobre os recursos naturais. No segundo caso, o despovoamento levanta outro tipo de situações, nomeadamente ao nível da degradação dos espaços agrícolas e do património edificado e do avanço da floresta degradada, responsável pelo aumento do risco de incêndios florestais. Ambas as situações contribuíram para a alteração das paisagens tradicionais, tanto urbanas como rurais.

Com base no modelo territorial delineado para a Região e respectivos enfoques sub-regionais, e considerando os desafios que enfrenta, o PROT determinou objectivos estratégicos de planeamento. Para o sistema urbano de Aveiro/Baixo Vouga salienta os pontos fortes onde devem incidir as políticas de planeamento e desenvolvimento. Nesta análise releva-se a posição do núcleo de Aveiro e a necessidade de reforçar a sua importância central em termos estruturantes. Refere-se a valorização dos recursos hídricos e biofísicos, destacando a protecção e qualificação da “Ria de Aveiro”, assim como o aproveitamento do seu potencial. O PROT preconiza a importância de controlar o fenómeno da ocupação dispersa, tanto ao nível da urbanização como da industrialização, no intuito de preservar os solos agrícolas e de salvaguardar os recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos. Face à forte presença do sector industrial no Baixo Vouga e ao seu papel preponderante em termos económicos, existe indicação no sentido de promover o reordenamento e dinamismo dos espaços industriais. Na prossecução deste objectivo, jogam a favor as aptidões relacionadas com o conhecimento e as novas tecnologias, cuja difusão é uma potencialidade a ser usada no reforço do tecido produtivo.

## **2. A gestão territorial em Sever do Vouga: do planeado ao executado**

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território assumem-se como importantes instrumentos que pretendem dar resposta às necessidades do planeamento e da gestão territorial local. Em Sever do Vouga vigora o Plano Director Municipal de primeira geração, actualmente em processo de revisão. A primeira fase de implementação dos PDM's colocou à prova a concepção do planeamento, as metodologias de elaboração e o próprio pormenor ou rigor cartográfico adoptados. Actualmente, face à ultrapassagem do período de 10 anos em vigor que obriga à primeira revisão, é possível efectuar uma análise dos resultados obtidos com a implementação das políticas de ordenamento territorial, adoptadas no momento de elaboração do plano, iniciado em 1989.

O actual PDM (1997), foi elaborado num contexto socioeconómico com diferentes projecções e aspirações. O diagnóstico territorial, apresentado nos “Estudos Prévios”, serviu de referência às projecções e propostas do Plano, que surgem descritas no relatório de “Desenvolvimento a Médio-Longo Prazo”. Este documento sintetiza as

fragilidades e potencialidades concelhias, a partir das quais determina um conjunto de orientações e acções a implementar na gestão territorial. Tendo em consideração o cenário actual, obtido através da análise dos indicadores de paisagem, é possível afirmar que a estrutura territorial diagnosticada na elaboração do primeiro PDM manteve as tendências preponderantes. No entanto as projecções apontadas, em termos de dinâmicas territoriais, nem sempre coincidiram com a realidade sucedida.

O diagnóstico territorial conduziu à identificação de um conjunto de pressupostos que sintetizaram a situação territorial existente (PDM de Sever do Vouga, 1997):

- Limitação dos recursos financeiros municipais;
- Fase de consolidação da rede de acessibilidades;
- Custos da ocupação dispersa em infra-estruturação;
- Desfasamento entre dinâmicas demográficas previstas e dinâmicas económicas;
- Potencial aumento da indústria transformadora;
- Redução de emprego agrícola e de superfície cultivada;
- Previsão de baixo desenvolvimento do sector terciário;
- Turismo com baixa capacidade de gerar emprego.

Esta conjuntura territorial serviu de base aos objectivos e estratégias traçados, em torno de um propósito primordial – o bem-estar da população. Considerava-se bem-estar a conjugação de um conjunto de factores essenciais para responder às necessidades do máximo de número de habitantes. Estes factores incluíam: a qualidade ambiental (abrangida pelo património natural e edificado e pela paisagem); a habitação; o emprego; os equipamentos e a acessibilidade. De forma, que as estratégias seguidas incidiram essencialmente em medidas de melhoria das condições destes mesmos factores. Para melhor interpretar o alcance dos objectivos propostos no PDM em vigor, sintetizou-se a comparação entre o planeado e o executado, conforme se pode observar no Quadro 3, e a respectiva avaliação.

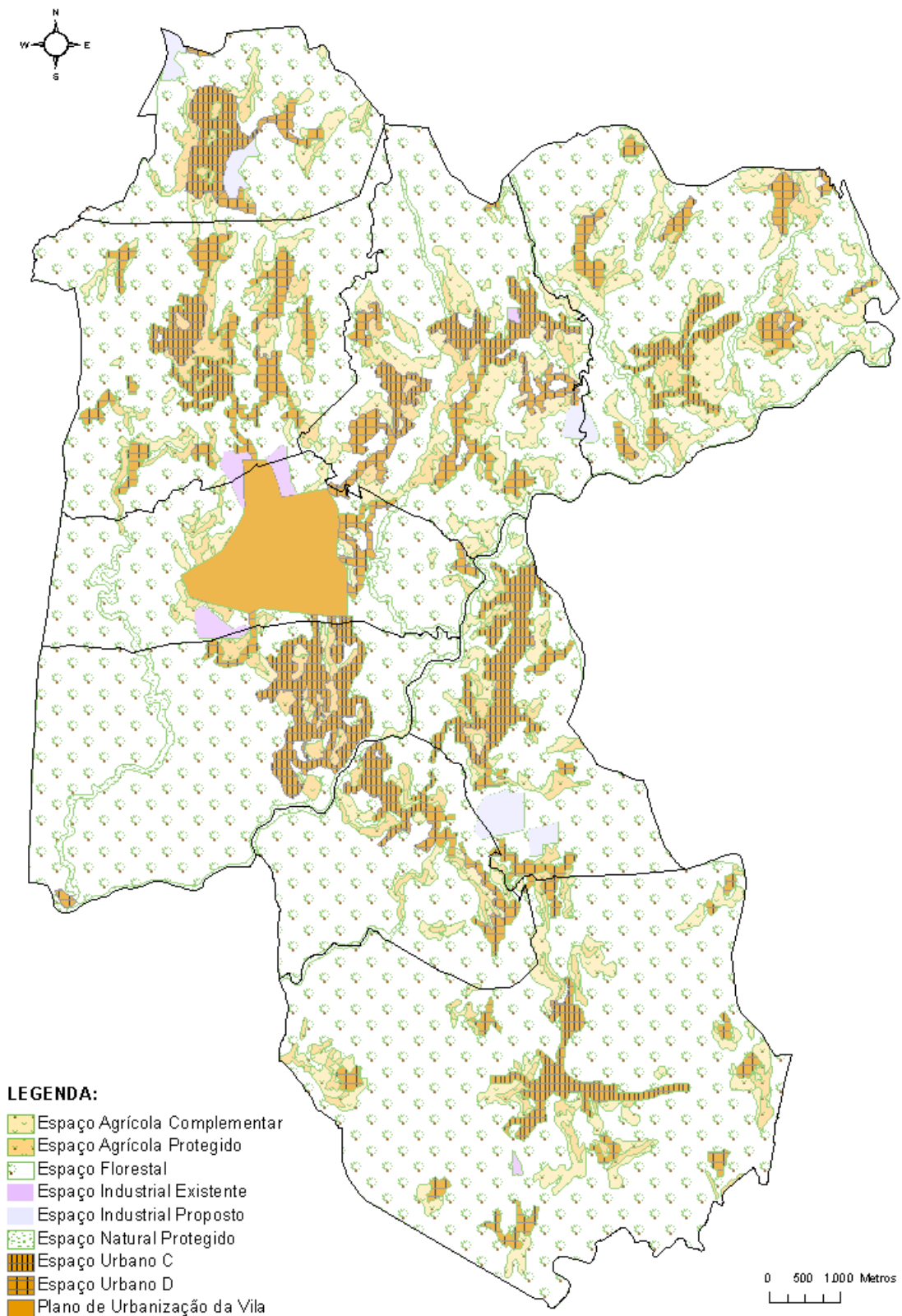
O perfil demográfico apresentava, na época, uma análise prospectiva bastante positiva. Demonstrava, para 2001, um acréscimo da população residente e da população activa em 32% e 33%, respectivamente. A projecção, apresentada com base nos Censos de 1981, considerou a continuação da propensão verificada até à altura e que previa o aumento gradual do número de residentes. O aumento previsto da população activa era justificado com o acréscimo geral dos indivíduos, com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e com o aumento do emprego dentro e fora do concelho. Contudo, foi já constatado anteriormente que sucedeu o contrário, tendo sido registada uma perda de 5% de residentes e 9% de activos, no mesmo período, sendo que a diminuição da população activa ocorreu unicamente no sector de actividade primário. Esta previsão para o aumento da população no concelho serviu de

justificação para grande parte das medidas territoriais planeadas, assim como, a sua efectiva diminuição explica a não execução de algumas das acções previstas.

Os objectivos estabelecidos, de fomento do desenvolvimento económico, concentraram-se na crescente importância das actividades secundárias e terciárias e na necessidade de aumentar a sua oferta, face às projecções demográficas previstas. No âmbito do sector secundário, as acções de planeamento incidiram na delimitação de quatro espaços industriais existentes (Padrões, Gândara, Talhadas e Sanfins) e na proposta de outros quatro (Decide, Burneira, Irijó e Cedrim). Em termos práticos, verificou-se a consolidação das zonas industriais existentes, com excepção de Sanfins, devido à realocação da unidade colectora de leite aí instalada, para o concelho vizinho de Oliveira de Azeméis. Relativamente aos espaços industriais propostos, houve ocupação em Cedrim e Irijó e uma reduzida parte em Decide, demonstrando um planeamento prospectivo um pouco ambicioso.

As acções planeadas para o sector terciário incluíam, por um lado, a centralização do comércio e serviços no *continuum* urbano de Sever do Vouga - Pessegueiro do Vouga, por outro lado, o incentivo às actividades promotoras do Turismo em Espaço Rural. No período decorrido desde a elaboração do PDM em vigor até à actualidade, observou-se uma melhoria gradual na oferta terciária, capaz de encontrar resposta às necessidades da população concelhia, para a qual muito contribuíram os apoios financeiros. Esta oferta reúne-se essencialmente no centro da Vila de Sever do Vouga, tendo ainda os núcleos principais das freguesias a assegurarem alguns serviços. Verifica-se, contudo, alguma falta de dinamismo comercial. As actividades de turismo e de lazer assistiram igualmente a um incremento, que ocorreu ao nível do investimento em alojamentos locais e em actividades/espacos, já referidos anteriormente, como é o caso, da criação de percursos pedestres e de parques de lazer, da implantação da ciclovia e a dinamização de eventos de promoção de produtos locais (exemplos de mirtilo, lampreia e vitela). As antigas explorações mineiras do Braçal eram apontadas pela sua potencialidade turística. Contudo, apesar da riqueza histórico-natural associada a este espaço e das intenções do Município na sua recuperação, o projecto implica investimentos avultados difíceis de apadrinhar. Não obstante as variadas potencialidades turísticas que o espaço concelhio tem para oferecer, verifica-se que existem bastantes lacunas na divulgação e informação aos visitantes, que ao chegarem ao concelho desconhecem muitas vezes os locais a visitar e as actividades que podem desenvolver.

Os objectivos de planeamento, relacionados com a habitação, infra-estruturas e equipamentos, pretendiam melhorar as condições de oferta, abrangendo o máximo número de habitantes possível. As acções passavam pela necessidade de disponibilizar mais solo urbano, para ocupação residencial e para espaços destinados a equipamentos e serviços, e a otimizar a localização destas áreas previstas de expansão. Manifestava-se ainda, a necessidade de melhorar as infra-estruturas,



Fonte: Município de Sever do Vouga

Figura 38 – Planta de Ordenamento do PDM de Sever do Vouga (1997), versão vectorizada.

OBJECTIVOS	ACÇÕES PLANEADAS	ACÇÕES EXECUTADAS	AVALIAÇÃO
<b>FOMENTO ECONÓMICO</b>	Identificação, delimitação e promoção de áreas industriais.	Consolidação de espaços industriais existentes e ocupação de dois dos quatro espaços industriais propostos.	Alguns desajustes prospectivos na delimitação das áreas industriais, traduzido em excesso de área em alguns locais (Cedrim e Dornelas) e falta de área em outros (Dornelas - Martifer)
	Apoio a iniciativas de comércio e serviços em Sever - Pessegueiro do Vouga.	Aumento de actividades de comércio e serviços no núcleo central.	Necessidade de criar maior dinamismo no comércio tradicional.
	Apoio técnico a iniciativas de TER.	Aumento de alojamentos locais, dinamização de espaços/actividades de turismo e lazer.	Falta maior apoio ao visitante/turista, na área da divulgação dos recursos locais, de forma a retê-los por períodos de tempo mais alargados.
<b>HABITAÇÃO, INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS</b>	Aumento de solo urbano e urbanizável.	Baixa execução do espaço urbano delimitado.	Pouca auscultação pública e elevada burocratização dos processos, que desincentiva a edificação e instalação de residentes permanentes.
	Melhoria de equipamentos e serviços.	Criação de novos equipamentos de educação, desportivos, sociais e culturais.	Boa relação entre as necessidades populacionais e a rede de equipamentos existente.
	Melhoria das infra-estruturas nas áreas periféricas.	Em execução: alargamento das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento.	Considerando as dificuldades impostas pelos condicionantes morfológicos, a melhoria das infra-estruturas é um processo moroso, em termos financeiros e físicos.
	Promoção da reabilitação do património edificado.	Iniciativas privadas de reabilitação do património edificado para residências secundárias e alojamentos locais; reabilitação de edifícios para utilização pública, nomeadamente instituições de solidariedade social.	Iniciativas de reabilitação positivas, apesar da ainda existência de bastantes edifícios degradados.
	Optimização da localização de novos equipamentos colectivos.	Localização de novos equipamentos nos núcleos das freguesias.	Distribuição de equipamentos descentralizada, de forma a servir o máximo número de habitantes possível.
	Optimização da localização de áreas de expansão urbana.	Áreas de expansão urbana na envolvente dos aglomerados e ao longo dos principais eixos.	Maior incremento da ocupação dispersa e desequilíbrios na delimitação de espaço urbano (exemplo: excesso de área urbana em Cedrim).
<b>ACESSIBILIDADES</b>	Manutenção de boas condições de tráfego na rede viária principal.	Requalificação e manutenção da rede viária principal.	Requalificação dos principais acessos concelhios (exemplo: EN 328, EN 328-1 e EM 564).

Fonte: Elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga

Quadro 3 – Acções planeadas e executadas do PDM de Sever do Vouga e respectiva avaliação.

expandindo-as aos espaços periféricos. As acções executadas demonstram que a expansão urbana ficou aquém das expectativas traçadas e manteve-se a tendência para a dispersão. Não obstante, verificou-se um interesse emergente na recuperação do património edificado (herdado ou comprado), denotando-se sobretudo a conversão em residências secundárias e alguns alojamentos locais.

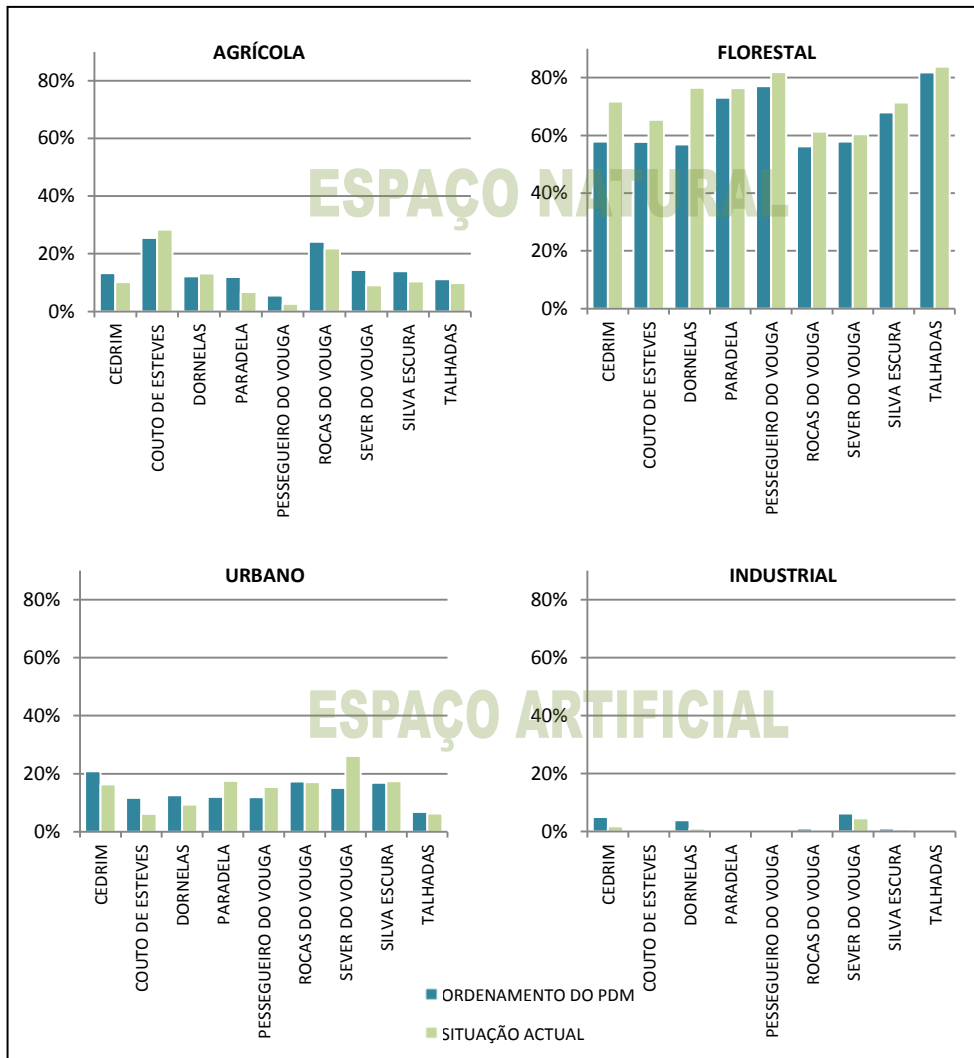
A questão do acesso das populações mais periféricas às infra-estruturas encontra-se ainda bastante condicionada. A topografia acidentada implica a existência de grandes investimentos que dificilmente podem ser suportados pela capacidade financeira municipal. Contudo, esta tendência começou recentemente a ser invertida com a expansão de estruturas básicas, ao nível de redes de abastecimento de água e de saneamento.

Os objectivos, relativos à melhoria do acesso aos equipamentos, consideram-se alcançados, uma vez mais graças aos programas de apoio financeiro de que beneficiaram. O centro da Vila possui uma rede de equipamentos capaz de suprir as necessidades da população, ao nível da saúde (centro de saúde e extensões), do desporto e cultura (ringues desportivos e associações), da educação (em processo de melhoria com construção de três novos centros escolares). Esta capacidade, que se estende aos centros de freguesias, torna um conjunto de espaços e serviços acessível a todos os pontos do território.

A melhoria da rede de acessos, intra e inter-concelhia, foi bastante melhorada com a requalificação dos principais troços de acesso às freguesias, nomeadamente a EN 328, a EN 328-1 e a EM 564. A requalificação do traçado do Itinerário Principal (IP) 5 para um perfil de auto-estrada (A25), foi igualmente uma melhoria bastante significativa para os concelhos que atravessa, designadamente Sever do Vouga, tendo contribuído para melhorar consideravelmente as relações distância/tempo com os principais pólos urbanos na sua envolvente.

Na globalidade, os usos do solo e ocupação do espaço mantiveram as mesmas tendências desde a época de elaboração do diagnóstico territorial do PDM até ao momento actual, tal como já foi possível constatar com a análise da cartografia do CORINE Land Cover. O que leva a constatar que as acções executadas não provocaram grandes modificações na fisionomia geral da paisagem. Esta constatação encontra-se bem evidenciada no conjunto de Gráfico 5, cuja representação confronta as duas realidades em causa: o planeado e o executado. O primeiro obteve-se da classificação do ordenamento do PDM em vigor (Figura 38), enquanto que o executado refere-se à paisagem actual (Anexo II). O resultado, apresentado por freguesia, corresponde ao peso de cada tipo de espaço relativamente ao total do território (área espaço/área total freguesia), tendo, para isso, sido uniformizadas as grandes categorias de ocupação do solo, em dois grupos: o espaço natural, em que se enquadram o agrícola e o florestal, e o espaço artificial, constituído pelo urbano e industrial. Esta análise comparativa não pretende ser rigorosa, pois as fontes de informação utilizadas

apresentam diferentes critérios de delimitação de espaço e de grau de exigência. Os valores percentuais apresentados nos gráficos são, por isso, meramente indicativos das tendências territoriais.



Fonte: Elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga

Gráfico 5 – Percentagem de ocupação do solo nas freguesias de Sever do Vouga, por tipo de espaço, no ordenamento do PDM em vigor e na situação actual.

O ordenamento territorial planeado, para os dois grupos de espaço considerados, materializou-se na seguinte conjuntura territorial: a floresta ocupa a maior percentagem de território e tende a aumentar, a agricultura assiste ao declínio das áreas de cultivo, a mancha urbana é ligeiramente mais extensa do que o previsto e a indústria ocupa menos espaço em relação ao planeado. Apesar de este ser o cenário global identificado no território, centrando a atenção na situação por freguesia, sobressaem assimetrias no trajecto de ordenamento seguido, algumas das quais já foi possível evidenciar ao longo das análises anteriores.

A área da freguesia de Talhadas foi a que sofreu menos alterações entre a distribuição do espaço planeado e a execução visível na paisagem. O maior afastamento ao núcleo central, o tipo de povoamento concentrado e o carácter do relevo muito acidentado, são os motivos que tornam esta a área menos urbanizada do concelho. Talhadas, juntamente com Couto de Esteves, são as freguesias onde o contacto com o natural permanece mais vincado. No caso de Talhadas, a relevância da mancha florestal ocupa a percentagem mais elevada de todo o concelho. No caso de Couto de Esteves, destaca-se a ainda importância da agricultura, mantendo-se a predisposição planeada para o espaço dedicado às áreas de cultivo. Cedrim e Dornelas surgem nesta análise como a constatação de casos de planeamento mal concebido. As aspirações e projecções levaram a crer na necessidade de afectar elevada área territorial ao uso urbano, fora dos aglomerados consolidados. Actualmente, verifica-se que muita desta mesma área permanece ocupada predominantemente pelo uso florestal, tornando a execução do planeamento urbano destas freguesias a mais baixa do concelho. A menor relação entre espaço natural e o total de área territorial verifica-se com maior evidência em Sever do Vouga, relevando a importância do núcleo central, agregador do meio social urbano. Os gráficos reflectem ainda o que se vem afirmando, relativamente ao *continuum* urbano Sever-Pessegueiro-Paradela, demonstrando uma paisagem actual com maior concretização urbana neste eixo. As freguesias de Rocas do Vouga e de Silva Escura, surgem como os únicos casos em que houve correspondência entre o planeado e o executado. No que concerne ao espaço natural, seguiram a tendência preponderante de diminuição da área de cultivo e aumento da mancha florestal.

A aposta na estratégia de aumento do espaço industrial ficou aquém das expectativas geradas durante o processo de planeamento. O nível de execução esperado foi baixo e o aumento da actividade industrial, que efectivamente ocorreu, não correspondeu ao projectado. A Zona Industrial dos Padrões, em Sever do Vouga é a mais dinâmica, com a sua área praticamente lotada.

A análise comparativa, entre as acções e as tipologias de espaço planeadas e executadas, comprova que o planeamento do ordenamento territorial nem sempre foi capaz de antecipar a realidade que a paisagem actual evidencia. Este facto é ainda mais evidente no nível de ocupação humana e artificialização do espaço concelhio. A tendência de dispersão urbana, que já se afirmava na altura de elaboração do PDM, manteve-se, levando à propagação da mancha urbana. Esta propagação não afectou a sustentabilidade do espaço natural, que é concordante com a delimitação em PDM. Contudo, as áreas de exploração agrícola, vão sendo gradualmente substituídas na paisagem pela mancha florestal, tendência que quiçá se possa inverter no futuro com o emergente interesse nas novas produções e o actual cenário de retorno ao mundo agrícola.



## CAPÍTULO IV. O DESENVOLVIMENTO

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território, e sobretudo os Planos Directores Municipais de primeira geração, dotaram os intervenientes no processo de gestão do território, de maior conhecimento e sensibilidade relativamente à realidade territorial dos concelhos, às suas potencialidades e limitações. A confrontação dos indicadores paisagísticos de Sever do Vouga com as acções planeadas no momento da elaboração do actual PDM, permitiram alargar o conhecimento da situação do concelho, através de uma análise retrospectiva, que deu a conhecer o porquê das aspirações passadas e a sua influência actual.

No capítulo final da presente dissertação, pretende-se abordar a também derradeira temática proposta para este estudo, referente ao desenvolvimento (sustentável). Anteriormente, o conceito foi caracterizado pelo seu carácter ambíguo, pelo facto de abranger todos os critérios de ordem económica, política, social, cultural e ambiental, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações. No território em estudo, tratando-se de um espaço rural, as estratégias de desenvolvimento merecem maior reflexão.

Neste âmbito, as políticas europeias têm sido fundamentais na afirmação de espaços socioeconomicamente desfavorecidos. A entrada de Portugal na Comunidade Europeia constituiu um virar de página na história do mundo rural, ao oferecer novas oportunidades a locais que se encontravam em diferentes níveis de declínio. As fases do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, e mais recentemente o FEADER, foram fundamentais na revitalização económica, social, cultural e identitária do rural, pelo tipo de abordagem mais descentralizada e concentrada em acções locais para problemas locais, como já foi possível evidenciar no ponto 2.1.1, do CAPÍTULO II, da PARTE I.

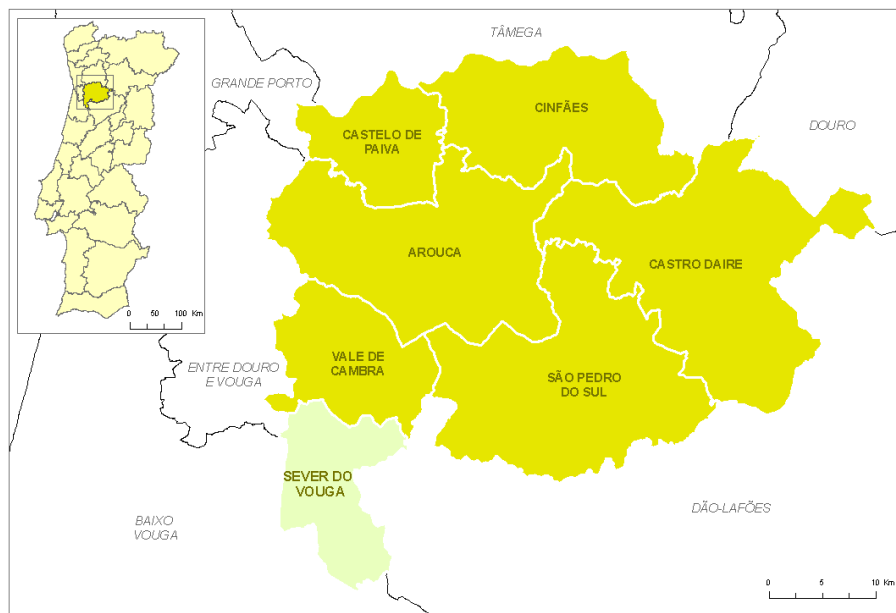
Reconhecendo já onde assentam as potencialidades endógenas e onde se situam os possíveis obstáculos que o território em estudo enfrenta, pretende-se, neste ponto do trabalho, analisar o impacto do programa LEADER, nas suas três fases concluídas, e do PRODER, no âmbito de FEADER. O objectivo específico desta análise assenta na importância em saber em que medida o território beneficiou/beneficia dos programas europeus de desenvolvimento rural, qual o seu impacto na imagem paisagística do concelho e qual a sustentabilidade das acções implementadas.

Por fim, com base em todos os aspectos constatados, expõe-se um possível caminho a seguir. Para isso, sugerem-se estratégias que poderão ser consideradas no futuro processo de planeamento local, não descartando a contextualização do concelho de Sever do Vouga no cenário do desenvolvimento sub-regional e regional.

## 1. Desenvolvimento rural em Sever do Vouga: as políticas LEADER e PRODER

A implementação das políticas europeias de desenvolvimento rural, ao nível local, alcançou o seu sucesso em grande parte devido ao enorme esforço associativo, protagonizado por diversas associações de desenvolvimento local (ADL). Estas entidades surgiram por todo o país, com o intuito de valorizar os recursos locais e promover acções de desenvolvimento do potencial endógeno de cada região, incentivando a participação de parceiros locais. Mais que o desenvolvimento voltado para si mesmo, as ADL valorizam a troca de informações e experiências através do inovador funcionamento em rede, promovido pela ANIMAR (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local). A ligação entre as diferentes associações existentes no território nacional demonstrou a sua importância em vários aspectos, designadamente, na difusão do desenvolvimento local dos meios rurais, na implementação das políticas europeias, na promoção de formações e eventos de divulgação e na representação dos interesses dos actores locais<sup>17</sup>.

Sever do Vouga encontra-se inserido no grupo de sete concelhos que formam a área geográfica de intervenção da ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira (Figura 39).



Fonte: IGP, 2010

Figura 39 – Área geográfica de intervenção da ADRIMAG.

A formação da ADRIMAG (1991) partiu do culminar da necessidade de agregar as várias acções que se vinham a realizar, há já algum tempo, na área onde intervém

<sup>17</sup> <http://www.animar-dl.pt/>

(ANIMAR, 2003). A Associação, constituída por parceiros locais públicos e privados, integra territórios que por partilharem características semelhantes, exigem políticas de desenvolvimento também semelhantes. A melhoria das condições de vida, o reforço da diversificação económica e a preservação do meio ambiente, constam nos objectivos estratégicos estabelecidos pela ADRIMAG<sup>18</sup> para o desenvolvimento sustentado do território que engloba.

A Figura 40, representa a distribuição geográfica das medidas adoptadas no âmbito dos programas LEADER e PRODER, em que os cartogramas referem-se ao total de projectos aprovados e/ou concluídos para cada uma das medidas consideradas. O gráfico 7 demonstra o peso do investimento total, por concelho, para cada programa e respectivas medidas. No caso das três fases do PIC LEADER, os dados utilizados tratam-se de projectos cujas candidaturas foram realizadas por intermédio da ADRIMAG. Os dados do PRODER<sup>19</sup> referem-se a todos projectos aprovados dentro da área territorial abrangida, correspondentes aos últimos três anos (2008-2010).

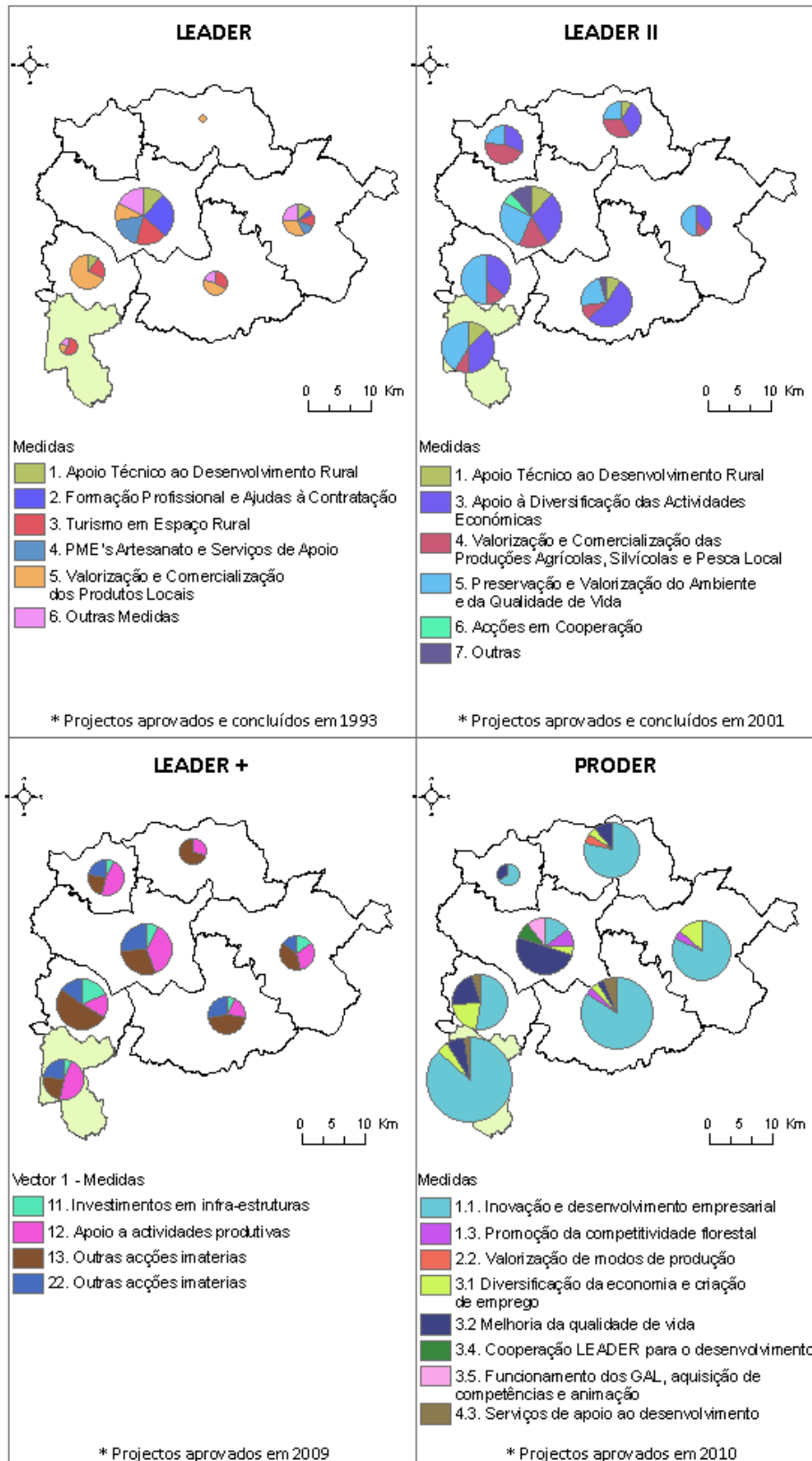
O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER produziu impactos no território desde a primeira fase de implementação. Tratando-se de uma metodologia inovadora, a versão inicial do programa funcionou numa base ainda a título experimental. Não obstante, contabilizou-se um total de 106 projectos concluídos. Nesta primeira versão, as iniciativas verteram, com maior expressão, para a valorização e comercialização de produtos locais (27%) e para o turismo em espaço rural (20%), tendo esta última concentrado cerca de 40% do investimento total. A grande maioria das iniciativas concentraram-se em Arouca na medida de formação profissional e ajudas à contratação. Este facto, justifica-se com a localização da ADRIMAG no concelho, local onde ocorrem grande parte das formações e acompanhamento dados aos agentes e beneficiários dos projectos. Em Sever do Vouga o número de iniciativas foi ainda muito reduzida, contabilizando-se apenas 5 projectos, três dos quais relacionados com o turismo.

Os impactos satisfatórios do LEADER I, justificaram o alcance dos resultados verificados na segunda fase. A maior consolidação da metodologia, obtida com a experiência decorrente de acções anteriormente implantadas, produziu mais interesse no investimento local. Apesar de Arouca continuar a ser o território que mais beneficiou com o LEADER, o número de iniciativas aumentou nos restantes concelhos, totalizando mais 28% de projectos, relativamente à fase anterior. No caso de Sever do Vouga o interesse cresceu significativamente, passando a ser o segundo concelho com mais acções implementadas (total de 24). Na generalidade da área de intervenção, assim como no caso particular de estudo, as medidas 3 e 5 (Figura 40 e Gráfico 6) foram alvo de maior quantidade de projectos e de investimento (68% de projectos e

---

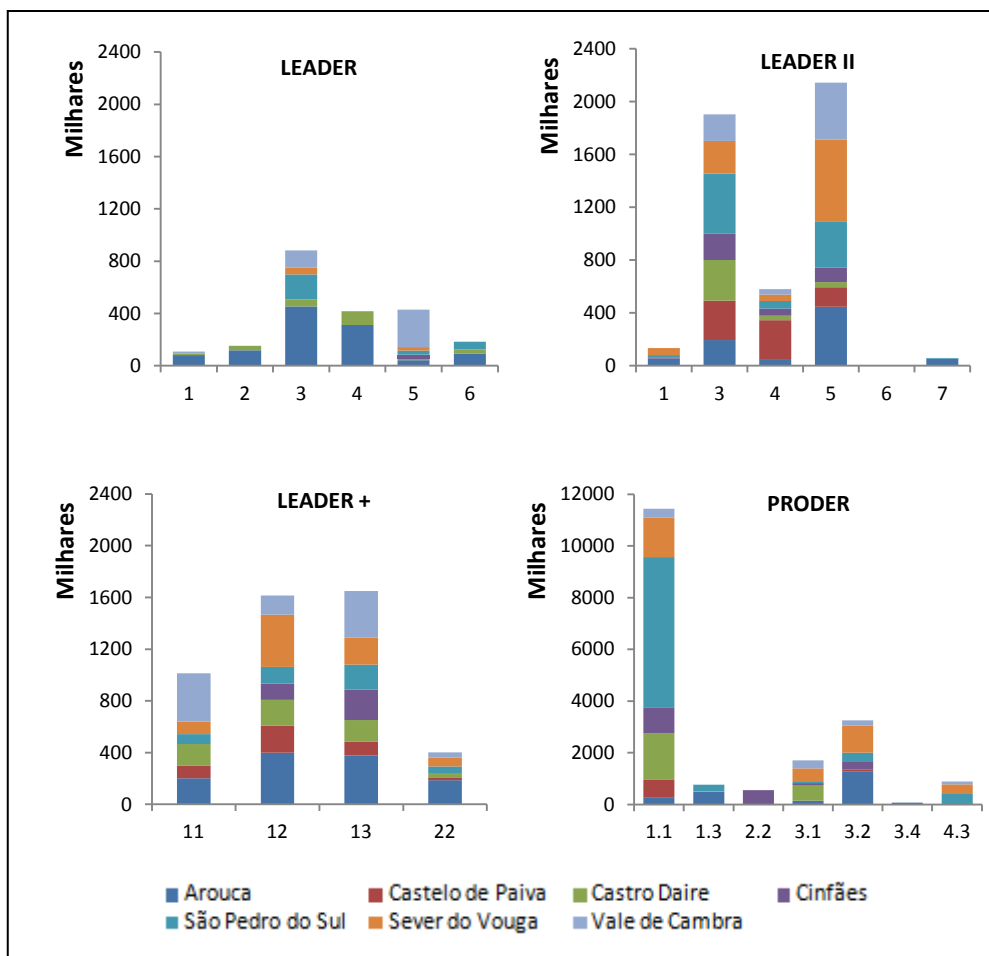
<sup>18</sup> <http://www.adrimag.com.pt>

<sup>19</sup> <http://www.proder.pt>



Fontes: ADRIMAG e PRODER

Figura 40 – Total de projectos apresentados no âmbito dos programas LEADER e PRODER, na área geográfica de intervenção da ADRIMAG.



Fontes: ADRIMAG E PRODER

Gráfico 6 – Investimento total dos projectos por medida, dos programas LEADER e PRODER, na área geográfica de intervenção da ADRIMAG.

81% de valor investido). Este aspecto demonstra o crescente esforço local, colocado na dinamização económica dos territórios e na melhoria das condições de vida nos meios rurais. Os impactos do LEADER II, foram assim muito mais relevantes do que tinha sido a experiência inicial, e ainda mais do que viria a ser o LEADER+.

A última fase do programa, surge como o culminar de um trajecto bem sucedido, iniciado cerca de 10 anos antes. As estratégias apresentavam um outro nível de maturidade, que preconizava ainda mais a sustentabilidade duradoura das acções a executar. Não obstante, na zona ADRIMAG, a quantidade de iniciativas diminuiu 18% relativamente à fase anterior. As medidas 1.2 e 1.3 do vector 1, concentraram aproximadamente 70% de incitativas e do investimento total contabilizado (Figura 40 e Gráfico 6). Estas acções centraram-se em estratégias de desenvolvimento rural, vocacionadas para o apoio às actividades produtivas e para a promoção de acções imateriais. Cerca de 44% das iniciativas aprovadas localizaram-se nos territórios de Arouca e Vale de Cambra. Sever do Vouga também sofre a diminuição registada em

número de projectos lançados, passando de 24 acções implementadas no LEADER II a 17 projectos aprovados na última fase do programa, 8 dos quais no apoio à produção.

Efectuado o balanço das várias fases do PIC LEADER, concluiu-se que os impactos territoriais foram positivos, sobretudo pela contribuição que teve no aumento da participação local no processo de desenvolvimento das estruturas socioeconómicas. Contudo, denota-se igualmente que estas acções não foram suficientes para atenuar os desequilíbrios territoriais característicos da condição rural e que seria necessário existir uma continuidade das políticas europeias de desenvolvimento rural. O PRODER, actualmente vigente, surge como forma de colmatar esta necessidade. Tratando-se de um programa que abrange todas as vertentes relacionadas com o desenvolvimento rural, agrupa todas as políticas vocacionadas neste sentido, incluindo a abordagem LEADER. Neste sentido, abrange também um maior leque de investidores e de projectos.

Os dados que existem até à data, sendo muito recentes, apenas informam acerca dos projectos aprovados, muitos dos quais estarão apenas em fase inicial de execução. Não obstante, as intenções de investimento permitem desde já prever o impacto positivo das medidas do PRODER na mesma área geográfica de intervenção do LEADER. As acções projectadas vertem maioritariamente para a inovação e o desenvolvimento empresarial. Esta medida totaliza 73% das iniciativas e 56% do investimento total efectuado. Verifica-se ainda que, dos 160 projectos aprovados até 2010, 28% dizem respeito a Sever do Vouga, praticamente todos respeitantes à medida 1.1 (Figura 40).

O trajecto de implementação de acções, no âmbito do LEADER e do PRODER, demonstram que, na área de intervenção analisada, os actores locais têm demonstrado interesse na dinamização e valorização territorial. O investimento efectuado recai sobretudo na valorização dos produtos endógenos e na diversificação da estrutura económica. No caso de Sever do Vouga constata-se que, no âmbito do LEADER, as intervenções verteram maioritariamente para a promoção do turismo e dos lazeres, tanto de forma directa como indirectamente. Este efeito denota-se, directamente, na natureza dos projectos aprovados (ADRIMAG), onde surgem: os parques de merendas, os miradouros, os percursos pedestres, restaurantes típicos, os eventos gastronómicos e a divulgação (brochuras temáticas). O investimento no artesanato, relacionado com a doçaria, o calçado em couro, os trabalhos em madeira, e a criação da casa do artesão, associado à valorização dos produtos endógenos, encaixa-se no interesse em recuperar saberes-fazeres como valores patrimoniais, medidas estas que também se projectam na promoção turística do território. Com este mesmo intuito, existe ainda uma pequena percentagem de intervenções relacionadas com a recuperação de património edificado, como é o caso da valorização da Ponte do Poço de S. Tiago.

Esta observação é demonstrativa da importância que os programas de desenvolvimento rural tiveram na valorização de alguns dos recursos patrimoniais identificados previamente na análise da paisagem concelhia. Este facto comprova o impacto paisagístico do PIC LEADER, revelando maioritariamente a opção por medidas que possam ter continuidade no território.

No caso dos dados mais recentes das medidas PRODER, não sendo possível aceder à descrição dos projectos, denota-se, no entanto, a crescente importância das intenções de promoção do tecido económico e empresarial, sobretudo no que respeita às acções de instalação de jovens agricultores e de modernização e capacitação de empresas, inseridas nas medidas 1.1 (Figura 40 e Gráfico 6). Esta observação demonstra o interesse comercial na actividade agrícola, ao invés da economia de subsistência predominante. Importa reiterar a importância da introdução do mirtilo que, pelo facto de ser uma cultura rentável, atrai o investimento.

Ao contrário do que sucedeu com o PIC LEADER, os projectos relacionados directamente com o desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer diminuíram (medida 3.1 - Figura 40 e Gráfico 6). Este facto é indicativo da necessidade em apostar em outros sectores económicos, procurando tirar vantagem das várias potencialidades territoriais.

## **2. Estratégias para Sever do Vouga: planear o desenvolvimento rural**

As estratégias de desenvolvimento rural a seguir em Sever do Vouga, deverão ser apoiadas por um processo de planeamento territorial e aplicação de políticas que privilegiem a interpretação da paisagem no reconhecimento das potencialidades endógenas, tendo em consideração a visibilidade do território no panorama regional. Pretende-se com esta proposta prestar um contributo que permita encarar o desenvolvimento numa perspectiva mais holística, ou seja, “políticas e intervenções territorializadas (...) perspectivando a criação de sinergias entre sectores, a articulação entre o social, o cultural, o económico e o ambiental, e as ligações local-global” (CRISTÓVÃO, 1999, p. 4).

Algumas das estratégias apresentadas, vão de encontro aos pressupostos designados no PDM actualmente em vigor, centrados na dinamização da estrutura económica, na criação de condições para a fixação da população e na melhoria da qualidade dos bens e serviços proporcionados à população. Contudo, são encaradas tendo em conta a contextualização actual do território.

Ao longo das análises efectuadas, foi possível reunir uma série de elementos capazes de fornecer a informação necessária a considerar em futuras estratégias de desenvolvimento. As orientações que se pretendem propor apoiam-se no conjunto de aspectos que caracterizam o território, representados numa matriz de análise SWOT. A opção pela utilização deste método, ao confrontar potencialidades/entraves e

oportunidades/ameaças, facilitou a sintetização do cenário territorial e, por conseguinte, a definição de estratégias de desenvolvimento.

A matriz representada na Figura 41 reitera a existência de dualidades, ou seja, características que simultaneamente constituem potencialidades e estrangulamentos. Este facto, remete de imediato para a necessidade de não se poder encarar estes elementos de forma estática, mas tendo sempre presente cada um deles como constituinte de um conjunto maior.

POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização geográfica</li> <li>- Espaço/ recursos naturais (Rede Natura 2000)</li> <li>- Património e valores identitários</li> <li>- Estrutura agrária (cultura do mirtilo)</li> <li>- Indústria metalomecânica (energias renováveis)</li> <li>- Recursos humanos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relevo</li> <li>- Acessos condicionados pela morfologia do terreno</li> <li>- Rede de transportes públicos insuficiente</li> <li>- Envelhecimento e despovoamento</li> <li>- Ocupação urbana dispersa</li> <li>- Diminuição da floresta autóctone</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserção na Sub-Região do Baixo Vouga</li> <li>- Procura do mercado pelos mirtilos e exclusividade da produção nacional</li> <li>- Emergente procura pelo turismo rural</li> <li>- Aumento do mercado das energias renováveis</li> <li>- Apoio financeiro dos programas de desenvolvimento rural</li> <li>- Associativismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização geográfica</li> <li>- Atractividade dos territórios vizinhos</li> <li>- Turismo sazonal</li> <li>- Pouca atractividade para a instalação empresarial</li> <li>- Conjuntura de crise económica</li> <li>- Dificuldade em fixar população jovem/activa</li> <li>- Incêndios florestais</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Figura 41 – Análise SWOT do território de Sever do Vouga.

A situação geográfica de Sever do Vouga é considerada como uma das principais vantagens do território. Inserido na dinâmica Sub-Região do Baixo Vouga e colocado na proximidade de importantes pólos urbanos e eixos viários estruturantes, beneficia simultaneamente, da tranquilidade e qualidade de vida de espaço rural. Numa outra perspectiva, verifica-se que a localização de que o território beneficia constitui igualmente um factor de ameaça por facilitar a saída da população para se fixar em territórios vizinhos mais atractivos.

O relevo acidentado também sustenta esta dualidade. Por um lado, é um forte entrave à infra-estruturação territorial, condicionando as acessibilidades e ameaçando a expansão empresarial do concelho. Por outro lado, a paisagem acidentada, proporciona particularidades naturais que tornam o território atractivo para o desenvolvimento de diversas actividades. O relevo deverá, por isso, ser encarado como um importante elemento no planeamento territorial, não apenas no sentido de ser condicionante, mas tirando partido das potencialidades, nomeadamente ao nível das



áreas preferenciais da realocização da ocupação urbana, em vertentes mais soalheiras e áreas aplanadas.

A paisagem considerada como tendencialmente imutável foi caracterizada pela predominância de três aspectos: a floresta, o relevo e a hidrografia. Anteriormente, foram enumeradas as várias formas que existem de aproveitamento das particularidades naturais proporcionadas pela conjugação destes elementos. Não obstante, o aproveitamento do espaço natural tem ainda bastantes opções que poderão ser exploradas, no sentido de aumentar a qualidade ambiental do território e despertar o interesse de quem procura o bem-estar característico do meio rural.

A importância da rede hidrográfica será majorada com a futura zona de albufeira do aproveitamento hidro-eléctrico de Ribeiradio-Ermida, actualmente em fase de construção no Rio Vouga (Couto de Esteves). A barragem irá contribuir para a alteração do curso de água e desenvolvimento de um novo ecossistema, que introduzirá bastantes alterações na paisagem natural da área afectada (Figura 42). À semelhança do que aconteceu em outros locais, a criação de uma zona de albufeira poderá ser rentabilizada como factor de promoção de turismo e de lazer, nomeadamente com actividades aquáticas. A paisagem natural pode ainda ser mais valorizada com o incremento de percursos e actividades, aliados à interpretação e sensibilização ambiental, nomeadamente tirando proveito da classificação do Rio Vouga na Rede Natura 2000.



Fonte: Autora, 2010

Figura 42 – Paisagem natural em mudança  
(Rio Vouga, lugar do Rôdo em Couto de Esteves).

As áreas naturais enfrentam outros desafios. A mancha florestal constitui um importante habitat e um recurso estratégico na promoção das actividades de lazer. A sua sustentabilidade é, no entanto, colocada em causa devido à expansão das espécies de rápido crescimento e à diminuição da vegetação autóctone, o que incrementa a ameaça de risco de incêndio. Por estes motivos, a floresta constitui um foco de especial intervenção em termos de planeamento, no âmbito do qual, deverão ser criados mais incentivos e sensibilização à limpeza de matos e controlo no aumento das

espécies de rápido crescimento, que contribuem para a degradação da paisagem natural autóctone e da qualidade ambiental.

O património cultural, pelo importante desempenho na formação da memória colectiva, constitui um valor intemporal. Todos os valores herdados do passado que, pelas suas características naturais, histórico-arquitetónicas, sociais e culturais são identificativos do lugar, devem ser valorizados como recursos paisagísticos preservadores da identidade sociocultural do território severense. Os valores patrimoniais não se tratam somente dos monumentos naturais e humanos identificados, devem também ser considerados todos os elementos que caracterizam o modo de vida rural severense (ponto 1, CAPÍTULO I, PARTE II), nomeadamente os aglomerados tradicionais, os modos de vivência comunitária, o artesanato, as festividades, a gastronomia, tudo o que no seu conjunto faz parte da identidade local e é passível de potencializar o desenvolvimento endógeno e garantir a qualidade de vida presente e futura. O surgimento do futuro *Centro Museológico e Interpretativo*, será um importante passo neste sentido, pela recolha, estudo e exposição do percurso e elementos históricos que contribuíram para o desenvolvimento do território e para a formação da identidade local.

Para além dos elementos patrimoniais anteriormente descritos, existem outras referências que seriam pertinentes explorar, no sentido da recuperação e valorização. Os postos de leite (Figura 43 e Figura 44), que se encontram em alguns locais do concelho, são um importante elemento identitário, recordando a outrora importante produção de leite e criação de gado bovino, assim como a importância do cooperativismo na história do concelho. As cooperativas e associações foram e continuam a ser importantes interlocutores e orientadores dos interesses dos produtores locais e o seu papel não pode ser dissociado do desenvolvimento rural. Releva-se ainda a possibilidade de atribuir maior ênfase aos moinhos de água. Dando seguimento ao estudo já efectuado, a criação de roteiros em torno destes elementos poderia enriquecer ainda mais a oferta concelhia.



Fonte: Autora, 2011



Fonte: Autora, 2011

Figura 43 – Posto de desnatação (Rocas do Vouga). Figura 44 – Identificação do posto de desnatação.

A multifuncionalidade do território é essencial para o desenvolvimento da sua estrutura socioeconómica. Na análise das actividades económicas verificou-se que a diversidade funcional se encontra bem presente, em muito devido ao contributo dos programas de desenvolvimento rural. Para que se mantenha este caminho, essencial para a dinamização do mundo rural, é necessário incrementar incentivos, apoio e informação a potenciais investidores, valorizando as actividades que sejam promotoras de desenvolvimento a longo prazo. Por outro lado, as acções de desenvolvimento territorial deverão considerar os entraves que a multifuncionalidade enfrenta. A saída da faixa etária mais jovem e em idade activa é uma dos principais, senão a principal, ameaça que se coloca ao desenvolvimento rural. Como se referiu anteriormente, a localização geográfica de Sever do Vouga, a curta distância a outros centros urbanos de maior dimensão, atribui-lhe um carácter periurbano que não se afigura suficiente para impedir a saída da população. Por sua vez, a falta de activos condiciona fortemente o desenvolvimento das actividades económicas. Os esforços de fixação da população tem sido um dos objectivos de toda a política de planeamento, apesar de as estatísticas demonstrarem os efeitos contrários. Actualmente, face ao grave contexto de crise económica, que afecta fortemente o mercado de trabalho, coloca-se a dúvida se a fuga/permanência para/nas cidades compensa e parece emergir uma nova vontade de retorno às origens, ao rural agrário. Neste campo, emerge igualmente uma nova oportunidade para o mundo rural, que deverá investir nesta ideologia através da valorização e promoção da qualidade de vida rural e criando oportunidades de fixação.



Fonte: Autora, 2011

Figura 45 – Condicionante morfológica nas áreas industriais  
(Zona Industrial de Cedrim).

A morfologia do terreno foi já apontada como condicionante à expansão industrial (Figura 45). Não obstante, a proximidade à A25 e a especialização no sector metalomecânico constituem fortes potencialidades, visíveis na existência do importante núcleo de produção de equipamentos de energias renováveis (torres eólicas – A. SILVA MATOS). O eixo estruturante previsto do IC 35 poderá ser uma

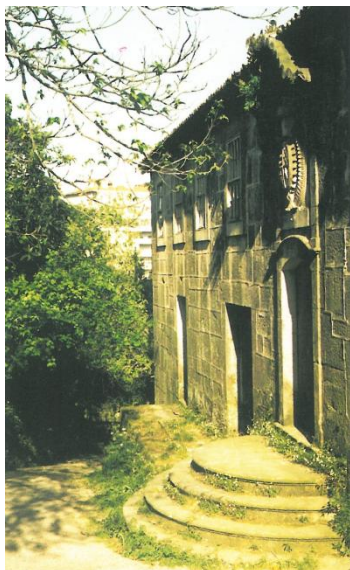
solução para este problema e um elemento despoletador da economia local, tornando ainda mais premente insistir nos benefícios da sua construção.

Aos difíceis acessos, dificultados pelas condicionantes morfológicas do terreno, acresce a fraca cobertura na rede de transportes públicos, dentro e para fora do concelho. Recentemente, o Município criou uma nova rede de transportes públicos (SEVERiN) intra-concelhia e inter-concelhia, com Albergaria-a-Velha e Aveiro. Esta iniciativa demonstra o interesse em melhorar a oferta concelhia em termos de mobilidade sustentável.

O envelhecimento populacional, encarado como uma condicionante ao desenvolvimento por significar a diminuição da camada de população mais jovem e activa, deve ser encarado simultaneamente pelos aspectos positivos que detém. O aumento da esperança média de vida alterou a nossa sociedade, que não se encontrava preparada para lidar com a elevada percentagem de indivíduos idosos. Neste campo, há ainda um longo caminho a percorrer, que deve iniciar-se pelo entendimento das mais-valias que a população envelhecida pode proporcionar. A preservação da paisagem agrária é talvez o exemplo mais nítido. Note-se que a freguesia mais envelhecida (Couto de Esteves) é precisamente a que melhor relação mantém com a agricultura. Sendo a estrutura agrária importante na sustentabilidade paisagística rural e na subsistência das economias familiares pluriactivas, o papel do idoso na agricultura deve ser valorizado como uma potencialidade para o desenvolvimento. Esta valorização deve ainda passar pela promoção da intergeracionalidade, relacionada com a transmissão de saberes-fazer e tradições, como futura estratégia social do mundo rural.

A agricultura, apesar de não ser a actividade dominante e existir maioritariamente em regime de pluriactividade, deve ser mais valorizada, sobretudo ao nível da recente produção do mirtilo, mas também incentivando outros nichos de mercado, como por exemplo, o dos produtos com certificação de qualidade (biológicos). Como referem SANTOS e CUNHA (2007), a sua importância está para além do interesse económico, sendo também “criadora de paisagens que nos atraem e constituem a forma de suporte organizacional” (p. 2). A criação de incentivos a jovens agricultores, deve ser tida em conta como dupla medida, como forma de fixar indivíduos activos e como forma de preservar o rural agrícola.

Ainda no domínio da multifuncionalidade, é essencial apontar o forte potencial para a prática das actividades de turismo e de lazer que já se revelam no território. Actualmente, é quase impossível dissociar o rural destas actividades. Neste âmbito, há ainda melhorias a traçar, nomeadamente na oferta de equipamentos (exemplo de investimento na oferta de alojamentos: Figura 46 e Figura 47) e infra-estruturas de apoio, que informem e incentivem a permanência de visitantes, e no incentivo às visitas fora dos habituais períodos de férias, de forma a atenuar a sazonalidade que se verifica no sector.



Fonte: RAMOS, 1998



Fonte: Autora, 2011

Figura 46 –Casa da Aldeia (Sever do Vouga), antes das obras de recuperação.

Figura 47 –Casa da Aldeia, após as obras de recuperação.

O PROVERE “Montemuro, Arada e Gralheira”, liderado pela ADRIMAG, centrou-se precisamente no sector turístico como motor de valorização endógena dos territórios de baixa densidade que agrega. A Estratégia de Eficiência Colectiva incide na promoção do Turismo de Natureza, associado a outros valores culturais, nomeadamente, histórico-arquitectónicos, gastronómicos, artesanato, produtos e tradições locais (GONÇALVES, 2011). Um dos projectos já desenvolvidos, neste âmbito, é a criação de um magazine trimestral de informação e divulgação da área geográfica de intervenção da ADRIMAG. Esta publicação orientada para as temáticas do turismo, ambiente, cultura e projectos, constitui uma mais-valia no papel de divulgação territorial aos vários grupos de interesse.

No que concerne à ocupação humana do território, a dispersão é um problema e um entrave. Tanto porque consome o território e o espaço natural, como por obrigar à expansão das infra-estruturas, com elevadas implicações financeiras. Este entrave, já identificado nos pressupostos do PDM em vigor, coloca em causa a sustentabilidade ambiental dos recursos territoriais. Contudo, estando este tipo de povoamento muito vincado na Beira Litoral, é um problema difícil de contornar. Igualmente problemático é a aplicação de restrições à edificação em meio rural, onde as intenções de permanência humana já escasseiam. Neste campo, a auscultação e o planeamento participativo assumem grande importância devendo ser consideradas as intenções da população nas projecções territoriais. Deste modo, o processo de discussão pública dos instrumentos de planeamento territorial deveria acontecer desde o momento inicial da sua elaboração e não apenas na fase final do processo, como se encontra instituído actualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito apresentar uma reflexão sobre o mundo rural, na qual se procurou obter respostas a uma questão primordial: que estratégias são necessárias aplicar nos territórios rurais de hoje, para promover desenvolvimento no futuro. Pretendia-se que a metodologia apoiada numa análise das vertentes paisagem, planeamento e desenvolvimento, pudesse contribuir para obter novas perspectivas sobre a análise dos territórios rurais e a definição de estratégias.

Reconhecendo a dualidade territorial do concelho de Sever do Vouga, como ponto de partida do estudo, foi possível comprovar ao longo da análise da paisagem, que se evidenciam um conjunto de aspectos reveladores da convivência de dualidades no mesmo espaço concelhio. Por um lado, Sever do Vouga beneficia dos privilégios do posicionamento geográfico, que lhe atribui maiores oportunidades de dinamização territorial, por outro lado, enfrenta os obstáculos típicos da condição de espaço marcadamente rural.

O método de análise da paisagem, permitiu efectuar um diagnóstico territorial abordando as três características focadas por SANTOS, M. (2000): paisagem integradora, paisagem herdada e paisagem mutável.

A análise integrada da paisagem, considerou o estudo de cada indicador territorial individualmente, e como parte constituinte de um todo. À semelhança dos resultados apresentados no trabalho efectuado para a DGOTDU (2004), o estudo do caso de Sever do Vouga permitiu obter uma sistematização territorial. Por sua vez, possibilitou identificar as dinâmicas territoriais e reconhecer potencialidades e constrangimentos, não só internamente, mas também contextualizando a integração do concelho no panorama sub-regional. A paisagem herdada, resultando do reflexo das acções passadas na construção do espaço geográfico, permitiu compreender os contextos sociais e as motivações que originaram a realidade observável no momento presente. A análise da paisagem herdada possibilitou ainda reconhecer os valores territoriais identitários associados ao património natural e cultural. A paisagem mutável revelou o carácter dinâmico dos elementos analisados, demonstrando que o território rural de Sever do Vouga se encontra em constante alteração, apesar das mutações ocorrerem de forma gradual.

Os indicadores paisagísticos permitiram verificar que, quer na interpretação dos elementos cartografados, quer do ponto de vista do observador, sobressai o património natural, composto pelo relevo acidentado, pela densidade hidrográfica e pelo domínio do coberto florestal. O Rio Vouga assume uma forte presença a vários níveis, geomorfológico, biofísico e identitário. Considerado *Ex-Libris* do concelho, a sua importância ultrapassa os limites concelhios e estende-se a toda a Sub-Região, sendo, conjuntamente com a “Ria de Aveiro” o elemento unificador do território do Baixo Vouga. O património histórico-cultural é marcado pela riqueza em elementos



herdados de vários períodos históricos, destacando-se, contudo aqueles que mais valor detêm na definição da identidade territorial, nomeadamente, as Minas do Braçal, o percurso da ex-linha do Vouga (Ponte do Poço de S. Tiago e Estação de Paradela) e as aldeias típicas, como é o caso da dos Amiais. Evidencia-se ainda o esforço depositado em acções de patrimonialização e territorialização, como é exemplo a introdução do mirtilo numa dupla vertente: como valor concelhio e tradicional e como dinamizador e sustentador da economia agrária local. Este facto comprova que a paisagem património é também paisagem mutável por se encontrar em permanente construção.

A paisagem referenciada como activa, correspondente aos elementos territoriais que atribuem maior dinamismo ao território, comprova a confrontação de situações territoriais distintas. Neste campo, o estudo evolutivo dos padrões demográficos constituiu uma análise de extrema importância, por permitir interpretar a estrutura territorial decorrente das acções homem-meio.

A análise da paisagem activa evidenciou a relevância do lugar central de Sever do Vouga, como pólo de atracção de pessoas e actividades e onde predomina o modo de vida urbano. Esta freguesia, apresenta-se como o único caso concelhio com uma dinâmica demográfica positiva, contrária à tendência de diminuição e envelhecimento da população que prepondera no restante território. Em situação oposta, encontra-se a freguesia de Couto de Esteves, onde a interioridade típica do rural profundo se encontra bem presente. Sofrendo de maior isolamento, incrementado pela dificuldade nos acessos, é o caso mais problemático em termos de risco de despovoamento. Verifica-se ainda, que no caso de Couto de Esteves, o envelhecimento da população é proporcional à importância da agricultura, sendo a freguesia onde a estrutura agrária se encontra mais bem preservada.

A análise das actividades económicas permitiu demonstrar a multifuncionalidade da paisagem rural severense. Neste âmbito, destacam-se três aspectos: a relevância do sector secundário como principal empregador, a relevância do sector terciário no que respeita à maior quantidade de empresas sediadas no concelho e a relevância do sector primário em área territorial ocupada.

Sever do Vouga enquadra-se na tendência da Sub-Região do Baixo Vouga, onde a tradição industrial permanece muito vincada e constitui um dos mais importantes motores de desenvolvimento económico. No caso de Sever do Vouga, ao contrário do que sucedeu em outros meios rurais (periurbanos), as principais indústrias concelhias (metalomecânicas) não surgiram a partir da relocalização das unidades de produção, mas sim a partir de iniciativas locais, o que acresce a importância da dinâmica industrial.

O sector de actividade primário é o menos relevante para a economia concelhia, no entanto, destaca-se pela importância que tem nas economias familiares onde se pratica a pluriactividade, relacionado com a agricultura de subsistência e a produção

silvícola. Neste campo, a introdução do mirtilo foi fundamental no retorno das atenções para a função agrícola.

As actividades terciárias surgem com maior expressão no núcleo central de Sever do Vouga, procurando colmatar necessidades locais em termos de comércio e de serviços. À semelhança do que sucede no mundo rural em geral, existe uma grande predisposição para as práticas turísticas associadas à forte componente de espaço natural que o território dispõe. Verifica-se uma concentração de alojamentos locais em Couto de Esteves, onde a paisagem se encontra menos humanizada, e o desenvolvimento de algumas actividades, sobretudo relacionadas com o turismo de natureza.

A multifuncionalidade rural, existente em Sever do Vouga, é simultaneamente impulsionada e ameaçada pela rede de acessibilidades. Verificou-se que o concelho beneficia da proximidade a alguns dos principais eixos viários estruturantes regionais e nacionais, como é o caso das auto-estradas A 25 e A 1. Esta importância reflecte-se em termos de relações com os principais pólos urbanos, através do incremento da circulação de pessoas, bens e serviços, e da capacidade de gerar condições para o investimento (interno ou externo). Contudo, a debilidade da rede de acessos concelhia, devido aos condicionalismos naturais, constitui um entrave à mobilidade e, por conseguinte, ao aumento do dinamismo da estrutura económica.

A ocupação humana da paisagem revela igualmente discordâncias, que variam entre a dispersão territorial, fenómeno mais recente favorecido pelos eixos viários, e os aglomerados rurais, herdados de um tipo de povoamento mais antigo. Estas diferenças são mais notórias entre a margem Norte do Vouga, onde predomina a primeira situação, e a margem Sul, menos povoada.

A análise evolutiva da ocupação e usos do solo, funcionou como elemento sintetizador dos principais componentes da análise da paisagem. Este indicador comprovou algumas das tendências já referidas em termos de dinâmicas da ocupação e transformação dos quatro principais componentes do espaço geográfico, o agrícola, o florestal, o urbano e o industrial (incluindo comércio e equipamentos), que se resumem aos seguintes aspectos: o aumento da mancha florestal, a tendência para a diminuição da superfície cultivada, a dispersão em termos de ocupação urbana e a relevância da indústria.

A questão da divisão da análise da paisagem, considerando a existência de um carácter tendencialmente imutável, implicava algumas contradições, tendo sido salvaguardado, desde o início que não se pretendia colocar em causa a paisagem mutável característica do espaço geográfico. A análise dos indicadores conclui precisamente a não existência de imutabilidades, tendo em conta as alterações verificadas, tanto no património natural, ao nível da modificação do coberto vegetal, como no património cultural, como é exemplificativo a introdução do mirtilo na paisagem e a sua adopção como valor patrimonial. Não contrariando estes factos,



reitera-se a ideia inicial referente à necessidade de diferenciar estes elementos na construção e preservação da identidade territorial, agindo, para isso, no sentido da sua inalterabilidade em termos de importância paisagística e territorial. É esta imutabilidade que se pretende evidenciar, por ser a marca de uma herança que é reconhecida enquanto símbolo público e também valorizada no campo afectivo (TUAN, 1996).

Perante as conclusões retiradas da análise da paisagem é possível categorizar o tipo de espaço rural existente em Sever do Vouga. De acordo com os grupos definidos por CAVACO (1996), o caso de estudo enquadra-se predominantemente nos espaços intermédios, por estabelecer a ponte de ligação entre os territórios rurbanos e o rural profundo. No caso dos quatro níveis de rural definidos por REIS (2003), Sever do Vouga situa-se entre o segundo e o terceiro nível, ou seja, entre o espaço rural com presença significativa da indústria e dos serviços e entre o rural onde a actividade agrícola assume alguma relevância. No entanto, é importante relevar que esta diferenciação rural-rural se encontra dentro do próprio concelho, não podendo o território ser encarado todo ele de igual forma.

A delineação do diagnóstico territorial de Sever do Vouga, proporcionado pela análise da paisagem, forneceu as bases de conhecimento necessárias para interpretar as orientações estratégicas seguidas no âmbito do planeamento e desenvolvimento territorial. Neste âmbito, efectuaram-se dois tipos de avaliação de implementação de medidas e acções de desenvolvimento rural. O estudo do planeamento territorial, através da análise dos planos em vigor, permitiu avaliar a adequabilidade e exequibilidade das medidas planeadas à realidade existente no concelho. O estudo das políticas de desenvolvimento rural demonstrou em que medidas e acções se centraram as iniciativas locais de investimento.

O estudo do planeamento de Sever do Vouga permitiu concluir que existiu algum desfasamento entre as acções projectadas no Plano Director Municipal em vigor e a realidade expressa no território. Este desfasamento, ocorreu sobretudo devido à não concretização dos padrões de evolução demográfica projectados, colocando em causa grande parte das opções em termos de ordenamento territorial previsto. Os objectivos estratégicos traçados no PDM adequavam-se à situação territorial existente, procurando valorizar as potencialidades económicas concelhias e melhorar as condições de habitação, infra-estruturas, equipamentos e acessibilidades, com o objectivo de reforçar o bem-estar da população. Todos os objectivos apresentados foram definidos com o intuito de contribuir para a fixação da população. A criação de mais postos de trabalho, no âmbito dos sectores secundário e terciário, procurou encontrar locais com maior aptidão para a instalação industrial, valorizando o acesso aos principais eixos viários e procurou reforçar a centralidade do núcleo urbano da Vila de Sever com o aumento das actividades de comércio e de serviços. A intenção de aumento do espaço urbano foi projectada como incentivo à edificação de novas

habitações e à recuperação do património edificado, assim como para o aumento dos serviços complementares ao uso residencial. Pretendia-se ainda promover o incentivo ao investimento em actividades de turismo e de lazer, tirando proveito das potencialidades territoriais existentes, em termos de património natural e cultural.

Denota-se, contudo, que as acções de planeamento se concentraram bastante na urbanização e na infra-estruturação, em estratégias quase que exclusivamente a curto e médio prazo. A concentração de esforços nestas medidas cria efectivamente bem-estar mas não contribui para gerar riqueza nem desenvolvimento a longo prazo. Verifica-se ainda que o desenvolvimento sustentável não se encontra presente na estratégia definida que, apesar de ressaltar a importância da qualidade ambiental não planeia acções concretas neste âmbito.

A análise dos instrumentos de ordenamento do território, ao nível local, regional e nacional, demonstrou a importância dos planos como ferramentas delineadoras de estratégias de desenvolvimento. Destacam-se pelo importante diagnóstico territorial que realizam, revelando as fragilidades que afectam os territórios e identificando as potencialidades que devem constituir os motores de desenvolvimento em políticas futuras. Não obstante, persistem algumas questões fundamentais que deixam transparecer a ainda existência de um longo caminho a percorrer na evolução do processo de ordenamento do território.

A primeira relação que se pode retirar assenta na necessidade de criar acções de planeamento exequíveis. Como foi possível constatar, é fundamental conhecer o impacto das medidas planeadas para se melhorar a delimitação de acções futuras.

Os instrumentos nacionais e regionais de ordenamento do território definem estratégias específicas para as áreas litorais e para as áreas do interior, ignorando, contudo todo o espaço de transição que se situa entre esta grande dicotomia. Neste campo, verifica-se que as políticas de planeamento centram-se com maior ênfase na determinação de orientações de desenvolvimento territorial, com base em critérios de homogeneidade espacial. Contudo, estes critérios não vão ao encontro do estabelecimento de estratégias que tenham em consideração a enorme diversidade de condições que caracterizam os territórios, diversidade esta que muitas vezes se manifesta ao nível concelhio.

A existência de uma política integradora dos diferentes sectores, promotores de desenvolvimento, é fundamental para atingir os objectivos propostos para o ordenamento territorial. Denota-se no entanto, que permanece a opção pela delimitação de estratégias sectoriais sem uma visão que privilegie a realidade no seu conjunto.

Considerando a ainda curta existência das políticas de ordenamento do território, verifica-se uma necessidade de fomentar uma maior consciencialização da cidadania no que respeita a estas questões, sobretudo no que concerne à sustentabilidade territorial, dada a predominância da cultura de pensamento a curto prazo. Em termos

políticos, as decisões retratam esta mesma linha de pensamento, imposta pela duração dos mandatos que não é concordante com a opção por acções com visibilidade a longo prazo.

A questão do planeamento participativo continua a estar aquém das expectativas, em parte devido à falta de informação e de formação, que impedem a capacidade de qualquer agente participar activamente em processos de decisão. Se o objectivo do planeamento é o ordenamento do território e o desenvolvimento e se com este objectivo o meio a atingir é a melhoria da qualidade de vida das populações, como poderá este processo ser completo sem avaliar e considerar os interesses dos intervenientes e beneficiários?

Num contexto actual, em que se tomou a noção da importância da aplicabilidade do planeamento estratégico e do planeamento participativo, estes surgem como as grandes opções a implementar, no caminho para o desenvolvimento sustentável. As acções a implementar deverão ser pensadas garantindo o acesso a todos às funções territoriais e, considerando as tendências evolutivas dos componentes estruturais do território, privilegiando-se as opções por medidas de planeamento a médio e longo prazo. Desta forma, a delimitação dos PDM's de segunda geração obriga a outras exigências muito mais ponderadas do que há 10 ou 20 anos atrás.

A definição de estratégias de desenvolvimento do espaço rural tem sido uma preocupação manifestada ao nível do espaço europeu. Considerando o objectivo base de sustentação da União Europeia, em criar um espaço socioeconomicamente coeso, os esforços políticos têm-se verificado na criação de vários programas e apoios financeiros orientados para o mundo rural. Neste sentido, não seria possível analisar o desenvolvimento rural de Sever do Vouga sem focar a implementação das políticas europeias no território.

O estudo do desenvolvimento rural foi efectuado com base na análise do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER e no PRODER, por constituírem instrumentos que assentam na valorização do potencial endógeno, através da adopção de acções de desenvolvimento local. O estudo destes programas permitiu analisar em que medidas se centraram os interesses locais de investimento.

Os impactos das acções apoiadas pelo LEADER, e mais recentemente pelo PRODER, foram positivos no desenvolvimento da estrutura socioeconómica do território severense. As iniciativas concentraram-se maioritariamente no reforço do tecido produtivo local e na dinamização económica. Esta propensão é igualmente visível no PRODER, sendo cada vez mais relevantes as intenções de dinamização empresarial no concelho de Sever do Vouga. Existe uma clara demonstração da preocupação local em impulsionar o desenvolvimento económico. Este interesse contribuiu, por sua vez, para aumentar a importância da multifuncionalidade presente no território, tal como foi constatado com a análise da paisagem.

Como já havia sido referenciado por CAVACO (1992), a importância do associativismo na promoção local foi essencial. No caso das Associações de Desenvolvimento Local, é de valorar o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento para territórios que partilham problemáticas e potencialidades semelhantes, encarando o espaço como um todo, sem imposição de limitações administrativas ou de sectorizações. Neste aspecto, Sever do Vouga beneficiou do enquadramento na área geográfica de intervenção da ADRIMAG, que lhe permitiu beneficiar da metodologia LEADER, desde a sua primeira fase e que, mais recentemente, serve como entidade conciliadora de implementação do PROVERE.

Não obstante o sucesso dos programas de desenvolvimento rural, verifica-se a existência de um entrave bastante significativo e que deve ser considerado na implementação de acções futuras. Trata-se da continuidade das acções implementadas, que colocam em causa a própria continuidade do desenvolvimento rural. Esta problemática é desencadeada por vários motivos. No caso português, não existem mecanismos que permitam a implementação a longo prazo das medidas financiadas, logo, quando a manutenção das actividades implica custos elevados para o promotor sucede, muitas das vezes, este não ter capacidade financeira para suportar os gastos. Reconhece-se que muito do sucesso das iniciativas se deve ao elevado valor de financiamento atribuído aos projectos, ultrapassando os 50% do investimento total. Este facto torna difícil de concretizar um dos objectivos cruciais das políticas de apoio ao desenvolvimento rural, que se centra na prossecução das acções de dinamização dos espaços rurais. É ainda importante referir que, perante o agravamento da conjuntura actual de “crise” económica, com implicações na sustentabilidade das actividades, as intenções de investimento são muito mais cautelosas e também mais dependentes de apoios financeiros, tornando o espaço rural mais dependente de ajudas exteriores para salvaguardar a sua sustentabilidade económica.

Em suma, verificou-se que a visão estratégica para os espaços rurais assenta fortemente na potencialização das actividades relacionadas com o turismo e lazer, suportadas pela nova representação de reserva ambiental e cultural (FIGUEIREDO, 2001), e relacionadas com a “estreita dependência de práticas de consumo urbanas” (FERRÃO, 2000, p. 49). Considerando que o rural oferece grande potencialidade endógena quando adequadamente intervencionado (SANTOS e CUNHA, 2007), o estudo do espaço de Sever do Vouga, permitiu demonstrar a possibilidade de pensar os territórios rurais numa perspectiva socioeconómica, cultural e ambiental mais dinâmica. Demonstrou ainda a importância de pensar o planeamento e o desenvolvimento, tendo em consideração a inserção do território num conjunto mais vasto, onde se cruzam relações de complementaridade capazes de impulsionar o seu desenvolvimento.

Como refere FERRÃO (1998), o interior não pode ser visto apenas como espaço marginal, despovoado e economicamente desfavorecido, deve sim ser analisado desde

o ponto de vista da sua *baixa densidade relacional*, ou seja, da existência de um reduzido número de actores com baixa capacidade de qualificação e organização na resolução dos problemas estruturais do território. Desta forma, as estratégias residem no incentivo à participação e co-responsabilização dos actores na tarefa de desenvolvimento.

Por fim, releva-se que a aceleração do progresso técnico-científico contribui para uma maior maturação no campo de visão dos intervenientes no processo de implementação de políticas de planeamento e de medidas de desenvolvimento rural. Esta capacidade é majorada pelo apoio de ferramentas, capazes de gerar modelos cada vez mais fidedignos da realidade e capazes de acompanhar as alterações consecutivas, dando respostas cada vez mais céleres às solicitações dos analistas. Estas possibilidades aliadas ao papel progressivamente mais activo da população no ordenamento do território, fornecem todos os elementos necessários para optar pelo caminho mais capaz de promover o desenvolvimento futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APA (2008) – *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)*. Partes I e II.
- ALMEIDA, António C. (2006) – *Paisagens: um património e um recurso*. in JACINTO, R. e BENTO, V. (coord.), *O interior raiano no Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*. Iberografias, 8, Lisboa: Campo das Letras, pp. 31-42.
- ANIMAR (2003) – *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. MORENO, L. (coord.), IDRHa e IEFP.
- ANTUNES, João C. (2008) – *Da ruralidade e do disperso urbano na península de Setúbal*. Sociedade e Território, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, n.º 42, pp. 14-20.
- ARAÚJO, Lindemberg (2006) – *Participação sociopolítica no planeamento turístico*. Turismo – Visão e Acção, vol. 8, nº 1, Jan./Abr, pp. 153-164.
- ARQUEHOJE (2001) – *Legados de Sever do Vouga – Moinhos de Água*. Município de Sever do Vouga.
- BAILLY, Antoine (1980) – *La perception de l'espace urbain. Les concepts, les méthodes d'étude, leur utilisation dans la recherche géographique*. Service de reproduction des theses de L'Université de Lille III.
- BAILLY, Antoine (2006) – *Développement territorial durable en milieu exurbain et rural*. in FONSECA, M. L. (coord) – *Espaços rurais pós agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 61-72.
- BAPTISTA, Fernando O. (1993) – *Agricultura, espaço e sociedade rural*. Coimbra: Fora do Texto.
- BAPTISTA, Fernando O. (2003) – *Um rural sem território*. in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord), *Portugal chão*. Oeiras: Celta, pp. 47-66.
- CAETANO, M.; CARRÃO, H.; PAINHO, M. (2005) – *Alterações da ocupação do solo em Portugal Continental: 1985 – 2000*. Lisboa, Instituto do Ambiente.
- CARLOS, Ana F. A. (2007) – *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições.
- CARNEIRO, Inês (2005) – *O desenvolvimento rural em Portugal: dos discursos à prática*. II Congresso de Estudos Rurais, *Periferias e Espaços Rurais*. Angra do Heroísmo: SPER e Universidade dos Açores.
- CARVALHO, Paulo (2005) – *Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território*. Cadernos de Geografia, n.º 24/25, 2005/06, Instituto de Estudos Geográficos, Centro de Estudos Geográficos, FLUC, pp. 209-226.
- CAVACO, Carminda (1992) – *Portugal rural. Da tradição ao moderno*. Lisboa, Ministério da Agricultura.
- CAVACO, Carminda (1996) – *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia?* in *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*. Actas, Instituto de Estudos Geográficos, FLUC, pp. 333-355.

- CAVACO, Carminda (2003) – *Ambiente e usos do território. Reflexões incómodas.* in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord.), *Portugal chão.* Oeiras: Celta, pp 189-198.
- CAVACO, Carminda (2005) – *As paisagens rurais: do ‘determinismo natural’ ao ‘determinismo político’?* Finisterra, XL, 79, pp.73-101.
- CCDRC (2011) – *Proposta de PROT-CENTRO.* Página consultada em Outubro/2010 <<http://www.ccdrc.pt/>>
- CEE (1988) – *O Futuro do Mundo Rural,* Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho de Ministros, COM (88) 501 final, Bruxelas.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2008) - *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Tirar partido da diversidade territorial.* Bruxelas.
- CORREIA, T. (2007) – *Novas perspectivas para a paisagem rural: o desafio da multifuncionalidade.* in CORREIA, T. (coord.), *Seminário O turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem.* Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink, 23 de Maio, pp. 3-4.
- CORREIO DA MANHÃ (2011) – *Mercado estrangeiro absorve a produção.* 30 de Junho de 2011. Suplemento *Feira do Mirtilo.*
- COVAS, A. (1997) – *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural.* Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.
- COVAS, A. (2006) - *A ruralidade do nosso tempo: decálogo da para uma 2ª modernidade.* in FONSECA, M. L. (coord), *Desenvolvimento e território. Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer.* Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 107-126.
- CRESSWELL, Tim (2004) – *Place. A short introduction.* UK: Blackwell Publishing.
- CRISTÓVÃO, Artur (1999) – *Desenvolvimento: perplexidades, propostas e interrogações.* Análise, Revista Galega de Economía e Ciências Sociais, 29, pp. 96-100.
- CRISTÓVÃO, Artur (2002) – *Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para as rurais).* in RIEDL, M.; ALMEIDA, J. e VIANA, A. (org), *Turismo rural: tendências e sustentabilidade.* Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 81-116.
- DGOT (1988) - *Carta Europeia do Ordenamento do Território.* Lisboa: Serviços da Secretaria-Geral do Ministério de Planeamento e da Administração do Território.
- DGOTDU (2004) - *Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental.* ABREU, CORREIA e OLIVEIRA (coord.), *Colecção Estudos 10, Vols. 1 e 3,* Lisboa.
- DINIZ, F. e GERRY, C. (2002) – *A problemática do desenvolvimento rural.* in *Compêndio de Economia Regional,* Coimbra, APDR, pp. 535-570.
- DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES (1900) – *Censo da população do Reino de Portugal. No nº1 de Dezembro de 1890.* Vol. II e III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES (1906) – *Censo da população do Reino de Portugal. No nº 1 de Dezembro de 1900. Quarto Recenseamento Geral da População.* Vol. II e III, Lisboa: Imprensa Nacional.

- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1916) - Censo da população de Portugal. No nº 1 de Dezembro de 1911. *5º Recenseamento Geral da População*. Parte V, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1923) - *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1920. 6º Recenseamento Geral da População*. Vol. I, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1934) - *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1930. 7º Recenseamento Geral da População*. Vol. III, Lisboa: Imprensa Nacional.
- DOLLFUS, Olivier (1976) – *El espacio geográfico*, Colección ¿qué sé? nueva serie, Barcelona: oikus-tau ediciones.
- ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1868) – *População, Censo no 1º de Janeiro 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1881) – *População, Censo no 1º de Janeiro 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FERNANDES, J. R. e CHAMUSCA, P. (2009) – *Governância, planeamento e estratégias de desenvolvimento territorial: reflexões a propósito da teoria e da prática*. Inforgeo, n.º 24, *Planear o local*, APG, pp. 27-43.
- FERRÃO, João (1998) – *Reconstruir o Interior Destruindo a Interioridade: para uma Estratégia Activa de Inclusão de Actores*. in Presidência da República, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Lisboa: Presidência da República e Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 87-91.
- FERRÃO, João (2000) – *Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33, pp. 45-54.
- FERRÃO, João (2002) – *Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais*. Lusotopie 2002/2, pp. 151-158.
- FIELDING, A.J. (1994) – *Contra-urbanização: ameaça ou bênção?* in PINDER, David (org.) - *Desafios e Mudanças na Europa Rural*. Oeiras: Celta, pp. 295-313.
- FIGUEIREDO, Elisabete (2001) – *O rural como reserva ambiental – o lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal*. IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales, Santiago de Compostela, 7 – 8 Jun.
- GASPAR, Jorge (2004) – *Técnica, território e poder*. in BRANDÃO, M. (org), *Milton Santos e o Brasil*. Edição Fundação Perseu Abramo, pp.179-188.
- GONÇALVES, Carminda (2011) – *MAGazine Montemuro, Arada e Gralheira*, GONÇALVES, C. (coord.) nº1, Primavera 2011.
- GUTIÉRREZ, Juan P. (2006) – *Patrimonio y desarrollo en espacios marginales. Algunas experiencias de ordenación (el ejemplo de un espacio de la Montaña Cantábrica)*. in JACINTO, R. e BENTO, V. (coord.), *O interior raiano no Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios*. Iberografias, 8, Lisboa: Campo das Letras, pp. 61-77.
- INE (1942) – *VIII Recenseamento Geral da População, no continente e ilhas adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Distrito de Aveiro*. Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional.
- INE (1952) – *IX Recenseamento Geral da População, no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*. Tomo I, Lisboa: Tipografia Portuguesa LDA.



- INE (1964) – *X Recenseamento Geral da População, no continente e ilhas adjacentes às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960*. Tomo I, Lisboa: INE.
- INE (1975) – *11º Recenseamento da População. 1º Recenseamento da Habitação 1970. Distrito de Aveiro*. Lisboa: INE.
- INE (1984) – *XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento da Habitação 1981. Distrito de Aveiro*. Lisboa: INE.
- INE (1993) – *Censos 91. Região do Centro*. Lisboa: INE.
- INE (2002) – *Censos 2001. Resultados definitivos Centro*. Lisboa: INE.
- INE (2010) – *Anuário estatístico da Região Centro 2009*. Lisboa: INE.
- INE (2011) – *Censos 2011. Dados preliminares*. Página consultada em Agosto/2011 <<http://www.ine.pt>>
- ISNARD, Hildebert (1982) – *O espaço geográfico*. Coimbra: Livraria Almedina.
- JORNAL DE NOTÍCIAS (2008) – *Dez mil bebés de mães estrangeiras*. 30 de Maio de 2008. Página consultada em Novembro/2010 <[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=951252](http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=951252)>
- JULIÃO, Rui P. (1995) – *SIG, desktop, mapping e Geografia*. Seminário Ambiente, ordenamento, gestão do território. ESIG, 10 e 11 de Maio, Núcleo de Estudantes de Geografia e Planeamento Regional, FLUL.
- KAYSER, Bernard (1990) – *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental, Paris : Armand Colin.
- LEFÉBVRE, Henri (1974) – *The production of space*. NICHOLSON-SMITH, D. (trad.), Anthropos.
- LOPES, António S. (1980) – *Desenvolvimento regional*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, António S. (2003) – *Retomando a questão rural*. in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord), *Portugal chã*. Oeiras: Celta, pp 281-298.
- LOURENÇO, Nelson (1993) – *Família rural e indústria. Mudança social na região de Leiria*. Coleção Estudos, Lisboa: Editorial Fragmentos.
- MADRP (2007a) – *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (2007-2013)*. Página consultada em Julho/2011 <<http://www.proder.pt>>
- MADRP (2007b) – *Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013)*. Página consultada em Julho/2011 <<http://www.proder.pt>>
- MAOTDR (2007) – *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). Relatório*. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://www.territorioportugal.pt/pnpot/>>
- MAOTDR (2008) – *PROVERE – Programas de valorização económica de recursos endógenos. Das ideias à acção: visão e parcerias*, MARTINS, N. (coord.), Lisboa.
- MATHIEU, Nicole (2006) – *La géographie rurale française face à l'utopie du développement durable : quelles réactions, quelles perspectives?* Boletín de la A.E.G., n.º 41, pp. 39-67.

- MEDEIROS, Carlos A. (1996) – *Geografia de Portugal, ambiente natural e ocupação humana; uma introdução*. Lisboa: Estampa.
- MELLA, A.; BELLONI, C.; DAVICO, L. (2001) – *A sociologia do ambiente*. Lisboa: Estampa.
- MORENO, Luís (2007) – *Desenvolvimento territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: caminhos e caminhanças*. Centro de Estudo Geográficos, UL.
- MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA (1997) – Plano Director Municipal (PDM) de Sever do Vouga.
- NAVE, Gil (2003) – *O rural e os seus duplos*. in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord), *Portugal chã*. Oeiras: Celta, pp. 129-148.
- NEURAY, Georges (1982) - *Des paysages : pour qui? : pourquoi? : comment?*, Gembloux: Les Presses Agronomiques de Gembloux.
- NOBRE, S.; PORTELA, J. e BAPTISTA, A. (2001) – *Idosos Agricultores em Trás-os-Montes: modos de vida, razões de permanência em meio rural*. I Congresso de Estudos Rurais, 16 a 18 de Setembro de 2001, Vila Real, UTAD.
- OCDE (1990) – *Rural development policy*. Paris, OCDE.
- OCDE (2002) – *Rumo a um desenvolvimento sustentável. Indicadores ambientais*. TELES, A. (trad.), Série Cadernos de Referência Ambiental v. 9, Salvador.
- ONU (1992) – *Agenda 21. The United Nations Programme of Actions from Rio*. Página consultada em Novembro/2010 <<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/>>
- ONU (1987) – *Our common future*. Report of the World Commission on Environment and Development, UN Documents. Página consultada em Novembro/2010 <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>
- PARDAL, Sidónio (1997) – *Ordenamento do território e protecção do ambiente no desenvolvimento rural*. Página consultada em Agosto/2009 <<http://www.sidoniopardal.com/conferencias.html>>
- PORTELA, José (2003) – *PORTUGAL-CHÃO. Que futuro futurível?* in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord), *Portugal chã*, Oeiras: Celta, pp. 3-33.
- PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER II (1994-1999) – Relatório final. Página consultada em Fevereiro/2011 <<http://www.leader.pt/>>
- PUJADAS, R.; FONT, J. (1998) – *Ordenación y planificación territorial*. Colección Espacios y Sociedades, serie mayor, n.º 8.
- RAMOS, Fernando (1998) – *Sever do Vouga – Uma viagem no tempo*. Monografia, Município de Sever do Vouga.
- REIS, José (2003) – *Observar a mudança. O papel dos estudos rurais*. in PORTELA, J.; CALDAS J. C (coord), *Portugal chã*. Oeiras: Celta, pp. 37-45.
- RÉMY J. e VOYÉ, L. (1994) – *A cidade: rumo a uma nova definição*. Série Cidades em Questão, 9, Porto: Afrontamento.
- REYNAUD (1981) – *Société, espace et justice: inégalités régionales et justice socio-spatiale*. PUF, Paris.

- RIBEIRO, Orlando (1991) – *Opúsculos Geográficos, IV volume – o mundo rural*. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRÍGUEZ, J.; RAMÍREZ, M.; HERNÁNDEZ, V. (2005) – *La iniciativa comunitária LEADER en España*. Boletín de la A.E.G., n.º 39, pp. 361-398, Departamento de Geografía de la Universidad de la Laguna.
- SANTOS, Milton (1988) – *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (2000) - *La naturaleza del espacio: técnica y tiempo: razón y emoción*. Barcelona.
- SANTOS, Norberto (2002) – *Espaço, população e desenvolvimento*. in CAETANO, L. (coord.), *Território, do global ao local e trajectórias e desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, FLUC, Coimbra.
- SANTOS, N. e CUNHA, L. (2007) – *Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal*. VI Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa, 17-20 de Outubro.
- SANTOS, N.; CRAVIDÃO, F. e CUNHA, L. (2010) – *Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território*. Actas do 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística. Montevideo.
- SAUER, Carl (1996) – *The morphology of landscape*, in *Human Geography – an essential anthology*. in AGNEW, J. ; LIVINGSTONE, D. ; ROGERS, A., UK: Blackwell publishing, pp. 296-315.
- SERRADO *et al.*, (2008) - *Mirtilos, Guia de boas práticas para a produção, promoção e comercialização*. MARTINS, S. (coord).
- TOBELEM-ZANIN, Christine (1995) – *La qualité de la vie dans les villes françaises*. Collection Nouvelles Données en Géographie, n.º 208, publications de L' Université de Rouen.
- TUAN, Yi-Fu (1996) – *Space and place: humanistic perspective*, in *Human Geography – an essential anthology*. AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. ; ROGERS, A., UK: Blackwell publishing, pp. 211-252.
- TTerra (2007) – *Agenda 21 Local – Um desafio para todos. Manual para a implementação da Agenda 21 Local*. CUPETO, C. e MARCOS, J. (coord), APA.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1999) – *El desarrollo local: una estrategia para el nuevo milenio*. REVESCO, Revista de Estudios Cooperativos, 68, pp. 15-23.

#### **ENDEREÇOS DE INTERNET**

- QREN 2007-2013. Página consultada em Agosto/2011 <<http://www.qren.pt>>
- IGP – Carta Administrativa Oficial de Portugal. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/inicial.htm>>
- Google Maps. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://maps.google.pt/>>
- ICNB, Rede Natura 2000. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://portal.icnb.pt>>

Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://www.monumentos.pt>>

APA – CORINE Land Cover e Atlas do Ambiente. Página consultada em Janeiro/2011 <<http://www.apambiente.pt/divulgacao/InformacaoGeografica/cartografia/Paginas/default.aspx>>

ANIMAR. Página consultada em Junho/2011 <<http://www.animar-dl.pt/>>

ADRMAG. Página consultada em Junho/2011 <<http://www.adrimag.com.pt>>

PRODER. Página consultada em Dezembro/2010 <<http://www.proder.pt>>

## **LEGISLAÇÃO**

Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro – Lei dos solos

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março – Regime jurídico dos planos municipais de ordenamento do território.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto – Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Decreto-Lei n.º 389/99, de 22 de Setembro – Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro - Planos Regionais de Ordenamento do Território.

Decreto Regulamentar n.º 8/2005, de 17 de Agosto – Projectos de Potencial Interesse Nacional.

Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio – Critérios de classificação e de reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como de categorias relativas ao solo rural e urbano.

Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro – Aprovação da Convenção Europeia da Paisagem

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março - Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto - Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional

Regulamento (CE) N.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER, 2007-2013).

Decreto n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro – Aprova a Convenção Europeia da Paisagem.

# ANEXO I

## Património Classificado em Sever do Vouga

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	PROTECÇÃO
Petróglifo no Alto do Cabeço do Castelo	Santo Adrião - Cedrim	Não definido	VC, Desp. Julho 1976
Capela de Santo Amaro	Cedrim	Não definido	
Igreja Paroquial de São João Baptista	Cedrim	Séc. XVIII-XIX	
Espigueiro do Chão da Eira em Carrazedo	Carrazedo - Cedrim	Séc. XIX	
Espigueiro da Quinta do Aido em Carrazedo	Carrazedo - Cedrim	Séc. XIX	
Espigueiro de Carrazedo	Carrazedo - Cedrim	Não definido	
Pelourinho de Couto de Esteves	Couto de Esteves	Séc. XVI	IIP, Dec. nº 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933
Monumentos Megalíticos do Souto do Coval	Couto de Esteves	Não definido	Em vias de classificação
Dólmen da Arca da Cerqueira / Dólmen da Casa da Moura	Cerqueira - Couto de Esteves	4º milénio - 3º milénio a.C (1ª met.)	IIP, Dec. nº 29/90, DR 163 de 17 Julho 1990
Casa da Fonte	Couto de Esteves	Séc. XVIII	
Igreja de Couto de Esteves / Igreja Paroquial de Santo Estevão	Couto de Esteves	Séc. XVIII	
Antiga Casa da Câmara de Couto de Esteves	Couto de Esteves	Séc. XVIII	
Cruzeiro da Praça	Couto de Esteves	Séc. XVIII	
Conjunto de Espigueiros da Eira Comunitária em Amiais	Amiais - Couto de Esteves	Séc. XIX	
Espigueiros do Fundo do Lugar em Catives	Catives - Couto de Esteves	Séc. XIX	
Espigueiro de Catives	Catives - Couto de Esteves	Séc. XIX	
Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Loreto	Paradela	Não definido	
Ponte do Pisão	Pisão - Paradela	Não definido	
Cruzeiro do Adro	Paradela	Séc. XVIII	
Espigueiro de Paradela do Vouga	Eiras - Paradela	Séc. XIX	
Espigueiro do Soutelo	Soutelo - Paradela	Séc. XIX	
Casa dos Morgados de Soutelinho	Paradela	Séc. XVIII	
Ponte do Poço de São Tiago	Pessegueiro do Vouga	Séc. XX	VC, Desp. 28 Fevereiro 1997
Capela de Santo António	Pessegueiro do Vouga	Não definido	
Igreja Paroquial de São Martinho	Pessegueiro do Vouga	Séc. XVIII-XIX	
Ponte do Pessegueiro	Pessegueiro do Vouga	Séc. XIX	
Ponte do Rio Mau	Pessegueiro do Vouga	Não definido	
Cruzeiro do Adro	Pessegueiro do Vouga	Séc. XIX	
Espigueiros de Sóligo	Sóligo - Pessegueiro do Vouga	Séc. XIX	
Espigueiro no Lugar de Grela	Grela - Pessegueiro do Vouga	Séc. XIX	
Igreja de Rocas / Igreja Paroquial de São João Baptista	Rocas do Vouga	Séc. XVIII	
Capela da Quinta do Linheiro	Linheiro - Rocas do Vouga	Não definido	
Capela de Santo António	Areal - Rocas do Vouga	Séc. XVIII	
Capela de São Miguel	Portela - Rocas do Vouga	Não definido	
Capela de Nossa Senhora do Pilar	Nespereira de Cima - Rocas do Vouga	Séc. XVIII	

DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	PROTECÇÃO
Espigueiro de Ribeirada	Ribeirada - Rocas do Vouga	Séc. XIX	
Auditório Municipal / Antigo Cine-Alba	Vila Sever do Vouga	Séc. XX	
Capela de N. Sr. <sup>a</sup> dos Milagres	Paçô - Sever do Vouga	Séc. XVII	
Pelourinho de Sever do Vouga	Vila Sever do Vouga	Séc. XVI - XX	IIP, Dec. nº 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933
Casa da Aldeia	Vila Sever do Vouga	Séc. XVIII - XIX	VC, Dec. nº 67/97, DR 301 de 31 Dezembro 1997
Igreja Matriz de Sever do Vouga / Igreja paroquial de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição	Vila Sever do Vouga	Séc. XVII ao XX	
Antiga Casa da Câmara de Sever do Vouga	Sever do Vouga	Não definido	
Capela de São Brás	Vila Sever do Vouga	Séc. XVII	
Capela de São Macário	Senhorinha - Sever do Vouga	Não definido	
Capela de São Tiago	Ermida - Sever do Vouga	Não definido	
Cruzeiro da Praça	Praça - Sever do Vouga	Séc. XIX	
Antiga Residência Paroquial / Sede da Junta de Freguesia	Vila Sever do Vouga	Séc. XVIII	
Cruzeiro do Adro	Vila Sever do Vouga	Séc. XVII	
Tribunal de Comarca de Sever do Vouga	Vila Sever do Vouga	Não definido	
Núcleo urbano da vila de Sever do Vouga	Vila Sever do Vouga	Não definido	
Pedra da Moura	Serra do Arestal - Silva Escura	Séc. III/IV a.C.	IIP, Dec. nº 29/90, DR 163 de 17 Julho 1990
Capela de N. Sr. <sup>a</sup> da Graça	Lug. Fundo da Aldeia - Silva Escura	Séc. XVIII -XIX	
Igreja Paroquial de São João Evangelista	Silva Escura	Séc. XVII ao Séc. XIX	
Espigueiro no Lugar de Presas	Presas - Silva Escura	Séc. XIX	
Casa dos Morgados de Santo Antão das Presas	Presas - Silva Escura	Séc. XVIII	
Casa dos Sequeiros	Silva Escura	Não definido	
Troço da via romana	Ereira - Talhadas	Séc. II - IV	IIP, Dec. nº 29/90, DR 163 de 17 Julho 1990
Monumentos Megalíticos do Chão de Redondo 1 e 2	Talhadas	Não definido	IIP, Dec. nº 5/2002, DR 42 de 19 Fevereiro 2002
Igreja de Talhadas / Igreja Paroquial de São Mamede	Talhadas	Séc. XVIII	
Capela de Nossa Senhora da Graça	Talhadas	Séc. XVII	
Capela de Santo Amaro	Doninhas - Talhadas	Não definido	
Cruzeiro do Cimo do Lugar	Talhadas	Séc. XVIII - XIX	
Espigueiro do Cabeço da Eira em Cortêz	Cortês - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiros no Lugar de Doninhas	Doninhas - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiro em Doninhas	Doninhas - Talhadas	Séc. XX	
Espigueiro no Lugar de Ereira	Ereira - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiro no Couto de Moinhos no lugar de Macida	Macida - Talhadas	Séc. XX	
Espigueiros do Aido em Macida	Macida - Talhadas	Séc. XIX - XX	
Espigueiro do Cimo da Rua em Macida	Macida - Talhadas	Séc. XIX - XX	
Espigueiro no Lugar de Macida	Macida - Talhadas	Séc. XX	

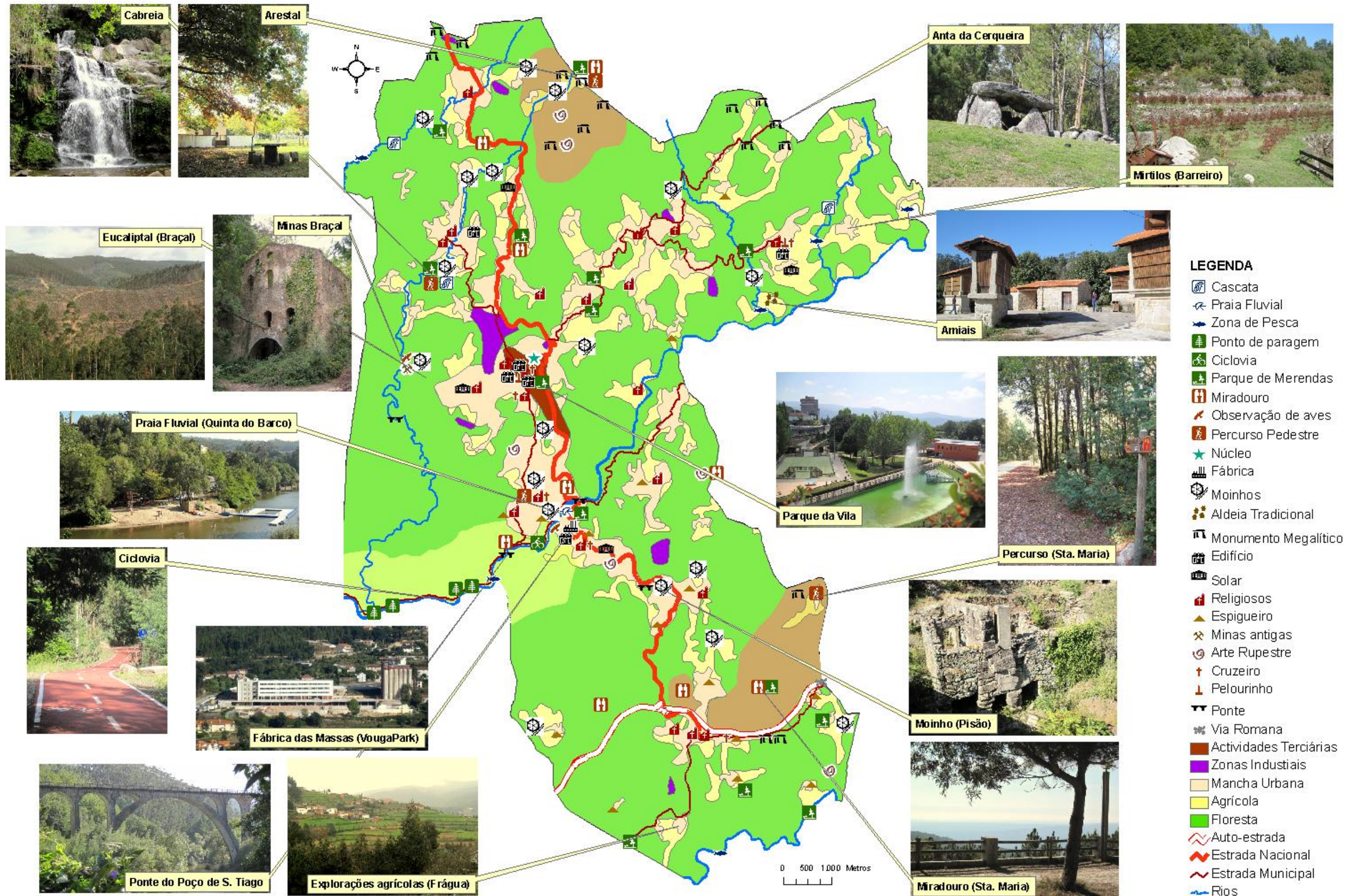
<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>PROTECÇÃO</b>
Espigueiro em Macida	Macida - Talhadas	Séc. XX	
Espigueiro no Seixo	Seixo - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiro no Seixo	Seixo - Talhadas	Não definido	
Espigueiro da Lomba na Silveira	Silveira - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiros no Lugar de Silveira	Silveira - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiros no Lugar de Silveira	Silveira - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiro no Lugar de Quinta das Nogueiras	Quinta das Nogueiras	Séc. XIX	
Espigueiro em Vilarinho	Vilarinho - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiro da Eira de Vilarinho	Vilarinho - Talhadas	Séc. XIX	
Espigueiros do Cimo de Rua em Vilarinho	Vilarinho - Talhadas	Séc. XIX - XX	
Espigueiro em Vilarinho	Vilarinho - Talhadas	Séc. XIX	
Capela de Nossa Senhora das Necessidades	Dornelas	Séc. XVIII	

Fonte: Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais



## ANEXO II

Mapa síntese da paisagem de Sever do Vouga



Fontes: elaboração própria a partir de Município de Sever do Vouga e APA. Fotos da Autora, 2010 e 2011.



## ANEXO III

Número total de projectos aprovados, investimento total e valor financiado, por medidas e sub-medidas, no território abrangido pela ADRIMAG

Unidade: Euro

### LEADER I

MEDIDAS	Nº PROJ.	INV. TOTAL	VALOR FINANC.
1. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural	11	143.853,31	97.809,28
2. Formação Profissional e Ajudas à Contratação	15	161.455,89	105.605,49
3. Turismo em Espaço Rural	21	882.243,79	442.453,69
4. PME's Artesanato e Serviços de Apoio	13	416.750,63	237.502,62
5. Valorização e Comercialização dos Produtos Locais	29	430.178,27	215.829,85
6. Outras Medidas	16	183.537,67	102.208,68
7. Funcionamento do Grupo de Acção Local	6	219.082,01	143.479,22
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>2.437.101,59</b>	<b>1.344.888,82</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

### LEADER II

MEDIDAS	Nº PROJ.	INV. TOTAL	VALOR FINANC.
<b>1. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural</b>	15	278.692,16	203.988,36
<b>3. Apoio à Diversificação das Actividades Económicas</b>	<b>3.1</b> Turismo em meio rural	36	1.749.061,97
	<b>3.2</b> Artesanato	13	205.446,17
	<b>3.3</b> Modernização do sector empresarial - PME's	5	101.787,83
<b>4. Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e Pesca Local</b>	<b>4.1</b> Espécies animais autóctones	11	139.205,74
	<b>4.2</b> Variedades vegetais nacionais	7	180.078,11
	<b>4.4</b> Outros	6	282.017,82
<b>5. Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida</b>	46	2.361.317,37	1.331.524,28
<b>6. Acções em Cooperação</b>	<b>6.1</b> Nacional	2	25.500,05
	<b>6.2</b> Transnacional	1	22.445,91
<b>7. Outras</b>	5	57.807,86	35.771,35
<b>8. Funcionamento do GAL</b>	<b>8.1</b> Remuneração à mão-de-obra	1	441.805,45
	<b>8.2</b> Despesas de funcionamento	1	193.855,11
	<b>8.3</b> Equipamentos	1	49.423,96
	<b>8.4</b> Estudos	1	12.469,95
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>6.100.915,44</b>	<b>3.642.744,22</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

**LEADER +**

VECTORES			Nº PROJ.	INV. TOTAL	VALOR FINANC.
<b>1. Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto</b>			<b>121</b>	<b>4.776.042</b>	<b>2.668.061</b>
<b>10. Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto</b>	<b>11.</b>	Investimentos em infra-estruturas	12	1.012.547	537.071
	<b>12.</b>	Apoio a actividades produtivas	37	1.615.887	772.663
	<b>13.</b>	Outras acções imaterias	47	1.706.132	1.032.506
<b>20. Acções imateriais</b>	<b>22.</b>	Outras acções imaterias	25	441.477	325.821

Fontes: ADRIMAG e PRODER

**PRODER**

MEDIDAS			Nº PROJ.	INV. TOTAL	VALOR FINANC.
<b>1. Promoção da competitividade</b>	<b>1.1</b>	Inovação e desenvolvimento empresarial	117	11.435.843	4.723.297
	<b>1.3</b>	Promoção da competitividade florestal	4	765.696	310.879
<b>2. Gestão sustentável do espaço rural</b>	<b>2.2</b>	Valorização de modos de produção	1	558.158	509.844
<b>3. Dinamização das zonas rurais</b>	<b>3.1</b>	Diversificação da economia e criação de emprego	11	1.703.369	770.415
	<b>3.2</b>	Melhoria da qualidade de vida	21	3.357.150	1.488.734
	<b>3.4</b>	Cooperação LEADER para o desenvolvimento	2	69.134	59.740
	<b>3.5</b>	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação	2	1.522.916	1.522.916
<b>4. Promoção, conhecimento e desenvolvimento de competências</b>	<b>4.3</b>	Serviços de apoio ao desenvolvimento	4	896.685	436.655
<b>Total</b>			<b>162</b>	<b>20.308.950</b>	<b>9.822.480</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

## ANEXO IV

Número de projectos aprovados, por medidas e sub-medidas, nos concelhos da ADRIMAG

### LEADER I

CONCELHO	MEDIDAS																											
	1		2	3						4				5						6			7					
	1.1	1.2		3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	4.1	4.2	4.4	4.5	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	6.1	6.2	6.3	7.1	7.2	7.3	7.4	7.5	7.6
Arouca	3	3	13	2	3		1	2	1	3	6	1	1		2			3	3	5	1	1	1	1	1	1	1	
Castelo de Paiva																												
Castro Daire	2		1	1	1					2				2		1	1	1	2	1	1							
Cinfães																	1											
São Pedro do Sul				2			1							2	2					1	1							
Sever do Vouga					2	1												1	1									
Vale de Cambra	1	1			2	1		1						5		1	1	5										
Vários	1		1																									
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

### LEADER II

CONCELHO	MEDIDAS																			
	1		3			4			5					6		7	8			
	1.1	1.3	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.4	5.1	5.3	5.6	5.7	5.8	6.1	6.2	7.1	8.1	8.2	8.3	8.4
Arouca	2	2	4	4	2	2	3	2	1		3	2	3	2		4	1	1	1	1
Castelo de Paiva			3		1	2	4	2	1		2									
Castro Daire			2	1			1				2	1	1							
Cinfães	1		3	1		4			2			1								
São Pedro do Sul	2		11	1		1	1	1	2		1		2		1					
Sever do Vouga	3		3	6			2		2	1	4	2	2							
Vale de Cambra			6		2	1	2	1	3		5	2	1							
Vários		5	1			1														
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>33</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

**LEADER +**

CONCELHO	VECTOR 1			
	10			20
	11	12	13	22
Arouca	2	10	8	7
Castelo de Paiva	1	6	3	3
Castro Daire	2	4	5	2
Cinfães		2	5	
São Pedro do Sul	1	3	7	4
Sever do Vouga	1	8	4	4
Vale de Cambra	5	4	14	4
Vários			1	1
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>37</b>	<b>47</b>	<b>25</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER

**PRODER**

CONCELHO	MEDIDAS							
	1		2	3				4
	1.1	1.3	2.2	3.1	3.2	3.4	3.5	4.3
Arouca	3	2		1	10	2	2	
Castelo de Paiva	2				1			
Castro Daire	18	1		3				
Cinfães	15		1	1	2			
São Pedro do Sul	27	1		1	1			2
Sever do Vouga	39			2	3			1
Vale de Cambra	10			4	4			1
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

Fontes: ADRIMAG e PRODER